Traçando caminhos em uma sociedade violenta

a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores.

Simone Gonçalves de Assis

Simone Gonçalves de Assis
Traçando Caminhos
em uma Sociedade Violenta
A vida de jovens
infratores e de
seus irmãos
não - infratores
EDITORA FIOCRUZ
UNESCO

Traçando Caminhos
em uma Sociedade Violenta

A VIDA DE JOVENS
INFRATORES E DE
SEUS IRMÃOS
NÃO-INFRATORES

Traçando Caminhos em uma Sociedade Violenta

A VIDA DE JOVENS INFRATORES E DE SEUS IRMÃOS NÃO-INFRATORES

Simone Gonçalves de Assis

ISBN: 85-85239-18-2

Capa e Projeto Gráfico:
Carlota Rios

Imagens da Capa e de Abertura de Capítulos:
Antônio Veronese - exposição *As Faces do Medo*

Editoração Eletrônica:
Carlota Rios e Ramon Carlos de Moraes

Copidesque, Revisão e Estabelecimento de Texto:
Fernanda Veneu

Revisão de Provas:
Mª Cecília G. B. Moreira

Catalogação-na-fonte
Centro de Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca Lincoln de Freitas Filho

A848t Assis, Simone Gonçalves de
Traçando Caminhos em uma Sociedade Violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores. / Simone Gonçalves de Assis. – Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.
236p.

1. Violência 2. Comportamento do adolescente. 3. Problemas sociais

CDD - 20.ed. – 303.6

1999
EDITORA FIOCRUZ
Rua Leopoldo Bulhões, 1480, térreo – Manguinhos
21041-210 – Rio de Janeiro – RJ
Tel: (021) 560-6608 ramal 3030
Fax: (021) 560-6608 ramal 2009

Aos jovens entrevistados, que tão prontamente nos acolheram e abriram seus corações e mentes, mostrando, com suas emoções e olhares, a necessidade de resgatarmos os valores humanos escondidos por trás dos rótulos que carregam.

Aos meus pais, Etta e Jarbas, que mostraram aos filhos o quanto é fundamental e difícil cultivar o amor familiar, respeitando a individualidade, as necessidades e as limitações de cada um.

À Anna Carolina e ao Marcelo, que nos têm propiciado o exercício deste ideal. Ao Nelson, parceiro na complexa busca por uma família plena.

A pesquisa *Jovens que Matam e Irmãos que não Matam: dimensão e significado do ato infracional*, que originou este livro, contou com o apoio da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), além de bolsas de apoio técnico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e do Programa Integrado de Bolsistas de Iniciação Científica (PIBIC) do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em conjunto com a FIOCRUZ.

O trabalho recebeu menção honrosa da Comissão Julgadora do Prêmio Sócio-Educando, em 1998, promovido pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), Fundação Educar DPaschoal, Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e o Tratamento do Delinqüente (ILANUD) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

A primeira edição deste livro foi publicada com o apoio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça e da UNESCO.

Equipe da Pesquisa

Edinilsa Ramos de Souza – Doutora em Ciências da Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ).

Maria Cristina Feijó – Doutoranda em Ciências da Saúde – ENSP/FIOCRUZ.

Anna Paula F. Almeida – Mestranda em Saúde da Mulher – Instituto Fernandes Figueira/Fundação Oswaldo Cruz (IFF/FIOCRUZ).

Kleber Henrique Silva – Mestrando em Saúde da Criança – IFF/FIOCRUZ.

Patrícia Constantino – Especialista em Sociologia Urbana e Psicologia Jurídica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Consultoria

Maria Cecília de Souza Minayo – Doutora em Ciências da Saúde pela ENSP/FIOCRUZ.

Suely Ferreira Deslandes – Doutoranda em Ciências da Saúde – ENSP/FIOCRUZ

Marusa Bastos de Oliveira – Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Kathie Njaine – Mestre em Ciência da Informação pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ).

Cosme Marcelo Furtado Passos da Silva – Mestre em Ciências em Engenharia de Produção pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE-UFRJ).

Sumário

Prefácio *9*

Apresentação *15*

Introdução *19*

1. Descrevendo os Caminhos da Pesquisa: a questão do método *27*

2. Crescendo em Meio às Dificuldades: o jovem e sua família *41*

3. Vivendo a Adolescência *65*

4. O Mundo é Maldade Pura: o ato infracional em questão *107*

5. Parece até o Inferno: a institucionalização *157*

6. Traçando Caminhos Não-Violentos: a visão dos irmãos e primos *187*

7. E o Futuro é o que Virá... À guisa de conclusão *205*

Referências Bibliográficas *213*

Anexos

Cronologia das Rebeliões de Infratores Juvenis *219*

Explicando os Materiais e Métodos Adotados no Estudo Quantitativo *227*

Leis e Artigos Citados *233*

PREFÁCIO

Criando Caim

No início da década de 80, quando minhas três filhas eram ainda muito pequenas, um amigo nos presenteou com um livro bastante curioso, escrito pelo médico americano John F. McDermott, cujo título era *Raising Cain (and Abel too)*. Tratava-se de uma reflexão que discorria, em uma linguagem coloquial, sobre os conflitos entre irmãos pelo monopólio do afeto dos pais, por objetos, por comparações de privilégios, fenômeno vivido na cotidianeidade das famílias, com tal intensidade, que quase todos os pais se queixam do problema e da dificuldade que sentem em manejá-lo. O mito originário pós-Paraíso Terrestre de dois irmãos, um tentando aniquilar o outro, vem mostrar que a luta fratricida faz parte da condição humana.

Ao ler os originais escritos por Simone Gonçalves de Assis, com a colaboração de uma equipe de trabalho que vem estudando e se perguntando há anos sobre as razões da violência social e sobre como construir uma sociedade mais solidária, imediatamente o livro de McDemott me veio à mente. Só que aqui, aproprio-me do título do autor, para falar de uma realidade muito mais dura e cruel. *Criar e multiplicar Cains* parece ser hoje um dos dilemas humanitários mais agudos do País, nesse final de século. Não se trata de um drama que possa ser considerado apenas no âmbito familiar, mas de uma realidade que inquieta a todos nós: o crescimento persistente e acelerado das taxas de delinqüência juvenil – sobretudo dos que cometem atos infracionais graves, bem como das taxas de homicídio, cujas vítimas são também jovens dos mesmos estratos que os assassinos, promovendo-se assim, por sua obra e entre eles mesmos, uma verdadeira seleção social.

Este trabalho tem, além da relevância acadêmica, um mérito muito especial: ele vai à busca da palavra e da visão dos próprios jovens em conflito com a lei (os *Cains*), de seus irmãos não-infratores e da família em que cresceram. Busca resposta para perguntas que a sociedade se faz e que se fazem estudiosos, educadores e gestores de políticas públicas: por que, em uma mesma família,

um jovem escolhe a trilha do crime, enquanto os outros irmãos seguem sua vida rotineira dentro da legalidade? O que diferencia, no âmbito familiar, um irmão que mata e um que não mata? Quais seriam os potencializadores de "resiliência" – novo conceito explicativo dos fatores que colaboram como elementos protetores da personalidade? Simone, em seu trabalho, escuta e traduz a lógica interna do discurso dos irmãos e do microcosmo familiar, em que são gerados os pensamentos, sentimentos e ações propulsores tanto de *Caim* como de *Abel*. A tudo isso, a presente obra procura responder, a partir de exaustivo trabalho de campo no Rio de Janeiro e em Recife tomando como núcleo da investigação "adolescentes infratores" internados em instituições públicas, hoje encarregadas de aplicar medidas socioeducativas, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A sintonia fina ajustada pela autora e seus colaboradores evidenciará poucos elementos diferenciadores na criação dos vários filhos, não havendo exatamente um fator desencadeante único da figura de *Caim* e nem de *Abel*. Ou seja, a realidade se apresenta mais complicada do que a forma maniqueísta como nossa sociedade tende a pensá-la. O ambiente familiar que Simone conheceu, na maioria das vezes, mostrou-se conflitivo, difícil, pobre, voltado apenas para atender o reino das necessidades, mas, nem sempre lhe faltando o calor do afeto, do carinho e do amor. E, freqüentemente, no meio de seus irmãos, o jovem infrator recebeu e ainda recebe mais atenção do que os outros filhos. Além disso, a pesquisa descobriu os tênues limites que separam as condições de possibilidade entre as escolhas sociais dos irmãos. E pôde diagnosticar, mais uma vez, o papel reforçador da delinqüência, exercido pela burocracia despersonalizante que dá a tônica das relações, nas instituições pretensamente socializadoras, mesmo quando há a boa intenção de educadores e de outros agentes sociais.

Em que pese todo o esforço para buscar na instituição familiar os desencadeantes dos comportamentos criminosos, é preciso saber que ela é apenas parte do complexo problema com o qual lida qualquer sociedade, qual seja, suas formas de reprodução permanente das normas consensualizadas de convivência, que encontram seu contrário no crime e sua reafirmação no castigo. Como diz Durkheim, a transgressão faz parte da normalidade social, pois o seu reconhecimento reatualiza a ordem. Ora, se não é exatamente o âmbito restrito da família que detém a chave da transgressão, (embora a pesquisa trabalhe a sintonia fina das prováveis distinções que condicionem a escolha dos rumos diferenciados na vida), onde estará então o segredo da opção ou da determinação que leva garotos tão jovens, por razões de ódio, de regras dos grupos a que aderem e outras que este livro busca evidenciar, a eliminarem seu semelhante, e, por vezes, a fazê-lo com crueldade e sadismo?

Pareceria um passo indevido, saltar de uma visão responsabilizadora do berço pelas escolhas identificatórias de *Caim* ou *Abel*, para buscar a culpabilização

de um ser abstrato chamado "sociedade". Tal vôo, no mínimo pode conter uma atitude apenas denunciadora e paralisante, pois atribuiria a ação a um sujeito indeterminado. Portanto, é necessário tecer elos de ligação que possam introduzir a hermenêutica dialética entre o indivíduo e seu meio social e vice-versa. Ou seja, é preciso compreender a escolha e, depois, saber que nenhuma escolha humana pode ser explicada apenas por determinismos sociais, embora todas sejam realizadas frente a condições dadas. Por outro lado, é necessário também entender que nenhuma escolha pode ser explicada apenas por determinismo biológico e de "índole" (como se diria no senso comum), porque todas as condições dadas são necessariamente reinterpretadas e reconstruídas pelo sujeito, dentro de seu espaço de liberdade e capacidade de projetar, atributos de todos os seres humanos. É por causa da viabilidade de reconversão do ambiente em matéria de construção da identidade, que a saga dos "jovens infratores e seus irmãos não-infratores" comporta diferenciações e inclui escolhas, ainda que dentro de "possíveis sociais limitados", embora enfrentando sérios riscos de assumirem a objetivação que a sociedade lhes impôs quase como caminho sem volta.

A tese explicitada por Sartre, quando analisa a biografia de Jean Genet, é a da existência de uma relação dialética entre o indivíduo e as condições que lhe são dadas desde seu nascimento, de tal forma que a escolha exercida é, ao mesmo tempo, uma possibilidade a ser recusada ou aceita, da qual pode fugir ou a ela se submeter. Vale a pena relembrar que Sartre toma, como exemplo de capacidade de superação, a tumultuada biografia de Genet, cujos elementos constitutivos foram retirados dos romances, peças teatrais e poesias escritas por esse autor, nos últimos anos de sua vida. Genet, filho de uma prostituta, nasceu em Paris em 1910 e foi abandonado por sua mãe na "Assistance Publique." Não conheceu o pai. Foi adotado por uma família de camponeses de Morvan, que o surpreendeu roubando em casa, aos 10 anos de idade. Os pais adotivos e a comunidade, a partir de então, o rejeitaram como "ladrão", sendo ele internado em um reformatório – de onde fugiu para se alistar nas fileiras da Legião Estrangeira. Aí também sua presença foi efêmera, pois desertou e vagou pela Europa, tendo sido preso em vários países como ladrão. Em uma dessas prisões, em 1942, escreveu seu primeiro romance, ao qual se seguiram várias obras de literatura por meio das quais resgatou seu passado, transformando toda a experiência existencial em arte.

Assim, o filho bastardo, o adotado, o rejeitado, o ladrão, o pederasta, o vagabundo, o marginal foi até o fundo do poço de sua liminaridade. Porém, em um momento crucial de sua vida, uma decisão transbordou de seu ser, transformando a execração social na própria redenção de seu espírito. Sartre lembra os obstáculos à trajetória positiva de Genet: seu nascimento foi uma recusa; não pertencia a seus pais adotivos, porque o Estado podia reclamá-lo quando quisesse; viveu a rejeição da comunidade; experimentou a serialização e

a despersonalização do reformatório. Assim, concluiu bem cedo que sua subjetividade fora definida fora dele. Em lugar de um ser total, complexo, capaz de tantas ações, gestos e emoções, foi objetivado como ladrão, um monstro para os outros, configurando seu destino numa espécie de fatalidade: "eu decidi ser o que o crime fez de mim". A saída do círculo de giz – que o escravizava à figura marginal – lhe foi dada pela arte. Porém, configurou-se como escolha, como decisão, como saída, em que o autor-sujeito pode dizer: "eu sou o que consegui fazer com o que fizeram de mim".

Por meio da história de Genet, Sartre lembra que ninguém é covarde ou corajoso, é bom ou mau. A covardia e a maldade apresentam-se como possibilidades frente às quais se pode decidir. Da mesma forma, os defeitos podem coabitar o mesmo sujeito junto com a coragem e a bondade e até ser encontrados em atos considerados por outros como heróicos e magnânimos. "Corajoso", "bom", "covarde", "mau" são *persona,* no sentido latino da palavra, são uma máscara, um papel, um padrão pré-estabelecido que podem ser assumidos como a própria subjetividade, ou recusados, ou transfigurados.

Referindo-se à força objetivante da sociedade e de suas formas de identificação, sobretudo na infância, Sartre lembra como a "gente de bem", por razões utilitárias, sociais e pela necessidade de encontrar um bode expiatório, transformou um menino em ladrão. Dessa forma conclui que tendemos, na sociedade, a transferir para determinadas pessoas a personificação daquilo que é o nosso próprio lado negativo.

É verdade, no entanto, que as reflexões acima sobre a dialética do indivíduo na sociedade não dá todas as respostas como, por exemplo, sobre o aumento da criminalidade e das taxas de homicídio. Pois se a história mostra que a morte dos irmãos macula as páginas de todos os mitos originários, há sociedades, no passado e no presente, menos cruéis e menos autodestruidoras. Esse fenômeno tão inquietante seria provocado pela desvalorização de algumas vidas que as extremas desigualdades do País tornam descartáveis? Que *ethos* estaria sendo construído nos corações e mentes de tantos jovens, que, na criminalidade precoce, encontraram o caminho de sua realização?

Em recente entrevista à televisão, Sebastião Salgado, um dos maiores fotógrafos do mundo, discorria e refletia ao mesmo tempo, sobre o sentido de suas fotografias, reportando grandes deslocamentos humanos acontecendo no mundo nesse final de século – muitos ou a maioria motivados por guerras e lutas fratricidas. A questão sobre a qual filosofava é a sua própria dificuldade de compreensão do que é o ser humano. Esse ser muito novo, último fruto da criação, tentando se impor em uma biosfera de bilhões de anos. Que humanidade seria essa, se perguntava ele, capaz de produzir a mais pura arte, as mais maravilhosas descobertas científicas, e ao mesmo tempo, capaz de degradar

essa natureza viva, de produzir fome, de comandar guerras e mortes com requintes nunca vistos entre os animais! Massacres, bombardeios, purificação étnica, Auschwitz, Gulag... Enfim, um ciclo infernal evidencia a inexplicável capacidade de infligir sofrimento e morte aos irmãos e aos semelhantes.

Existe algo em comum na preocupação de Salgado e na reflexão de Sartre sobre Jean Genet, mas os dois trabalham com lógicas opostas. Sartre filosofava sobre como a sociedade "bem" produz "Genet" e "Caim" de tal forma que esses seres renegados se apropriem de uma condenação externa, internalizando-a. Pois é a sociedade que os coloca na ilegalidade, na marginalidade, como risco social. O que o célebre fotógrafo traz para nossa reflexão é o paradoxo dessa mesma sociedade que, impunemente, dentro da lei, em nome da lei e da ordem, também faz o mal, mata, comete o crime da guerra, produzindo imensos numerários humanos, verdadeiros excedentes, supérfluos, destruindo-lhes, muitas vezes, todas as condições de direitos humanos elementares. São crimes que se cometem, mas seus autores são legitimados por sociedades democráticas e ditas civilizadas.

Por tudo que aqui foi questionado, é importante dizer que o livro de Simone é um começo de história. Começo das biografias de jovens que, como Genet, podem enfrentar o fundo do poço de sua abjeção e mudar o rumo de suas vidas. Porém, fazem parte da mesma história gestos de esperança que dêem força a sua capacidade de transformação.

Sobretudo, é começo de um processo reflexivo, que, esperamos, seja capaz de ampliar as bases de mudança nas determinações sociais que tornam tão difíceis aos jovens (mormente os pobres que lotam os internatos e prisões), a escolha de uma carreira profissional e de um futuro onde a vida seja o valor maior. Não a morte.

Maria Cecília de Souza Minayo
Vice-presidente de Ambiente, Informação e Comunicação
da Fundação Oswaldo Cruz e Coordenadora do Centro Latino
Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli,
da Fundação Oswaldo Cruz (Claves/Fiocruz)

APRESENTAÇÃO

A violência praticada por jovens é um tema cada vez mais presente e assustador na vida cotidiana e nos meios de comunicação de muitos países. No Brasil, o grave momento de crise social alimenta ainda mais o temor que a população vivencia, em meio a múltiplas formas de violência, especialmente nos centros urbanos. Neste contexto, o crescente número de infratores juvenis gera um movimento de solicitação de medidas repressivas por parte da população, que desconhece as raízes do problema, as formas de atenção e de prevenção necessárias para o enfrentamento da questão.

Enquanto isto, em alguns países desenvolvidos, esforços têm sido feitos no sentido de prevenção, desde a primeira infância. Para tanto, enfatizam a mobilização comunitária, criando uma rede de suporte calcada na família, escola, treinamento para o trabalho, atividades recreacionais e mudanças comunitárias. Sugerem, também, um olhar especial para as características individuais – em que devem ser reforçadas atitudes positivas e direcionados os comportamentos de crianças e adolescentes, estimulando a resolução de conflitos interindivíduos. A capacitação profissional para aqueles trabalhadores sociais que atuam diretamente com os jovens em risco para a delinqüência é atividade prioritária, além de ênfase nas estratégias legais que visam a reforçar a segurança pública. A articulação de todas essas atividades e o maior número de pessoas e instituições envolvidas são responsáveis pelo sucesso ou fracasso das tentativas de solução para a delinqüência juvenil.

Para entender melhor essa realidade no País e subsidiar um conhecimento que possa efetivamente suscitar estratégias de prevenção ao problema, realizamos a pesquisa que deu origem a este livro. Nosso principal objetivo foi investigar a trajetória de vida de jovens que cometeram atos infracionais graves e de seus irmãos/primos não-infratores, buscando conhecer os fatores de risco e de proteção para a delinqüência. Tentamos, também, aprofundar o conhecimento sobre a realidade familiar, comunitária e social desses jovens como fatores importantes para se compreender o direcionamento de alguns para o caminho da infração; enfatizar a pes-

quisa de fatores existenciais e emocionais presentes na gênese da infração juvenil; desenvolver uma abordagem compreensiva da violência juvenil, auxiliando o entrevistado a contar a própria história e a elaborar (para si próprio e para o entrevistador) a compreensão do ato violento cometido e das causas que o estimularam. O jovem foi chamado a pensar sobre que fatores preveniriam a violência, em seu ponto de vista; contribuindo para informar a sociedade sobre os fatores que predispõem à infração juvenil e apontando para novas formas de compreedê-la e preveni-la.

O caminho percorrido para alcançar o conhecimento, os materiais e métodos utilizados, ressaltando as dificuldades encontradas em cada etapa da pesquisa, são apresentados no primeiro capítulo. Este relato contribui não apenas para fins metodológicos, mas especialmente para demarcar a realidade problemática das instituições onde os jovens infratores se encontram internados.

No segundo capítulo apresentamos a percepção dos jovens sobre sua vivência na família. Sempre que possível, procuramos efetuar um diálogo entre essa percepção e a interpretação dos pesquisadores e das principais teorias existentes. No terceiro capítulo repetimos a estratégia, tratando a percepção do jovem sobre si mesmo e suas relações extrafamiliares. Incluíram-se, aí, sua vivência escolar e comunitária, seu lazer, percepção e vivência religiosa e espiritual e, finalmente, o contato com os amigos.

No quarto capítulo, relatamos a inserção do jovem na vida infracional, dados sobre a medida sócioeducativa (MSE) aplicada e a opinião dos não-infratores sobre o caminho trilhado por seus irmãos ou primos. Optamos por apresentar algumas histórias de vidas discriminadas pelos tipos de atos infracionais efetuados, para ilustrar como o perfil destes jovens se distingue na medida em que se diferenciam os atos cometidos, reforçando a complexidade da questão e contrariando a idéia corrente de se reduzir o problema à questão do infrator.

Tentamos, no quinto capítulo, retratar a vida institucional e sua engrenagem desumanizadora, além de captar a opinião dos familiares sobre a institucionalização. O que apresentamos aqui é muito pouco, comparado ao sofrimento e descaso perpetrado pelas instituições públicas responsáveis pelo acautelamento e custódia destes jovens. Apresentamos, ainda, as violências sofridas no ato da prisão, reveladas como momentos profundamente humilhantes para os jovens. A ineficiência das instituições na ressocialização dos jovens e as relações estabelecidas no seu interior são abordadas e completam um ciclo de estagnação do próprio sistema.

No sexto capítulo, buscamos uma abordagem que busca colocar lado a lado o infrator e o não-infrator, perscrutando diferenças e similaridades. Finalmente, apresentamos as considerações finais, em que são pontuadas as reflexões que este trabalho suscitou e as principais questões relacionadas à gênese

dos atos infracionais. Procuramos apontar, ainda, as principais dificuldades do sistema de acolhimento a jovens infratores e tentar contribuir com novas propostas de compreensão e prevenção da infração juvenil.

Muitas pessoas e instituições auxiliaram a realização deste livro, especialmente o Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli, unidade da Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz (Claves/Ensp/Fiocruz), a Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Também cooperaram a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Todo o trabalho desenvolvido na cidade de Recife contou com a cooperação do Gabinete de Assessoria às Organizações Populares (Gajop), nas pessoas de Anália B. Ribeiro, Andréa C. Lopes, Valdênia B. Monteiro, Ivens M. Gama e Vinícius C. Ferreira.

Também foi importante o apoio dos juízes das varas da Infância e Juventude de Recife – Dr. Bartolomeu B. F. Moraes – e do Rio de Janeiro – Dr. Geraldo L. M. Prado e Dr. Guaraci C. Vianna –, bem como do Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas (Degase), no Rio de Janeiro e da Fundação da Criança e do Adolescente (Fundac), de Pernambuco.

O auxílio da direção, coordenação, técnicos e agentes educacionais das instituições de internamento e semiliberdade foram fundamentais para o êxito do livro. São elas a Escola João Luiz Alves (Ejla), o Instituto Padre Severino (IPS) e os Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor (Criam), no Rio de Janeiro, e o Presídio de Paratibe, em Recife.

O apoio logístico foi dado pela Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco).

Um especial agradecimento às estagiárias de psicologia Fernanda C. V. Alzuguir, Joviana Q. Avanci, Francisca Luzimeire, bem como a Marcelo S. Motta, Marcelo C. Pereira e Maria Elisa Nejaim, pelo apoio técnico prestado.

Não seria justo terminarmos estes agradecimentos sem falarmos de Antonio Veronese, solidário nesta luta por justiça e dignidade. O artista cedeu as fotos da sua exposição As Faces do Medo (1998), um perfil dos meninos assassinados no Rio de Janeiro, para a capa deste livro. Agradecemos, também, à Fundação Oswaldo Cruz, mais especificamente à Vice-Presidência de Ambiente, Comunicação e Informação, que, por intermédio da Editora FIOCRUZ, viabilizou a publicação deste livro.

INTRODUÇÃO

A violência praticada por jovens tem, gradativamente, se transformado em um grave problema para a sociedade brasileira, especialmente nos seus centros urbanos, acompanhando uma tendência mundial de crescimento deste fenômeno. Entretanto, o nível de compreensão e a pesquisa nacional acerca dos motivos que conduzem à violência não estão acompanhando o ritmo de crescimento da incidência desses crimes. A proeminência com que esta questão tem alcançado os meios de comunicação nacionais e internacionais estimulou a realização deste livro, que se propõe a analisar a história de vida de jovens que praticaram atos infracionais[1] considerados graves e de seus irmãos que não tenham cometido atos violentos, buscando conhecer os motivos que os levaram a trilhar caminhos tão distintos. Os estados do Rio de Janeiro e Pernambuco foram escolhidos por apresentarem incidência elevada de infrações juvenis e por seus graves problemas de desigualdade social.

No Brasil, desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1991), utiliza-se o termo *atos infracionais* para designar os *delitos* cometidos por *adolescentes*, buscando-se romper com os significados estigmatizantes que os conceitos de delinqüência juvenil, crime e menor traziam. O adolescente infrator passou a ser julgado pelas infrações previstas no Código Penal, recebendo a medida socioeducativa de acordo com a gravidade do ato e com suas condições de cumpri-la, tendo amplo direito de defesa. Esta nova conceituação respalda-se, sobretudo, na necessidade de proteção e de garantia dos direitos da criança e do adolescente, considerando-os, pela primeira vez, sujeitos de pleno direito e de dever na legislação brasileira. Permite compreender a infração como um fenômeno

---

[1] Ato infracional é a conduta prevista no Código Penal – CP (Brasil, 1983) ou em leis (ver Anexo 3), praticado por criança ou adolescente. Neste estudo foram priorizados os casos de ameaça à vida (homicídio) e atos considerados no CP como de natureza grave (assalto à mão armada, lesão corporal, estupro, atentado violento ao pudor). No decorrer da pesquisa foram, ainda, investigados a participação no tráfico de drogas e o furto. Alguns setores da sociedade têm solicitado incluir o tráfico de drogas como crime de mais gravidade. Dois casos de furto são superficialmente apresentados, por não serem objeto da pesquisa.

transitório na vida de um jovem, ao passo que a noção de delinqüência adjetiva e estigmatiza o indivíduo. Entretanto, como a bibliografia especializada internacional emprega o termo delinqüência juvenil, essa nomenclatura também será utilizada aqui, apenas nos momentos em que se procura fazer dialogarem a teoria e a realidade empírica.

A implementação das medidas socioeducativas previstas no ECA[2] evidencia a estratégia de ressocialização do adolescente – especial por sua condição de crescimento e desenvolvimento. Além disso, reconhece a ineficácia da punição criminal.

Uma questão fundamental em diversos países e também no Brasil, especialmente nos meios jurídicos, tem sido o debate em torno da responsabilidade que a criança e o adolescente têm por seus atos, questão originada da escola clássica, fundada no século XVIII por Beccaria e que teve continuidade com Bentham, influenciando, sobremaneira, a elaboração do Código Penal francês em 1791 (Schoemaker, 1996). De acordo com os seguidores dessa escola, os atos humanos são frutos de uma escolha racional, o que implica ter uma consciência nítida e clara das conseqüências positivas e negativas de seus atos. Essa concepção indica que as pessoas optam *voluntariamente* por praticar atos infracionais, assumindo que todos têm a mesma oportunidade de efetuar escolhas em suas vidas. No Brasil, este debate se evidencia na pressão de certos setores da sociedade para reduzir a idade pela qual os jovens podem assumir as próprias responsabilidades (Fonacriad et al., 1997). Em alguns países, mesmo crianças podem ser julgadas porque a sociedade considera que são capazes de discernimento e escolhas racionais.

A literatura especializada tem mostrado um enfoque diferenciado, dado pelos profissionais da área da saúde (em conjunto com criminologistas), com início em meados deste século e abordando o tema de maneira mais compreensiva. Esse novo enfoque, originado da área da epidemiologia, busca identificar os fatores de risco para a delinqüência e a possibilidade de se atuar preventivamente sobre tais fatores. Bloom (1996) elabora um resumo deste percurso nas últimas décadas. Por volta dos anos 60, começou-se a acreditar que os altos níveis de estresse biopsicossocial operando sobre um indivíduo vulnerável normalmente produziriam altos níveis de 'disfunções' e problemas de comportamento, incluindo-se aí a delinqüência.

---

[2] No ECA, estão previstas as seguintes medidas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional. Além dessas, ainda é possível determinar as medidas previstas no artigo 101: encaminhamento aos pais; orientação, apoio e acompanhamento; matrícula e freqüência obrigatórias em estabelecimentos de ensino fundamental; inclusão em programa comunitário de apoio à família, à criança ou ao adolescente; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico; inclusão em programa de auxílio, orientação e tratamento de alcoólatras e toxicômanos e colocação em abrigo.

Nos anos seguintes, os estudiosos que buscaram comprovar essa teoria foram percebendo que algumas pessoas, mesmo vivendo em ambientes altamente estressantes, cresciam sem desenvolver comportamento social 'disfuncional'. Apoiados nas idéias de autores como Piaget e Bandura, seus estudos davam ênfase à capacidade individual: "aquilo que uma pessoa pensa, deseja, espera e idealiza afeta o que ela faz" (Bloom, 1996:92). Esta noção de individuação está na origem de um novo pensamento, segundo o qual, mesmo com altos níveis de estresse biopsicossocial, um indivíduo poderia se mostrar *invulnerável*, ou resistente ao estresse, apresentando um comportamento social funcional ou adaptado. O conceito foi, inicialmente, denominado resiliência.

Essa hipótese se mostrou inconsistente, pois logo se constatou que ninguém é invulnerável a ponto de resistir ilimitadamente à pressão emocional. Assim, chegou-se ao conhecimento atual, segundo o qual altos níveis de estresse proveniente de pessoas, ambiente familiar e social sempre afetam os indivíduos, mas apenas serão denominados resilientes aqueles que vivenciarem mais fatores protetores[3] do que de risco (Hoge, 1996).

A noção de resiliência foi um marco na pesquisa médico-social. Maldonado (1997:39) define as pessoas resilientes como aquelas que conseguem "atravessar" os momentos difíceis da vida sem se desestruturar, "como uma árvore flexível cujos galhos se dobram em um vendaval, mas não se quebram".

Compreender essa capacidade de resistir às pressões do meio e não desenvolver comportamento delinqüente foi a questão que originou este livro que, embora essencialmente de caráter qualitativo, se articula, em pequena escala, com o enfoque quantitativo. A proposta é identificar os fatores de risco que levam um jovem a ser infrator e os fatores protetores que agiriam sobre um outro jovem, que vive no mesmo ambiente familiar e comunitário, conduzindo-o a não optar por caminhos infracionais.

Os estudos epidemiológicos forneceram a sustentação teórica, contribuindo para a seleção das variáveis abordadas empiricamente. As variáveis foram organizadas a partir de um modelo teórico explicativo sobre a gênese da delinqüência juvenil, apresentado por Schoemaker (1996: 251). Esse desenho está de acordo com as principais teorias utilizadas aqui e listadas a seguir. Não consideramos o modelo adotado completo, nem

[3] São várias as distinções entre estes fatores (Stouthamer-Loeber et al., 1993). Existem autores que os consideram variáveis distintas; outros os concebem como extremos opostos da mesma variável, por exemplo: relação familiar problemática é um fator de risco para a delinqüência, e relação familiar ajustada, um fator protetor que dificulta a inserção de um jovem na vida infracional. Essas associações podem ter magnitude distinta e não ser sempre lineares.

definitivo, mas útil na orientação, organização e direcionamento do estudo, pois, como afirmam Minayo & Souza (1997:514) "qualquer reflexão teórico-metodológica sobre violência pressupõe o reconhecimento da complexidade, polissemia e controvérsia do objeto. Por isto mesmo, gera teorias, todas parciais".

Esse modelo de análise incorpora três níveis de conceitualização: estrutural, que incorpora as condições sociais; sócio-psicológico, que se refere ao controle social da família, escola e demais instituições responsáveis pelo adolescente, a auto-estima[4] e a influência de grupos de jovens sobre o comportamento infrator; individual, incluindo aspectos biológicos e psicológicos.

Nível estrutural

Nesse nível a delinqüência foi inicialmente concebida, há algumas décadas, como primária e preponderantemente causada por fatores sociais, em associação com fatores situacionais e pessoais. A primeira teoria a tentar explicar a existência de crimes praticados por grupos, organizados em gangues, foi a que se baseou na *desorganização social* existente nas estruturas e instituições sociais, mais acentuada nas classes populares (Shaw & Mckay, 1969). Ela privilegia a ruptura dos controles institucionais convencionais existentes na comunidade e a inabilidade de organizações, grupos ou indivíduos resolverem os problemas comunitários coletivamente, levando, ainda, ao estabelecimento de padrões criminais, que substituiriam os convencionais.

A teoria da anomia (Merton, 1957) é outra corrente segundo a qual um grande número de pessoas se acha em desvantagem em relação às atividades econômicas legais e, portanto, se engajam em atividades ilegais e delinqüentes. Refere-se à distância entre a ideologia das oportunidades sociais e as reais condições de realização individual de crescimento, sucesso e êxito na sociedade.

Essas e outras teorias foram muito criticadas desde então. Zaluar (1997:20) comenta que tinham

> *compromisso com o positivismo que transformava as pessoas em objeto e seu comportamento em fatalidade ou determinação, dificultando o entendimento delas enquanto sujeitos que participariam de forma ativa nas suas escolhas e ações, apesar das contrições e pressões de forças de várias ordens.*

[4] A auto-estima está inserida neste nível por estar intrinsecamente associada à influência familiar e do grupo de pares.

É, portanto, um erro transpor mecanicamente as condições estruturais ou a pobreza como causas diretas de delinqüência. Incluímos, aqui, as condições estruturais, representadas pela desigualdade social, de oportunidades, falta de expectativas sociais, desestruturação das instituições públicas, facilidades oriundas do crime organizado e outras instâncias desse nível, como fatores que contribuem para a ocorrência de delinqüência, atuando integradamente ou de forma combinada como uma rede de fatores existentes nos outros níveis explicativos, mostrados a seguir.

Nível sócio-psicológico

A principal teoria explicativa nesse nível é a do *controle social* (Hirschi, 1969). Mostra que a gênese da delinqüência juvenil está relacionada a problemas na vinculação social do jovem a instituições como família, escola, igrejas, que teriam por função formar ou adaptar o indivíduo às normas sociais.

A importância da família como fator causal para a delinqüência se dá na medida do maior ou menor controle, direto e indireto das ações dos jovens. Os familiares atuam diretamente estabelecendo horários, regras de convivência, punições e recompensas. Agem de maneira indireta ao criarem uma forte ligação pais/filhos, capaz de dissuadir o jovem de cometer atos infracionais. A imagem da família atuaria como censura, provocando-lhe vergonha ou desapontamento. Chesnais (1996), importante historiador francês que estuda a presença da violência nas sociedades ocidentais, afirmou que, no Brasil, um dos fatores desencadeantes da delinqüência é o fraco controle sobre os jovens exercido por instituições como família, igreja e escola.

Duas teorias mostram a relevância da visão que o jovem tem de si mesmo e a influência do meio (família, escola, comunidade) no processo da aquisição da *auto-imagem,* fator importante a ser considerado na etiologia da delinqüência. Uma assume que jovens com uma visão pobre de si mesmos se encaminham mais para o crime (Reckless, 1961) e a outra considera que jovens rotulados de criminosos adquirem auto-estima baixa (Lemert, 1951).

Por último, a associação dos jovens em grupos é outro fator muito estudado na origem da delinqüência no nível sócio-psicológico. A teoria elaborada por Matza (1964) – *drift theory* – assume que o jovem comete delinqüência pela influência do grupo social com que convive e não por obediência às suas regras. A influência do grupo de pares sobre o jovem e as inter-relações que

esse grupo estabelece na sociedade são, portanto, importantes de serem analisadas nesse nível teórico. Conforme atesta Zaluar (1997:19),

> *as organizações juvenis não existem isoladas do resto da sociedade* (...) [elas] *proliferam, decaem ou desaparecem num contexto institucional que tece uma trama de interações simbólicas entre os jovens pertencentes a essas organizações e os representantes da ordem e da lei.*

Nível individual

Essas teorias privilegiam mecanismos internos do indivíduo como os determinantes fundamentais para a delinqüência. As que se baseiam nos aspectos biológicos hereditários explicam esses fatores como importantes no que se refere ao desenvolvimento cognitivo e aprendizado, podendo, assim, predispor um indivíduo à criminalidade, mas jamais determinando esse comportamento. Outras dão ênfase às características de personalidade, mostrando que o nível de inteligência pode ser um indicador apenas indireto de delinqüência, ao passo que os atributos de personalidade são chaves para o entendimento, se considerados como conseqüentes das experiências vividas pelo sujeito durante sua formação. Logo, personalidade é uma mescla das influências do meio com a bagagem genética de cada indivíduo. Minayo & Souza (1997: 517) afirmam a respeito:

> *Entendemos que as descobertas da biologia, psicologia, genética e neurofisiologia são fundamentais para se obter uma compreensão sócio-filosófica do humano. Igualmente importante é conhecer os mecanismos que resultam não apenas na transformação do biológico pelo social como na afirmação do biológico como dimensão constituinte do social, sobretudo agora que correntes modernas das ciências naturais têm mostrado que a consciência humana possui potenciais praticamente ilimitados para se desenvolver e conhecer o mundo. Da mesma forma, não se pode negar que as peculiaridades individuais mediatizam as reações dos seres humanos aos estímulos externos.*

Alguns dos atributos freqüentemente relacionados aos delinqüentes são: impulsividade, inabilidade em lidar com o outro e de aprender com a própria experiência de vida, ausência de culpa ou remorso por seus atos, insensibilidade à dor dos outros e transgressões. Pessoas com alguns desses atributos podem ser encaixadas dentro de um diagnóstico psiquiátrico denominado personalidade anti-social.

Um modelo teórico que congrega esses três níveis é apresentado a seguir.

Nesse modelo, as linhas contínuas significam relações mais fortes e as descontínuas mais frágeis. Os estímulos mais diretos e intensos à delin-

Figura 1 – Modelo teórico-explicativo para a delinqüência juvenil

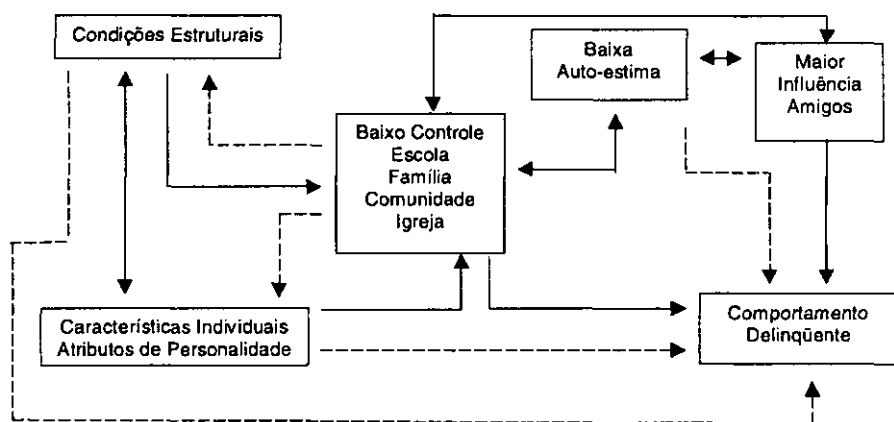
Condições Estruturais

Baixa Auto-estima

Maior Influência Amigos

Baixo Controle
Escola
Família
Comunidade
Igreja

Características Individuais
Atributos de Personalidade

Comportamento Delinqüente

Fonte: Schoemaker (1996:259).

qüência são o grupo de amigos e o controle social estabelecido sobre os jovens. Entretanto, a rede causal é passível de múltiplas interações, apontando para a necessidade de se pesquisar os diferentes níveis e as interconexões.

Apenas analisando os três níveis integradamente podemos ter um conhecimento mais profundo e real sobre a questão da violência praticada por jovens. A concepção causal somente pode ser vista como uma rede de intrincados fatores, que se relacionam dinamicamente e de forma diferenciada em cada indivíduo.

Complexificando ainda mais os modelos explicativos para a delinqüência, Schoemaker (1996) ressalta a possibilidade de construir modelos segundo os tipos de delinqüência, buscando as especificidades existentes para cada tipo de ato infracional. Por outro lado, esses modelos pretendem explicar a delinqüência como um comportamento assumido pelo jovem, desconsiderando a existência dos infratores ocasionais, que poderiam ter sido cometidos fortuitamente.

Essas considerações nos levam a crer que, na medida em que conheçamos mais sobre as origens da delinqüência, mais complexos e diferenciados serão os modelos explicativos, especialmente porque as relações de complexidade se incrementam quando incluímos o nível individual na análise. O que estamos nos propondo a efetuar neste livro é uma abordagem exploratória ao tema, visando a contribuir para avançar no conhecimento da realidade com base em dados empíricos.

1

DESCREVENDO OS CAMINHOS DA PESQUISA

A Questão do Método

Na pesquisa que deu origem a esta publicação, utilizamos, como técnica principal, a abordagem qualitativa: a história de vida de jovens do sexo masculino[5] que cometeram atos infracionais graves – e estavam cumprindo medidas socioeducativas em instituições do Rio de Janeiro e Recife – e de seus irmãos ou primos, que não cometeram atos infracionais. Segundo Denzim (1970), este é o melhor método para estudar processos de socialização, emergência de um grupo, estrutura organizacional, nascimento e declínio de uma relação social e respostas situacionais a contingências cotidianas. A este método foi agregada a técnica do genograma, utilizada com finalidade de desenvolver uma história mais completa da família, tema considerado essencial para este livro (McGoldrick & Gerson, 1985).

Para facilitar o desenvolvimento das entrevistas foi elaborado um roteiro semi-estruturado, adaptado do modelo de uma pesquisa norte-americana (Garbarino & Bedard, 1996).[6] É uma seleção de tópicos de interesse e, portanto, jovem algum respondeu a todos os itens, já que o transcorrer da entrevista direcionava o diálogo. Compôs-se dos seguintes temas:

- família: sua estrutura, relacionamento entre familiares, narrativas sobre as questões pré e perinatais do entrevistado, a estabilidade nos cuidados iniciais dispensados ao entrevistado quando criança, a violência sofrida na família, os maus-tratos psicológicos existentes na família, a situação econômica familiar, a escolaridade dos membros da família, a existência de história pregressa de doenças na família e a relação familiar pós-infração;
- adolescente: sua escolaridade, seu trabalho, como gasta o seu dinheiro (especialmente aquele fruto da infração), como utiliza drogas e álcool, as namora-

[5] Optou-se por trabalhar apenas com jovens do sexo masculino porque estes são responsáveis por mais de 90% das infrações registradas nas Varas da Infância e Juventude. Além disso, cremos que o universo feminino é muito distinto do masculino, especialmente quando se fala sobre os tipo de atos infracionais praticados.

[6] A idéia original desta pesquisa surgiu devido a um trabalho articulado com o Family Life Development Center, da Universidade de Cornell (EUA).

das e os filhos que tem, as pessoas em quem confia, vivência de bons e maus momentos na vida, quem considera que pode ajudá-lo, a visão que tem de si, o lugar (casa e comunidade) em que vive, seus amigos, sua experiência espiritual, sua visão religiosa e moral, existência de planejamento para o futuro, senso de responsabilidade e reflexão sobre a vida;

- experiência infracional: as justificativas dadas para os atos infracionais, utilização de drogas/álcool na prática de infrações, o porte de armas, o histórico infracional, a vida na rua, o momento da prisão, a violência policial, o envolvimento com o tráfico de drogas, a utilização de menores para encobrir os crimes de adultos, o código de ética do grupo infrator e os sentimento em relação à infração;
- vida na instituição: a chegada às instituições, o convívio cotidiano entre infratores, o dia-a-dia com os técnicos e monitores (que efetuam a segurança), a visão sobre as oficinas e aulas, as visitas familiares, as expectativas para a futura saída da instituição e as lições aprendidas.

Também serviram como material para análise os diários de campo redigidos durante a pesquisa, os relatos técnicos contidos nos prontuários existentes nas instituições e os processos das Varas da Infância e Juventude (quando localizados), utilizados especialmente para recompor a trajetória institucional destes jovens. Tal estratégia segue a indicação de Minayo (1992:128), quando afirma que "as situações recolhidas através da história de vida devem ser complementadas pela perspectiva de outros atores sociais que se relacionam com os fatos focalizados".

Todo o trabalho de campo da pesquisa foi realizado entre abril e dezembro de 1997. Foram entrevistados 99 jovens, dos quais 92 serviram de base para a análise apresentada.[7] Estes se dividiram em dois grupos: a) 61 adolescentes que praticaram ato infracional e por isso cumpriam medidas socioeducativas de internação[8] em instituições no Rio de Janeiro (46) e Recife (15); b) 31 irmãos ou primos não-infratores (20 no Rio de Janeiro e 11 em Recife).

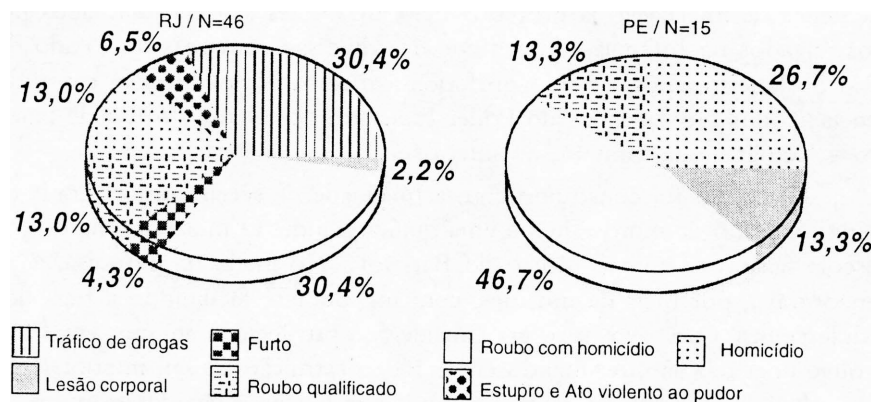
No Rio de Janeiro, 20 infratores entrevistados moravam no próprio município, 17 na região metropolitana e 9 no interior do Estado. Foram

[7] As perdas se devem a: a) dois infratores que não se encaixavam no perfil desejado para a pesquisa; b) dois jovens que saíram da instituição sem completar a entrevista; c) um infrator com distúrbio de conduta; d) dois irmãos que se declararam infratores no transcorrer da entrevista.

[8] A medida de internação só pode ser aplicada em caso de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, por reiteração no cometimento de outras infrações graves ou por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta (ECA, art.122). É importante ressaltar que a natureza da infração é condição necessária, mas não suficiente à aplicação desta medida. Para isto, devem-se considerar também as circunstâncias do ato praticado e a capacidade do adolescente em cumprir a medida. O período máximo de internação não pode exceder três anos, e a liberação é compulsória aos vinte e um anos (ECA, art.121).

trazidos para a capital por determinação judicial para cumprimento de medida socioeducativa. Em Recife, todos eram moradores da região metropolitana.

A pesquisa, inicialmente, objetivava entrevistar jovens que tivessem cometido atos infracionais considerados graves: homicídios (artigo 121 CP[9]), tentativa de homicídios (artigo 121, 14 II CP), roubo qualificado (artigo 157 CP) e lesões corporais graves (artigo 129, parágrafos 1, 2 e 3 CP). Entretanto, foram incluídos também jovens que cometeram estupro (artigo 213 CP), atentado violento ao pudor (artigo 214 CP), furto (artigo 155 CP) e tráfico de drogas (artigo 12 CP). A experiência do trabalho de campo nos revelou o grande número de jovens internos por tráfico de drogas. Estes nos eram indicados por outros entrevistados por já terem praticado homicídios, embora nunca tivessem sido detidos por este fato. Começamos a entrevistá-los e não mais interrompemos esse processo, passando a solicitar aos técnicos que nos encaminhassem também adolescentes que estivessem internos devido à participação no tráfico de drogas. O perfil dos entrevistados,[10] segundo os artigos pelos quais se encontram internados, pode ser visualizado no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Atos infracionais cometidos pelos entrevistados

[9] Código Penal (Brasil, 1983).

[10] O perfil dos entrevistados apresenta maior gravidade do que o dos internos em geral, em função dos artigos priorizados na pesquisa. Entretanto, guardam relação com a realidade de cada local, como pode ser evidenciado nos seguintes dados:

Rio de Janeiro: do total de 5.011 atos infracionais cometidos em 1997 tem-se que 20,3% é referente a tráfico de drogas, 12,9% roubo; 9,6% furto; 4,2% lesão corporal; 0,5% homicídio; 0,04% latrocínio e 0,2% estupro e atentado violento ao pudor (Segunda Vara da Infância e Juventude, 1998).

Recife: do total de 2.205 atos infracionais registrados em 1997, tem-se que: 30% são decorrentes de roubo/tentativa de roubo, 29% de furto/tentativa de furto, 8% de entorpecentes, 8% de lesão corporal, 4% de homicídio/tentativa de homicídio e 1% de estupro (Secretaria de Segurança Pública/PE, 1997).

Como se pode verificar pelos dados deste gráfico, os jovens detidos por tráfico de drogas se constituem como um grupo importante no Rio de Janeiro, refletindo, neste caso, a diferença do perfil dos jovens internados nas instituições das duas capitais.

A equipe interdisciplinar de pesquisadores compôs-se de uma médica, quatro psicólogas, um sociólogo, com especialização em psicologia, epidemiologia e saúde pública, além de três estagiárias de psicologia. Esteve sob a supervisão de consultores em metodologia qualitativa. Na etapa preparatória foram efetuados: treinamento com a equipe; elaboração do roteiro de entrevistas; contatos com as Varas da Infância e Juventude do Rio de Janeiro e Recife, com o Departamento Geral de Ação Sócio-Educativa (DEGASE/RJ) e a Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC/PE),[11] com as instituições de internamento (Instituto Padre Severino-IPS, Escola João Luiz Alves (EJLA) e presídio de Paratibe) e de semiliberdade no Rio de Janeiro (com a diretora geral dos Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor – CRIAM – e os diretores das unidades).

A primeira instituição a que tivemos acesso, após várias tentativas telefônicas, visitas e reunião com a direção, foi a Escola João Luiz Alves (EJLA), inaugurada em 1928 e a mais antiga unidade de atendimento aos infratores em funcionamento no Rio de Janeiro. Recebe jovens com a sentença de internação já proferida pelo juiz. Estes são encaminhados pelos juizados da Infância e Juventude das diversas comarcas do estado do Rio de Janeiro, após ter sido proferida a medida socioeducativa em audiência. Todos são tutelados do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – Comarcas da capital e do interior.

O prédio foi construído com a finalidade de servir como colônia de férias, cercado de muros altos e uma quinta grande. O muro dos fundos da escola faz divisa com o Morro do Barbante. No início da pesquisa, já se encontrava, por mais de um mês, com um buraco, facilitando a fuga dos adolescentes. O espaço físico era considerado privilegiado até que, em 1994, houve uma rebelião, resultando em grande destruição de seu interior (Bastos, 1994a). A partir de então as condições físicas estão deterioradas. A escola comporta até 128 adolescentes. No entanto, durante todo o período do trabalho de campo, esteve com lotação superior a 200 internos.

A entrada de nossa equipe nessa instituição foi bastante delicada. Somente durante o período de trabalho de campo ocorreram seis rebeliões – nas quais fugiram 345 internos – houve uma morte (Anexo 1) e foram

[11] Tem como objetivo promover, no âmbito estadual, a política de atendimento à criança e ao adolescente abandonados na forma da lei, e aos envolvidos e autores de atos infracionais, visando a garantir as políticas de direitos e proteção especial.

substituídos, sucessivamente, três diretores, o que criou uma série de dificuldades na operacionalização do trabalho.

Outro problema foi a dificuldade de obter a cooperação de alguns técnicos da instituição para indicar jovens que preenchessem o perfil desejado da pesquisa e facilitar o acesso aos prontuários. Os funcionários solicitaram autorização específica do juiz para estes fins, o que fizemos, a despeito da perda de tempo que isso provocou. Procuramos trabalhar com o apoio de outros técnicos, que nos receberam de forma prestimosa e nos facilitaram salas para que entrevistássemos os jovens sem nenhum cerceamento. As dificuldades foram parcialmente vencidas com o tempo, à medida que uma relação de maior tolerância se estabeleceu e que todos perceberam que o objetivo da pesquisa não era a avaliação de seu desempenho.

O relacionamento instável com a equipe técnica, por problemas na própria instituição, dificultou o contato com a família (irmãos e primos) dos infratores entrevistados. Contribuiu também para que entrevistássemos mais jovens do que o inicialmente planejado, a fim de conseguirmos o acesso aos irmãos e primos.

A segunda entidade pesquisada foi o Instituto Padre Severino (IPS), instituição responsável pela execução da medida de internação provisória. Compete a ela a custódia temporária dos adolescentes encaminhados pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) e pelos Juizados da Infância e Juventude das diversas comarcas do estado do Rio de Janeiro. Lá, uma equipe especializada estuda cada caso e localiza os responsáveis pelo adolescente – já ouvido pelo Ministério Público. O objetivo é encaminhar o jovem para a instância judiciária que definirá a(s) medida(s) socioeducativa(s) a ser(em) aplicada(s).

Os adolescentes ficam no IPS aguardando a sentença do juiz que definirá a medida socioeducativa adequada a ser cumprida. A permanência nesse instituto não deve ultrapassar o período de 45 dias (ECA, art. 108). O juiz pode optar pela medida de semiliberdade ou liberdade assistida nos Criam, internação na Ejla ou por medidas mais leves.

Criado em 1954, o IPS é capaz de absorver uma demanda de 150 adolescentes (Bastos, 1994b). No entanto, trabalha com normalmente 200 ou mais internos, sujeitos às precárias condições das instalações.

Também lá tivemos alguma dificuldade para conseguir entrevistar jovens que satisfizessem os critérios estabelecidos pela pesquisa. Primeiramente, o diretor, com o argumento de não ferir o ECA, não quis indicar infratores que tivessem cometido homicídio ou outro ato mais grave, pois achava que estaria quebrando o sigilo exigido no estatuto. Argumentamos que o estatuto se refere à divulgação para a mídia, em que a identidade do

jovem seria revelada. Este não era o caso do nosso trabalho, onde respeitaríamos rigorosamente a confidencialidade das informações. Por essa razão, os primeiros jovens que entrevistamos ali foram internados por furtos, sem maiores envolvimentos com infrações graves. Outra dificuldade foi a impossibilidade de realizarmos uma reunião com a equipe técnica, para apresentarmos o estudo. Pouco a pouco, procuramo-nos identificar às técnicas, explicando a pesquisa e os objetivos. A equipe recebeu muito bem o trabalho, manifestando apreciação pelo gesto de nos apresentarmos e se colocou à disposição para indicar os adolescentes a serem entrevistados e nos auxiliar nos contatos a serem estabelecidos com as famílias.

A terceira instituição incluída na pesquisa foi o Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor (CRIAM). Este é constituído por pequenas unidades, planejadas para funcionarem com cerca de 40 internos. Tinha como objetivo inicial criar uma retaguarda descentralizada de apoio à ressocialização do jovem infrator, por meio da integração de recursos, apoiada por uma política de cooperação técnica interinstitucional e um alto nível de participação comunitária. Por questões políticas, a proposta original dos CRIAM não foi implementada. Observou-se, no trabalho de campo, que a cooperação entre instituições e o apoio da comunidade são escassos, o que dificulta sobremaneira a almejada ressocialização. Os CRIAM são responsáveis pela execução das medidas socioeducativas de liberdade assistida[12] e de semiliberdade.[13]

Foram construídos 15 CRIAM no estado do Rio de Janeiro, em localidades de maior carência no atendimento à população infanto-juvenil. Estão situados nos seguintes locais: Penha, Ricardo de Albuquerque, Bangu e Santa Cruz (no município do RJ); Niterói, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Duque de Caxias e Nilópolis, na região metropolitana; Nova Friburgo, Barra Mansa, Cabo Frio, Campos, Volta Redonda e Macaé, em municípios do interior do estado.

Os CRIAM do município do Rio de Janeiro, por sua proximidade, foram considerados prioritários para os contatos. Nossa admissão nestas unidades foi tranqüila e sem maiores obstáculos, com exceção do de Santa Cruz, onde foi realizada somente uma entrevista por dificuldades impostas

---

[12] Medida de acompanhamento, auxílio e orientação ao adolescente por pessoa capacitada para acompanhar o caso, recomendada por entidade ou programa de atendimento. Tem o prazo mínimo de seis meses, podendo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida. Visa a promover socialmente o adolescente e sua família, supervisionar sua freqüência escolar e orientar para a profissionalização (Brasil, 1991).

[13] Medida que prevê a permanência em instituição determinada pelo juiz, sem prazo fixo. Pode ser aplicada desde o início ou como forma de transição para regime aberto, possibilitando a realização de atividades externas. São obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo-se, sempre que possível, utilizar os recursos existentes na comunidade (Brasil, 1991).

pela diretora, que até mesmo nos bloqueou o acesso ao prontuário do infrator, apesar de termos a autorização por escrito do juiz. O contato e a recepção dos diretores e técnicos dos CRIAM da Penha e de Bangu foram valiosos e facilitaram o andamento da pesquisa. O CRIAM de Ricardo de Albuquerque não foi investigado porque abrigava somente infratores do sexo feminino. Como o número de infratores enquadrados nos artigos desejados pela pesquisa era pequeno, ampliamos a pesquisa para os CRIAM de Niterói e São Gonçalo. Apenas no segundo o contato foi efetivado e foram realizadas entrevistas com todo apoio e incentivo dos técnicos e do diretor.

Os infratores inicialmente selecionados nas três instituições do Rio de Janeiro foram indicados pelos diretores e técnicos, desde que tivessem cometido os atos infracionais incluídos no escopo da pesquisa. À medida que convivíamos na instituição, os próprios entrevistados passaram a identificar colegas que haviam cometido os atos infracionais dentro dos parâmetros da pesquisa. Após confirmação com os técnicos, entrávamos em contato com os adolescentes. Solicitávamos que nos indicassem o interno sem nos informar por qual artigo específico o jovem estava respondendo e sem que soubéssemos quaisquer outras informações. Dessa forma, fizemos muitas entrevistas sem ter conhecimento algum da infração cometida pelo adolescente e de sua história de vida, o que nos isentava de possíveis influências *a priori* e de nossas posturas preconcebidas em relação aos jovens.

Os critérios de seleção dos irmãos e primos dos infratores começaram mais rígidos e foram sendo flexibilizados, na medida em que as dificuldades foram surgindo. A inclusão dos primos foi uma estratégia para lidar com os casos em que não havia irmãos disponíveis para serem entrevistados na família. Temos clareza de que essa opção introduziu uma diferenciação extra para a pesquisa, pois a maioria dos primos vivia em núcleos familiares distintos, com vivências comunitárias também diversas. Procuramos contornar este problema selecionando um primo que fosse intimamente próximo ao infrator nos anos de crescimento. A dificuldade nesse aspecto da pesquisa pode ser constatada no fato de que tivemos que entrevistar 61 infratores para alcançar a meta de 31 irmãos ou primos.

Os principais motivos da impossibilidade de entrevistar irmãos e primos dos infratores foram: famílias do interior que não responderam aos telegramas e telefonemas; inexistência de irmão ou primo com idade (irmãos ainda criança) ou perfil desejados (em várias famílias, os irmãos também são infratores); jovens totalmente afastados das famílias, impedindo o acesso dos pesquisadores; e também a recusa do contato, pela não-resposta aos telefonemas e telegramas de jovens da capital. Havíamos previsto uma diferença de idade de cerca de três anos entre os irmãos ou primos e optamos por

trabalhar com aquele irmão/primo que tivesse relação mais íntima com o infrator, em virtude das dificuldades mencionadas.

Os irmãos e primos dos infratores foram, em sua maioria, entrevistados na sede do Centro Latino-Americano de Estudos sobre a Violência Jorge Careli (CLAVES); poucos nas instituições em que os parentes estavam internos, devido às dificuldades de espaço físico e de autorização para a entrada desses adolescentes na instituição.

A única instituição investigada em Pernambuco, o presídio de Paratibe, na cidade do Recife, faz parte de um complexo composto por centros de atendimento a jovens infratores da FUNDAC. Os serviços especialmente prestados para a população infratora são desenvolvidos em unidades de atendimento chamados Centros de Socialização (CESOC), responsáveis pela execução de programas de proteção e socioeducativos, funcionando 24 horas por dia em regime de plantão, com três modalidades de atendimento para o infrator: Centro de Atendimento Inicial (CETRI); Centros de Internação Provisória (CENIP); e Centros de Ressocialização do Adolescente (CERAD).

O CETRI é o primeiro lugar para onde o infrator é encaminhado ao entrar no Sistema. Objetiva a agilização do atendimento e é composto pela integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, em um mesmo local. O CENIP cumpre a medida de internação provisória e o CERAD se destina ao atendimento da medida de internação, tendo sido a unidade escolhida para sediar a pesquisa. O Complexo de Paratibe, onde foram feitas as entrevistas, engloba o CENIP e o CERAD – situados na mesma estrutura física, estando separados apenas por uma parede. É todo circundado por um muro alto, com grades altas na frente, que conduzem a uma área de recepção onde os visitantes são examinados. Situa-se no município de Paratibe, área metropolitana de Recife, a cerca de 40 minutos afastado da capital, junto a um quartel da Polícia Militar.

O presídio de Paratibe, assim como o IPS e a EJLA, conta com infra-estrutura precária. Há superlotação e não existe separação rigorosa de adolescentes por faixa etária e nem por gravidade da infração, o que fere os preceitos do ECA. O Complexo atende 240 adolescentes. Idealizado para ser um presídio de segurança máxima de adultos, acabou alojando, a partir de 1995, adolescentes, em virtude de uma rebelião na antiga sede (no centro de Recife), que foi queimada. Os adolescentes se alojam em celas, e há uma cela de segurança conhecida por eles como 'cafua', semelhante ao que, na prisão de adultos, se denomina 'solitária'. Para ela são enviados, por período determinado pelos

dirigentes, os adolescentes castigados por desobedecerem às normas institucionais (GAJOP, 1998).

Nosso acesso ao CERAD foi facilitado pelos contatos preliminares estabelecidos pelo Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), responsável pela organização do trabalho de campo em Recife, que requisitou as autorizações judiciais e entrou em contato com a diretoria do Complexo. Essa ofereceu boa receptividade e solicitou material sobre o assunto, posteriormente levado pela equipe de pesquisa. Quanto ao mecanismo de seleção dos infratores, efetuou-se um levantamento de todos os internos ali recolhidos por infrações aos artigos objetos da pesquisa. Trinta e três jovens foram então selecionados. Procederam-se às reuniões com grupos de internos, em que a pesquisa era explicada e solicitada a participação. Dessas reuniões, restaram 23 jovens com irmãos ou primos que poderiam ser entrevistados e que moravam na cidade do Recife,[14] de forma a facilitar o contato com os familiares. Apenas um se recusou a ser entrevistado.

De posse dessa lista, duas pesquisadoras foram para o presídio e permaneceram por duas semanas no CERAD. Logo de início foi realizada uma reunião com a equipe técnica, que colocou suas ansiedades e dificuldades. A direção cedeu duas salas de atendimento técnico e constatou-se total boa vontade dos funcionários. Foram entrevistados 15 adolescentes, selecionados da listagem de forma aleatória.

Com a autorização desses jovens, fizemos o contato telefônico e por telegrama com os irmãos e primos, entrevistados, em sua maioria na própria sede do GAJOP, no centro da cidade do Recife. Três irmãos não compareceram, mesmo após a confirmação dos infratores.

Superados os obstáculos institucionais, efetuou-se o contato inicial com os jovens infratores. Iniciou-se com um diálogo informal em que explicávamos o caráter de anonimato da pesquisa, que a entrevista seria conduzida por profissionais externos à instituição, que seus depoimentos não fariam parte dos arquivos da instituição e que lhes era facultado o direito de prosseguir ou não com a conversa. Tais medidas visavam a colocar os jovens mais à vontade para relatarem suas experiências de vida. Em seguida, eles eram questionados quanto à possibilidade de contactar seus familiares e sobre o seu aceite para a gravação da entrevista. Dois jovens se recusaram a ser entrevistados; quatro aceitaram a entrevista, mas não permitiram a gravação, pelo menos no primeiro contato. Outros dois solicitaram que se desligasse o gravador na hora em que comentaram os atos infracionais que haviam cometido.

---

[14] Segundo o levantamento feito pelo coordenador, o número de jovens infratores provenientes do interior era ínfimo, no momento do trabalho de campo.

Foram realizadas duas entrevistas com cada entrevistado infrator, com duração média de 60 minutos por sessão. Com os irmãos e primos realizou-se apenas uma sessão, de aproximadamente 90 minutos, em virtude da dificuldade operacional de retornarem à instituição.

O objetivo inicial da pesquisa original e da que estava sendo realizada na Universidade de Cornell (EUA) era aprofundar as entrevistas para além da história de vida e do genograma, utilizando-se da técnica da narração explicativa (Cohler, 1991), em que o próprio jovem daria a pista para explicar as causas do próprio ato infracional, permitindo mais facilmente abordar temas de fundo emocional como crises existenciais precoces (Mishler, 1995) e sensação de autodesvalorização, baseada na experiência de violência e maus-tratos psicológicos (Gilligan, 1996). Essa técnica também possibilitaria uma ligação entre a experiência vivenciada e uma ação subseqüente e ajudaria o entrevistado a efetuar elaborações sobre suas origens, sobre o impacto e o modo como enfrentou as adversidades.

Para alcançar a profundidade requerida nessa técnica, a equipe norte-americana desenvolveu cerca de sete entrevistas com cada infrator, acompanhando-o por cerca de seis meses. Em função das dificuldades vivenciadas por nós no trabalho de campo, nos restringimos a dois contatos com cada interno. Por outro lado, a pouca familiaridade com o diálogo demonstrada por muitos destes jovens também contribuiu para a enorme dificuldade que evidenciaram em verbalizar e elaborar sobre suas histórias de vida (a partir de experiências adversas), especialmente por parte dos infratores.

A dificuldade em lembrar fases da vida ficou muito evidente, bem como a falta de hábito de falar de suas experiências, especialmente de recordar-se dos fatos em ordem cronológica. Essa impossibilidade também foi encontrada por Belém et al. (1998), entrevistando jovens que cometeram atos infracionais leves no Rio de Janeiro.

Contudo, a mobilização dos sentimentos esteve sempre presente, expressando-se em suas faces, na gesticulação, no lacrimejar dos olhos, nas reticências dos relatos, demonstrando o quanto os temas abordados tocavam fundo em suas vidas. Acostumamo-nos a ouvir dos jovens, infratores ou não, a afirmação de que tinha sido a primeira vez em suas vidas que alguém os ouvia falar sobre si próprios por tanto tempo. Sentiam-se, finalmente, prestigiados e escutados. Os infratores estavam tão habituados a falar do ato infracional, que muitas vezes começavam a relatá-los sem que isso fosse solicitado, demonstrando uma certa surpresa quando começávamos a perguntar sobre sua vida inteira e seus sentimentos, desde o nascimento. Um dos jovens relatou como se sentiu na entrevista: "só

tenho a dizer que eu gostei muito de me abrir com uma pessoa que está entendendo o que eu quero dizer. (...) Se tivesse outra oportunidade eu viria novamente".

Desta forma, acreditamos ter contribuído, mesmo que timidamente, para a auto-reflexão e a autocompreensão destes jovens.

Em alguns casos em que as pesquisadoras sentiram maior necessidade de apoio para os internos, os técnicos da instituição foram contatados no sentido de dar maior atenção ao adolescente, sem que fosse revelado nada sobre o conteúdo das entrevistas. Em alguns momentos as pesquisadoras se sentiram impotentes para lidar com as solicitações feitas pelos jovens, do tipo "a senhora pode me arrumar um emprego?"

Terminada a etapa de trabalho de campo, o processamento das informações contidas nas entrevistas foi efetuado com a transcrição e organização dos dados para a aplicação da técnica de análise de conteúdo segundo dois corpos de análise: infratores e não-infratores. Da leitura exaustiva do material surgiram os núcleos de sentido que servirão de base para a análise realizada nos capítulos a seguir.

Para a apresentação dos dados optamos por chamar os infratores por nomes fictícios começados com consoantes (B, C e D para os do Rio e R para os de Recife) e os irmãos/primos por vogais (A para os do Rio e E para os de Recife). Nos quadros 1 e 2, a seguir, há uma listagem dos entrevistados, de forma a facilitar a compreensão e conduzir o leitor.

Nesses quadros, verifica-se o maior grau de escolaridade de muitos irmãos e primos e que a idade média dos infratores é de 16 anos e a dos irmãos/primos é de 20 anos. Dos 20 irmãos entrevistados, 19 moravam com o que hoje estão internos, durante toda ou parte da etapa de crescimento. Dos 11 primos, dez foram criados em lares distintos, com seus próprios pais ou avós. Essas diferenças certamente influenciaram nas opções de vida dos entrevistados, tema por nós abordado nos capítulos seguintes.

Optamos por só destacar as capitais de residência dos entrevistados no correr do texto quando a realidade era distinta; nos momentos em que os dados dos dois locais eram semelhantes, falamos dos jovens em geral. Agimos da mesma forma no que se refere às diferenças existentes entre infratores e seus irmãos/primos.

Apresentamos ainda, para o Rio de Janeiro, a instituição em que cada jovem infrator foi entrevistado, procurando dar meios a que o leitor possa relacionar as falas com os locais em que os entrevistados se encontravam. Para Recife não detalhamos no quadro essa informação, já que todos foram abordados no CERAD.

Quadro 1 – Dados sobre os entrevistados do Rio de Janeiro

Infrator	Instituição	Idade	Escolaridade	Irmão/primo	Idade	Escolaridade	Situação familiar
Carlos	EJLA	17	4ª série 1º grau	Almir	21	2ª série 2º grau	Primos, vivem juntos
Cássio	IPS	17	4ª série 1º grau	Alberto	29	5ª série 1º grau	Irmãos, vivem juntos
Cleiton	IPS	17	5ª série 1º grau	Amauri	18	6ª série 1º grau	Irmãos, vivem juntos
Bernardo	IPS	17	6ª série 1º grau	Alencar	15	8ª série 1º grau	Primos, vivem juntos
Bruno	CRIAM	17	3ª série 1º grau	Arnaldo	14	5ª série 1º grau	Primos, vivem em lares distintos
Cleisson	EJLA	13	5ª série 1º grau	Ademir	16	5ª série 1º grau	Primos, vivem em lares distintos
Breno	EJLA	16	5ª série 1º grau	Aloísio	23	3ª série 2º grau	Primos, vivem em lares distintos
Clemer	CRIAM	18	2ª série 1º grau	Adriano	16	5ª série 1º grau	Irmãos, vivem juntos
Caetano	CRIAM	16	5ª série 1º grau	Ademar	26	5ª série 1º grau	Primos, vivem em lares distintos
Benedito	IPS	17	5ª série 1º grau	Afonso	24	4ª série 1º grau	Irmãos, vivem juntos
Cléber	IPS	15	7ª série 1º grau	Alexandre	15	1ª série 2º grau	Primos, vivem em lares distintos
Benjamim	EJLA	16	1ª série 1º grau	Adilson	23	6ª série 1º grau	Irmãos, vivem juntos
Célio	EJLA	17	1ª série 1º grau	Alan	21	1ª série 1º grau	Irmãos, vivem juntos
Clodoaldo	EJLA	17	5ª série 1º grau	Álvaro	32	7ª série 1º grau	Irmãos, vivem juntos
Celso	IPS	17	5ª série 1º grau	Alessandro	34	8ª série 1º grau	Irmãos, vivem juntos
Claudio	IPS	15	3ª série 1º grau	Ângelo	23	5ª série 1º grau	Irmãos, vivem juntos
Cassiano	IPS	17	5ª série 1º grau	Anderson	19	7ª série 1º grau	Irmãos, vivem juntos
Caio	EJLA	14	1ª série 1º grau	André	15	4ª série 1º grau	Irmãos, vivem juntos
Clóvis	IPS	15	4ª série 1º grau	Antonio	16	2ª série 1º grau	Primos, vivem em lares distintos
Cristiano	EJLA	16	6ª série 1º grau	Augusto	20	8ª série 1º grau	Irmãos, vivem juntos
Cristian	EJLA	17	5ª série 1º grau				
Ciro	CRIAM	17	6ª série 1º grau				
Cosme	EJLA	15	(+) NFE				
Bento	EJLA	17	1ª série 1º grau				
Bartolomeu	IPS	16	NI				
Benício	CRIAM	17	5ª série 1º grau				
Cícero	CRIAM	17	8ª série 1º grau				
Cristóvão	EJLA	17	3ª série 1º grau				
Davi	EJLA	16	3ª série 1º grau				
Danilo	EJLA	17	2ª série 1º grau				
Daniel	EJLA	16	3ª série 1º grau				
Denis	IPS	16	7ª série 1º grau				
Denilson	EJLA	16	3ª série 1º grau				

Infrator	Instituição	Idade	Escolaridade	Irmão/primo	Idade	Escolaridade	Situação familiar
Dario	CRIAM	14	5ª série 1º grau				
Djalma	EJLA	18	1ª série 1º grau				
Djair	EJLA	14	5ª série 1º grau				
Douglas	EJLA	16	2ª série 1º grau				
Dalton	EJLA	16	1ª série 1º grau				
Damião	CRIAM	15	8ª série 1º grau				
Décio	IPS	17	4ª série 1º grau				
Darci	CRIAM	17	1ª série 1º grau				
Dagmar	EJLA	17	(+) NFE				
Dener	EJLA	18	3ª série 1º grau				
Dorival	EJLA	18	2ª série 1º grau				
Brian	IPS	16	5ª série 1º grau				
Dionísio	EJLA	17	4ª série 1º grau				

NI - Não informado, seja por problemas na gravação, seja por não ter sido perguntado.
(+) NFE - Nunca freqüentou a escola.

Quadro 2 – Dados sobre os entrevistados em Recife

Infrator	Idade	Escolaridade	Irmão/primo	Idade	Escolaridade	Situação familiar
Rodrigo	17	5ª série 1º grau	Eduardo	20	8ª série 1º grau	Irmãos, vivem juntos
Raimundo	15	5ª série 1º grau	Edson	20	1ª série 2º grau	Irmãos, vivem juntos
Ronaldo	15	5ª série 1º grau	Eli	18	5ª série 1º grau	Irmãos, vivem em lares distintos
Reginaldo	16	6ª série 1º grau	Edilson	15	5ª série 1º grau	Irmãos, vivem juntos
Renato	16	1ª série 1º grau	Edmundo	18	6ª série 1º grau	Irmãos, vivem juntos
Ramon	18	NI	Edgar	24	NI	Irmãos*, vivem em lares distintos
Ricardo	17	6ª série 1º grau	Elton	19	7ª série 1º grau	Primos, vivem em lares distintos
Reinaldo	17	3ª série 1º grau	Eder	20	NI	Primos, vivem em lares distintos
Romário	18	6ª série 1º grau	Elói	17	6ª série 1º grau	Irmãos, vivem juntos
Rafael	17	6ª série 1º grau	Elias	20	2ª série 2º grau	Irmãos, vivem juntos
Raí	17	3ª série 1º grau	Erick	18	5ª série 1º grau	Primos, vivem em lares distintos
Roberto	17	3ª série 1º grau				
Rogério	18	5ª série 1º grau				
Rui	18	6ª série 1º grau				
Raul	17	4ª série 1º grau				

(*) - Irmão de criação
NI - Não informado, seja por problemas na gravação, seja por não ter sido perguntado.

Todas as informações anteriormente relatadas foram referidas pelos entrevistados. Especificamente no caso da escolaridade, o quadro apresentado não traduz a realidade exata: freqüentemente os entrevistados não tinham certeza da série em que haviam interrompido os estudos. Queremos lembrar, portanto, que a análise delineada nos próximos capítulos reflete opiniões e visões de mundo dos jovens, revelando, por isso, certas imprecisões decorrentes de sua memória e de censuras sobre alguns temas.

Algumas situações que dizem respeito aos atos infracionais foram modificadas, com o cuidado de não alterar substancialmente a qualidade do relato, mas visando a dificultar a identificação dos infratores, a partir da descrição desses atos.

Embora esta seja uma pesquisa eminentemente qualitativa, foi também efetuada uma análise quantitativa dos dados de caráter exploratório, dado que o processo de seleção dos entrevistados e sua extensão não se adequam aos pressupostos amostrais inerentes à metodologia quantitativa. O objetivo desta estratégia foi avaliar as diferenças e similaridades existentes entre infratores e não-infratores, segundo a opinião dos pesquisadores e de um *expert*, uma psicóloga com larga experiência com a população infratora juvenil e especialização acadêmica na área da psicologia e psicanálise. Todos os pesquisadores fizeram uma análise "cega" do *status* de cada caso entrevistado (sem saber se o jovem em particular se envolveu ou não em ato infracional). Os detalhes técnicos desta abordagem metodológica encontram-se no Anexo 2 e seus resultados no capítulo 6. Essa abordagem tem como principal virtude ser a primeira tentativa feita no Brasil de trabalhar o tema da delinqüência juvenil sob uma perspectiva muito comum aos estudos feitos em outros países, a da epidemiologia.

2

CRESCENDO EM MEIO ÀS DIFICULDADES

O Jovem e sua Família

A influência da família na origem da delinqüência tem sido tradicionalmente enfocada sob dois aspectos: a estrutura familiar e a natureza das relações familiares. A maioria das análises tradicionais se fundamenta nos papéis tradicionais de pai e mãe, em uma época em que esse padrão familiar está se modificando. Contudo, não podemos ignorar a influência que a família recebe da comunidade, das relações de trabalho e do controle do Estado. Além disso, devemos atentar para a existência de especificidades decorrentes da hegemonia cultural, lembrando que o construto-padrão mais aceito pela sociedade é o da classe média. Infelizmente não há referências às famílias de classes populares que não sejam estigmatizadoras, sendo essas comumente denominadas desestruturadas ou desajustadas. Um pouco dessa complexidade é o que tentamos apresentar a seguir.

Estrutura Familiar

Eu acho que todos esses problemas são conseqüência de um mau planejamento [dos pais], *não tinha assim uma boa base estruturada, entende?*
(Cícero)

A maioria dos lares dos jovens em estudo é composta por pais separados, com apenas 21% dos infratores e 32% dos irmãos e primos vivendo em lares com ambos os pais. O perfil mais típico é o da presença da mãe ou outra figura feminina criando os jovens entrevistados. Cerca de 60% dos entrevistados vivem em famílias com mais de três filhos, em que a mãe se desdobra para educar e cuidar de todos. Além do trabalho caseiro, freqüentemente essas mulheres trabalham fora e não possuem nenhum

recurso adequado para cuidar dessas crianças na sua ausência. Isso certamente repercute na qualidade da atenção e do cuidado que podem dispensar aos filhos. As crianças costumam ficar sob a atenção de outros, e em alguns casos, de si próprias.

Os motivos relatados para a marcante ausência do pai nestas histórias foram principalmente o abandono da família e a morte.

> Mãe eu tenho, pai não. Meu pai eu não conheci, não. (Crístian)
>
> Meu pai morreu eu tinha um ano. (Dener)
>
> Vivo só com a minha mãe. O meu pai morreu de tiro, assassinado, ele era policial. (Anderson)

Observamos que os irmãos e primos conviveram mais com seus pais, talvez por serem um pouco mais velhos do que os infratores, tendo, portanto, um tempo maior de experiência antes do afastamento ou da morte do pai – por homicídios, acidentes, AIDS e outras doenças. Alguns desses irmãos e primos revelaram que precisaram auxiliar no sustento da casa ou no cuidado aos irmãos mais novos, por causa de afastamento do pai (em alguns casos mesmo com sua presença, devido às precárias condições familiares), o que certamente contribuiu para que tivessem uma estrutura emocional distinta, tema abordado no capítulo 6. Notamos que, em Recife, era mais comum as famílias apresentarem a presença de pai e mãe do que no Rio de Janeiro. Esta estruturação familiar se manifestou nas falas carinhosas e nas mais freqüentes visitas familiares ao presídio daquela primeira cidade.

Em alguns casos, os filhos ficaram sob a responsabilidade do pai. As razões foram: mortes por câncer, parto ou suicídio e abandono à família. Houve casos em que a mãe deixou as crianças com avós ou filhos mais velhos, para morar com outro companheiro, mantendo ainda vínculo afetivo com os filhos por meio de visitas, mesmo que esparsas. Encontramos, ainda, duas famílias em que pai e mãe haviam morrido. As vivências de abandono e rejeição das figuras materna e paterna ficaram flagrantes em muitos depoimentos, em geral relatados com muito sofrimento e tristeza, mas também encobertos por uma máscara de frieza, indiferença ou incômodo em relação ao tema.

Alguns adolescentes demonstraram uma revolta considerável pelo fato de perderem mãe ou pai e estabeleceram uma relação entre esse fato e o seu envolvimento com a delinqüência. Davi é um desses jovens. Relatou que perdeu a mãe aos seis anos de idade e devido a esse fato, seu irmão

decidiu, mais tarde, entrar para o tráfico, vindo a morrer nessa atividade. Revoltado, Davi resolveu seguir o caminho do irmão:

> Ele [pai] falava, chamava o meu irmão, conversava com o meu irmão. Mas o meu irmão, parece que ficou desnorteado quando a minha mãe morreu também. (...) desde pequeno, ele só falava: 'acho que mataram a minha mãe, vou ter que entrar pro tráfico mesmo. Vou pro tráfico'.
>
> Outro jovem começou a se envolver em atos delinqüentes quando o pai teve um acidente vascular cerebral. Ele interpreta o ocorrido como uma injustiça e a maneira de extravasar sua revolta se envolvendo com infratores e praticando infrações. Perguntado se mantinha relacionamento com os pais, respondeu: "separei depois que meu pai teve derrame... Aí... eu virei a cabeça". (Carlos)

A presença de padrastos foi mais relatada do que a de madrastas. Isso reflete o maior convívio com a mãe, que freqüentemente conseguia outro parceiro após a separação do pai. Benedito comenta: "antes do meu pai tinha aqueles pais, poxa, daqueles pais dos meus irmãos todos". Algumas famílias passam a ter filhos de vários pais, ocorrendo situações como a relatada por Cássio: "eu tinha um pai que era meu, mas só que não era meu pai, não. O meu pai é, é outro, fui conhecer agora, tem um ano e tal".

O precário convívio com os pais justifica porque quase não foi mencionada a existência de madrastas. Quando estas existem, o relacionamento é, em geral, distanciado.

Há muitos relatos de pessoas fora da família nuclear vivendo no mesmo lar dos jovens. São avós, tios, primos, madrinha, filhos adotivos e até amigos considerados como familiares. Em geral, essas pessoas ajudam a mãe a cuidar dos filhos e também participam das despesas da casa. Nem sempre todos moram juntos. Alguns dividem um terreno, onde cada um tem seu espaço próprio ou através de extensões da casa principal.

Schoemaker (1996), analisando pesquisas sobre a influência da estrutura familiar como fator de importância para estimular a prática da delinqüência, conclui que existe uma relação, embora não seja universal nem particularmente forte. Apesar disto, tem sido um dos aspectos mais investigados até o momento (Hawkins, 1996), mesmo no Brasil. Em Florianópolis (SC); Werner (1993) efetuou um estudo com "menores" carentes em que afirma que as taxas de divórcio dos pais estão diretamente correlacionadas às taxas de homicídios. Os argumentos que reforçam sua tese são: as mães que criam seus filhos sozinhas são forçadas a trabalhar fora para o sustento da casa. Logo, têm menos tempo para vigiar a prole, ficando os jovens sujeitos às influên-

cias da comunidade, muitas vezes desorganizada e violenta. O autor afirma também que a desagregação familiar é responsável por problemas psicológicos que levam à delinqüência, por falta de carinho e atenção, por se sentirem rejeitados ou conflitos quanto à identidade sexual.

Os autores que desenvolvem esta linha de pesquisa não se detêm sobre alguns aspectos. Primeiro, nas classes populares, não há, freqüentemente, divórcio, mas dissoluções do casamento; segundo, as comunidades e as famílias de baixa renda não são necessariamente desestruturadas e desorganizadas, mas têm uma organização diferenciada; terceiro, que não é possível pensar a estrutura familiar como fato isolado da relação estabelecida entre os familiares. Por esses motivos, a ênfase dessas idéias tem perdido força, restringindo-se a uma posição secundária e dependente de outros fatores na cadeia causal da delinqüência.

Condição Socioeconômica da Família

A maioria dos entrevistados pertence à classe popular, dispõe de parcos recursos financeiros. Suas ocupações são em trabalho não-especializado, de baixa remuneração. Entretanto, as famílias se distinguiram quanto ao grau de carência familiar.

Encontramos relatos de jovens que comprovavam a precariedade extrema das condições familiares. Citamos, como exemplo, um entrevistado que sempre dormiu na mesma cama (de solteiro) junto com seu irmão adulto, porque não havia outro local disponível no domicílio. Outro adolescente relatou que vivia com parceira e o filho em um cubículo insalubre e sem alimento suficiente. Esses jovens vivenciaram precariedade socieconômica familiar quando crianças ou adolescentes mais jovens, estiveram submetidos à falta de comida e passaram por dificuldades para suprir as necessidades básicas da família. Afonso, dizendo-se envergonhado pelo que estava falando, revelou: "nunca teve uma festa, nem um bolinho tivemos. (...) às vezes não tinha o que comer, a gente passava fome". Essas evidências ficaram mais claras nas falas dos irmãos mais velhos, que consideram ter havido uma melhora na família pelo aumento da renda com o próprio trabalho.

Mas esses relatos não foram regra geral. Constatamos a vivência de muitas famílias pobres, de modesta condição, que afirmavam que o dinheiro não era suficiente para satisfazer o desejo de consumo do adolescente, mas que alimento não faltava em suas casas.

Três jovens infratores eram provenientes de famílias de classe média no Rio de Janeiro e possuíam bens materiais distintos dos demais, como

melhores condições de moradia, carro, seguro saúde, televisão, videocassete, aparelho de som, além de renda de imóvel alugado.

Quanto às condições de moradia, 83% dos jovens moravam em casa própria (76% infratores e 89% irmãos/primos). Entretanto, estas, na maioria dos casos, localizam-se em áreas menos privilegiadas da cidade, como favelas e bairros pobres. Descrevem suas casas como sendo de tijolo (algumas pintadas, outras somente emboçadas, outras sem emboço), de madeira corrida ou pedaços de tábua. Esse dado não deve causar estranheza, porque os mais pobres, em geral, ainda que em habitações precárias, buscam conseguir a propriedade, por absoluta impossibilidade de pagar aluguel.

Em nove famílias, o pai aparece como único provedor financeiro, trabalhando como feirante, segurança, cobrador de ônibus, lanterneiro, vendedor, pedreiro, motorista, comerciante, encarregado, padeiro, pintor ou já aposentado. Em outras famílias, é auxiliado com algum tipo de apoio material por parte da(o) avó(ô). Sua escolaridade, não muito conhecida pelos filhos, é geralmente muito baixa: apenas sete tinham escolaridade igual ou superior ao segundo grau.

A mãe é a única provedora do lar em oito domicílios, desempenhando as atividades de doméstica, faxineira, manicure, cozinheira, dona de salão e comerciária. Também foram mencionados lares em que a mulher contava com a ajuda de uma pessoa da família – a avó, o avô ou algum ex-marido. A escolaridade delas é ainda mais precária do que a dos pais.

Em apenas dez famílias ambos os responsáveis (pai/padrasto e mãe) cooperavam financeiramente na manutenção do domicílio, o que certamente facilitava a sobrevivência familiar, no que se refere às necessidades básicas, não significando que sobrasse dinheiro para os bens de consumo sonhados pelo adolescente.

Em 26 famílias, os filhos trabalhavam, contribuindo para a sobrevivência familiar e individual. Estes eram os jovens que conseguiam suprir algumas de suas ambições de consumo. As ocupações mais relatadas pelos filhos foram: encarregado de fábrica de cerâmica, dono de firma de conserto de fotocopiadoras, servente de pedreiro, enfermeira, aposentado, babá, pedreiro, operária, eletricista, empregada doméstica, mensageiro de hotel e artesão.

Foram citadas, com freqüência, as trocas de emprego e de ocupação dos familiares, assim como períodos em que há falta de trabalho e remuneração. Este quadro certamente influencia o clima emocional familiar, potencialmente propiciando insegurança, frustração familiar e aumentando a possibilidade de fracasso no desempenho de papéis esperados (Muza, 1996).

O Jovem: do nascimento à infância

O conhecimento dos jovens sobre o *período pré e perinatal* foi muito restrito. Mesmo quando o jovem conseguia informar algo sobre as condições da gestação, de seu nascimento e da sua amamentação, os dados fornecidos eram incompletos e, às vezes, duvidosos. A resposta mais ouvida era: "ela [mãe] nunca falou nada disso comigo" (Clodoaldo). A informação sobre amamentação foi mais facilmente lembrada pelos entrevistados. Fala Cassio: "mamei no peito da minha irmã. Ela tinha um filho da mesma idade que eu agora".

Quatro jovens relataram problemas na gravidez ou no parto. Destes, Dionísio e Clóvis contam episódios de violência:

> diz ela que meu pai batia muito nela...Então a coisa não era boa, não. (...) Passei da hora de nascer, estava lá quase morrendo já (...).

> ela falou que estava me esperando, (...) ela tomou um chute na barriga.

Há, também, três relatos de tentativas de aborto:

> Eu fiquei sabendo pela minha avó que a minha mãe não queria que eu nascesse. Ela tomou muito remédio para eu não nascer (...) ela contou que minha mãe foi na macumba (...) e ele falou: olha, você pode tomar tudo, até veneno para se matar, aí vai matar a criança também. Mas tudo que você pensar em tomar para matar essa criança não vai matar, porque ele vai nascer. (Alencar)

> Tomou remédio para me matar (...). Ela não me deu de mamar nenhum. (Erick)

Onze jovens contaram que nasceram com dificuldades, seja por prematuridade, problemas no parto ou da própria criança:

> quando eu nasci, minha mãe dizia que eu não ia ter vida, dizia que eu não ia viver muito. (Roberto)

> tive problema de perna. Nasci com as duas pernas tortas assim, sabe, pra dentro. (Dionísio)

Houve apenas três casos em que os jovens informaram que a sua gestação foi planejada e desejada:

Eu sou o filho que ela mais queria ter. (Carlos)

ela disse que o presente maior do mundo (...) foi quando soube que estava grávida. E, quando ela soube que era homem, ela ficou mais contente ainda. (Edmundo)

Observando-se a lógica comum do discurso destes rapazes, depreende-se que questões como gravidez e parto não são assuntos freqüentemente abordados nesta população. Acreditamos que a dificuldade dessas mães em falar sobre gravidez e amamentação com os filhos do sexo masculino refletem uma postura machista da sociedade, que restringe esses temas ao universo feminino.

Tentar identificar o período pré e perinatal como crucial para entender as origens da violência tem sido uma atividade pouco explorada, embora alguns autores (Chamberlain, 1995; Feijó, 1996) acreditem que haja evidência de que os bebês sejam capazes de sentir atos violentos tanto antes como depois do nascimento. Verny (1995:79) salienta que o primeiro momento em que o ser humano experimenta sentimentos de amor, rejeição, ansiedade e tristeza e a primeira oportunidade que tem de aprender sobre as pessoas e o mundo é a fase pré-natal: "no momento em que somos concebidos, nós começamos a nos desenvolver física e mentalmente e somos afetados física e mentalmente pelo nosso ambiente". Um dos estudos realizados que associam os problemas pré-natais com a delinqüência é o de Raine et al. (1994). Eles demonstram que a rejeição materna precoce junto com complicações de parto predispõem a criança à prática de crime na idade da adolescência. Raine (1993) encontra evidências para classificar o comportamento criminoso como uma desordem clínica, resultante de problemas estruturais e metabólicos na área pré-frontal do cérebro, assim como de outras disfunções e danos cerebrais. O autor argumenta, ainda, que cérebros mal construídos seriam desenvolvidos sob condições adversas durante a gravidez.

Violência muito precoce na infância pode, segundo Perry (1995), provocar alterações cerebrais. Ele aponta para uma combinação maligna para o cérebro, quando se unem agressão física e negligência. Se a criança sofre agressão e negligência ainda intra-útero ou no período pré-natal, o impacto se dá diretamente na formação de determinada região do cérebro,[15] resultando em sintomas de ansiedade. Do pré-natal até os primeiros cinco anos de vida, o impacto é sobre outra área cerebral,[16] resultando em sintomas agressivos e impulsivos. Trauma e negligência durante a infância

[15] No original inglês, *brainstem*.

[16] No original inglês, *midbrain*.

podem, ainda, impactar a área subcortical e o sistema límbico, resultando em indivíduos distímicos, deprimidos e incapazes de se ligar afetivamente a outras pessoas. Finalmente, experiências mais no final da infância podem alterar o desenvolvimento cognitivo resultando em comportamentos que predisponham à violência.

Essas teorias foram, inicialmente, utilizadas como suportes para considerar alguns comportamentos humanos de mais difícil aceitação social como quadros patológicos, excluindo-se das análises toda a participação do meio ambiente sobre o indivíduo. Os neurologistas têm desenvolvido linhas de pesquisa para estudar a influência do meio na formação orgânica humana. Entretanto, ainda estão longe de alcançarem este objetivo.

A estabilidade nos cuidados durante a infância está relacionada à atenção constante, especialmente nas fases iniciais do desenvolvimento, por parte de pelo menos um provedor. Esse adulto deve propiciar a proteção e a segurança da criança. A estabilidade se distingue da qualidade do cuidado oferecido, que se refere à capacidade de o filho encontrar afeto, interesse e consideração em seus pais, ou pelo menos em um dos pais ou de outro provedor substituto.

Estudos têm demonstrado que muitos diferentes tipos de cuidado são efetivos, desde que estáveis. O pior cenário é quando a criança muda de provedor para provedor, ou é enviada para abrigos ou asilos (Rutter, 1989).

Observamos que somente 11, entre os 61 infratores entrevistados, foram cuidados pela mãe desde bebê, mostrando que a maioria não usufruiu dessa proteção a maior parte do tempo. O principal motivo observado foi o trabalho das mães fora de casa, o que levava a deixarem seus filhos com parentes (avós, tias, pai ou filhos mais velhos). Outra razão alegada foi o novo casamento da mãe e a entrega dos filhos para serem criados por avós ou mesmo pelo marido.

Vinte e um adolescentes foram cuidados pela avó ou tia, que, em muitos casos, se tornaram mais queridas do que as próprias mães: "Só com a minha avó mesmo. A minha avó não deixava ninguém ficar comigo" (Djair).

Outros 12 jovens ficavam com a(os) irmã(os) mais velha(os), enquanto a mãe saía para trabalhar: "que as minhas irmãs falavam, quando a minha mãe saía, elas ficava tomando conta de mim" (Dorival). A diferença de idade dos entrevistados para esses irmãos mais velhos nem sempre era suficiente para garantir a segurança. Poucos adolescentes foram deixados em creche ou com alguma pessoa fora da família.

Quanto aos irmãos e primos dos infratores do Rio de Janeiro, mais da metade recebeu atenção da mãe, e em Recife, da avó. Alguns ficavam com os irmãos (mais velhos ou não) enquanto a mãe e/ou o pai trabalhavam: "Quando a minha mãe começou a trabalhar, a gente já estava no Jardim. Do Jardim a gente

ficava, às vezes, um tempo sozinho, porque tinha o meu irmão mais velho, ficava sozinho em casa nós três" (Adilson). Um adolescente foi cuidado pelo pai, após a mãe tê-los abandonado.

Percebemos, no relato dos infratores, maior freqüência de falas referindo-se à falha no cuidado das mães e dos pais a seus filhos durante os primeiros anos de suas vidas, por terem de dividir seu tempo por uma prole grande, por precisarem trabalhar e não poderem contar com suportes comunitários que os auxiliassem na tarefa de educar os filhos. Boa parte dessas dificuldades era suprida pelas avós, que se responsabilizavam pelas crianças quando as mães saíam para trabalhar fora. Houve casos de mães que deixaram seus filhos aos cuidados da avó, do pai ou até de filhos mais velhos, em função de irem morar com outro companheiro, o que ocasionou profunda mágoa nos jovens que vivenciaram tal experiência. Dener, ao ser perguntado sobre como se sente em relação à mãe, responde: "revolta por ela não ter cuidado da gente".

Por outro lado, nas entrevistas dos não-infratores, depreende-se um maior cuidado de suas mães com eles. Isto talvez possa ser compreendido pelos diferentes núcleos familiares dos primos e pela idade mais elevada de alguns irmãos, que, sendo mais velhos, puderam usufruir mais da companhia da mãe antes que o pai saísse de casa e ela tivesse necessidade de começar a trabalhar.

O papel crucial da mãe na fase inicial da criação dos filhos acaba pesando excessivamente sobre essas mulheres, pois a elas cabem a manutenção e a sobrevivência de sua família.

O Jovem e o Relacionamento Familiar

É preciso ver as mudanças e as crises da adolescência em conjunto com as crises das unidades familiares às quais eles pertencem.
(Vilarreal, 1998)

As formas como se dão as relações intra-familiares têm sido consideradas fundamentais para a compreensão da ocorrência da delinqüência juvenil por muitos pesquisadores (Klein et al., 1997; Clark & Shields, 1997; Sokol-Katz et al., 1997; Fergusson & Linskey, 1996). Schoemaker (1996) comenta que "a natureza das interações existentes entre pais e filhos e a atmosfera geral dentro da família, intacta ou separada, têm sido consistentemente relacionadas à delinqüência", pois aos pais cabe o papel preponderante da educação dos filhos, a orientação para o desenvolvimento de suas potencialidades e para o convívio social, promovendo o crescimento sadio, a conquista de maturidade e a autonomia dos filhos (Mielnik, 1993).

O pai tem papel fundamental e complementar na educação da criança e do adolescente. A mãe é a figura básica e essencial, não só na concepção, mas em todo o processo de desenvolvimento e educação da criança. Seu relacionamento com o filho tem início desde a gravidez, continuando por toda a vida. O pai, por sua vez, desempenha um papel igualmente importante, não só como provedor material, mas principalmente por representar aspectos sociais relevantes para a formação de seu filho. Ele transmite à criança a idéia de segurança, proteção e um afeto distinto daquele advindo da mãe. O pai que demonstra carinho, compreensão e tranqüilidade influi no equilíbrio e saúde da criança, desde a concepção. Além disso, fornece o apoio e o suporte de que a mãe necessita para desempenhar seu papel.

Em ensaio recente sobre a figura do pai na sociedade atual, Muza (1996) afirma que, quando este não impõe limites e é ausente no estabelecimento de ordem e de conduta moral, pode provocar, no filho, os sentimentos de abandono, rejeição e solidão. Vilarreal (1998) defende que problemas graves com a autoridade paterna podem ser deslocados para atitudes violentas contra a sociedade em geral e podem dar origem a condutas anti-sociais e violentas.

Coesão, adaptabilidade e comunicabilidade são condições determinantes para a qualidade das relações familiares. A estruturação da família influencia os comportamentos interpessoais do adolescente, fazendo com que ele tenda a replicar os padrões familiares nas relações com os companheiros.

Em nossa pesquisa, percebemos uma rede de problemas de relações interpessoais, de comunicação entre os pais, destes com seus filhos e da família em geral. O primeiro aspecto que nos chama a atenção é o fato de os adolescentes, principalmente os infratores, terem demonstrado uma certa dificuldade em falar sobre seus sentimentos, sobre a maneira como os membros da família se relacionam entre si e como eles se relacionam com a família. Muitas vezes usavam apenas monossílabos ou poucas palavras para responder a tais perguntas.

Alguns jovens conseguiram elaborar mais suas respostas, fazendo verdadeiros relatos de suas histórias. Porém, grande parte não conseguiu fornecer mais do que fragmentos e, até, por vezes, não conseguiu fornecer qualquer resposta. Entendemos que este fato se deva à baixa escolaridade destes jovens, mas, especialmente, à dificuldade que têm em lidar com as questões afetivas e emocionais.

Os problemas nas relações familiares se mostraram agravados pelas precárias condições socieconômicas, na expressão de alguns jovens. Adilson, filho de pai alcoolista e agressivo, fala sobre sua família: "tenho muita pena dos meus pais, principalmente da minha mãe, também (...) tudo que ela tem somos nós (...) pena por eles não terem nada, entendeu? Não serem felizes".

Houve um caso em que o adolescente se recusou, em certo ponto da entrevista, a responder sobre sua família: "se quiser perguntar sobre mim (...). Eu não quero falar sobre a minha família, não" (Dener). Este jovem não tem qualquer laço com a família. Mora em casas de pessoas ligadas ao tráfico e não manifestou qualquer desejo de voltar a contatar seus parentes. Deixou transparecer, entretanto, uma certa mágoa em virtude de sua família não procurá-lo na instituição e não querer saber dele, indicando uma mútua relação de rejeição e sentimentos contraditórios, que vão do desejo de rompimento total à vontade de ser reconhecido.

A inserção desses jovens na infração agrava ainda mais a crise na unidade familiar, pelas condições socieconômicas relatadas. Os conflitos típicos da adolescência encontram-se magnificados, dificultando a relação do adolescente com seus familiares. A união do infrator com grupos considerados perigosos, por um lado, e o uso de arma, por outro, levam a que a família sinta um certo temor em pressioná-lo, temendo sua reação. Isso também serve para reforçar a noção de poder que o infrator sente sobre o mundo e sobre sua família. Essa delicada relação familiar vivenciada pelos entrevistados está descrita a seguir.

O relacionamento com a mãe foi relatado de forma afetiva, demonstrando ser o mais apreciado pelos entrevistados. Setenta e dois por cento dos jovens consideraram ter um bom relacionamento com elas:

> Amo demais a minha mãe. Sinto tudo por ela. Dou minha vida por ela. (Clodoaldo)
>
> Sempre ia ver a minha mãe, todo dia... eu não consigo ficar sem ver a minha mãe, senão eu fico triste. (Décio)
>
> Ela é legal. Quando tem que dar dura dá, né, porque, poxa, não é possível uma pessoa só ser legal e não dar aquela dura de vez em quando. Mas ela é bastante legal. (Arnaldo)

Defendem a mãe no relacionamento com o pai ou padrasto. A mãe é tida como paciente, disciplinadora e conselheira: instrui para que o jovem não entre, ou então, saia da vida do crime, para que ele não use drogas e não se envolva com 'más companhias'. Benedito diz: "ela conversa legal com a gente, dá muito conselho mesmo, muito conselho".

É aquela que protege o jovem do mundo exterior, como pontua Aloísio: "a primeira vez que eu saí e voltei sozinho, eu tinha 16 anos. A minha mãe foi assim, protetora" e que por ele sofreu muitas privações, como salienta Alan: "eu acho que a minha mãe é uma supermãe, sabe (...), só de pensar que ela lutou pra caramba pra criar a gente". É, portanto, valorizada pelo filho como aquela

que deu tudo para ele, que se sacrificou e o criou sozinha. Mesmo as mães que não trabalham, ou que tiveram ajuda do pai ou do padrasto, são vistas como a provedora em um sentido mais amplo, como aquela que dá afeto, que dá estrutura à família, que zela pelos filhos. É também uma espécie de freio no envolvimento com o crime, ou de constante referência ao certo e errado. É aquela que denuncia (seja explicitamente, seja por uma postura implícita, que foi introjetada pelo jovem) o caminho que o filho infrator "escolheu" para sua vida. Zaluar (1994:82) comenta a influência das mães sobre os filhos infratores: "a descoberta que a mãe pode fazer da origem do dinheiro trazido para casa, a vergonha e preocupação subseqüentes, o sofrimento que ela tem quando o filho está preso são parte de um discurso moral e sentimental que fala das raízes para deixar a vida do crime".

Sete jovens consideraram o relacionamento com a genitora insatisfatório. Anderson diz não ter nenhuma lembrança carinhosa da mãe, que não é de "agradar assim meu filhinho, fofinho da mãe, não é assim não". Outro jovem, Brian, criado pela avó – a mãe distribuiu os filhos por não poder cuidar de todos –, conta as suas dificuldades: "a relação com a minha mãe é boa, mas não é muito não, porque eu ainda precisava do apoio dela, que ela nunca criou a gente. Eu não sei nem o que é ter uma família".

Cinco entrevistados revelaram ter um mau relacionamento com a mãe: "Eu não gosto dela... Ela nem liga pra mim... desde que eu era pequeno" (Douglas).

Treze entrevistados haviam perdido a mãe por morte ou abandono. As lembranças mais dolorosas foram dos jovens cujas mães morreram. Alencar é um rapaz que tem como modelo para sua vida os ensinamentos da mãe:

> meu pai descobriu que estava [com AIDS] e a minha mãe também. O médico perguntou a ela o que ela ia fazer da vida daquele momento pra frente. Ela falou que ia tocar a vida pra frente e ia incentivar os filhos a conversar. E foi o que ela fez.

Ronaldo foi outro adolescente que se mobilizou emocionalmente ao contar o sofrimento que passou durante o câncer que matou sua mãe e a falta que ela lhe faz.

A visão que alguns jovens têm de suas genitoras nos pareceu muito idealizada. Antônio é um jovem que passou por vários núcleos familiares: pai, irmã e internato. Inicialmente relatou uma boa relação com a mãe – que foi morar na Alemanha, mas duas vezes o visitou e trouxe presentes. Depois deixou entrever a mágoa que sente pelo afastamento e por lhe ter dito que ele parecia um mendigo, criticando seu modo de vestir.

Afonso é outro exemplo. Teve, repentinamente, de assumir a casa e os irmãos mais novos porque a mãe foi morar na casa de outro companheiro. Consegue perceber o sofrimento que a mãe passou para criá-los e por isso a ama tanto. Apesar de tudo, fala emocionado: "eu gosto muito da minha mãe. A minha mãe, quando saiu assim de casa, eu fiquei assim, desanimado (...) sozinho assim, pô, largado no mundo".

Os entrevistados acharam normal as mães lhes baterem, negando, em sua maioria, a ocorrência de agressão física por elas perpetrada. Em geral, a pesquisadora precisava perguntar como a mãe agia se o adolescente fizesse alguma coisa errada. A resposta mais ouvida era que ela dava "uns tapinhas", mas, conforme diz Clemer: "tapa de mãe não dói, não". Esta estratégia educativa é plenamente reconhecida pelos jovens, sendo inúmeros os relatos que a evidenciam.

> Uma mãe batendo como qualquer mãe bate no filho quando é seu. (Augusto)
>
> Ela batia de correia, de cinto (...) mas batia quando eu estava muito errado. (Dionísio)
>
> dava umas cocinhas, mas dava pra agüentar. Nunca espancou aquele espancamento de filho não. Só umas palmadas, umas chineladas assim, umas cintadas, mas não era de deixar marca assim não. (Décio)

Foram menos comuns os relatos de outra estratégia educativa além da surra. Romário e Aloísio são exemplos: "a senhora pode até achar que é mentira, nunca apanhei não"; "o castigo que ela me dava assim, eu acho que era ficar dentro de casa, não ir pra rua". Almir define a mãe como rigorosa e firme, "ensina educação sem dar medo".

Os limites aceitáveis foram descritos por Alencar:

> minha mãe sempre bateu na gente (...). Ela sempre foi o tipo de pessoa que sabia bater, só batia nas pernas e na bunda só. Ela nunca pegava a gente para espancar, bater a cabeça, jogar contra a parede, nunca. Ela sempre usava chinelo. (...) Eu lembro uma vez que ela usou fio porque a gente era muito levado.

A mãe foi a principal pessoa a bater nos entrevistados, provavelmente por permanecer mais tempo junto dos filhos, ao longo do crescimento. Alguns relatos mostraram mães que se utilizavam de agressão física severa. Mesmo assim, alguns adolescentes ainda se julgavam merecedores da violência:

> (...) me batia de cabo de vassoura, com aquele cinto, aqueles fios de rádio. Já chegou até uma vez a quebrar um prato na minha cabeça. (Crístian)

Ela bateu muito, ela bateu até com cabo de vassoura assim, quebrou...Ela não chega e procura explicação, não. Ela chega e vai logo espancando... O negócio dela é cipó, um pedaço de pau, chinelo, murro. Ela não dá tapa, ela dá murro. (Erick)

Quando eu estava na rua e ficava até meia-noite na rua, ela deixa, aí de manhã, ela me acordava me batendo. (Cosme)

Elói conta que sua mãe só lhe batia de chinelo, quando estava com a "cabeça quente". Mais adiante na entrevista, contou um episódio diferente em que ficou com o braço todo inchado e dolorido: "ela bateu muito, ela bateu até com o cabo de vassoura, assim quebrou".

No que se refere ao relacionamento com as madrastas, presentes na vida de 21% dos jovens infratores e de 7% dos irmãos e primos, a relação mais evidenciada foi a de que não têm boa convivência, seja pelo distanciamento, seja pelas implicâncias ou pelas agressões: "Não se dou muito não, porque eu não gosto dela. Ela é muito chata" (Bartolomeu).

A visão dos jovens sobre o relacionamento com o pai evidenciou que estes consideram uma relação como positiva e boa quando o pai não demonstra violência, ou, se o faz, é para orientar o filho sobre o que é certo e o que é errado. Também consideram positivamente aquele pai fisicamente presente, que demonstra interesse e ajuda a mãe na educação e criação dos filhos.

Do total de 92 jovens entrevistados, 37 já não tinham contato com o pai, que havia morrido, sumido ou aparecia esporadicamente em suas vidas. Afonso, refletindo sobre o desaparecimento de seu pai, conclui que foi melhor ele ter ido embora quando era ainda criança, senão cresceria com raiva. Recorda-se de que o pai batia tanto nele com borrachas, que costumava se urinar.

O pai de Elói foi embora quando ele ainda era bebê. Aos sete anos de idade foi apresentado a ele, na casa da avó. O jovem conta o encontro: "a única vez que eu vi ele, ele me bateu, parece, porque eu derrubei a colher com o leite". Perguntado como se havia sentido naquele momento, afirmou, com os olhos marejados:

triste, né, pra quem nunca tinha visto o pai e, pela primeira vez que vê, é agredido. Aquilo foi muito doloroso pra mim, mas já passou.

Dentre os 55 jovens que ainda têm contato com o pai, muitos classificaram a relação como boa:

(...) adoro, amo demais meu pai... (Clodoaldo)

(...) ele é amoroso comigo. Ele gosta de me dar conselho pra sair dessa vida. (Claudio)

Alguns dos que alegavam boa relação faziam, a seguir, algumas ressalvas:

Se dar bem eu se dou, mas não sou muito chegado com o meu pai não. (...) meu pai é cheio de gracinha com os outros, cheio de briga. Aí não se dou muito bem com ele não. (Dalton)

O meu pai é meio tranqüilo. Ele era meio nervoso por uns tempos, só isso. Ele é nervoso, ignorante. Eu me dou bem com ele. Já que ele vai me enervar fico igual a ele. (Clodoaldo)

Os motivos mais relatados por aqueles que têm problemas com o pai foram dificuldade no diálogo, preferência por outro filho, bebida e as agressões verbais e físicas do pai.

Meu sangue não combina com o dele. (Dalton)

Só bebendo, não para de beber, arrumando confusão. (Adriano)

Ele ficava xingando e falando que não gostava de mim. Eu falava que não gostava dele também (...). Ele fala que eu não presto, que eu sou insignificante. (Dario)

Com o meu pai eu não se dou bem, não (...) batia em mim e nos meus irmãos. Ele chegava em casa bêbado querendo bater na gente. (Denilson)

Não era muito boa [a relação com o pai] assim, está melhorando, antes não tinha diálogo com ele, não conversava muito comigo, eu não dava atenção a ele. Já briguei com ele e tudo. (Bernardo)

O problema da bebida do pai foi muitas vezes relatado pelos entrevistados. Clodoaldo iniciou a entrevista falando sobre o pai:

a gente se dá bem, sabe, mas, pô, de vez em quando ele bebe. Tirando a bebida, ele, pô, é um pai bom.

Comentando sobre os momentos em que o pai está bêbado, quebra objetos na casa e agride a todos, física e emocionalmente, deixa entrever o grande conflito em que vive:

ele dá soco na gente, mas eu sou mais forte que ele, ele é magro. Eu só seguro ele, nem encosto a mão nele.

Perguntado se, nesse momento, sentia vontade de revidar, responde:

> dá vontade. Mas aí eu lembro que pô, sofreu muito por mim no passado. Eu deixo ele bater, eu deixo, me arrebento.

O pai foi citado em segundo lugar como figura punitiva na família, especialmente pelos irmãos e primos dos infratores, que comentaram com mais detalhes situações ocorridas nas famílias, muitas vezes negadas ou minimizadas pelos infratores. O que distinguiu fundamentalmente a agressão do pai em relação à perpetrada pela mãe foi a intensidade, constatada em dados retirados do prontuário institucional de um interno: "o pai apertou os testículos de Cícero até o mesmo ficar sem fôlego e já o havia acertado, jogando nele um espremedor de frutas".

Trinta e três entrevistados relataram ter padrasto. Doze informam bom relacionamento, como Célio: "É que (...) como se fosse o meu pai". Alguns jovens mostram relações um pouco delicadas:

> é bem, mas às vezes a gente briga por coisinha que não vale a pena brigar. Não é aquela briga de cair na porrada. É discussão...a gente discute agora, daqui a três segundos a gente já está brincando (Cristiano).

Os entrevistados que não se dão bem com o padrasto citam, como principais motivos, bebida, agressões físicas e emocionais, o ciúme da mãe e o fato de que estes não os consideram como filhos.

> É outra pessoa que eu sou doido pra matar. (Bruno)

> Ah, não sei. Ele é muito chato. Se eu pudesse matar, eu matava. (Bernardo)

> Ela [mãe] traiu ele [pai]; ela convive com esse homem até hoje. Aí eu não me dou com ele por causa disso. (Erick)

> Ficava querendo me bater ele, poxa, ficava querendo me bater só por causa que ele mesmo não era meu pai. (Benedito)

> Meu padrasto não gosta muito da gente não. Quer dizer, (...) nunca tive uma ajuda dele, assim dinheiro, nem um realzinho assim para nada, nunca tive dele não. Até chegar perto dele, ele distanciava. (Clóvis)

Não foram poucos os jovens que expulsaram o padrasto de casa e o ameaçaram de morte, como é o exemplo de Cosme, que obrigou a mãe a escolher entre o companheiro e o filho.

O relacionamento entre irmãos foi citado como bom pela maioria dos entrevistados. Percebemos um relacionamento melhor com a irmã/irmão mais velha(o) que cuidou deles e lhes serve de conselheira(o): "minha irmã é muito difícil mesmo da gente brigar. Aquela ali, por ela eu boto a minha mão no fogo por qualquer coisa" (Cristiano). Em relação à irmã mais nova, as opiniões se dividiram: alguns – como Rodrigo – argumentam que "ela é muito grossa, ignorante" e outros nutrem sentimento de proteção. Há também alguns casos de ciúmes entre irmãos, devido à preferência dos pais por outro filho: "Eu acho que eles preferem mais ela... Ah, não sei, ciúme... Eles compram troços pra ela e não compram pra mim" (Cléber).

Alguns entrevistados disseram que se relacionam bem com uns irmãos e mal com outros:

> A minha irmã é a pior de todos, sabe. A gente não se dá muito bem com ela. Se dá pouco. Agora eu se dou melhor com meu irmão. (Eduardo)

> Quando ele saía pra jogar bola, ele não queria me levar, não. Eu começava a brigar com ele... Eu comecei a andar com uns moleques lá, aí começamos a roubar, aí ele parou de me bater. Falei que no dia que ele me encostasse a mão, eu dava um tiro nele. (Dalton)

Entre os que se relacionam por meio de socos e agressões, temos o caso de Bruno – que conta que a irmã que cuidava dele "tinha a mania de ficar prendendo o meu dedo na porta, me dar choque quando eu estava dormindo" – e o de alguns jovens com familiares também envolvidos em atos infracionais.

A entrada no mundo infracional é um momento crítico na vida familiar. Muitos episódios de violência entre irmãos foram relatados neste período. Benjamim estava em atrito com o irmão mais velho desde que começou a se envolver com tráfico de drogas. Um dia, proibiu a mulher do irmão de entrar em sua casa e bateu nela. Tal evento foi o suficiente para que seu irmão o espancasse a ponto de precisar ser internado em um hospital. Amauri conta sua atitude quando o irmão começou a traficar:

> a gente brigava muito, eu batia muito nele. Uma vez eu corri atrás dele com um pedaço de pau, pô, eu bati à pampa.

Depois continua:

> a gente briga um pouquinho mas se damos bem à pampa.

Alberto é um dos irmãos que criou Cássio, adolescente envolvido com o tráfico e dependente de drogas, já tendo roubado dinheiro da família

para manter seu consumo. Alberto conta um momento em que os irmãos mais velhos chamaram Cássio e tiveram com ele o seguinte diálogo:

> se for pra continuar nessa vida, então não vai morar mais com a gente, você procura o seu caminho (...) porque aqui você sabe que a nossa não é essa.

O relacionamento conjugal dos pais foi um tema que não se apresentou homogêneo, como era de se esperar. Há menção à agressão física ou emocional em alguns casos. Existe um universo diferenciado entre aqueles que não relatam agressão. Carlos está dentre aqueles que tiveram uma família tranqüila:

> era bom, superbom. Minha mãe saía pra pescar com a gente. Saíamos todos juntos. A gente brincava. Era superbom com todos os filhos.

Danilo tem uma família com conflito diferente, de ordem emocional:

> meu pai sempre chega [dizendo]: 'Ah! Que a culpa é sua, que não sei o quê'. Minha mãe sempre tem que ficar escutando o que ela não quer escutar. Ter que ficar escutando desaforo do meu pai.

Já Almir compara a relação atual dos pais com a passada:

> estão se dando bem. De vez em quando, tem discussão, mas não é igual a antigamente. Discussão normal de casal. Mas estão todos dois lá, tudo bem.

Quando falou sobre o comportamento de antigamente, Almir referia-se à agressão física de seu pai à sua mãe – muito freqüente nas famílias dos entrevistados e motivo para muitas das separações conjugais. Benjamim e Danilo ilustram, com seus comentários, essa afirmativa:

> meu pai bate na minha mãe. Fica dando murro, pontapé, eu pego ele.

> meu pai não respeita minha mãe... (...) Espancou minha mãe; ela ficou com amnésia. Foi pro hospital.

Os pais separados, em sua maioria, não se dão bem e não mantêm contato entre si, agravando o afastamento do pai com o filho, como explica Dario: "antigamente ele ia lá em casa. Agora ele está morando com a família dele".

Com relação à convivência da mãe ou do pai com outro(a) companheiro(a), a opinião de muitos entrevistados é de que a nova relação é melhor, como fala Dagmar:

> meu pai batia muito nela. Brigava muito com ela (...) aí, o meu padrasto não briga com ela, não. Ele trata melhor. Ele é legal pra gente.

Esses dados nos fazem supor que a troca de companheiros, tão comum nas famílias entrevistadas, não se deve apenas ao abandono dos homens, mas também a uma busca de novas relações em que a violência não seja a prática dominante.

O relacionamento com a família estendida foi mais comentado pelos irmãos/primos do que pelos infratores, que pareceram mais distanciados. A família da mãe mantém contato mais próximo do que a do pai, em função do mau relacionamento com este ou de seu falecimento.

O tipo de interação com a família do pai mais comentada é semelhante ao relatado por Anderson:

> uma vez na vida ou outra [os visita]; só quando é final de ano mesmo (...) A minha mãe fala que eles maltratavam muito ela. Que quando a gente vai lá, a gente é bem tratado. Porque vim procurar a gente, eles não vêm. Quando a gente vai lá, eles representa uma coisa. A minha mãe fala outra.

Houve quatro casos em que os jovens dizem ter mais relacionamento com a família do pai do que com a da mãe.

Fato interessante foi a freqüência bem maior de irmãos e primos que afirmaram se relacionar bem com a família do pai e da mãe. Isto indica maior proximidade e interesse dos não-infratores em se envolver com a família e o distanciamento mais freqüente dos infratores de seus parentes, principalmente tios e a família paterna.

A relação mais próxima com as avós, muitas vezes responsáveis por sua criação, também foi constatada nos não-infratores. A maior parte diz se dar bem com pelo menos um dos avós (paterno ou materno), quando não com os dois. Alguns não conheceram os avós do lado materno ou paterno, mas isto é compensado pelo cuidado dos avós que conheceram e com quem conviveram. Alguns têm preferência por este(a) ou aquele(a) avô/avó. Apenas um adolescente demonstrou não gostar dos avós de ambas as partes, dizendo: "muito enjoados eles ... Fala demais" (André).

Cristiano narra um momento em que saiu em defesa de sua avó, no dia em que ela se recusou a auxiliar um filho que vivia à sua custa:

ele falou que ia acertar a minha avó pra pegar o dinheiro dela. Aí eu fui e falei que eu ia matar ele, ele nunca mais voltou lá. Eu falei que, se ele fizesse alguma coisa com a minha avó, eu ia matar ele.

Edgar é outro jovem que conta sobre a difícil relação que teve com um tio:

ele é o filho da minha avó que me criou. Fazia eu de escravo, sofria muito dentro daquela casa (...) fazia eu buscar bagulho pra animal, bicho, bagulho em pó, comida de graça, lavagem de porco (...). Ele não podia beber que ficava me xingando, me chamando de maconheiro, dizendo um bocado de coisa.

Após comentarem sobre o relacionamento familiar, perguntávamos se gostariam de fazer alguma mudança na família. Houve três respostas básicas.

Um dos desejos relatados foi o de que a família permanecesse da mesma maneira, seja porque ela o satisfaz ou por conformismo:

Está bom desse jeito mesmo, já me acostumei desse jeito deles. Não é um jeito ruim. Melhor eu acho que precisaria. Mas não tem como não ficar muito, muito, muito melhor. Então deixa assim mesmo. (Cristiano)

O segundo desejo é o de que houvesse mais união entre os seus familiares:

Ah, mais unida um pouco. Que a minha família é muito boa na arena. Muito fofoqueira, um inventando mal contra o outro. (Dionísio)

Eu queria que fosse uma família unida, não houvesse briga, todo mundo sesse normal, como esse pessoal aí. Um vai pela cabeça do outro, acaba fazendo besteira. (Adriano)

A terceira resposta registra a idéia de que reveria a família para melhorá-la de alguma forma, seja em termos de relacionamento, de dinheiro ou de organização.

Se eu pudesse eu mudava tudo, não tem nada certo. (Elói)

Ah, não entrar nessas confusões, essas que meu tio faz. Esse negócio de ficar fazendo contrabando, porque ele não precisa tá fazendo isso. Tem o olho muito grande ele. (Rogério)

Ah, eu gostaria, igual assim à mãe dos meus outros amigos, chega assim e beija, pô, eu acho legal... Única coisa é que eu pensava assim era de

gravar um disco e ajudar a minha mãe e meus irmãos. Comprar uma casa boa pra minha mãe, meus irmãos. Uma vida melhor, sabe, sair da favela. (Afonso)

Famílias Vulneráveis

Podemos constatar a fragilidade da maioria das famílias dos entrevistados, pelos mais variados motivos.

Em primeiro lugar pela pobreza e exclusão social a que estão sujeitas, isoladas do amparo social construtivo e do mundo que está além da sua comunidade de baixos recursos.

Em segundo lugar pelas conseqüências emocionais e financeiras decorrentes da separação dos pais, pela ausência da mãe nos lares, com evidências de instabilidade nos cuidados ainda na infância dos entrevistados e pelos relacionamentos tão marcados por agressões físicas e emocionais. Perry (1995), comentando o impacto da violência física e emocional sobre a criança, diz "a violência mais destrutiva não quebra ossos, 'quebra' mentes. A violência emocional não resulta em morte do corpo, resulta em morte da alma".

Os relatos de abuso emocional[17] nas famílias entrevistadas foram percebidos em algumas falas, embora para os jovens apenas o 'esculacho' tenha sido mais identificado como tal. Douglas comenta sobre sua mãe: "ela nem liga pra mim". Perguntado se já havia se sentido rejeitado pela mãe responde: "ah, já... pela minha tia também... porque ela não ligava pra mim. Morei desde pequeno com o meu pai". Outro rapaz, Cícero, comenta: "ele colocava medo em mim e eu sabia que ele era violento mesmo". Constatamos ainda outros casos de entrevistados ameaçados de morte pelos próprios irmãos. A situação de violência intra-familiar desde a infância também foi relatada por Gilligan (1996), estudando criminosos violentos adultos que viram parentes próximos serem assassinados, torturados, estuprados e sofrerem outras inúmeras misérias familiares.

---

[17] Abuso emocional é chamado por Garbarino, Guttman & Seeley (1986) de maus-tratos psicológicos. Consiste de atitudes que prejudicam o desenvolvimento da auto-estima, da competência social, da capacidade para intimidade de relacionamentos interpessoais positivos e saudáveis. Segundo esses autores, um adulto comete maus-tratos psicológicos quando: rejeita a criança ou adolescente (recusa-se a reconhecer a importância da criança e a legitimidade das suas necessidades); isola-a (separa-a de experiências sociais normais, impede que faça amizades e a faz crer que está sozinha no mundo); aterroriza-a (agride-a verbalmente, cria um clima de medo, ameaça e amedronta-a); ignora-a (priva-a de estimulação essencial e reação, reprimindo o desenvolvimento emocional e intelectual); corrompe-a (conduz negativamente a socialização da criança, estimula-a a se engajar em comportamento anti-social destrutivo, reforça este desvio e torna a criança inadequada para a experiência normal).

Muza (1996) descreve a vivência de famílias de classe popular que se assemelha à dos nossos entrevistados: pobres, numerosas, excluídas dos bens e serviços da cidade, moradoras em casas precárias, de tamanho mínimo, o que dificulta a intimidade e facilita a promiscuidade. Esse autor conclui que toda a problemática do trabalho mal pago, temporário e monótono, aliado às condições de moradia e ao número de pessoas em uma mesma casa faz com que as relações familiares se tornem estressantes, sendo a violência usada como mediadora das relações entre pais e filhos.

Em terceiro lugar, para ilustrar o grau de fragilidade das famílias investigadas, temos uma complicada história familiar de agravos à saúde. São famílias pródigas em problemas, que agravam ainda mais a sua situação emocional e econômica: seis jovens relataram doenças não-identificadas atingindo primo, tia e pai; um jovem contou sobre a morte de ambos os pais com AIDS. Doze entrevistados referiram-se a problemas psiquiátricos envolvendo tio, mãe e avô; quatro contaram que apresentavam distúrbios neurológicos, assim como seus irmãos e tios; três falaram de casos de câncer do avô e da mãe. Dezenove apresentaram relatos de alcoolismo – especialmente elevado em Recife – de pai, mãe e tios; quatro comentaram sobre dependência de drogas (mãe, irmãos e primo); um contou sobre o primo com seqüelas físicas por ter sido baleado; outro descreveu o derrame da mãe e um caso em que o irmão recém-nascido morreu por ter caído das mãos de um técnico do hospital.

Em quarto lugar, temos as freqüentes histórias familiares de envolvimento em atos infracionais. Os infratores que não relatam qualquer história de envolvimento infracional familiar somam apenas 14,7% do total, demonstrando o grande comprometimento familiar. Nessas famílias, a participação de parentes (irmãos, tios, padrasto, mãe, pai e primos) no tráfico de drogas foi o mais citado, em 45,9% dos relatos dos infratores. Em ordem de freqüência, seguem assalto praticado por pai, irmão, tio em 11,4% e homicídio executado por irmão, pai, cunhado em 9,8%. Os demais referem-se a parentes presos, sem que ficasse claro o que haviam feito, envolvimento de mãe, pai e avô no jogo do bicho e furto efetuado por irmão.

Alguns infratores vêm de família cuja maior parte (nuclear e estendida) é também infratora. Estes jovens seguem um caminho já trilhado e aprendido, ou talvez o único possível no seu modo de ver, diante das condições de vida e da cultura familiar oferecidas. Apesar disto, um jovem não-infrator relatou que todos os irmãos são infratores, inclusive outros membros da família. Ele é o único que não seguiu este caminho.

A família dos primos não-infratores foi analisada em destaque pois seus núcleos familiares eram distintos. Não foi observado nenhum relato de história familiar de envolvimento em atos infracionais.

O último argumento que comprova a frágil situação familiar dos entrevistados é a história familiar de violência sofrida. Os relatos de história de violência na família incluem suicídios (mãe, tio, irmão), irmãos carbonizados por brincarem com álcool, acidentes de carro (irmão, mãe, pai), espancamentos (mãe) e irmãos, assassinatos (pais, tios, primos, irmãos). Um dos infratores expressa seu sentimento ao falar sobre o assassinato do tio:

> Ah, eu fiquei triste e fiquei pensando em tudo. (...) Minha mãe falou: 'isso é coisa da vida'. Aí eu fui compreendendo. Hoje eu nem penso mais nisso. Eu procuro não pensar mais nisso. (Célio)

Pelo discurso desse jovem, depreendemos que os atos violentos sofridos, quando não imediatamente respondidos com impulsos de vingança (assumido por alguns jovens entrevistados), são incorporados com conformismo, como se fossem algo de que eles não pudessem escapar. Certamente, porém, o registro intrapsíquico está relacionado ao modo de encarar a vida e agir socialmente. Não se encontrou história de violência nos relatos dos primos não-infratores.

Todos os fatos relatados até aqui – como as condições de pobreza, a precária formação profissional, a ausência da figura paterna, os conflitos interpessoais dos membros familiares e a ausência de diálogo e orientação (muitas vezes gerados pela necessidade de lutar para garantir a sobrevivência) – mostram que as famílias dos jovens entrevistados são, em geral, vulneráveis e se defrontam com dificuldades das mais diversas ordens. Se relembrarmos a teoria do controle e da ação direta e indireta da família sobre o jovem em formação, como fatores que o protegem da delinqüência, podemos constatar que há problemas no que se refere à capacidade de interação, afeto, supervisão e disciplina entre pais e filhos sujeitos de nossa pesquisa.

Estes fatos nos permitem crer que as condições familiares certamente facilitaram a entrada desses jovens no universo infracional.

Entretanto, das mesmas condições familiares saíram muitos adolescentes que se direcionaram para outros caminhos, sem que houvesse diferença muito significativa na vivência familiar, conforme foi apresentado anteriormente. Tivemos algumas distinções, como a maior convivência de alguns primos e irmãos com seus pais durante a infância, uma instabilidade maior nos cuidados iniciais dos infratores, relacionamento mais distante dos infratores com a família ampliada e um envolvimento menor da família dos primos não-infratores com a criminalidade. Essas explicações, no entanto, não parecem suficientes para definir os caminhos seguidos. Tentaremos investigar, então, que outros fatores poderiam se associar aos que já descrevemos.

3

VIVENDO A ADOLESCÊNCIA

O adolescente pode reagir de várias maneiras, dependendo de muitos fatores, sendo que o mais importante são seus próprios traços de personalidade.
(Vilarreal, 1998)

Tentaremos mostrar alguns aspectos do comportamento adolescente dos entrevistados, lembrando que estão em uma fase normal de transição e conflitos, que, comumente, tendem a se estabilizar com o decorrer do desenvolvimento. Aberastury & Knobel (1981) denominam esta etapa da vida de 'síndrome normal da adolescência', com as seguintes características: busca de si mesmo e da identidade; tendência grupal; necessidade de intelectualizar e fantasiar; crises religiosas, deslocalização temporal, em que o pensamento adquire as características de pensamento primário; evolução sexual manifesta; atitude social reivindicatória com tendências anti ou a-sociais de diversas intensidades; contradições sucessivas em todas as manifestações de conduta, dominada pela ação, que constitui a forma de expressão conceitual mais típica desse período de vida; separação progressiva dos pais; constantes flutuações de humor e do estado de ânimo.

Procuraremos apresentar um pouco do universo pessoal e relacional dos entrevistados e a forma como buscam conciliar a turbulência do próprio estado emocional, com a do ambiente social.

O Jovem e a Comunidade

Eu acho que uma pessoa crescer ali, o difícil é a pessoa ser honesta.
(Edson)

A maioria dos jovens entrevistados nas duas cidades morava em comunidades de baixo poder aquisitivo, sabidamente com precária infra-estrutura de serviços de atendimento. Entretanto, os adolescentes infratores

comentaram que estas eram bem assistidas, no que se referia a serviços de saúde, delegacia ou posto policial, escola, transporte fácil, associação de moradores, supermercados, farmácia, padaria, água, esgoto, luz e outros serviços. Quando ocorria de não existir determinado serviço no seu bairro, freqüentemente alegavam existir em local próximo, tal como Ciro: "posto policial tem no bairro vizinho, tem restaurante e condução. É só descer e lá embaixo pegar o ônibus".

Já na visão dos irmãos e primos, a percepção da comunidade foi diferenciada. Mostraram-se mais críticos sobre as necessidades do bairro: como falam Alan e Adilson, respectivamente:

> posto de saúde é mesma coisa que nada. Funciona até o meio-dia e só infantil. Se estiver passando mal, nem adianta. Ah, tem um matadouro lá, é o [hospital] Dom Pedro II, vai pra lá e morreu.

> É mal assistida, necessitaria de um posto de saúde, uma escola, uma área de lazer.

Demonstram, também, ter uma visão mais política da situação de carência de suas comunidades:

> Tem, mas não adianta a associação de moradores lá não, porque só sabe precisar do voto da pessoa. Pra fazer os bagulhos pra favela, pra comunidade mesmo não faz. (Edgar)

> Tem posto de saúde, mas fechou. Fechou porque é assim, é mais briga política, quem colocou lá foi um deputado, aí o deputado e esse tal de J.P., aí sendo que pro outro partido e o partido tem que mandar dinheiro, assinar uns papel lá pra mandar dinheiro, não manda. Aí fecha o posto. (Elias)

Quando questionados sobre o que gostariam de mudar em suas comunidades, a resposta mais usual foi não verem necessidade de alterações: "eu não sei como deveria ser a comunidade, eu não sei o que passa pela cabeça dos outros" (Danilo). Comportamento diferente ficou evidenciado por parte dos irmãos e primos entrevistados, que mostraram maior consciência de seus direitos, manifestos através da percepção mais aguçada sobre mudanças para a comunidade, como esclarece Ademar:

> se eu pudesse, mudaria, botava escola, arrumava um lugar pra botar um campo bem grande pra todo mundo jogar bola, mais creche, supermercado. Que lá tem espaço pra fazer tudo isso.

A demanda por mais áreas de lazer na comunidade foi outra reivindicação destes jovens:

> Lá é desanimado, não tem diversão pra gente. (Afonso)
>
> Necessita de área de lazer, que só assim as crianças teriam mais ocupação, em vez de ficar lá assistindo guerra deveria estar fazendo educação física. (Adilson)

Em geral, apreciam a comunidade em que vivem, porque lá são conhecidos, aceitos e respeitados, conforme exemplifica Ricardo: "eu gosto porque eu conheço tudinho, não tem um que eu não conheço, porque eu nasci lá". Desta forma, a relação com os moradores, sejam eles traficantes ou 'bandidos', é mais apreciada do que a com os policiais, agentes externos à comunidade.

A rejeição a policiais, manifesta tanto pelos infratores quanto pelos irmãos/primos, foi claramente percebida na quase totalidade dos entrevistados, exceto os que tinham familiares policiais. Nestes casos, notaram-se maior tolerância e aceitação. Em alguns relatos de infratores com policiais na família, observou-se uma certa proteção quando do cometimento dos primeiros atos infracionais. Outro fato constatado foi um certo 'acordo' por parte dos policiais que moram nas próprias comunidades onde se verificam vários tipos de violência. Estes não denunciam os autores, embora possam prestar atendimento às vítimas. Ficam em situação delicada, já que foram – e muitas vezes ainda são – amigos dos traficantes e 'bandidos' locais.

O sentimento voltado para os policiais foi, para a maioria dos entrevistados, um só: o ódio. Episódios de violência policial foram relatados tanto por infratores como pelos irmãos e primos não-infratores:

> Na favela, os moradores gostam mais da gente que da polícia, os moradores respeitam a gente, mas se a gente não respeita eles, eles não respeitam a gente não. Eles não têm medo da gente. Eles viram a gente desde pequeno, lá eu não tenho coragem de fazer nada contra ninguém que cresceu comigo, nem com alguma senhora que me viu pequenininho. (Cleiton)
>
> Não gosto de ficar enturmado [na rua] porque chega os policiais cheio de gracinha. (Afonso)
>
> Melhor ter bandido do que ter policial. Porque chega lá eles quer esculachar os outros, quer dar tapa na cara dos outros. (...) A minha mãe ganhou um tapa na cara (...). Os PM entra na sua casa, tem que

> abrir. Tu tá dormindo, a porta estiver encostada, eles sai empurrando, sai entrando e não quer nem saber. Se falar alguma coisa, eles mete a porrada. Eu acho que melhor ter vagabundo do que ter polícia. Eu, pelo menos, detesto polícia. (...) Nunca tive problema com os traficantes. Eles nunca se meteram comigo. Eles não se metem com ninguém, só os PM lá que são cheio de marra, perturba pra caramba. (Alan)

A injustiça da atuação policial, marcada pela violência, foi destacada por vários relatos, como o de Eli – que estava perto de casa, sentado no banco da praça com namorada, quando foi abordado por policiais que lhe exigiram documentos de identidade. Como tinha apenas 14 anos de idade, ainda não os havia tirado. Não houve argumento que o poupasse de sofrer a humilhação verbal pela qual passou. Relatos como este surgiram em muitos momentos da entrevista, mas especialmente quando questionávamos sobre humilhações que porventura tivessem sofrido em suas vidas. A humilhação perpetrada por policiais foi a mais apontada, tanto por infratores quanto por seus irmãos.

> Um dia o policial me fez tirar a roupa de madrugada e ficou me esculachando. (Cássio)

> (...) a polícia chegou e botou a gente para fora do ônibus, eu levantei, ele disse senta! E me deu um tapa (...) de leve, mas todo mundo ficou olhando. (Ademar)

> Ah, momento ruim a gente sempre tem mas, lembrar um aqui, quando, quando eu fui assaltado pelos policiais, um momento ruim. (Alan)

Além da injustiça, o que causa revolta em relação aos policiais é a corrupção – especialmente presente nos relatos dos infratores. Apenas para ilustrar estes fatos, rotineiramente mencionados, apresentam-se as seguintes falas:

> Os polícia é louco para apanhar dinheiro. Pega a gente com arma, dava dinheiro, ele soltava. (Benjamim)

> Fui pego uma vez, mas toda vez que eu era pego eu conseguia me sair pagando, o pessoal me pegava, os policiais, eu pagava eles, eles me soltava. (Rodrigo)

> Ele era sangue de verme [policial]... pra gente eles são vermes, eles não servem pra nada, são pagos pra defender a população e são corruptos. Todas semana vão pegar dinheiro com a gente, cheiram cocaína mais do que a gente. São mais ladrão do que o ladrão (...). Se eu fosse policial, seria pra matar todos os companhei-

ros e liberar todos os presos da cadeia. Eles são mentirosos, roubam dinheiro da gente, eles tomam o dinheiro e a droga. E, quando prendem a gente, eles ficam com tudo nosso, não entrega na delegacia. A maioria é viciada. E o governo não vê isso. E eles não percebem que isso não adianta, porque morre um de nós e vem mais três pra essa vida, porque todo mundo gosta de ganhar dinheiro fácil. E dizer que alguém confia em polícia é mentira. Eles matam também. (Cláudio)

A percepção de violência na comunidade mostrou-se muito presente nos adolescentes do Rio de Janeiro, podendo ser sintetizada pelo comentário de Dario: "é normal, faz parte da vida do pobre."

As opiniões dos jovens se dividiram quanto à violência em suas comunidades. Entre os que a consideraram violenta, o argumento utilizado era a presença de brigas, mortes, batida policial/tiroteio, tráfico, roubo, bebida, exemplificado na fala de Brian: "era guerra todo dia dos traficantes, eu achava aquilo o máximo".

Curiosamente, muitos dos jovens que afirmavam não haver violência na comunidade reconheciam a existência dos mesmos problemas como briga, morte, batida policial/tiroteio, tráfico, mostrando a internalização e banalização da violência em suas vidas, tal qual fala Amauri, "naquele lugar todo mundo passa por isso", além de outros entrevistados:

> é tranqüilo até demais. (...) Costumo ver morte de vez em quando. (Cleiton)

> o lugar onde eu moro é tranqüilo, tia. (...) Tem tráfico de drogas na rua, ... tá andando assim é revistado por polícia. (Ronaldo)

> a comunidade é tranqüila, às vezes tem algo violento, mas todo lugar é violento. (Rui)

> sempre convivi com isso. (Breno)

> é um bairro tranqüilo, agora é mais agitado pra quem se envolve. (Cleiton)

É possível perceber, analisando-se estes depoimentos, que a violência está impregnada em suas vidas e que parece funcionar como princípio ordenador de suas comunidades.

A maioria dos jovens de Recife afirma não existir violência em suas comunidades. Entretanto, também relatam brigas, mortes, batidas policiais e tiroteios em seus locais de moradia:

é normal como todo bairro é. Tem pouca violência. (...) Já levei bala no pé, levei um tiro. (Ronaldo)

é tranqüilo, é calmo... Todo lugar tem gente com arma. (Raí)

É interessante destacar que, em Recife, o tráfico não é mencionado como fenômeno presente nas comunidades.

A maioria dos jovens nasceu e viveu no próprio estado e cidade em que foram entrevistados. Entretanto, cerca de 40% deles relataram ter mudado de casa e/ou bairro, no mínimo uma e no máximo cinco vezes em suas vidas. Constatamos que muitos não mantinham residência fixa, circulando em diferentes bairros ou mesmo entre casas da mesma localidade. As razões apresentadas foram a separação dos pais, morar alternadamente com mãe, pai e avós, a fuga do tráfico (causa mais citada no Rio de Janeiro) e fuga de ameaças (principal razão em Recife).

Eu era da boca de Vigário, aí eu saí, fui morar no Andaraí, onde eu não tenho envolvimento com nada. (Davi)

A minha mãe achou que se mudasse de lá porque, do jeito que eles fizeram comigo, podiam fazer com meu irmão. (Raul)

Nos motivos citados por irmãos ou primos, verifica-se uma diferença marcante em relação aos adolescentes infratores, pois reduziram a importância do tráfico ou da violência e incluíram o trabalho como motivo relevante para mudarem de residência: "estou morando na Barra com a minha patroa" (Alan).

A permanência dos infratores nas ruas da comunidade por longos períodos ficou mais evidenciada do que a dos seus irmãos ou primos. Entretanto, essa permanência se dava mais pela ligação com os amigos, tema abordado mais a seguir.

Educar filhos em comunidades como as descritas por nossos entrevistados nos remete ao que Garbarino (1995) chama de ambientes "socialmente tóxicos", cujas influências afetam, certamente, a visão de mundo de todos esses jovens.

O Jovem e a Escolaridade

O nível de escolaridade dos adolescentes infratores é baixo, dois jamais freqüentaram a escola e são totalmente analfabetos (capítulo 1).

Entretanto, muitos jovens de escolaridade entre a 1ª e 2ª séries do 1º grau afirmavam não saber ler e escrever, ou fazê-lo com muita dificuldade. Cerca de metade dos entrevistados tinha cursado até a 4ª série do 1º grau, no máximo, e nenhum deles chegou ao 2º grau.

Em relação aos irmãos e primos entrevistados, o nível de escolaridade também é baixo para a idade, mas melhor do que o dos infratores. Cinco haviam alcançado o 2º grau e 20 estavam entre a 5ª e 8ª séries do 1º grau.

Muitos jovens infratores relataram início da vida escolar após os 10 anos de idade, devido a fatores como: a mãe fez a matrícula mas o adolescente não freqüentou, o pai ensinava em casa, a mudança de domicílio. A dificuldade de rememorar eventos da infância ficou evidente na fala de muitos jovens – como Dagmar, de 17 anos, que nunca teve vida escolar:

> não cheguei nem a estudar não. Minha mãe (...) me matriculou. Eu pedi pra ela me matricular (...). Na hora que eu ia estudar, aconteceu esse negócio comigo. Esse problema aí [a internação].

Pouco mais da metade dos adolescente infratores sabe ler e escrever, diferentemente dos mais de 80% dos irmãos e primos. Os problemas mais relatados dentre aqueles que relatam dificuldades são do tipo:

> Sei escrever só o meu nome só. (Denilson)
>
> Não, ler eu ainda estou assim, né, tia, meio que meio, tonteando. Mas escrever o meu nome legal eu escrevo. (Danilo)
>
> Não. Ler eu leio com dificuldade e escrever também (...). Sai tudo torto, mas eu consigo escrever. (Ademar)

Mais de 70% de todos os jovens entrevistados já tinham abandonado os estudos. As principais alegações foram a necessidade de trabalhar e a dificuldade de conciliar escola e trabalho. Cassiano explica:

> minha irmã falou assim: (...) eu arrumei um serviço pra você, você quer ir?. Eu falei (...): trabalhar é bom, né, aí eu peguei e fui. Comecei a trabalhar de caseiro (...). Não dava [para estudar]. Eu pegava lá de 6, de 7, acho que era 6 da manhã e largava 7 horas. No colégio, eu pegava de 6 da noite, e eu largava às 7, eu chegava em casa era 10 horas. A condução demorava. Eu chegava 10 horas.

Um segundo motivo para o abandono escolar foi o desentendimento com professores e colegas, incluindo agressão física:

Sei lá, quando alguém me provocava (...). Inclusive tinha até os moleques grandes, porque eu era pequeno, ficavam me provocando. Sabiam que eu ficava nervoso... Ficavam me provocando, só pra mim brigar com eles. (...) Aí eu começava a tacar pedra neles. Eles era maior, mas não corria não, eu ficava. Tomava cascudo e ia pra casa chorando. (Carlos)

Só a professora. É porque ela costumava ter uma régua. Quando a gente bagunçava, dava umas tapadas e reguadas na gente. Aí eu baguncei e ela veio dar umas reguadas em mim, eu peguei e saí correndo. (...) Aí pronto, e desse dia pra cá eu fiquei gazeando na aula. (Rodrigo)

a professora que batia. Teve até um colégio que eu estudei aqui que a professora enfiou a unha aqui em mim. (Adriano)

Nas atitudes das professoras de Rodrigo e Adriano – agressão em sala de aula – ficam latentes, mais uma vez, o despreparo e a deficiência da escola em atender às necessidades destes adolescentes.

Outras razões apontadas, em menor escala, foram: reprovação, o fato de não se sentirem atraídos pela escola, o envolvimento com atos infracionais, as dificuldades de aprendizagem, a instabilidade na moradia, os problemas emocionais e de saúde e a entrada para o quartel. Cabe ressaltar que estas razões, muitas vezes, aparecem mescladas com a dificuldade em conciliar trabalho e estudo, como mostra Clemer:

trabalhava, a minha mãe se mudava de lugar também. Eu tinha que trabalhar, se eu estudasse e não trabalhasse, não comia dentro de casa. Eu tinha que trabalhar.

Os relatos dos irmãos e primos, especialmente os mais velhos, foram mais enfáticos ao mostrar a responsabilidade familiar que tinham sobre si:

na 5ª série eu parei e comecei a estudar à noite. (...) Aí começou a pesar muito, trabalhar e estudar, aí você vai ter que escolher ou o estudo ou o trabalho. Na época, era uma fase muito difícil que a gente estava levando, então tinha que dar preferência ao trabalho. Aí parei, não estudei mais. (Alberto)

eu não me lembro muito bem da minha infância não. Eu trabalhei mais do que estudei. Eu estudei até a 7ª série incompleta, aliás, é, incompleta. Eu trabalhava mais do que estudava. (Álvaro)

A dificuldade da supervisão familiar à freqüência escolar do jovem ficou evidente. Muitos relataram que passavam o dia na rua brincando, engajando-se em atividades ilícitas e entrosando-se com 'más influências', ainda que dissessem para a mãe que iam para estudar. Estas somente saberiam que seus filhos haviam abandonado a escola algum tempo depois do fato consumado.

A repetência escolar foi regra comum entre os entrevistados, pelas mais variadas razões. Edmundo comenta:

> eu já fui reprovado cinco vezes. (...) Quando era mais pequeno, tive um problema. (...) caí dentro de uma canaleta que (...) estava aberta ainda. (...) passei uns dois meses indo no hospital da Restauração... fiquei repousando um ano... (...). Fiquei mais desligado, aí ficou meio dificultoso pra eu aprender.

Observamos como regra que os jovens se culpabilizavam pelo fracasso escolar, mesmo quando questionavam certos comportamentos de professores, colegas ou as mudanças familiares. Falta de interesse, brincadeiras e dificuldades próprias foram apontadas como causas das sucessivas repetências.

Apenas 21% dos infratores entrevistados ainda estudavam no momento em que cometeram a infração. Deve-se ressaltar que, embora os irmãos e primos sejam, em média, mais velhos do que os infratores, 39% deles ainda freqüentavam a escola no momento da entrevista, reforçando a maior persistência no estudo como forma de ascender socialmente. Estes demonstraram mais clareza e discernimento quanto ao que esperam dos estudos, como fala Alencar:

> uma coisa que eu pretendo fazer é nunca largar de estudar, eu vou fazer faculdade. Se Deus quiser, eu vou fazer faculdade.

Os irmãos/primos também manifestaram mais interesse em sugerir mudanças na escola para maior benefício do aluno: necessidade de entrosamento entre a escola e a família, maior comodidade das instalações físicas, segurança, limpeza e maior qualificação dos professores.

> Muita gente vai pra sala de aula pra brincar, não estuda, vai repetindo de ano... Eles não tomam uma providência, a mãe não sabe nada e daí por diante ele vai (...). Aí podia, assim, ter uma orientação, os professores, todo mês, de quatro em quatro meses, fazer uma visita em casa, na casa dos alunos pra dar uma orientação à mãe, pra dizer a eles como que é a vida. (Edmundo)

Devia ser uma escola que não fosse suja, que não fosse pichada, que tivesse segurança e que tivesse merenda certa. Precisa ter segurança porque o bairro lá é muito perigoso. (Elton)

Devia mudar as classes porque é muito apertado, é um calor, faz um calor enorme, a gente fica tudo invocado porque um calor. (Edilson)

A demonstração de algum sentimento positivo em relação aos estudos se fez presente em 54 dos adolescentes entrevistados. Esse sentimento veio, muito freqüentemente, relacionado a lembranças de colegas e professores apontados como especiais e dos quais guardaram boas recordações. Poucos se referiram à escola como aprendizado:

tudo que vem da escola eu gosto, tia, estudar e aprender eu gosto. (Clodoaldo)

eu sou uma pessoa que eu não tenho muito estudos mas eu sei de muitas coisas. Leio vários livros, adoro ler em inglês. Eu gosto muito de estudar. (Eli)

Entre os que não tinham boas lembranças do ensino, destacamos Afonso, que associa a escola ao sentimento de discriminação social:

às vezes (...) eu não tinha nem sapato pra ir pro colégio. Não tinha nem sapato, sapato rasgado. Aí eu ficava pensando, olha só, os colegas tudo rindo de mim. Eu com o sapato furado, [e] a minha mãe sem poder assim comprar um sapato pra mim. Eu me sentia mal, envergonhado (...) perante aos colegas (...) que têm mais condições de ir bonitinho pro colégio (...).

A escola freqüentada pelos jovens entrevistados certamente apresenta muitos problemas, que não são alvo de interesse para este estudo. Entretanto, não podemos nos escusar de comentar sobre como ela está alienada e distante da vida de boa parte dos entrevistados, que não podem ser responsabilizados pelo grau de fracasso demonstrado. Leca (1996), estudando as carências cognitivas de delinqüentes juvenis, mostra que eles têm dificuldade de alcançar um pensamento lógico formal adulto,[18] instrumento fundamental para se socializarem, ao invés de se alienarem. Essa alienação é alimentada pela diferença cultural entre o que oferecem o meio escolar e o familiar.

[18] Não pelo fato de serem infratores juvenis, mas por não terem recebido os estímulos adequados às respectivas fases cognitivas.

A importância do fracasso escolar na vida dos entrevistados, principalmente dos infratores, deve ser vista sob diversos ângulos. Os jovens com mais problemas familiares tendem a ir mal na escola; o mau desempenho estimula a ampliação do grupo de amigos, em muitos casos, ligados ao mundo infracional, e também contribui para o sentimento de fracasso na vida e para a baixa auto-estima, importantes fatores associados à delinqüência.

O Jovem, os Amigos e o Lazer

> *O adolescente tem necessidade de pertencer a um grupo, e o destino dessa necessidade depende muito das possibilidades que lhe são oferecidas pelo ambiente em que cresce, do tipo de grupos que estão à sua disposição. Podem ser benéficas, podem ajudar o adolescente a realizar seus anseios e aspirações ou, pelo contrário, podem ser nefastas, um lugar onde, amparado pelo grupo, pode dar rédea solta à sua agressividade.*
>
> (Vilarreal, 1998)

Os grupos de amigos citados pela maioria dos jovens infratores integram o mundo infracional – não necessariamente da própria comunidade em que vive o adolescente. Poucos infratores conseguem manter amigos sem qualquer envolvimento com a vida infracional e participantes de experiências de vida em comunidade. Percebe-se que, à medida que o jovem vai se envolvendo em atos infracionais, seu universo de amigos passa a ser mais restrito.

O sentido de amizade parece ser aquele de convivência cotidiana. Entre os que têm maior consideração por suas relações, percebe-se a manutenção de amizades de infância – importante referência emocional e afetiva para o jovem, como se pode perceber pela fala de Cristiano, "por causa que a gente é nascido e criado desde pequeno". Entretanto, a manutenção de amigos de infância foi pouco relatada por fatores como mudança de moradia do adolescente entrevistado ou do amigo; a eventual morte do amigo pelo envolvimento na vida infracional e pelo fato de os amigos de infância não terem se dirigido à vida do crime.

Em Recife, pode-se perceber mais claramente a definição da amizade no sentido de uma divisão entre amigos bons e ruins, em virtude da inserção no mundo infracional,

> os meus amigos é muito bom, é da Invasão. Quando eu passava... mas era tudo trabalhador e os outros tudo do prédio era ruim. (Raí)

Alguns jovens infratores relataram desconfiança dos amigos, por vezes distinguindo-os dos parceiros do ato infracional:

> Pra mim ficar comigo é parceiro, porque amigo não existe amigo. (...) Amigo que é amigo não leva pra matar não. (Célio)
>
> Eles são amigo só com quem a gente fica na rua. (Cristóvão)
>
> Amigo, pra mim, é meu pai e minha mãe. (Bernardo)
>
> (...) muitos amigos, mas não significa nada. (Bruno)

As amizades escolares não foram mencionadas, exceto por um único entrevistado, provavelmente, pelo fato de a grande maioria dos adolescentes infratores não freqüentar a escola regularmente.

O caráter efêmero deste relacionamento não passa despercebido pelos jovens, como aponta Décio: "os que estão vivos são meus amigos até hoje, são meus conhecidos até hoje".

Podem-se constatar, ainda, relatos de amizades por interesse financeiro, tema abordado por Raul:

> no mundo não tem amigo não. Amigo só quando a pessoa está com dinheiro. Eles dizem que é amigo.

Outra forma de relação por interesse foi relatada, desta vez tendo como alvo o poder, especialmente no tráfico de drogas. Assim, ao estar envolvido com pessoas do tráfico, o adolescente se atribui e lhe é atribuído um certo *status*. Seguindo a lógica infracional, o convívio e a relação estreita com os gerentes, por exemplo, permitem realizar uma 'carreira profissional' com mais facilidade. Há que se ressaltar que a lógica do mundo infracional, embora ilegal e inaceitável, repete os modelos da sociedade, no sentido da hierarquia de cargos a ser percorrida. Crístian comenta sobre essa hierarquia, "um é gerente do tráfico, o irmão é dono, ele é sobrinho do dono, e o outro é matador".

Já os irmãos e primos incluem como amigos jovens da comunidade, da escola, da família, da praia e da rua. A convivência comunitária parece ser mais próxima, como falam Ademir e Aloísio, respectivamente: "fiz muita amizade lá onde eu moro"; "hoje, meu melhor amigo é um garoto que estudou comigo, vai casar agora em setembro." Além disso, alguns demonstram claras relações de amizade fora do local de moradia. Em menor escala, esses jovens também valorizam a amizade da família em detrimento da dos colegas:

> que eu acho mais amigo mesmo é meu pai e minha mãe, só. Colega assim de rua assim eu não considero não. Porque o meu pai e minha mãe estão sempre me ajudando, eles não. (Arnaldo)

Reafirmam a noção de convivência cotidiana como o mais importante na amizade:

> ando junto com ele, vou pro *shopping*, brinco com ele, a gente vai pra uma praia, sair com as meninas. (Edilson)

A confiança e ajuda mútua foram observadas em alguns relatos:

> poxa, pra mim ser amigo não é ter falsidade quando está precisando ajuda, essas coisa assim. (Arnaldo)

Também foi mencionada a amizade por interesse financeiro por parte de Afonso:

> tenho os amigos verdadeiros e também, pô, tem os amigos falsos. Amigo falso é quando a gente estamos assim na situação ruim, sem trabalhar, não tem nenhum amigo. Aí quando está trabalhando e com dinheiro, pô, um montão de amigos.

A maior parte dos irmãos e primos relata que os amigos não têm qualquer envolvimento com a ilegalidade. Não utilizam drogas, não fazem parte do tráfico e nem cometem crimes:

> nenhum deles tem envolvimento com crime, droga (...). Eu conheço quem faz, mas eu não me misturo não. (Alexandre)

> não, nunca teve não. O pessoal que eu ando é bem diferente, tudo calmo igual a mim. (Eli)

Essa separação pretendida não evita que, eventualmente, sejam obrigados (embora não sem receio) a se relacionar com os infratores da comunidade, junto dos quais foram criados. Essa relação lhes é fundamental para que continuem vivendo na comunidade.

Outros jovens relatam ter amigos em ambos os universos:

> Alguns amigos meus estão envolvidos, outros não estão. (Afonso)

> Um colega meu. Ele matou um rapaz aí, aí... que a galera dava em cima dele pra deixar essas coisas, ele foi o único que não deixou. (Edson)

> Meus amigos foi tudo embora, uns morreram e outros foi-se embora. (...) E tem um que que tá preso, mas eu não enfrentava a dele não. (Edgar)

Alguns entrevistados mencionam que os amigos que usam drogas, ou que têm algum envolvimento infracional, já lhes propuseram tais rumos na vida, entretanto, há sempre uma recusa dessas ofertas. Eles se mostram constrangidos com a situação:

> eles não usavam não, do começo, né, não usavam não, aí agora passaram a usar. Só fumar maconha. Aí, tanto que, que eles não são amigos que eu só considero colega, que no começo eles me ofereceram muito, bastante. (Arnaldo)
>
> Já, teve um que até me chamou pra, pra fumar, falei com ele que eu não entro nessa, a minha cabeça é outra, o meu destino não é fumar esse negócio. (Davi)

Alguns entrevistados apontam um distanciamento dos amigos de infância que se envolveram no mundo infracional. Tais amigos passam a ser considerados apenas conhecidos:

> alguns estão usando muito droga, eu procurei cortar um pouco. Falo quando eu passo, paro um pouco pra não desfazer e falar que está ficando metido, não sei o quê. Aí eu procuro me destacar um pouco deles. Acho é bom pra não ficar muito visado, né.

Comparando-se os relatos dos entrevistados percebemos uma associação distinta dos grupos de jovens do Rio de Janeiro e de Recife. No Rio, a influência do tráfico predomina e os grupos formados são muito mais voltados para os interesses econômicos de cada 'boca de fumo'. Em Recife, os jovens se agregam mais em função do bairro e dos interesses comuns aos grupos de cada localidade.

Essas diferenças poderiam se incluir dentro do que Zaluar (1997:44) define como quadrilhas e 'galeras', respectivamente. Segundo a autora, "as quadrilhas são compostas por um número relativamente pequeno de pessoas que se organizam com a finalidade de desenvolver atividades ilegais para o enriquecimento de seus membros" e com hierarquia bem definida. Já as galeras se caracterizariam por serem organizações sem "chefia instituída, regras explicitadas e rituais iniciáticos, embora tenham (...) estreita relação com os bairros em que vivem". Reúnem-se muito mais para atividades recreativas.

As opções de lazer relatadas pelos entrevistados são, em sua maioria, realizadas em grupos. As mais citadas foram: baile *funk*, baile charme, pagode, futebol, praia, namoro, cinema (filmes de ação), pipa e *shopping*.

O único lazer citado por todos os entrevistados foi o futebol. DaMatta (1982) fala sobre a importância do esporte como forma de ascensão possível para o brasileiro.

> *o esporte fascina justamente porque veicula liberdade e igualdade, porque torna possível o exercício da escolha sem o constrangimento do sistema social brasileiro, onde o lugar de todos está pré-estabelecido – o dos pobres e o dos ricos, o das famílias com nome, o das famílias sem nome – e os direitos livres e iguais ainda não são plenamente reconhecidos.*

O baile *funk* foi preferido pelos adolescentes infratores, ao passo que seus irmãos e primos alegaram gostar mais de pagode (Recife) e de baile charme (Rio de Janeiro). Alguns infratores relatam gostar de baile *funk*, justamente pela violência: "vale tudo, a gente entrava armado, brigando um com o outro" (Ronaldo). Outro fator observado nas entrevistas dos infratores é a reprodução da hierarquia do tráfico nesses locais: "ia todo mundo armado, eu ia com o dono e tinha segurança, uns dez cabeças armados" (Bruno).

A possibilidade de violência iminente é exatamente o que atrai os jovens infratores e afasta os seus irmãos e primos – que optam pelo pagode e pelo baile charme: "*funk* é só violência, não vou" (Afonso).

Aloísio relata seu conflito sobre os bailes:

> eu gostava muito mais por causa da música, adoro dançar *funk*, adoro música, eu parei de ir porque, pô, se esbarrar em alguém neguinho vem me dar uma porrada; eu parei de ir. Porrada não é nada, pior é estar armado. Porrada sara. Vou mais pra baile assim, clube.

Os irmãos e primos também manifestaram uma preocupação em dividir seu tempo com o trabalho, estudo e lazer: "agora só saio no sábado, porque eu trabalho e estudo" (Edson); "jogo bola, vou à praia, só final de semana porque trabalho" (Arnaldo).

A importância dos bailes *funk* no Rio de Janeiro foi inicialmente relatada por Vianna (1988), como uma forma relevante de lazer e sociabilidade juvenil, além de representarem momentos importantes na evolução da reputação de grupos rivais. Cechetto (1997:114) afirma que alguns bailes "permitem aos jovens lutarem sem se matarem, ainda que a manutenção do prestígio interno e externo das galeras *funk* seja assegurada pela perpetuação dos confrontos através de um ciclo de rivalidades interminável".

Outra característica do comportamento dos jovens em grupo é o consumo de drogas. A maioria dos infratores entrevistados relata ser usuário constante de drogas e álcool. Entretanto, alguns relatam já terem interrompido o consumo: "um dia eu, sabe, pernoitado, sabe antigamente eu cheirava, agora eu não cheiro mais não" (Benedito) e outros dizem apenas terem experimentado: "não uso nenhum tipo de droga, eu já fumei uma vez, fumei maconha só uma vez" (Bartolomeu). Apenas uma pequena parte dos infratores entrevistados relata nunca ter experimentado drogas/álcool: "não sei nem o que é maconha nem o que é cocaína" (Cássio).

A faixa etária mais citada pelos infratores como de início do uso de drogas/álcool foi por volta dos 13 anos de idade.

Entre as drogas usadas e experimentadas pelos infratores do Rio de Janeiro, em ordem de freqüência, estão: maconha, cocaína, álcool, cola, haxixe e *crack*. Já em Recife a ordem das mais usadas é: maconha, álcool, rohipinol, cola, cocaína, *crack*, loló e haxixe.

Os efeitos provocados pelas drogas foram citados diversas vezes. Os infratores relataram ter sensações diferentes quando estão sob o efeito da droga: com o uso da maconha sentem fome, sono, calma e ficam distraídos; com a cocaína ficam 'espantados', violentos, ativos, nervosos e com 'sensação ruim' (principalmente quando misturam com álcool).

No Rio de Janeiro, as drogas são compradas facilmente dos traficantes. Em Recife, os jovens as adquirem de conhecidos da comunidade, sendo que um jovem disse que plantou um pé de maconha para consumo próprio.

A família é comumente citada como cerceadora do consumo de drogas pelos adolescentes, especialmente a mãe:

> Pô, eu chegava em casa assim tarde. A minha mãe falava. Minha mãe falou uma vez só comigo, eu disse assim, chega, para mim parou. (Clodoaldo)

> (...) que a gente não podia comprar na mesma favela que a gente morava, porque aí todo mundo ia saber, a nossa mãe ia saber, então fomos para outra favela. (Bartolomeu)

Os irmãos e primos entrevistados tinham um conhecimento reduzido sobre a utilização de drogas pelos infratores. Qualificaram este comportamento como um ato negativo, sobre o qual tentaram, quando possível, intervir: "eu fui e falei com ele pra ele parar com esse negócio e coisa e tal" (Augusto); "eu chamei, acordei ele, mostrei a ele e falei que ia jogar no sanitário" (Alessandro). Esses jovens reconheceram a influência dos colegas como a principal causa para iniciar o infrator no uso de drogas/álcool.

A maioria deles nunca experimentou e recusa-se terminantemente a ter algum contato com drogas, embora muitos tenham recebido ofertas de consumo: "a gente acabou a amizade todinho, ele queria fazer de todo jeito eu cheirasse" (Erick); "nunca na minha vida e nem quero usar" (Edilson). Outros já experimentaram, mas não se tornaram usuários:

> sempre passava assim e via os colegas na rua, via fumando, né (...). Só foi ali mesmo, sabe, porque sei lá, não gostei. Assim, como se diz, a lombra da maconha, né, eu sei lá, não deu pra mim.

Apenas quatro dos trinta e um primos e irmãos entrevistados afirmaram fazer uso constante das mesmas drogas utilizadas pelos infratores.

O Jovem, as Namoradas e os Filhos

Todos os infratores entrevistados relataram ter ou já terem tido namorada, sendo que cinco deles já viviam com suas mulheres. Alguns deles revelam ter começado a namorar muito precocemente, como Célio, que teve sua primeira namorada aos 8 anos de idade e iniciado a vida sexual entre 10 e 13 anos. Maior quantidade de jovens define a faixa dos 14 a 15 anos de idade como o início de suas atividades sexuais. As namoradas eram colegas da rua, do colégio ou mesmo conhecidas. Todos os adolescentes entrevistados e questionados a esse respeito descreveram a relação sexual como uma experiência positiva: "me senti cheio de vida, assim alegre, muito feliz" (Ramon).

A relação com as namoradas é efêmera e o relato de gravidez foi muito comum. O número elevado de gravidez das namoradas e o de filhos nascidos evidencia, de um lado, a pouca utilização de métodos para evitar a concepção, de outro, a ausência de medidas preventivas contra a contaminação por doenças sexualmente transmissíveis. Em Pernambuco, 50% dos infratores vivenciaram esta situação. A maioria das garotas não chegou a ter o filho, mostrando a freqüência com que o aborto é feito por esse grupo social: "teve uma aí, uma que gosta de mim mesmo (...) que ficou grávida de mim. A mãe dela mandou ela tirar e ela tirou" (Romário).

Além do aborto, episódios de agressão física às namoradas foram relatados por vários entrevistados. Raimundo, que já engravidou duas delas, conta que bateu na coxa de uma, fazendo com que perdesse o filho que esperava. O motivo alegado por ele para a violência foi o nervosismo.

Entre os infratores que têm filhos, nenhum vive junto com eles e a mãe, tampouco registrou a criança. Denilson nos demonstra o tipo de

relação normalmente estabelecida por estes jovens, ao comentar sobre a namorada: "ela estava morando lá em casa. Depois eu briguei com ela, aí ela foi embora". Benício, indagado sobre sua filha de "dois anos e pouco", da qual não sabe nem o nome, afirma: "eu fico com vontade de ver, eu não sei nem onde ela mora, não tem nem como ver."

Quase todos os adolescentes que já são pais relataram a experiência como algo positivo e apenas um a sentiu como algo difícil:

> Foi uma emoção muito grande. Eu não sabia que eu tinha a possibilidade de ter um filho. Eu fiz exame de sangue, aí deu que o filho é meu. Aí eu acreditei. (Cláudio)

Cláudio nos traz uma questão sempre presente para os jovens, a incerteza sobre a paternidade da criança, já que as relações com as namoradas são instáveis. Os critérios são semelhança física, a opinião dos familiares ou exames laboratoriais. Muitos permanecem com dúvidas – um motivo a mais que os faz não assumirem o filho.

Percebemos, também, uma idealização sobre o próprio desempenho no papel de pai. Os adolescentes sustentam que querem o melhor para seus filhos, que se preocupam com eles: "Eu não vou querer pra eles [filhos] o que eu quero pra mim" (Cleiton); "ficava pensando...pô, o que eu fui eu não posso deixar ele ser" (Davi). Porém, na realidade, não provêm para os filhos o sustento, nem lhes dedicam tempo ou atenção constante.

O início precoce da vida sexual faz com que tenham sido grandes as queixas sobre a ausência de relações sexuais na instituição onde estão acautelados. Rui disse que não pode tocar em sua namorada no dia da visita e reivindica que, nas instituições para jovens, o pernoite das mulheres seja permitido, tal qual ocorre nos presídios de adultos.

Entre os irmãos e primos entrevistados, apenas três já conviviam com suas mulheres. Têm o mesmo comportamento dos parentes infratores no que se refere à alta rotatividade nos relacionamentos e envolvimentos paralelos. Entretanto, iniciaram-se sexualmente entre os 15 e 18 anos, um pouco mais tarde do que os infratores.

O comportamento destes jovens em relação à prevenção foi diferenciado. Alguns se preocupavam:

> Eu lembro que era bem novinho, eu tinha uns 12 anos, e meu pai me ensinou como que era, que tinha que usar preservativos, que a AIDS é uma doença que não tem cura... Ele até alugava fita de pornô pra ficar me ensinando como é que era (...). Falava que eu tenho que me

preservar, se a mulher vir com essa história de não querer usar a camisinha, tem que usar. (Ademir)

> Uso [preservativo], com certeza... Não abro mão disso não. Se um dia eu sair com uma pessoa ela disser não, não quero isso... então, pronto, saio do quarto, não tem problema não, descurto. (Eli)

Outros desconheciam a necessidade de se cuidarem, nunca utilizando métodos de prevenção ou utilizando às vezes, ainda que conscientes dos riscos de tal comportamento.

> Não, não, é porque não é com todas que o cara usa, mas quem eu sei o procedimento dela, aí eu vou sem camisinha, mesmo sabendo que corre risco sem dúvida. Mas acho que é mais por causa delas, que elas são mais experientes, né, tem mais macete. (Elias)

> Porque eu tinha certeza que essas pessoas não era de estar com todo mundo nem ter doença assim. (Elói)

> Porque não gosto, ela também não gosta, quando elas vê assim que eu não sou um rapaz namorador, nem essas coisas, aí eu não uso camisinha não, agora quando eu ou ela é muito namoradeira, namora com um e com outro, mas é raro, eu nunca usei não. (Elton)

Quase não houve relatos de gravidez interrompida, ao contrário do que se verificou entre os infratores. Seis irmãos e primos já têm filhos, o que consideram como uma experiência positiva. Alessandro assumiu a criação da filha. Fala assim desta sua relação:

> ela é minha paixão (...) eu que cuidei da criança. Dou graças a Deus, Deus me deu força, né, com a ajuda da minha família, porque meu pai e minha mãe nunca nos abandonou.

Notamos uma planejamento diferenciado no que se refere à preparação para a constituição da vida familiar. Colocam como pré-requisitos:

> Só vou ter filho quando eu tiver uma casa minha, mesmo, própria e quando eu tiver um padrão de vida bem elevado (...). Pra pessoa hoje em dia ter um filho tem que ter um padrão no mínimo uns 800, 600 reais pra você dizer, está dando pra me manter legal... Porque esse Plano Real o povo diz que é bom, é bom pra quem tem, pra quem ganha bem, acima de mil reais... Agora, pra pessoa que ganha salário mínimo, dois salários, hoje sofre muito, passa fome. (Eli)

Casar, agora, não. Filho, também, agora não. Só quando eu me firmar profissionalmente eu penso nisso. (Edson)

Pretendo, quando eu estiver com um emprego maneiro, seguro. Pretendo ter um filho, sim. (Anderson)

Considerando a rotatividade da figura masculina nas famílias de origem de muitos dos jovens entrevistados, podemos perceber uma repetição do comportamento masculino nas novas relações dos entrevistados. Muza (1996), estudando jovens consumidores de drogas, relata a reprodução da experiência de abandono na infância ao estabelecer suas próprias relações na adolescência, pois o modelo paterno introjetado pode ser o único modelo a que o jovem teve acesso.

O Jovem e o Trabalho

Dos 92 jovens entrevistados na pesquisa, 90% já haviam trabalhado, em algum momento de suas vidas, especialmente em biscates como ajudante de pedreiro, balconista, em oficina mecânica, feira, padaria, farmácia, supermercado, banca de jornal, entre outros. Foi verificada a inserção precoce, com passagem por vários tipos de atividades, como mostra Clemer, "trabalhei de pedreiro, de eletricista, de lanternagem. Trabalhei em ótica, trabalhei entregando caminhão de areia, de tijolo".

Edilson relembra quando começou a trabalhar "desde que mainha começou a vender cinto na rua, eu tinha uns 4 ou 5 anos de idade".

Para cerca de 20% dos jovens, essa inserção laboral se deu na faixa de 7 a 9 anos de idade, para poucos, inicialmente por curiosidade, como Dalton:

eu gostava, eles consertavam carro aí eu ficava só olhando, ele foi e me chamou pra trabalhar com ele. Aí eu trabalhava ali, só que ele não me dava nada não, e depois eu comecei a trabalhar direito, pegava a chave certa, sabia a chave, ele me dava um dinheiro no final de semana.

Outro motivo para o início precoce no trabalho foi a necessidade familiar, como é o caso de Benício – "trabalho desde os 9 anos, trabalhava vendendo picolé, vendia doce, depois arrumei um serviço no Califórnia, estudava de manhã e trabalhava de tarde" – e Amauri – "porque a gente precisava na época".

A necessidade de independência financeira foi outra razão, citada mais freqüentemente pelos primos e irmãos não-infratores, como Ângelo e Anderson, respectivamente:

eu queria ter o meu dinheiro sem precisar depender de ninguém.

achava que precisava, porque quer uma roupa, quer um calçado, quer sair, não tem dinheiro, tem que trabalhar (...). A minha mãe não pode dar, que recebe só uma pensão só e tem muito filho.

Dois outros jovens complementam sua independência com o apoio à mãe:

Roupa, essas coisas a minha mãe nunca se preocupou, porque sempre eu dava o meu jeito, né, trabalhava e comprava. Desde pequeno eu que sempre me mantinha, né. Mas eu ajudei muito em casa já... Ajudo bastante mesmo. (Adilson)

todo mundo trabalhava, eu trabalhava pra ajudar a minha mãe mais um pouco, né. Na comida, uma roupa que eu comprava pra mim. Eu sempre trabalhei desde pequeno. (Cassiano)

Apenas 13% dos jovens infratores haviam tido trabalho com carteira assinada, a metade em atividades administrativas como operador de máquina de *xerox* e *office boy*. Cinqüenta por cento dos irmãos e primos dos infratores cariocas têm atualmente trabalho oficializado, em atividades como: cabeleireiro, servente, vendedor, *office boy* e operador de máquina de *xerox*. Em Recife, predominaram os biscates em serralheria, segurança, lanternagem, pintura.

A preocupação com a qualidade do emprego mostrou-se presente, principalmente entre os irmãos e primos:

Uma coisa que me assina a carteira, está entendendo. (Eduardo)

ele queria que eu trabalhasse por 25 reais por semana, eu digo não quero não, melhor tá parado dentro de casa a tá trabalhando pros outros por 25 reais, arriscando a minha vida (...) Ele arrumou emprego de segurança de rua (...). Hoje em dia os ladrão não querem nem considerar a pessoa, tem gente que usa droga, quando pega um revólver quer ficar matando, como eu vejo lá... (Edgar)

Em relação ao trabalho, os entrevistados, de modo geral, afirmaram gostar:

Me arrependo até hoje de ter abandonado esse emprego, sabe, que era muito bom, todo mundo gostava de mim. (Décio)

Nossa! Adoro, cada dia que passa eu aprendo mais (...). O estudo não foi muito bom pra mim não, mas, se depender de mim e do meu trabalho, eu tenho certeza de que eu – pelo menos eu estou tentando – eu acho que ainda vou chegar lá. (Álvaro)

Entre os que não gostavam, as principais razões apontadas foram a má adaptação e as dificuldades inerentes ao tipo de atividade realizada, tais como falam Clemer e Cláudio: "porque eu tinha que levantar muito cedo, cinco horas, aí eu também, pra mim não dava pra levantar muito cedo, porque pela minha idade, né [12 anos]", "porque era muito peso".

Além dessas causas, os irmãos e primos complementaram com o fato de não conseguirem conciliar trabalho e estudos, citando, com mais clareza, os efeitos negativos do ingresso precoce no trabalho.

As dificuldades de ajuste ao trabalho também estiveram relacionadas aos problemas de relacionamento interpessoal.

> No começo eu gostava, depois, quando eles começaram a me massacrar (...), aí eu fui falar com ela, pra eu saber mais ou menos onde é que ficava, pra ver se ela sabia. Ela falou comigo cheia de ignorância. (Cristiano)

> eu não me dava bem (...). Os patrão quer mandar demais, então eu não gosto. Com o dinheiro que paga pode até mandar, mas é que fica falando em cima, pressionando, gritando. (Cristóvão)

Outros motivos foram citados com menor freqüência, tais como: ter sido chamado de 'viado' porque trabalhava como cabelereiro, ausência de pagamento, mudanças familiares e envolvimento com o tráfico.

Quanto à ambição profissional, observamos uma diferença fundamental entre os infratores e seus parentes. Os primeiros se mostraram mais acomodados às ocupações menos qualificadas, como Dario: eu gosto de ser pedreiro mesmo"; "pô, trabalhar em uma profissão que eu ganhe bem, trabalhar pra ficar no sofrimento (...) *boy*, *boy* é interessante". Os irmãos e primos revelaram maior interesse de ascensão profissional. Procuram um emprego com carteira assinada e que possibilite conciliar trabalho e estudos. Ademir e Alencar comentam:

> Estou trabalhando demais aqui e estou vendo os meus estudos indo pra trás, então é melhor eu sair e procurar os meus estudos e procurar um serviço mais (...) menos horas pra trabalhar, né, pra (...) poder estudar. (Ademir)

> Eu trabalhei lá das 7 e meia às 10 da noite, quando eu não tinha aula, aí era muito puxado, estava me prejudicando até na escola, por causa da farmácia. (Alencar)

Embora pareça totalmente contrário ao senso comum, os jovens infratores que vivem do tráfico consideram como trabalho as atividades

que desempenham. Dali se origina a própria sobrevivência, e, às vezes, a da família. O 'trabalho' no tráfico assemelha-se ao trabalho formal no que se refere a questões como compromisso, responsabilização, lugar no processo, técnicas, hierarquia e normas de ascensão profissional.

O Jovem e o Consumismo

o preço mais elevado da sociedade de consumo é o sentimento de insegurança generalizada que ela engendra.
(Lisle, apud Baudrillard)

O apelo ao consumo que a mídia direciona ao público jovem ou *teen* foi estudado por Fischer (1997), que distingue a mensagem veiculada nos meios de comunicação dirigida ao adolescente 'normal' da que é direcionada ao adolescente pobre, com imagem associada à violência e à criminalidade. Essa autora constata que, por não perceberem essa forma de exclusão operada pela mídia, os jovens são atingidos da mesma maneira pelos apelos do consumo em uma sociedade desigual e excludente.

Esse fato pode ser observado ao se averiguar a principal utilização do dinheiro pelos jovens cariocas (especialmente aquele oriundo dos atos infracionais), gasto com vestuário, com roupas de marcas como Nike, Reebok, Redley, Company, Cyclone e Taco. Um adolescente declara: "só compro roupa no Rio Sul[19] (...), roupa da Cyclone, TCK e Taco" (Cláudio). Os gastos com diversão, como baile, hotel, motel, namoradas e amigos são apresentados em seguida, quando se percebe a rapidez da circulação do dinheiro adquirido por meio de atos infracionais:

> Eu pago três, quatro meses de diária no hotel. (...) Todo dia a gente come em restaurante, faz aquela reunião só de ladrão, mas todo mundo arrumadinho, limpinho. Come só coisa boa. (Cláudio)

A ostentação parece ser outra questão primordial que influencia nos seus gastos, como fica evidente na fala do mesmo adolescente: "a gente se veste feito doutor e chega de táxi e só entra porque o segurança conhece a gente".

Este consumismo, característica do atual movimento de globalização, estimula a inserção de jovens das favelas e das periferias no crime organizado, resultando em uma alternativa econômica de sobrevivência de extraordinária rentabilidade, a que jamais teriam acesso, de outro modo.

---

[19] *Shopping* na Zona Sul do Rio de Janeiro.

Já em Recife, os adolescentes colocam como primeiro canal de investimento os gastos com diversão: passear, sair, beber, ir à praia e se reunir com amigos, "dinheiro, eu roubava mais pra mim, só pra beber, farrear, ir pra baile" (Raí). Os gastos com vestuário são apresentados em segundo plano e os adolescentes não valorizam roupas de marca, principalmente em função da preocupação que têm de que suas famílias descubram o envolvimento infracional, como fala Rogério:

> uma roupa assim que minha mãe não se ligasse, porque se ela se ligasse, ela ia saber que eu tava roubando, essa coisa. Aí eu procurava mais gastar com curtição, saía pra beber, tirava onda.

Esta preocupação dos adolescentes pernambucanos em esconder da família seus atos também ficou evidente ao responderem sobre se cooperavam financeiramente com a família. Apenas cinco deles ajudavam em casa, porém com a preocupação de que a família não soubesse de onde vinha o dinheiro.

O comportamento dos jovens cariocas ficou dividido. Alguns disseram que auxiliavam a manter suas famílias e outros afirmaram que utilizavam o dinheiro apenas para consumo próprio. O principal argumento para não ajudarem na casa fica evidente na fala dos seguintes jovens:

> Mesmo se eu for dar, a minha mãe não aceita não porque ela sabe que é roubado. Sabe que eu não estou trabalhando. (Ramon)

> Sujo... é um dinheiro sujo, porque ali você está traficando, é ilegal o que você está fazendo. (Bernardo)

Outra forma de gastar o dinheiro relatada por alguns infratores do Rio, especialmente os envolvidos com o tráfico de drogas, são as doações e auxílios à comunidade onde vivem, forma pela qual obtêm respeito e aceitação dos moradores e se sentem valorizados. Djair explica:

> eu sou maneiro com todo mundo, tia. Tinha gente lá que não tinha nada pra comer dentro de casa, pra mim ganhar um dinheiro, fazia uma compra grandona e levava pra casa deles.

O consumo das drogas foi outra fonte de gastos, embora não muito valorizada pelos entrevistados.

Irmãos e primos dos infratores parecem ter uma relação diferente com o dinheiro. Metade deles investe parte do rendimento do trabalho na própria família, assim como Arnaldo – "o que eu faço na semana eu dou a

metade" – e Edson – "meu irmão dá a feira, eu dou a parte da carne, verdura". Relatam, com orgulho, a possibilidade de colaborar e valorizam suas contribuições externalizando o teor positivo de determinadas experiências, "dar a casa pra minha mãe, eu me senti muito bem e orgulhoso por isso" (Alan).

Os gastos com diversão e vestuário também foram comentados por esse grupo de entrevistados, mas com uma crítica às roupas de marca, citando esse tipo de escolha como algo dispensável.

> Não tenho preferência por roupa de marca, porque eu acho que desde o momento que a gente está vestido não precisa ser de marca. (Alencar)
>
> Não, não. Não tem nada a ver não. Muitos aí só usa roupa de marca. Eu uso o que eu posso. (Anderson)

Nos irmãos e primos percebemos um comportamento não verificado em seus parentes infratores: a existência de uma escala de prioridades para o gasto do dinheiro e a preocupação com o futuro. Edílson poupou seu dinheiro por longo tempo para poder sair de férias. Anderson guarda parte do seu dinheiro em banco como fator de segurança e garantia aos seus estudos:

> eu boto lá, quando preciso eu vou lá e pego, pago o curso, compro algum material pra escola. E a escola, o negócio da escola, quem sustenta a escola, o material, tudo eu que sustento.

Apenas um destes irmãos e primos informou gastar o dinheiro com drogas.

O Jovem e seus Planos

Você tem algum sonho? (pesquisadora)
De ser muito feliz. (Cosme)
O que você precisa fazer para ser feliz? (pesquisadora)
Ah, mudar. Mudar é o meu sonho. (Cosme)

Os projetos de vida dos adolescentes entrevistados refletem a forma como interpretam o futuro, a partir dos acontecimentos do presente. O adolescente costuma ter projetos de vida ricos e abrangentes, ainda alicerçados pela fantasia. Entretanto, os jovens de baixa renda entrevistados evidenciaram aspirações restritas a um momento mais imediato e limitadas pela posição social que são obrigados a assumir desde o seu nascimento.

Constituir família e conseguir trabalho foram os principais projetos relatados. Quase todos os jovens sonham em ter sua própria família. Porém, para tanto, verbalizam a necessidade também de um emprego que garanta o sustento próprio, da esposa e dos filhos. Notamos que mesmo aqueles jovens que já geraram filhos e não os assumiram explicitam esse mesmo discurso, como se estivessem em busca de uma família idealizada.

Para os jovens infratores, o trabalho aparece como forma de amenizar os erros cometidos e de se redimirem perante a sociedade. Foram suas principais representações do trabalho – que repetem o padrão de seu meio cultural: forma de sobrevivência e de ascensão social. A maioria dos adolescentes vê o trabalho como forma de adquirir dinheiro para o seu sustento e o de sua família. Nesses casos, o sentido é de ocupação não-especializada, não havendo preocupação por nenhuma atividade específica.

> Ah, qualquer um que desse pra mim ter a minha família, me vestir bem e comer bem. (Brian)
>
> Qualquer emprego. (Cleiton)
>
> Uma coisa que eu achar que é fácil, que dê para mim fazer. (Roberto)

A profissão mais comentada por aqueles que demonstram o desejo de ascensão social foi a inserção nas Forças Armadas, por sete jovens, e no futebol profissional, por outros dois. O desejo de participar das Forças Armadas pode refletir duas tendências: a necessidade de introjeção da autoridade ou o treinamento para aperfeiçoamento no crime.

Apenas três irmãos e primos dos infratores sonhavam com profissões que requerem formação de nível superior.

> Eu quero ser dentista. (...) Estudar bastante. Eu posso não ser muito inteligente, mas eu sou esforçado. (Alexandre)
>
> Eu queria ser, meu apelido já é doutor, eu queria ser doutor. (...) Médico. (...) Hoje em dia não sei nem ler, nem escrever, nem nada... mas eu não tenho vergonha não, quando eu arrumo um emprego, às vezes manda eu assinar e eu nem sei assinar. (Edgar)

A fala de Edgar dimensiona o quanto o sonho parece estar distante da realidade concreta que o cerca.

Somente jovens do Rio mostraram o desejo de inserção nas Forças Armadas. Três dos quatro infratores com esse sonho pertenciam ao tráfico de drogas, aparentemente valorizando o manejo com as armas de fogo como interesse principal, como informa Brian:

mesmo estando envolvido, eu pretendo servir, quero servir o quartel. (...) os caras ficam muito mais sinistro ele dá tiro à pampa, aí a gente só dá tiro sem errar, tiro certo... Treina lá e pratica na boca.

Outra meta foi a ascensão na vida do crime, declarada por três adolescentes inseridos no tráfico de drogas do Rio de Janeiro. Esses adolescentes já desempenham funções com certo poder dentro do mundo do narcotráfico. A hierarquia que aí existe, assim como o jogo de poder, alimenta nos jovens um certo desejo de *status* e uma vontade de chegar ao topo, a todo custo.

Minha vida eu não mudo não. Deixa do jeito que está mesmo. (...) O dono rodou e eu vou assumir. (Denilson)

continuar até o posto mais alto. (...) Quando chegar a ser o dono da favela ou então responsável, gerente geral. (Brian)

Um diálogo estabelecido entre a pesquisadora e Dener ilustra a tênue ambição desses jovens, cujo sonho é chegar a ser dono do morro. Questionado sobre se tinha alguma outra expectativa responde negativamente, afinal "a melhor escola é a vida, eu já sei ler e escrever, tá bom."

Este quadro já foi analisado por Zaluar (1994:9), que comenta:

para afugentá-los do trabalho, esses jovens não contam apenas com as dificuldades de conseguir emprego. Forma-se entre eles, a partir de suas próprias experiências e da observação de vida dos seus pais, uma visão negativa do trabalho, termo que equiparam à escravidão. Escravidão é trabalhar de segunda a segunda por irrisórios salários durante quase todo tempo em que se está desperto. Escravidão é também submeter-se a um patrão autoritário que humilha o trabalhador com ordens ríspidas, que não o ouve nunca, que o vigia sempre. Sem serem formados por escola ou religião que lhes passe uma ética rígida de trabalho, esses jovens cedo aprendem os valores do machismo, o que exacerba ainda mais o caráter humilhante da submissão, negação da marca de um homem... Seus heróis são outros. Na falta de um movimento operário forte de onde saiam líderes trabalhadores com fama, eles se voltam para os eternos valentes da nossa cultura popular que desafiam, passam rasteira e se negam a esse mundo do trabalho. Se antes, por lá, os valentes eram os simpáticos malandros, hoje são os perigosos e armados bandidos. A navalha foi substituída pelo "oitão" ou minimetralhadora, o leal corpo a corpo pela tocaia traiçoeira, a lei do mais valente pela lei do mais armado.

O Jovem e a Visão de Si Mesmo

De maneira geral, os jovens infratores se vêem de maneira muito positiva, considerando-se bons, justos, calmos, amigos, sinceros, legais, caseiros, bem-humorados, corretos, leais, comunicativos, humildes e pensam antes de agir. Cléber relata:

> Sou um menino direito, só errei agora. Porque todo mundo tem um erro, né... Sempre fui um menino direito e vou continuar sendo.

Os irmãos e primos usam adjetivos um pouco diferentes, mas também positivos, ao se descreverem para as pesquisadoras: alegres, esforçados, bem-humorados, teimosos, levados, pensativos, sonhadores, compreensivos, com força de vontade, tímidos, amigos e introvertidos. Anderson se descreve:

> me considero até muito calmo, muito calmo em casa, assim. Sou meio bobo, sempre de bom humor, sempre um pouco alegre.

Alencar também se define:

> eu sou uma pessoa muito sonhadora. Eu acho que eu sou uma pessoa assim que compreende todo mundo.

A visão positiva de si próprio foi relativizada por muitos, que têm clareza da oscilação de humor que possuem – característica própria da idade, período de mudanças e de 'turbulências', em que o adolescente está reconhecendo e redescobrindo as potencialidades, o que interfere nas suas ações e na visão que tem de si mesmo. Neste sentido, os infratores também se dizem impulsivos, agressivos, rebeldes, ruins, agitados, nervosos, violentos, explosivos, maldosos, tristes, irritados e impacientes. A maior dificuldade relatada é com o controle da agressividade. Cassiano mostra esta labilidade:

> quando as pessoas tentam me irritar, eu fico fora do normal. A pessoa me provoca muito aí não tem aquela energia de segurar, de segurar o corpo. Desabafo, começo a discutir, então eu fico discutindo muito. Eu até paro, aí vou pro meu canto, fico quieto, nervoso, fico tremendo.

Carlos também manifesta essa ambigüidade, ao contar o seguinte fato:

> quando eu tô numa boa, eu sou uma pessoa superboa. Todo mundo gosta de mim. (...) Mas, eu fico nervoso. Se você tá me provocando, eu não

> tô nem aí. A partir do momento que a senhora me encosta a mão, aí eu não me responsabilizo pelos meus atos. Só escurece a vista.

Indagados sobre as características de que mais gostavam em si, os adolescentes infratores ressaltaram inteligência, bondade, justiça, calma, pureza, humildade, lealdade, coragem, "saber dizer não", facilidade de se comunicar e de se socializar, persistência, bom-humor e capacidade de ajudar as pessoas. De modo geral, esses adolescentes mencionaram estar satisfeitos consigo mesmos; com sua maneira de se vestir, de sorrir e outras características físicas, apontando para a presença de uma visão positiva sobre si mesmo.

Esses dados diferem dos encontrados na literatura sobre delinqüência. Entretanto, não utilizamos escala de auto-estima alguma que nos possibilitasse mensurar este atributo de personalidade de modo a compará-lo com outros estudos.

O único senão a essa visão positiva de si próprio se dá pelo reconhecimento da dificuldade em controlar os impulsos agressivos. Esses fatos nos fazem perceber que a visão da sociedade sobre o adolescente que comete infração é muito distante da que ele tem de si mesmo.

As qualidades mais valorizadas pelos irmãos e primos foram as características emocionais: ser comunicativo, alegre, bem-humorado, amigo e ajudar os outros. Há também referências, em menor proporção, a caráter, maneira de lidar com as pessoas, bondade, reconhecer os limites, saber escolher as amizades, ter vontade de viver, de ser observador, agradável, legal, honesto, ter vontade de vencer na vida, ser ingênuo, justo, receptivo, fiel e sincero. Estes jovens se descrevem assim:

> Eu gosto muito, eu sou muito observador, penso duas vezes antes de falar qualquer coisa. Eu tenho meu próprio limite, sei o que estou fazendo, sabe, eu gosto disso. (Edson)
>
> Eu adoro o meu jeito de pensar em vencer. (Alencar)
>
> Ah, sou franco assim, falo mesmo, sou amigo, gosto de todo mundo, não desejo o mal pra ninguém, quero só ver o bem de todo mundo, ajudo todo mundo... (Ademar)

Nesse grupo, foi seguidamente ressaltada a vontade de vencer na vida, motivo pelo qual os jovens planejam o que vão realizar para melhorar suas condições de vida, priorizando os meios legais para atingir o que desejam. As

características físicas também foram mencionadas, denotando também uma elevada auto-estima para o grupo como um todo.

Apenas sete infratores e um irmão relataram não ter ou não saber as características de que gostam mais em si mesmos, apontando para uma baixa auto-estima. Bruno, adolescente com parte do corpo queimado em rebelião na EJLA, comenta sobre o que gostava mais em si: "eu não gosto de nada, tia. Estou feio, queimado, não gosto nada mais em mim". Dagmar é outro jovem que pensa de forma semelhante, "gosto nada (...) eu não valho nada mesmo. Pô, nessa vida ninguém vale nada".

Questionados sobre se teriam alguma característica que desejariam modificar, a maioria dos infratores relata estar satisfeita com seu jeito de ser. Nove citaram o desejo de sair da vida infracional como aspectos que gostariam de mudar, tentando construir um novo caminho: "é, mudar, não entrar mais nessa vida, né, deixava de mão, procurar sair daqui e ir pra outro lugar, construir uma outra vida" (Rodrigo).

Alguns entrevistados afirmaram que gostariam de aprender a manter o controle das situações. Atitudes como rudeza, impulsividade, maus-tratos às pessoas foram questionadas: "às vezes eu passo por ali e xingo, fico tratando mal as pessoas, às vezes, quando eu estou nervoso aí eu não gosto não, aí depois eu paro e penso" (Clóvis).

Além das características emocionais, mencionaram o desejo de fazer alterações físicas como um tipo de cabelo ou de cor diferente. Dener e Antônio ressentem-se da cor das suas peles: "a minha cor. Todo mundo tem preconceito pelo preto, mas se eu fosse branco seria melhor" ; "preto não tem futuro". Antônio continua, "pode me zarar mas eu não sou tão preto assim. Sou um moreno escuro".

Outra forma de discriminação sentida, além da racial, foi a desigualdade social. Bartolomeu é um exemplo:

> gostaria só de sair do morro mesmo. (...) Porque, pô, o morro é o maior atraso de vida. Você sai na rua, os outros falam, pô, os outros mora no morro, não pode se dar com as pessoas da rua. Acha que a gente é isso ou aquilo.

Apenas dois adolescentes relataram total insatisfação consigo mesmos, a ponto de Bruno comentar: "tenho, tenho muito ódio por Deus ter me dado a vida."

As características mais freqüentes que os irmãos e primos gostariam de mudar em si mesmos também foram as de fundo emocional, valorizando, entretanto, aspectos como desconfiança, excesso de sensibilidade e de preocu-

pação com o outro, timidez, introversão, orgulho, preguiça e relaxamento. Estas características ficam evidentes na fala dos seguintes rapazes:

> Você fala uma porção de coisa e às vezes eu não, sem poder, eu podendo, podendo dar uma resposta pra você, às vezes eu engulo aquilo calado. Aí, às vezes, depois eu fico parado, aí fico pensando, falo o que é isso, eu fico quieto, falou isso tudo. (Alan)
>
> Ser assim calmo, chorar à toa. Eu choro, choro à toa. (Amauri)
>
> Eu sou muito bom para os outros... Tudo que me pedem eu faço. Às vezes a gente faz papel de otário. (Alexandre)

Em menor escala, alguns jovens gostariam de modificar algumas características físicas, a situação infracional que envolve seus irmãos e de interromper o seu consumo de drogas, demostrando a sua impotência: "eu queria deixar de usar droga, mas tento deixar e não deixo não" (Edgar).

A maioria dos jovens entrevistados se considerou otimista. Os infratores assim se declararam tanto ao executarem os atos infracionais quanto na visão futura, evidenciando uma avaliação superficial das situações:

> ah, eu acredito, tudo que eu faço, eu faço já pensando, né, que vai dar tudo certo, se for já ficar com o pensamento negativo, aí que dá errado mesmo. (Crístian)

Já os irmãos e primos têm um otimismo mais fundamentado nas próprias possibilidades, assumindo para si a responsabilidade de mudar de vida.

> Não, eu sou otimismo mesmo, eu acho que tudo que eu faço assim com o coração, com coragem, com vontade dá certo sim. (Eli)
>
> Sempre sou positivo, porque nós sempre tem que andar pra frente, nunca pra trás. Porque se nós andar pra trás nós nunca vamos recuperar um alguém. (Alessandro)

No caso de Alencar, seu desejo de ascender socialmente foi enfaticamente comentado:

> a minha irmã chega às vezes de dar raiva nela, de tanto eu ficar sonhando, vai dar certo, eu vou conseguir, eu vou conseguir, eu vou vencer na vida, eu vou conseguir.

Relatos de pessimismo surgiram somente por parte de dez infratores. Eles argumentaram não ter esperança de melhorar e que, freqüentemente, desistem quando seus esforços são em vão ou encaram conflitos. Um dos rapazes, Cássio, classifica sua vida como total fracasso: "pra mim nunca deu certo não. Quando eu nasci não deu certo."

O Jovem e as Recordações da Infância

Os bons momentos vividos pelos entrevistados referem-se, primordialmente, a situações familiares agradáveis, como: a união familiar (quando os pais viviam juntos), o nascimento de um familiar querido, a saudade de alguém que já falecera e o bom convívio. Adilson e Erick relembram, "a lembrança que eu às vezes eu paro pra pensar muito, assim, nós cinco em casa, entendeu, eu, meu pai e meus dois irmãos" ; "gosto mais de lembrar assim o momento quando eu estava com o meu pai." Estes momentos familiares também foram recordados ao citarem as datas comemorativas como Natal, Ano-Novo e aniversário, como épocas em que havia um certo ambiente de felicidade na casa, com todos reunidos e sem brigas ou discussões.

Os momentos de lazer foram a seguir citados como lembrança das boas situações vividas, especialmente pelos adolescentes de Recife, como Dionísio e Alberto:

> acampava direto pra surfar. Gostava muito, ficava na ilha, acampar, fumava maconha, ia pegar onda, surfar.

> lembro que a gente ia pra praia, ia pra Quinta [da Boa Vista][20] – há muito tempo, a gente fazia aqueles piquenique na Quinta, levava frango, aquela farofa, era todos os irmãos lá então.

As lembranças de bons momentos vividos na escola, foi relatada por pouco jovens, em especial os irmãos e primos dos infratores:

> é minha professora de português. É a única da minha infância que eu lembro, eu gosto dela. Que era professora legal, quando a gente fazia coisa errada, ela vinha e dava conselho pra gente, não botava a gente de castigo. (Cristiano)

> a gente lembra as coisas que nós já fizemos na escola e foram, foram boas lembranças. (Augusto)

[20] Parque no Rio de Janeiro.

Outras recordações menos comuns foram as namoradas, a experiência de ser pai, o trabalho realizado e as conquistas decorrentes do dinheiro. Dener lembra seu momento feliz: "quando eu assaltei uma joalheria e pegamos muito dinheiro." Célio citou como seu momento bom: "ficava, né, com dinheiro e podia, tinha namorar também, ficava na rua, tinha liberdade".

Um vislumbre da vida difícil que muitos jovens tiveram fica evidente no fato de que doze deles não tiveram *nenhum* momento bom em suas vidas, alegando que não se lembravam ou nunca o tinham tido. Cléber é um desses jovens: "nunca tive nenhum dia especial, não. Sempre foi tudo a mesma coisa (...), não gosto de lembrar nada do passado". Em alguns momentos, percebemos a dificuldade de rememorar eventos passados, provavelmente situações muito dolorosas. Douglas é um destes jovens: "eu não tenho não, tia... Eu nem falo da minha mãe. Não liga pra mim, não vem nem me visitar."

Os jovens foram também indagados sobre os momentos ruins que haviam vivido. A resposta mais freqüente foi a referência à morte de pessoas queridas, especialmente familiares:

> Quando a minha mãe faleceu, ela estava dentro de casa... pô, dá vontade até de se matar. Vira e mexe eu penso no meu irmão, na minha mãe, eu era muito ligado na minha mãe e no meu irmão. (Davi)

> foi quando o meu pai e minha mãe morreu, isto nunca vai mudar na minha vida... eu sinto muita falta. (Alencar)

> foi o dia pior da minha vida, só chegar em casa e não ver o pai... É ruim demais a pessoa sem pai. (Edilson)

Há que se enfatizar que alguns adolescentes justificam a entrada no mundo infracional, pela experiência da perda de uma pessoa considerada muito importante em sua vida.

A segunda fonte de más lembranças foram as brigas e discussões familiares, especialmente as agressões físicas e psicológicas, a separação dos pais, a doação de um membro da família e doenças de alguém muito próximo.

> Quando a minha mãe teve uma irmãzinha pequena, que eu queria que ela tivesse, mas sendo que ela doou... Não tinha mais condição de criar mais um na família. (Denis)

> Só teve uma coisa que a minha mãe fez comigo, que eu, a primeira coisa que ela fez quando eu cortei a minha mão. Essa mão aqui. Ela me deu um tapa na mão quando ela estava cortada, só essa coisa só. (Benício)

> Ruins é só quando discussão, né, a gente virava e mexia, o meu pai gostava de beber, aí ficava aquela agitação dentro de casa, todo mundo brigava. Brigava não, discutia. (Ademar)

Em menor escala, foram relatadas doenças e acidentes pessoais, término de noivado, dificuldades econômicas da família, correr da polícia, o momento da acusação do ato infracional, tentativa de homicídio sofrida e o envolvimento com as infrações em si.

O Jovem e as Redes Sociais de Apoio

Na origem da delinqüência juvenil, tem sido tradicionalmente debatida a falha das instituições sociais no apoio e proteção ao jovem, que dificultariam sua entrada no mundo infracional. Elementos dessa fragilidade ficaram evidentes ao se fazerem duas perguntas para os adolescentes: em quem confiavam e quem podia ajudá-los.

A maioria dos entrevistados deposita uma grande confiança na família, especialmente nos irmãos/irmãs, os mais citados: "o meu irmão, pode confiar eu tenho mais ligação com ele" (Rafael). Pai, mãe, tio(a), avó, primo(a) e sobrinho(a) não foram tão citados: "Pra minha mãe eu não tenho segredo nenhum, tia" (Clodoaldo) ; "tem a minha avó (...) Ela é minha amiga e eu sou amigo dela" (Edmundo).

É comum perceber a dificuldade dos entrevistados em conversar com os pais, preferindo outros familiares: "a minha tia não, já é mais mente aberta. Se eu tiver que conversar alguma coisa, eu converso mais com a minha tia do que com a minha mãe" (Augusto); "com a minha mãe eu não falo nada não. A minha mãe é, já vai já pra uns 52 anos, ela não, não guarda segredo não" (Anderson).

O segundo grupo merecedor da confiança dos entrevistados – muito aquém da que dispensam à família – foi o dos amigos. Benjamim e Alencar revelam as dificuldades de estabelecer relacionamentos em suas casas, ao optaram pelo apoio dos amigos:

> dentro de casa não tem ninguém, mas eu fico conversando com um vizinho.
>
> eu confio mais neles, aqui, amigos, de um modo geral, do que na família, morar com a família é a pior coisa que tem porque é uma fofoca tremenda, é uma coisa que eu não gosto disso.

Sete jovens declararam desconfiança total nas pessoas próximas:

> porque nessa vida a gente tem que desconfiar de todo mundo. Um dia são seus amigos, no outro querem te matar. (Dener)

> eu não gosto de... é de mim mesmo, porque eu não gosto de contar mesmo e nem de perguntar. É de mim mesmo. (Edgar)

O sentido de confiança evidenciado pelos entrevistados é aquele em que existe uma relação de compreensão e reciprocidade, sem discussões, mas diálogos francos e sigilosos, com um sentimento de carinho: "eu conto muito com ele, o que eu tenho vontade ou o que eu já fiz" (Ademir). As pessoas escolhidas pelos infratores têm como característica escutar e compreender os segredos dos adolescentes, até mesmo, em alguns casos, as infrações cometidas por eles. Além disso, cabe a tais pessoas orientar e dar conselhos aos adolescentes, que nem sempre são levados em consideração:

> às vezes fala, quando o negócio é bom ela [irmã] vai me dar conselho pra mim continuar fazendo. Mas quando o negócio é ruim, ela mesmo fala: meu irmão, pára com isso, não sei o quê... Às vezes eu escuto (...) [sempre ela], mas às vezes quando eu estou assim com a cabeça quente, eu escuto assim mas não, deixa esse bagulho pra lá... (Cristiano)

No que se refere à pergunta quem pode lhes ajudar, as respostas também se direcionaram, sistematicamente, às suas famílias, especialmente às mães.

> A minha família só mesmo, porque a sociedade não, arrumar um emprego vai ser difícil. (Rui)

> Esse meu tio advogado e minha tia que está aí fora, e o que é, o que é técnico em refrigeração, eles sempre dão muita força para mim. (Elói)

> é minha avó, que é a minha mãe que me cria, ela quem me deu apoio. (Edgar)

Assim, é importante enfatizar o papel que a família desempenha para o adolescente, mesmo para aqueles que não têm um vínculo familiar preservado. Em alguns casos, embora os adolescentes acreditem no poder da família em ajudá-los, também mencionam a falta de vontade desta mesma família em auxiliá-los: "minha mãe assim, meus tios, eles podem me ajudar, tia. Eles podem, mas ele não me ajudam" (Clóvis). A segunda possível fonte de apoio a que quatorze jovens recorreram foi Deus:

> a única pessoa que pode me ajudar mesmo, qualquer coisa que pode me ajudar assim, ajudar a me tirar daqui, me ajudar a melhorar a minha vida, ajudar um dia eu ser alguém, é Deus. (Décio)

Foram menos citados os grupos de amigos: "a gente hoje sempre precisa de alguém pra ajudar a gente pra alguma coisa, até porque é difícil, né, a gente sozinho. Mas tem sim, tem um amigo meu." (Álvaro)

O apoio esperado da família, amigos e, em um caso, de um juiz, é, essencialmente, para conseguir um emprego ao sair da instituição de internamento:

> acho que eu só ia mudar se eu tivesse emprego, tia, que aí ia ter o meu dinheiro, não ia precisar traficar. O tempo que eu ia ficar na favela de bobeira, ou envolvido no tráfico eu ia estar trabalhando, só ia voltar pra casa de noite cansado pra dormir... pra chegar no mês ter o meu dinheiro... construir uma casa, uma família. (Brian)

Parcela significativa dos entrevistados relata não contar com ninguém para apoiá-los, acreditando apenas em si próprios, como Edson e Romário: "não. Só eu mesmo até agora. (...) daí pra frente é só comigo, agora é estudar pra conseguir notas boas e aprender"; "alguém, só quem pode ajudar, só eu mesmo, só eu." Raimundo, um jovem de 15 anos, após refletir um bom tempo, disse que apenas um filho (idealizado) poderia ajudá-lo: "ele [um filho] é uma pessoa que me ajuda e eu vou ter a ajuda dele (...), estabilidade. A responsabilidade do cara vem".

Analisando-se os relatos apresentados, conclui-se que a única rede de apoio que ainda dá suporte aos infratores e seus irmãos ou primos é a família, já tão fragilizada. Essa vulnerabilidade faz com que a capacidade real de atuação familiar, em favor dos jovens, seja extremamente relativa.

Em nenhum relato foi comentada alguma instituição da comunidade, como a escola ou mesmo a própria Vara da Infância e Juventude como podendo lhes facilitar a inserção no mercado de trabalho ou a readaptação em suas comunidades de origem, no caso dos infratores. Isso denota a pouca presença, a inoperância e o distanciamento destas instituições na vida dos entrevistados; o desconhecimento dos jovens quanto às possibilidades e potencial de ajuda, bem como a descrença nas ditas instituições sociais de apoio e ajuda.

O Jovem e a Religiosidade

Os dados referentes à inserção religiosa dos entrevistados e de suas famílias mostraram-se díspares. Enquanto se observou o maciço

pertencimento de suas famílias a igrejas evangélicas – especialmente à Igreja Universal do Reino de Deus[21] –, a maioria dos jovens não tem religião. Além da adesão às confissões evangélicas, aparecem a seguir a crença no catolicismo, seguida pela prática de religiões afro-brasileiras e budismo, citadas pelos jovens sobre suas famílias. Essas distintas opções de práticas religiosas agravam ainda mais os atritos entre pais e filhos, já comuns em lares com adolescentes pelos mais variados motivos e relatados por Aberastury & Knobel (1992) como lutas e rebeliões externas do adolescente, que "não são mais do que reflexos dos conflitos de dependência infantil que intimamente ainda persistem".

A contradição de muitos adolescentes que não têm religião com as escolhas de seus familiares pode ser vista nas seguintes falas:

> A minha avó me levava, sendo que o dia que eu não queria ir ela me levava do mesmo jeito. Aí agora eu não gosto mais... Aí agora eu detesto. (Breno)

> Eu ia sempre lá em Botafogo, eu ia na Igreja Universal com a minha mãe dia de domingo, mas eu nem gostava de ir na igreja toda sexta, sábado e domingo (...). Também não gosto dessa Igreja Universal não... Muito chata, só vive falando no demônio, só vive falando, gosto de escutar um culto jovem. (Dionísio)

A religião traz um modo de conhecer e explicar o mundo, de construir um cotidiano de existência, ou simplesmente de superar (ou suportar) o cotidiano associando-o à esperança. Esta necessidade de conforto se magnifica nas famílias dos jovens entrevistados, em sua maioria de baixa renda, chefiadas por mulheres e com sérias dificuldades econômicas. Macedo (1989:15) reconhece a importância da religião, especialmente em situações de crise, ao afirmar: "em qualquer sociedade, a religião define um modo de ser no mundo em que transparece a busca de um sentido para a existência. Nos momentos em que a vida mais parece ameaçada, o apelo religioso se torna mais forte."

A influência que os jovens entrevistados tiveram, especialmente da Igreja Universal do Reino de Deus, nos ajuda a compreender um pouco da visão de mundo e práticas que possuem. Estas igrejas estimulam os fiéis a se afastarem das coisas do mundo, adotando um estilo de vida baseado na sobriedade, na ascese moral e corporal. Além disto, valorizam "a luta mítica entre Deus e

[21] A primeira igreja pentecostal que chegou ao Brasil foi a Assembléia de Deus, em 1910. Desde então, o pentecostalismo tornou-se múltiplo e variado em sua forma. As igrejas surgidas depois da década de 70 são chamadas neopentecostais. Dão forte ênfase à cura divina, ao exorcismo e a falar línguas estranhas. É nesse grupo que se inclui a Igreja Universal do Reino de Deus (Rolim, 1994).

Diabo, na qual esta igreja se inclui (...) para a realização de seu objetivo de extermínio, no mundo, do Diabo e de todos os seus agentes" (Guimarães, 1997:13).

Esta rigidez de pensamento e atitudes se manifestou em atos radicais, como os mencionados a seguir:

> Eu tava lá na casa dela, aí ela entrou pra igreja e falou que ia expulsar todos os demônios da casa dela. Aí teve um dia que eu cheguei com o olho meio vermelho em casa e ela começou a me esculachar e me botou pra fora de casa. Eu tinha até saído dessa vida. Eu perguntei duas vezes pra ela se era isso que ela queria, e saí com a roupa do corpo, fui chorando pela rua. Nunca pensei que a minha mãe fosse fazer isso comigo. (Cláudio)

> ultimamente ela [avó] tem ido nessa Igreja Universal... sempre passa na televisão assim, que é muita situação financeira, ter que dar dinheiro, eles vão pedindo dinheiro assim: quem dá mil, quem dá quinhentos...é assim que eles pedem, aí eu não gosto, eu não tenho nada contra a minha avó ir, só que ultimamente ela está dando muito dinheiro à igreja, muito dinheiro... Ela pegou o salário dela e do meu avô, aí teve uma campanha lá do tudo ou nada... e deu tudo... Minha avó tudo bem, ela dá porque ela vai... a força dela é a fé dela. O que eu achei mais errado foi o meu avô ter dado o salário dele todinho – ele nem vai na igreja. (Alencar)

Foi relatada a tentativa de mudar a conduta do filho através de orações e do exorcismo dos supostos demônios que o habitam e que causam suas ações transgressoras. Ângelo fala sobre sua mãe: "ela é trabalhadora, cuida legal de nós". Logo a seguir, questionado se ela era carinhosa com ele, afirma: "ela até era, mas depois que ela virou crente, eu não sei o que aconteceu com ela. (...) tudo que ela diz é que a gente tá com o diabo no corpo". Essa responsabilização do demônio poderia contribuir para aliviar a família de sentimento de culpa por suas possíveis falhas, tirando do filho a responsabilidade por suas ações e protegendo sua imagem. Mariz (1997:47) escreve, nesta linha de pensamento,

> *para os pentecostais, somente Deus e o demônio podem agir neste mundo. Isto não significa que o sobrenatural esteja menos presente no cotidiano pentecostal. Para compensar, tanto Deus como o Diabo são bastante ativos. Ambos podem estar tão próximos das pessoas que, por vezes, tomam o seu corpo e agem em seu lugar. Tanto um fiel pode receber o Espírito Santo como um pecador pode ser possuído pelo diabo. Tanto é o diabo que causa as doenças, conflitos, desemprego, alcoolismo, leva ao roubo ou a qualquer crime, como são Jesus e o Espírito Santo que curam, acalmam, dão saúde, dão prosperidade material e libertam do vício e do pecado. Nesta visão se nega, por um lado, a ação de outros seres espiritu-*

ais, por outro, a responsabilidade humana e, conseqüentemente, as origens do mal e do bem.

A introjeção da figura do mal mostrou-se presente em algumas falas, como Cléber, que reage ao falar de sua mãe, da seguinte forma: "eu falei, então vou deixar ela [irmã] dormir essa noite que eu estou com o diabo no corpo. Aí ela: então eu vou tirar o diabo de cima de você; foi, pegou um pedaço de pau e começou a me bater".

Paralelamente ao elevado número de entrevistados sem religião, a figura de Deus apareceu de forma significativa, não diferindo se infrator ou não, se natural do Rio de Janeiro ou de Recife.

A visão de Deus como Pai foi verificada na maioria dos casos: " Ah, Deus é o Pai, o Criador. Só ele dá a vida, só ele tira. Tenho muita fé nele" (Bartolomeu); "Deus pra mim é como Pai" (Cristiano). É importante notar essa analogia de Deus à figura do pai, pois boa parte dos entrevistados não conviveram com seus genitores. Depositam na imagem de Deus algo que no seu cotidiano parece distante. Outras visões de Deus foram citadas: "Deus é tudo... é quem nos dá a vida" (Djalma); "pra mim é o meu melhor amigo" (Carlos).

Segundo Aberastury & Knobel (1992), são comuns na adolescências as crises religiosas, que podem ir desde o ateísmo mais intransigente até o misticismo mais fervoroso. Os jovens entrevistados, mesmo que não pratiquem religião alguma, mostram-se tomados por uma religiosidade oriunda de suas famílias e do meio em que vivem, exibindo uma grande variedade de posicionamentos religiosos e mudanças freqüentes.

O sincretismo religioso no País se mostrou evidente na fala de 15 infratores ligados ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro, que acreditam e pedem proteção ao Zé Pilintra,[22] figura oriunda dos cultos afro-brasileiros. Este fenômeno já foi anteriormente relatado por Zaluar (1985:45), que apontou uma relação de cumplicidade entre entidade e infrator:

---

[22] Pouco se sabe sobre a história desse mito. No escasso material sobre o assunto existem várias versões a respeito do 'Seu Zé', muitas delas contraditórias. Parece que a própria informação ao seu respeito traz características de sua personalidade. Zé Pilintra, rei da malandragem, como é conhecido, parecia viver nos limites do lícito e do ilícito. Contam que nasceu no povoado de Bodocó, sertão pernambucano, próximo à cidadezinha que leva o nome de Exu, a qual, segundo o próprio Zé Pilintra quando se manifesta, foi batizada com esse nome em sua homenagem, já que sua família era daquela região antes mesmo de haver cidade. Todos que conhecem ou ouviram falar do Zé Pilintra concordam ao menos em um ponto: ele era um pernambucano que 'não levava desaforo para casa', freqüentava os cabarés da cidade, defendia as prostitutas, gostava de música, fumava cigarro de boa qualidade e apreciava a bebida. Pelintra significa pilantra, malandro, janota, características que 'Seu Zé' esbanjava com maestria. Apesar das informações a seu respeito serem escassas e de fontes por vezes pouco seguras, o seu envolvimento em ações transgressoras e a sua vida polêmica se faz presente em todos os escritos. É sinônimo de desonesto, trapaceiro, sagaz.

Os bandidos assumidos, que carregam arma na cintura e vivem do rendoso comércio de drogas, cuidam-se. Formam quadrilhas, armam-se e devotam-se aos exus que os protegem. Seus patuás são carregados ao pescoço, mas não são sempre identificados com o Diabo. Mané Galinha, famoso bandido de cidade de Deus, era devoto de Maria Padilha, mulher de Exu. Mas a devoção lhe impunha respeito: não usar o seu patuá para fazer sexo, por exemplo.

Na definição de Crístian, pode-se perceber a apropriação que fez do mito: "Zé Pilintra ele é um espírito de uma pessoa que já foi traficante, antes quando ele era de carne igual a gente. Ele chega no centro, ele fala igual a malandro com a gente."

Já Alkimin (1992:3) define esta entidade da seguinte forma:

quando vivente, andando por este mundo, seu Zé Pilintra fora malandro, jogador inveterado, defensor das prostitutas, amado por todos que o conheciam. Sempre bem vestido a casimira ou linho branco, chapéu panamá na cabeça, sapato de cromo e gravata vermelha de seda pura, seu Zé Pilintra não levava desaforo pra casa. Falecido e envolto em muitas histórias, atinge o plano espiritual e se manifesta quando é solicitado para continuar uma missão.

A identificação do jovem do tráfico e a reinterpretação que faz da história do mito é realizada, segundo Trindade (1982:30), "através de suas experiências sociais. Ele reconstrói os elementos extraídos do candomblé utilizando os modelos fornecidos pela sociedade. Projeta, nessa interpretação, a posição social que ocupa na sociedade."

A identificação de Cláudio com o "santo maligno, Seu Zé Malandrinho, Seu Zé Pilintra" fica evidente na sua fala: "são santos que não ficam do lado de Deus", denotando novamente a influência pentecostal de uma terra dividida em domínios de Deus e do diabo. Cláudio prossegue falando sobre o assunto,

a música do Zé Pilintra já diz tudo. Eu só sei um pedacinho que fala assim: quem é aquele homem de branco, que vem pela rua de boteco em boteco, bebendo cachaça e caindo na rua. Ele é Seu Zé Pilintra. Aí ele fala que matou pai, mãe e matou filha e saiu pela linha... a gente segue o caminho dele mesmo, de ser uma pessoa má. Eles dão coragem, ele e seu Tranca Rua, de agir.

O contato dos jovens do tráfico com essa entidade se faz por meio de oferendas e objetos para lhes trazerem sorte (guias personificadas em cordão, anel, figa, pedra). As guias têm a função primordial de proteção, como fala Cláudio, "se fosse acontecer alguma coisa de

mal comigo, ela estourava primeiro. Ela estourou uma vez comigo, quer dizer, já arrebentou mais de uma vez".

As oferendas que dedicam à entidade são bebidas, drogas, o sacrifício e a morte dos inimigos:

> pro seu Zé, seu Zé a gente sempre lá no morro lá, tinha vez que ele incorporava lá (...). Aí ele ia cheirava com a gente, bebia cachaça dele com a gente, tudo no corpo de um cara lá...Eu pedia proteção e ele falava que não ia acontecer nada de ruim comigo. Então foi quando aconteceu esse negócio de homicídio comigo, ele até me orientou: vão te chamar pra roubar antes do carnaval mas você não vai não, não vai roubar com ninguém não. Mas nesse dia eu tava muito cheirado tinha bebido muito também e esqueci do que ele falou, aí eu saí pra roubar e aconteceu. (Dionísio)

> Eu tenho sete homicídios...eu falei que ia matar sete pessoas, eu ofereci (...) Ao Seu Zé. (Cláudio)

Augraus (1989:9) analisa detidamente essa entidade e conclui:

> *é precisamente na crença da desonestidade generalizada, tão arraigada na sociedade brasileira, que parece fundar-se a necessidade de contar, em negócios de amor e dinheiro, com um intercessor do calibre de Zé Pilintra. É assumidamente ladrão, trapaceiro e marginal. É por isso que ele é confiável. Situa-se de imediato nos interstícios do poder institucional. Sua lei é driblar a lei.*

O conteúdo deste capítulo mostrou que, em muitas questões, os infratores se diferenciam de seus irmãos/primos. Este último grupo mostrou que seus amigos são freqüentemente de fora do universo infracional, não utilizam drogas rotineiramente, têm maior noção dos seus direitos e visão mais crítica da comunidade, mais responsabilidade familiar. Muitos freqüentam a escola, têm atividades de lazer mais diversificadas, almejam ir mais longe profissionalmente e relatam um futuro mais ambicioso. Este perfil diferenciado começa a compor um quadro mais definido destes dois grupos.

4

O MUNDO É MALDADE PURA
O Ato Infracional em Questão

O título deste capítulo é a visão que Cleiton, um jovem de 17 anos, tem sobre o mundo em que atua: o do tráfico de drogas. A finalidade é inserir o leitor no perigoso universo apresentado a seguir. Optamos por apresentar os atos infracionais cometidos pelos adolescentes de acordo com os artigos do Código Penal pelos quais estavam respondendo na instituição em que foram entrevistados: homicídio, roubo, tráfico de drogas, estupro e atentado violento ao pudor, lesão corporal e furto.

Ao final, mostramos quadros que sintetizam o tempo e as instituições em que cada entrevistado permaneceu. As definições sobre os parágrafos e artigos mencionados nos quadros constam do Anexo 3. Os dados foram construídos a partir das informações existentes nas Varas da Infância e Juventude, nos prontuários dos jovens e das próprias entrevistas. Priorizamos, sempre que possível, as primeiras fontes, por considerá-las juridicamente as mais fidedignas. A dificuldade de localização dos processos nas Varas[23] e o fato de os processos do interior apenas poderem ser localizados nas Varas de origem prejudicaram a qualidade dessa informação. No Rio de Janeiro, conseguimos atualizar o percurso institucional dos infratores moradores da capital até julho de 1998. Face às inconsistências que constatamos nessas fontes de informação durante a coleta dos dados, é necessário destacar que o perfil dos infratores construído a partir delas padece das restrições e limitações de seus dados. Embora muitas vezes inconsistentes, as informações fornecem pistas importantes para percebermos os procedimentos adotados em relação aos infratores, a partir do momento de sua apreensão.

---

[23] As dificuldades encontradas nas Varas da Infância e Juventude encontram-se detalhadas em outro relatório da pesquisa, que trata especificamente dos dados nela coletados. Cabe ressaltar que mesmo quando localizados e analisados os processos, muitos apresentam lacunas significativas, dificultando o acompanhamento institucional do jovem.

Apresentamos, ainda, nestes quadros, o local de origem dos jovens, discriminado segundo o município: Recife, Rio, região metropolitana do Rio e interior do Rio. Nosso objetivo era verificar os diferentes encaminhamentos dados pelas diversas comarcas. Entretanto, a precariedade dos dados dificultou uma análise mais objetiva e global, ficando para o leitor a possibilidade de avaliar os encaminhamentos dados a cada interno.

Constatamos, ainda, no decorrer da análise, que, a despeito de alguns jovens estarem respondendo perante a lei pela primeira vez, isso não significa que não tenham cometido outros atos infracionais, relatados na entrevista. A mesma lógica pode ser verificada para alguns adolescentes que estavam internos por terem efetuado determinado delito, embora nos tenham contado sobre outros atos não conhecidos pelo Sistema de Justiça. Essa informação deve ser ressaltada, porque, especialmente nos casos de adolescentes envolvidos no tráfico de drogas, a análise mostrou haver um perfil típico, que se manifesta ao descrevermos outros delitos, como homicídio e roubos, pois alguns jovens que cometeram esses delitos já haviam participado ou mesmo ainda pertenciam ao tráfico de drogas. Sempre que possível, procuramos apontar esses casos.

Homicídios (Artigo 121 CP)

Os homicídios foram subdivididos em três grupos, que apresentam características distintas: homicídios de familiares, no transcurso de roubos e em brigas entre grupos rivais.

Homicídios de familiares

Apenas três casos de homicídios de familiares foram perpetrados pelos jovens entrevistados. O primeiro teve como vítima o padrasto, o segundo o pai e a madrasta; e o terceiro uma namorada, grávida de poucos meses. Têm em comum a íntima relação entre o adolescente agressor e a vítima: todos estavam compartilhando o domicílio. São jovens do Rio de Janeiro, primários, no que se refere à vida infracional.

Na literatura especializada, tem-se demonstrado que estes tipos de crimes familiares não têm relação com os crimes violentos que ocorrem na sociedade. Young (1993), testando esta teoria com dados nacionais norte-americanos, coletados entre 1977 e 1988, afirma que as taxas de parricídios (morte da figura paterna ou materna) estão correlacionadas negativamente às taxas das demais violências criminais, apontando que distintos fatores afetam esses eventos. O autor conclui que este tipo de crime, de baixa

freqüência, é comumente uma resposta a um longo processo de violência sofrida pelo agressor desde a infância.

O primeiro caso aqui apresentado é o de Cícero, com características muito similares aos descritos nos estudos clínicos apresentados por Mones (1991) e Gardiner (1985), que apontam abuso físico e verbal desde a infância e o isolamento social imposto à criança, por sua família, como importantes fatores que facilitam a explosão da violência nessas famílias.

Cícero tinha 17 anos quanto cometeu duplo homicídio de familiares, matando o pai e a madrasta, com quem passou a viver nos últimos anos. É um adolescente de classe média que concluiu o 1º grau e que trabalhava arduamente com o pai. Sua vida foi marcada pela instabilidade. Foi dado para adoção pela mãe, junto com a irmã, quando ainda muito pequeno. O pai os recuperou e deixou-os com a avó materna, principal responsável pela sua criação até os 14 anos de idade. Sua vida foi intercalada por breves períodos com a mãe, na casa do pai e com uma mulher conhecida da mãe com quem viveu um tempo e que não o tratou bem, tendo sido encontrado pelo pai sem fala e com o corpo repleto de feridas.[24]

O pai supriu financeiramente a vida de Cícero e da irmã, pagando os estudos do adolescente e o aluguel da casa em que ambos moravam com a avó.

A mãe nunca se responsabilizou por Cícero, embora este nutra por ela uma grande afeição. Passou vários períodos internada para tratamento por 'doença dos nervos' (ficava nervosa, gritava e quebrava coisas). A única figura que sempre ofereceu afeto e confiança para Cícero foi a avó. Em determinado ponto da entrevista, o adolescente comenta, "acho que a única pessoa com quem eu tenho uma relação boa é com a minha vó". Ressente-se muito da madrasta e do pai por estes sempre dificultarem o acesso à mãe:

> mas meu pai, minha madrasta também, sempre discriminaram a minha mãe porque a minha mãe teve um problema dos nervos, é meio doente, entende? (...) Nunca permitiam o contato mais, assim mais, assim eu ficar mais tempo com ela.

Durante toda a sua vida, Cícero esteve sob tutela judicial. Desde pequeno foram grandes as brigas na Justiça pela posse do menino e de sua irmã. Família e Justiça falharam em reconhecer a situação difícil em que se encontrava.

---

[24] O caso de Cícero teve uma grande repercussão social, pelo fato de ter sido um ato brutal perpetrado por um jovem de classe média. Alguns detalhes familiares citados provêm de um artigo fruto do atendimento psicanalítico prestado à sua família (Zimmermann et al., 1995) e do seu prontuário institucional. O adolescente não verbalizou, durante as entrevistas, ter sofrido instabilidade na infância de forma tão clara, seja porque não se recorda ou por ser doloroso falar sobre o tema.

Cícero se vê como um menino solitário. Quase não teve amigos, não demonstra afeto por seus irmãos e, quando perguntamos sobre como poderia ser sua escola, afirma que deveria estudar "sozinho" a matéria e no dia seguinte o professor daria uma prova. Afirma ter parado de estudar ao terminar o 1º grau pelo fato de o trabalho e a pressão exercida pelo pai não lhe possibilitarem dispor de tempo para ir à escola e cumprir as tarefas escolares.

Foi várias vezes em busca de apoio psicológico. A primeira vez, aos 8 anos – porque a avó achava que ele era "ruim", estava sempre maltratando a irmã, com ciúmes. A segunda vez, aos 13 anos, novamente em função das preocupações da avó, por apresentar quadro de isolamento social e insônia. A terceira busca de atendimento foi aos 15 anos, quando se iniciou um tratamento familiar, que, no entanto, não evoluiu. Os problemas então apresentados pelo menino eram desânimo, isolamento e "esquisitice".

Ao fazer 14 anos pôde escolher com quem ia viver. Nesta data, o adolescente e a irmã foram morar definitivamente com o pai e a madrasta. Segundo ele, a avó não tinha mais como sustentar a casa, a ele e à irmã. Percebeu então "que a melhor coisa era morar com o pai". Comenta a respeito da mudança para a casa do pai: "Melhor assim, questão de... aparência, né. Aparentemente era bom, mas, na verdade meu pai, pô, ele era muito nervoso, esse tipo de coisa".

A irmã não se adaptou ao convívio com o pai e preferiu ir para um colégio interno em outro estado, e nunca mais foi vista pelo entrevistado. A relação familiar foi ficando muito difícil, a ponto de o pai tentar enviá-lo para a casa de parentes e mesmo para o exterior. Esta última opção foi desejada pelo adolescente. Entretanto, a despeito da aceitação já empenhada ao filho, a mãe negou autorização frente ao juiz, culminando uma vida repleta de frustrações.

Cícero tem profundas queixas do pai. Mesmo no tempo em que morava com a avó era obrigado, desde a infância, a ajudar o pai no trabalho. No entanto, durante este longo período da vida, relata:

> Não aprendi a fazer nada, nem a fazer [o trabalho dele] ele me ensinou. Eu ficava lá só porque ele queria que eu ficasse. Os únicos trabalhos que eu fazia era assim: ir ao banco, fazer pagamento de contas ou então depósito, esse tipo de coisa.

O adolescente se queixava também de ter tempo muito restrito para o lazer, além de sofrer cobranças excessivas por parte de seu pai. Entretanto, percebe-se mais claramente o grau de conflito da relação quando o entrevistado fala do comportamento violento de seu pai – que batia na sua

mãe e na atual esposa. Quando perguntado se o pai batia nele também responde da seguinte forma: "não, pô, depois de grande ele (...) só colocava medo em mim e eu sabia que ele era violento mesmo".

Em outro momento, o adolescente informa que seu pai havia ameaçado matar a todos na família, que inclusive havia comprado um revólver e em uma ocasião tinha encostado uma arma em seu pescoço, ameaçando-o. Nos registros oficiais, consta que o pai, uma vez, apertou os testículos do adolescente até que ficasse sem fôlego. Em outra ocasião, quando soube que o filho havia apanhado de um garoto na escola, e, por isto, estava sem ir à aula, fez questão de acompanhar o filho até a escola, abraçou o colega agressor na frente do filho, dizendo que este havia transformado o seu filho em um homem.

A relação com a madrasta parece ter tido altos e baixos. Em certos momentos, o adolescente se aliou a ela, ajudando na criação das crianças menores, já que ambos sofriam agressão física por parte do pai/marido.

> várias vezes ela tentou se separar dele, voltou a morar na casa da mãe dela, ela tentou ir morar na casa da mãe dela mas não conseguia (...). Acho que é porque tinha medo de ficar sem as filhas dele.

Por outro lado, questionava-a porque esta "dizia uma coisa e na frente do pai falava outra". Sentia-se tratado de uma forma diferente dos quatro filhos dela com seu pai, mostrando claramente seu sentimento de rejeição.

Perguntado sobre o ato infracional que havia cometido, o jovem mostrou-se reticente. Só falou a respeito quando o gravador foi desligado, mesmo assim, ainda pouco à vontade. Contou que matou o pai e a madrasta, que havia planejado antecipadamente e que sentiu-se muito estranho no momento dos crimes. Ficou claro para o pesquisador que o adolescente tinha profunda dificuldade de expressar suas emoções, mesmo um ano depois do crime. Mostrou-se contido e com dificuldade de elaborar seus sentimentos.

A análise do seu prontuário possibilitou conhecer mais detalhes dos crimes cometidos: o adolescente comprara, no dia anterior ao crime, um machado de acampamento e o escondera em casa. Esperou o pai dormir e desfechou diversos golpes na cabeça dele, até que morresse. Foi ao quarto da madrasta – onde dormiam também o irmão pequeno e um primo – e golpeou-a quatro ou cinco vezes. Levou-os para o outro quarto para dormirem e limpou toda a casa. No outro dia deixou-os em casa de parentes e foi para outro estado, onde vivia parte de sua família. Lá foi detido e encaminhado de volta ao Rio para internamento.

Mones (1991) define este tipo de crime como "familicídio", dizendo que estes são infinitamente mais complexos para se compreender do que um patricídio ou matricídio. Afirma ser possível que ocorram casos em que a criança ou adolescente sejam insanos ou temporariamente psicóticos, mas que a situação mais comum é a de crianças sem distúrbios mentais, com um pai tremendamente agressor e uma mãe que contribui, seja pela agressão, seja por não proteger a criança de forma alguma. Esta, em última instância, não possui refúgio temporário para a tormenta que é sua vida. Citando o caso de Byron, um adolescente condenado por ter matado os pais, atualmente em uma prisão de segurança máxima norte-americana, Mones conclui que este prefere a perigosa vida junto com assaltantes, estupradores e jovens violentos àquela que levava em família: "eu tenho mais liberdade aqui do que eu tinha em casa".

Cícero não apenas premeditou o crime no dia anterior, quando comprou a arma. Três anos antes, havia registrado este desejo em um caderno – encontrado após o crime. Consta no processo que já havia verbalizado à família o desejo de matar o pai. Estes avisos nunca foram ouvidos pela família nem pela Justiça. Cícero comentou, no decorrer da entrevista, ao ser perguntado sobre um evento ruim em sua vida: "foi não ter tido ajuda de ninguém e ter feito essa besteira".

O segundo caso relatado é o de Damião, que teve uma vida diametralmente oposta à de Cícero. Tinha 15 anos quando matou o padrasto e foi internado em uma instituição para cumprimento de medida socioeducativa. É também um jovem de classe média, que terminou o 1º grau. Viveu os últimos três anos com a mãe e o padrasto. Entretanto, o pai é muito presente em sua vida, demonstrando muito carinho nas suas recordações da infância: "ele chegava tarde em casa do trabalho, eu ficava esperando ele, a gente ia ver televisão. E fim de semana sempre saía comigo".

Parece ter aceito a separação dos pais de forma tranqüila. O pai do entrevistado participa ativamente na vida do filho e coopera financeiramente: "nada assim tipo dois salários mínimos por mês, mas ele sempre deixa um dinheiro lá para mim e para minha mãe. Está precisando disto? Toma."

Considera-se uma pessoa de fácil convivência: "é difícil eu ter mau relacionamento com uma pessoa", embora relate uma relação conflituosa com o padrasto – "no início não era ruim não, depois eu fui ver quem ele era". O padrasto é visto como aquele que "sacaneia" sempre a mãe, que some por semanas de casa, que não contribui com o sustento da família e que sempre o "esculachava". Esta situação crítica culminou quando o pa-

drasto bateu em seu rosto, configurando um momento de profunda humilhação para o adolescente. Certo dia, assistiu ao padrasto bater pela segunda vez em sua mãe. Descreve assim a cena:

> Foi coisa de momento assim, entendeu, mas pô, meu padrasto pegou a faca, estava bêbado, eu tomei dele. Nisso que ele foi pegar o pau – estava a minha mãe grávida de sete meses – eu me desesperei dei a facada nele. Foi coisa de momento, foi instinto.

A motivação básica para o crime, segundo a visão do adolescente, foi a necessidade de proteger a mãe. Esta vinha mantendo uma relação indefinida com o companheiro, aceitando-o sempre de volta à casa após os seus costumeiros sumiços, pois "ficava com pena, via ele barbudo, e ele lá estava em casa de novo". O conflito resultante desta ambigüidade manifesta-se claramente quando o adolescente reflete sobre as conseqüências do seu ato:

> No momento, eu sentia que eu, que eu teria estragado a vida da minha mãe, porque ela gostava dele. No fundo, no fundo, ela gostava dele. Mas depois que eu parei para pensar e cheguei a esta conclusão.

Após o homicídio, o próprio adolescente ligou para a polícia e se entregou. Comenta, com orgulho: "minha mãe nunca, nunca me rejeitou por causa disso, pelo contrário, me acolheu mais".

O último caso é o de Clóvis, de 15 anos, pertencente a uma família de classe popular. Os pais se separaram quando ele tinha 4 anos. Desde então viveu com a mãe até mais ou menos os 8 anos, quando fugiu de casa e procurou o pai: "logo que eu vi meu pai, eu corri pro braço dele e abracei ele, a gente se reencontrou". A partir desta data, passou a viver um ano com o pai e o seguinte com a mãe. Esta situação não o satisfez, pois relata:

> quando eu ficava com o meu pai, às vezes eu via a minha mãe, mas ela demorava muito tempo para me ver. Com o meu pai também era a mesma coisa, se eu não fosse atrás ele demorava para me ver, nunca ele ia me ver. Eu que tive sempre que correr atrás dos dois para ver.

Soube, por intermédio do pai, que o motivo da separação foi o fato de a mãe de Clóvis se recusar "a sair da vida fácil". O adolescente mostra em diversos momentos seu sofrimento e a privação afetiva a que sempre esteve submetido:

> e eu ouvia os outros falar que a minha mãe era isso, aquilo, eu ficava mais triste, com uma revolta no peito, coisa que, ficava sozinho den-

tro de casa, eu ficava às vezes querendo ver o meu pai pra, pra mim falar com ele, ele não estava naquele local, às vezes quando eu achava ele, ele tinha pouco tempo também.

Por várias vezes, o jovem fugiu de casa, ficando dias ou mesmo semanas andando pela rua. Em sua vida atribulada, já morou com a mãe em diversos locais, presumivelmente de prostituição.

Já refere ter usado cocaína e maconha, mas que parou porque "estava agravando mais ainda o meu problema" (aos 5 anos, caiu de uma laje. Fraturou o crânio e teve, como seqüelas, lesões cerebrais, passando a utilizar medicação controlada). Durante o tempo em que consumiu drogas, argumenta ter ficado "lerdo, nervoso" e passado a matar gatos pretos constantemente. Quando viu que "estava fazendo muita maldade com os bichos", parou de consumir drogas.

Falou do ato infracional com facilidade, mesmo sem ser indagado diretamente. Conta que sua mãe deixou que uma namorada morasse na sua casa, porque estava grávida de outro rapaz e precisava de apoio. Começaram a morar juntos e a namorada conseguiu abortar a criança. Logo a seguir, ela engravida novamente, desta vez do próprio Clóvis, e começou a ameaçá-lo:

> às vezes falava que eu era ruim, me ameaçava, falava que ia sair de casa (...) Então eu escutava aquilo, ficava revoltado. (..) Ela ia sair com o ex-namorado dela (...), arrumar dinheiro para tirar o filho que era nosso. Então eu guardava aquilo tudo, desde pequeno, revolta em nunca ninguém parar para conversar comigo. (...) Eu tentava me segurar mais e mais, tentava segurar com Deus. Aí veio a sexta-feira, 13. Então eu dei um azar: eu escutava uma voz mandando dizer para eu matar ela, para acabar com o sofrimento. Então a gente teve uma saída, fomos para um lugar deserto, um matagal. Lá eu senti uma coisa estranha que nunca senti na minha vida e esfaqueei ela, dei três facadas nela.

Logo após esfaqueá-la, Clóvis, "vendo tudo branco", saiu correndo até o asfalto. Lá, voltou ao normal, lembrando-se do que tinha feito e voltou para prestar socorro à namorada. Ao vê-la morta, rodeada de sangue, foi para casa e mentiu para a mãe, dizendo que a namorada estava na casa da tia. No meio da madrugada, ainda insone, acordou a mãe, contou o fato e pediu a ela que o entregasse à polícia.

O adolescente culpa-se durante todo o tempo da entrevista pelo ato que praticou. Em determinado momento chora, dizendo:

> Ela deixou eu se apegar a ela primeiro para depois brincar comigo, isso que eu não queria. Era a coisa que eu mais queria era ter um filho dela. (...) Eu vivo o tempo todo chorando, porque eu vi que é uma coisa que eu errei, às vezes dá vontade de pagar alguém para me fuzilar todinho.

A esta culpa e às idéias suicidas se agrega um forte quadro depressivo: "só tenho momento de tristeza mesmo (...) não tenho uma felicidade, posso sorrir mas não estou feliz, só tenho tristeza só".

O pedido de auxílio se manifestou por todo o decorrer das entrevistas, mostrando o grau de isolamento social vivenciado por este jovem.

> Na minha vida queria que alguém me ajudasse a compreender o problema que tive, se me ajudasse mais e mais ainda, eu sair daqui. A única coisa que eu queria era sair daqui e provar pros outros lá fora que, quem eu sou, que eu não sou esse monstro.

Nos dados do prontuário deste jovem e da entrevista realizada com seu primo, vê-se que Clóvis tem dificuldade em controlar a agressividade em situação de frustração, que reage com violência às brigas familiares com sua mãe. A referência familiar da namorada do jovem é ser amiga de sua mãe, hospedada em sua casa. Ela também já tivera relacionamento com o primo entrevistado.

Os três casos citados até aqui têm características que os distinguem de todos os demais tipos de atos infracionais abordados a seguir.

Todos os três jovens assumiram integral responsabilidade por seus atos, mostrando-se conscientes do erro cometido. Apresentaram, também, forte sentimento de culpa.

Demonstram muito sofrimento pelo que fizeram, mais pelos familiares que sobreviveram à tragédia do que pelas próprias vítimas. Em relação a estas, parecem sentir uma sensação de alívio por terem se libertado do sofrimento que lhe causavam.

Todos relataram ter obtido maior atenção da família após a infração ter sido cometida, ressaltando a carência afetiva a que estavam submetidos, especialmente Cícero e Clóvis.

Nenhum deles procurou ocultar seus atos. Pelo contrário, dois deles solicitaram à própria mãe que os denunciasse à polícia, ao passo que o terceiro fugiu para outro estado, mas direcionou-se à casa de familiares ligados à polícia.

Cícero e Clóvis apresentam relatos de condutas anti-sociais desde a infância, evidenciadas pelo isolamento, embotamento afetivo e 'maldades'

cometidas contra irmãos ou animais, além de idéias suicidas, após o ato infracional. São justamente aqueles que sofreram grave instabilidade nos cuidados na primeira infância e intensa privação afetiva por parte dos pais.

Todos utilizaram arma branca, fato que se destaca dos demais relatos – em que as armas de fogo são os principais instrumentos utilizados para perpetrar violência contra terceiros.

Nos dois casos em que houve premeditação da infração, a motivação foi a situação de desespero em que viviam; no caso de Damião, a morte foi decorrente de uma ação circunstancial e o motivo alegado foi a defesa da mãe.

Embora a presença de abuso físico só tenha ficado comprovada no caso de Cícero, o abuso emocional esteve presente nos três casos. No primeiro através do aterrorizamento e isolamento da criança por parte do pai; no segundo, pelas humilhações do padrasto; e no terceiro caso, pela rejeição e total despreocupação quanto às necessidades do adolescente, demonstrada por ambos os pais.

Os três casos aqui relatados são muito chocantes para a sociedade, embora sejam menos comuns. Eles tendem a colocar o agressor como um monstro, um psicopata, especialmente nos casos de Cícero e Clóvis. Entretanto, o que se pode constatar nessas histórias de vida é o extremo sofrimento por violências sofridas. Seus apelos não tiveram eco e seus avisos não foram escutados.

Nas entrevistas, embora bastante comprometidos emocionalmente, mostraram-se com os mesmos medos, desejos, anseios e aspirações de outros jovens de sua idade, mas carregando uma forte carga emocional de sentimento de culpa.

Cabe ainda ressaltar que, dos três jovens infratores de classe média entrevistados no decorrer da pesquisa, dois cometeram homicídios familiares.

As medidas socioeducativas (MSE) que os adolescentes cumpriam no momento da entrevista constam do Quadro 3. Como se pode perceber, todos deram entrada na Vara do Rio de Janeiro, eram primários e receberam, inicialmente, internação provisória. Dois deles, posteriormente, passaram para MSE de semiliberdade nos CRIAM. Não temos conhecimento de quanto tempo após a entrevista Cícero e Damião ainda cumpriram medida e nem sobre o motivo pelo qual Clóvis foi diretamente entregue aos responsáveis, algum tempo após o encontro com a pesquisadora.

Quadro 3 – Dados institucionais dos infratores que cometeram homicídios familiares

Nome/ Local	Artigo (*)	Reincidência	MSE na entrevista	Tempo cumprimento MSE na entrevista	Trajetória institucional resgatada
Cícero Rio	Art. 121	Não	Semiliberdade	Dois anos e dois meses no total	Um ano no IPS, conversão para S.L. no CRIAM, por mais um ano e dois meses.
Damião Rio	Art.121, p.2, IV	Não	Semiliberdade	Seis meses no total	Quinze dias no IPS e cinco meses e meio no CRIAM.
Clóvis Rio	Art.121 p.2, IV	Não	Internação provisória	–	IPS e depois entregue aos responsáveis

(*) - A definição dos artigos, segundo os parágrafos e incisos, se encontra no Anexo 3.

Homicídios cometidos no transcurso de roubos

Oito jovens foram entrevistados por cometerem homicídios no transcorrer de um assalto; seis do Rio de Janeiro e dois de Recife. Apenas um já tinha dado entrada na Vara da Infância e Juventude como infrator (Carlos).

Quatro adolescentes se envolveram em roubos a domicílios: Breno, Clemer, Carlos e Dionísio. Os dois últimos participaram do mesmo roubo. As três vítimas foram os donos das casas que reagiram ao assalto. Breno utilizou a arma de fogo da própria vítima. No assalto praticado por Clemer, seu irmão e outro colega mataram a pessoa a pauladas, enquanto ele fugia da residência em que roubava. Todos os três estavam desarmados no momento do assalto, embora Clemer fale que uma vez já saiu com uma pistola 9 milímetros pela rua, "de bobeira", só para sua defesa. No roubo praticado por Carlos e Dionísio, apenas o segundo portava arma de fogo e foi responsável pela morte do dono da casa.

Dois outros jovens cometeram roubos em ônibus que resultaram em morte de passageiros. Uma das vítimas era policial, motivo pelo qual o adolescente é ameaçado de morte, não podendo retornar ao seu domicílio, mesmo após cumprir medida socioeducativa por quase dois anos. São eles Cléber e Rui, ambos sem história infracional anterior. Cléber, entretanto, tem envolvimento com um amigo que costuma praticar assalto e planejou o episódio pelo qual foram presos. Este colega lhe deu uma arma para o assalto, em que um dos passageiros reagiu e tentou agredir. Cléber assustou-se e atirou no passageiro, matando-o. Já Rui estava no ônibus com outros rapazes quando estes decidiram, sem que ele soubesse, assaltar os passageiros. Foi ferido na mão pelos colegas, que ainda mataram um policial. Os assaltantes disseram que Rui tinha conhecimento e que havia participado recolhendo o dinheiro do trocador. Rui não portava arma de fogo.

Cristiano matou o motorista do carro que tentava roubar. Estava armado e tinha história de envolvimento com tráfico de drogas e roubo de

outros veículos. Reinaldo matou um rapaz que reagiu ao assalto. Estava armado no momento do ato e tem história anterior de envolvimento com roubos e mesmo morte. Para ambos, esta é a primeira entrada no Sistema Judiciário.

O caso de Breno ilustra bem o início da carreira infracional de um adolescente. Estudou até a 5ª série, está com 16 anos e cumpre medida socioeducativa de internação por ter matado o dono da casa em que sua namorada trabalhava, ao tentar assaltar o seu domicílio. Ela também é menor de idade e está detida em outra instituição de internamento. A arma utilizada para o assassinato era da própria vítima, um policial.

Teve uma vida relativamente estável, com a separação dos pais ocorrendo quando o adolescente já tinha cerca de nove anos. A mãe sustenta a família com o que ganha como faxineira. O pai, motorista, não coopera com a família e não tem contato com o filho – que, por sua vez, afirma não gostar dele. A avó materna sempre cuidava dele quando a mãe saía de casa para o trabalho. Nunca foi vítima de violência familiar severa, embora habitasse em uma comunidade em que há muito tiroteio e violência, especialmente pela proximidade com o tráfico de drogas.

O adolescente teve muita dificuldade em falar sobre o momento da infração: "foi a coisa sem emoção, a primeira coisa que eu cometi, eu não queria fazer aquilo, então agora já passou, eu não gosto de lembrar não". Nega ter praticado outros assaltos anteriormente e perguntado sobre sua responsabilidade no ato infracional, diz-se, inicialmente, responsável por ter tirado a vida de uma pessoa. Em seguida, afirma: "só às vezes que eu acho".

A visão do primo entrevistado sobre o ato cometido por Breno aponta para outras atividades ilegais anteriores à atual, negadas pelo adolescente infrator. Fala o primo não-infrator: "ele tinha essas pequenas infrações que ele fazia, mas isso a ponto de matar alguém eu acho que não (...). Acho que ele foi testa de ferro, bode expiatório", questionando problemas existentes na família do policial morto. Argumenta que a entrada do primo no mundo infracional deveu-se à

> influência de assim colegas, pessoas que convivia o dia inteiro que estava neste meio, via dinheiro fácil, ele viu aquilo de uma maneira assim, vou entrar nesse negócio e pegar dinheiro da mesma maneira para mim.

A alternativa de conseguir "dinheiro fácil" foi o motivo apontado por ambos para justificar a ação cometida. As conseqüências do ato infracional para a vida do adolescente continuam a surgir. A mãe de Breno

está tentando conseguir um lugar longe para ele ir quando sair da instituição, pois o filho e a namorada estão ameaçados de morte pelos filhos do policial morto, também policiais.

Cristiano é outro adolescente apreendido pela primeira vez pelo Sistema Judiciário, mas relata trajetória anterior de vida infracional, seja por sua inserção no tráfico ou pelos roubos de carros que já cometeu. Tem 16 anos, parou de estudar na 6ª série e já trabalhou como *boy* em uma instituição ligada à Vara da Infância e Juventude. Comenta que, uma vez, ao sair do trabalho, teve tênis, blusa, cordão de ouro, dinheiro e *ticket*-refeição roubados, só lhe restando a calça. Calou-se porque o assaltante pertencia ao tráfico. Considera que este fato o deixou revoltado, contribuindo para sua entrada na vida infracional. Tempos depois se iniciou no tráfico, permanecendo por cerca de um ano.

Atualmente, acha que o tráfico "não dá futuro" e prefere roubar carros, que rende mais. Apesar disto, demonstra ter incorporado toda a "ética" existente entre membros do tráfico de drogas, como se pode verificar no relato a seguir, quando comenta um ato seu, nunca descoberto pela Justiça.

> por causa que o cara era alemão[25]. Ele queria matar. (...) Os cara lá da área dele mataram uma garotinha de três anos lá da minha área. (...) No dia em que a gente estava fazendo a ronda do morro, aí a gente fomos lá nos alemão. (...) Chegamos em um beco lá e pegamos ele, ele estava de bobeira lá. (..) pegamos ele e trouxemos (...). Deixamos ele três dias lá no morro sem comer, sem beber água, sem fazer nada, trancado, amarrado, aí (...) a gente pegou e matou ele.

Está internado porque matou a motorista que reagiu quando ele tentava roubar seu carro. Já tinha sido pego uma outra vez por andar em um carro roubado, que pensava ser de um amigo. Comenta o momento do assalto:

> tinha dois caras assim conversando dentro do carro, a gente esperamos um sair. Quando um saiu, então cheguei e abordei o cara, mandei ele descer, eu vi que ele estava armado com um oitão na cintura. Ele desceu (...) eu nem ia pegar a arma dele, ia abrir a porta para entrar. Aí ele segurou a minha mão, aí eu dei um empurrão nele, ele caiu e dei cinco tiros com a mão direita nele, e depois com a mão esquerda dei mais dois tiros, peguei a arma dele. Pegamos o carro e viemos embora.

---

[25] Inimigo, no vocabulário dos jovens cariocas inseridos no mundo do tráfico.

Perguntado sobre como se sentia em relação a este ato infracional, responde: "Não sinto nada. Que não foi a primeira vez". Mais adiante conta, com orgulho, um outro episódio em que deixou a vítima sair ilesa, por ela não ter reagido: "se agarrar, aí eu reajo. Mas se não for fazer isso, eu deixo ir embora".

A opinião do irmão de Cristiano sobre a entrada na vida infracional reflete a impotência vivenciada pela família que é obrigada a "morar em um local em que vários adolescentes entram para essa vida". Tenta explicar da seguinte forma:

> Foi uma coisa chata. Ele não tem explicação para ele ter entrado nesta vida. Foi teleguiado que ele foi para essa vida. Ele trabalhava, ganhava legal, ganhava um salário mínimo e meio. O meu irmão era uma pessoa tranqüila. (...) Ele foi muito cabeça fraca. (...) Ainda mais, não tinha necessidade disto. Passar fome, ele nunca passou. Pouca força de vontade dele mesmo.

Enumeramos, a seguir, as características observadas nos adolescentes que cometeram homicídios no transcorrer de assaltos à mão armada. Eles têm comportamento ambíguo no que se refere a assumirem a responsabilidade pelos atos cometidos. Carlos assume ter agido incorretamente ao roubar e diz: "depois que eu pagar, eu quero sair daqui e ficar numa boa". Já outros, como Cléber, afirma: "não sei se estou pagando certo ou se estou pagando errado, nem sei se foi eu ou se foi ele [o parceiro que também atirou]"; outro adolescente diz, "só as vezes que eu acho".

Referem-se ao homicídio como um ato errôneo, desqualificando a importância do roubo que o precedeu e culpando a própria vítima por ter reagido, obrigando-os a matá-la. Uma fala que mostrou a ausência de qualquer sentimento de responsabilidade pela vítima foi a de Reinaldo: "não é a gente que mata, é o dedo que puxa".

Ficou muito marcante, principalmente na fala de dois jovens, uma visão muito crítica das discriminações em virtude da condição social. Rui argumenta: "roubar para eles comer não está, acho que não é errado mesmo não. Procura serviço não arruma, se você quer trabalhar ninguém dá emprego, quer fazer um negócio ninguém dá. Tem que roubar mesmo".

> tenho fé em Deus que o Brasil vai melhorar, porque brasileiro mesmo é um tal de não ter valor, a pessoa pobre não teve dinheiro, não tem nada (Clemer).

O sentimento em relação à infração foi distinto entre os entrevistados, segundo sua experiência no mundo infracional recente ou já reincidente. Um iniciante relata "apavoramento, nervosismo, nervoso o tempo todo. Fiquei com medo de morrer" (Cléber). A maioria, entretanto, afirma não ter sentido nada, seja porque "não foi a primeira vez" (Cristiano), ou, como explica Clemer, porque "não fiz nada, só fui, fui roubar. Quem matou, eles que ficaram com remorso depois". O pouco valor dado à vida alheia fica evidente nos comentários: "no dia eu fiquei boladão mesmo, fiquei bolado porque mataram o coroa. Mas, no segundo dia fiquei muito não" (Clemer) e "não senti nada, não conheço ninguém da família dele".

Nenhum dos homicídios foi premeditado, mas os roubos sim, arquitetados e desenvolvidos em parceria com colegas.

Metade dos entrevistados já assaltaram portando arma de fogo própria, comprovando a facilidade com que adolescentes têm acesso a elas. Um deles se utilizou da arma do próprio dono da casa para matá-lo e os restantes não portavam arma de nenhum tipo. Houve apenas uma morte decorrente de murros e pauladas, mas os parceiros do adolescente entrevistado é que assim agiram, pois estavam todos desarmados. De todos os que estão respondendo por mortes ocorridas em assalto, cinco estiveram diretamente envolvidos. Cléber utilizava arma de fogo pela primeira vez. Relata o temor que sentia:

> tinha medo de disparar na minha cintura, medo de alguém ver, toda hora eu olhava para cintura aí via um negócio aqui assim, mas só que era impressão minha, tinha medo de disparar dentro das minhas calças, [de a] polícia me prender, aí acabou acontecendo.

Os três que não portavam arma de fogo acompanharam a agressão ou fugiram enquanto os parceiros matavam a vítima.

Os motivos alegados para os assaltos também variaram: dois entrevistados colocaram fatores como a morte da mãe ou o sentimento de revolta pela doença que acometeu o pai, como o motivo de sua iniciação no uso de drogas e no roubo (Carlos e Reinaldo). Para cinco outros, o motivo exclusivo do roubo era conseguir dinheiro para comprar roupas de grife e outros objetos de consumo. Um adolescente nega ter participado do roubo em ônibus, apenas estando em companhia dos colegas, não tendo, portanto, motivação para assaltar.

As únicas vítimas das quais os infratores tinham algum conhecimento foram os donos das casas assaltadas, pois o acesso ao domicílio foi facilitado por empregada doméstica ou por parceiro homossexual da vítima.

Apenas um infrator relatou estar sob o uso de drogas e álcool no momento do assalto. Com exceção de dois adolescentes que não informaram se consumiam ou não drogas, todos faziam uso regular.

Dois adolescentes têm uma posição fatalista em relação ao seu destino pós-internação, argumentando "depois que eu entrei nessa vida, eu só saio quando eu morrer", ou como Dionísio, que comenta que saiu da internação anterior e já estava prestes a roubar de novo. No caso dos iniciantes, o argumento era diferente "só errei agora. Todo mundo tem um erro, né. Sempre fui um menino direito e vou continuar sendo" ou "essa foi a primeira vez, primeira e última" (Rui).

Os irmãos e primos entrevistados justificam as infrações cometidas pelos familiares de uma mesma forma: as más companhias. A influência de outros jovens infratores seria o principal mecanismo facilitador da entrada de um adolescente no mundo infracional. Essa percepção de 'cabeça fraca' e fragilidade de caráter foi recorrente nas falas dos familiares, mas não na dos adolescentes infratores. Os familiares tentam explicar a perda do controle que exerciam sobre eles, jogando sobre os amigos a culpa deste afastamento e assim, desresponsabilizando a si próprios e aos infratores. Estes, por sua vez, entendem suas opções de vida como decisões pessoais, pois "ninguém botou um revólver na cabeça".

A explicação das 'más companhias' agrega a ânsia de obter dinheiro fácil, o uso de drogas e a imaturidade. Em um caso, um primo revela a doença do pai do infrator como evento marcante para sua iniciação no consumo de drogas e nos roubos.

Metade dos jovens, por ocasião da pesquisa, não se relacionava com o pai, seja por sua morte ou abandono. A presença de abuso físico entre os pais e sobre o adolescente só ficou comprovada em dois casos.

Os infratores desse grupo estavam todos estudando entre a 3ª e a 7ª séries do 1º grau, embora metade deles já não freqüentasse mais a escola.

As medidas socioeducativas determinadas pelos juízes para esses adolescentes podem ser visualizadas no Quadro 4. Como se pode verificar, se retirados os dois de Recife, os demais estavam há pouco tempo nas instituições em que foram entrevistados. Cristiano foi pego duas outras vezes pelo Sistema de Justiça, após a internação em que foi entrevistado. Com exceção de Cléber, todos receberam medida de internação, em prosseguimento à internação provisória.

Quadro 4 – Dados institucionais dos infratores que cometeram homicídios durante roubos

Nome/ Local	Artigo (*)	Reincidência	MSE na entrevista	Tempo cumprimento MSE na entrevista	Trajetória institucional resgatada
Breno (RM)	Art.157 e art. 121	Não	Internação	Quatro meses e dois dias na EJLA	IPS e depois EJLA.
Clemer (RM)	Art.157 e art. 121	Não	Semiliberdade	Dez meses no total	Três meses no IPS, seis meses na EJLA, um mês no CRIAM, de onde evadiu, sendo pego depois.
Carlos (I)	Art.157 p.3 e art.29	Sim	Internação	Cerca de um mês na EJLA	EJLA, na atual infração.
Dionísio (I)	Art.157 p.3 c/c art. 29	Não	Internação	Quase três meses na EJLA	Dois meses na cadeia da sua cidade natal, depois EJLA. Três meses após a entrevista, passou ao CRIAM.
Cléber (RM)	Art. 157 e art.121	Não	Internação provisória	-	DPCA e IPS.
Cristiano Rio	Art.157 p.3	Não	Internação	Três meses e oito dias na EJLA	EJLA. Após a internação em que foi entrevistado foi novamente autuado em duas ocasiões: julho de 97 por lesão corporal e março de 98 por receptação e formação de quadrilha. Encaminhado ao IPS.
Rui Recife	Art. 157, p.3, I, II e III CP	Não	Internação	Um ano e quatro meses no total	CERAD. Após a entrevista foi entregue aos responsáveis, cumprindo LA.
Reinaldo Recife	Art. 157, p. 3 c/c art.29	Não	Internação	Um ano e meio no total	CAP e CERAD.

(*) - A definição dos artigos, segundo os parágrafos e incisos, encontra-se no Anexo 3.

(RM) - Adolescentes encaminhados por Varas da região metropolitana do Rio de Janeiro.

(I) - Adolescentes encaminhados por Varas do interior do Rio de Janeiro.

Homicídios cometidos em brigas com grupos rivais

Sete adolescentes incluem-se neste tipo específico de homicídio, cometido em conflitos entre grupos. Quatro infratores são de Recife e três do Rio de Janeiro. Apenas dois jovens já haviam dado entrada no Sistema Judiciário, embora os rapazes empregados no tráfico e os que participam de 'galeras' tenham relatado outros atos infracionais anteriormente cometidos.

O motivo fundamental para os homicídios foi a vingança pessoal, pelos mais variados motivos: Romário havia apanhado, na semana anterior à infração, de um rapaz de outro grupo – do qual participava um homossexual que tinha se 'engraçado' por ele; Raimundo e colegas mataram dois rapazes que haviam tomado 'liberdade' com sua namorada, poucos minutos antes; Djalma era sempre provocado por rapazes do bairro vizinho, até que um dia reagiu armado; dois jovens (Reginaldo e Ronaldo) mataram uma criança atirando contra um ônibus em que se encontrava a gangue rival, que havia humilhado a 'galera' à qual os infratores pertenciam. Dener matou um policial que havia 'falhado' com ele, e Denilson matou outro em confronto com a polícia.

Como se pode constatar, cinco casos são de jovens que, reunidos em grupos, entraram em conflito com outro grupo de jovens. Djalma reagiu, solitariamente, à provocação de um grupo de rapazes de outro bairro –

que freqüentemente o admoestavam. Denilson também atuou só, matando um policial. Os dois jovens que mataram policiais encontravam-se também envolvidos no tráfico de drogas.

Apresentamos, a seguir, alguns casos que ilustram as situações de freqüentes conflitos na comunidade, vivenciados por estes jovens. A primeira história foi relatada por dois adolescentes pernambucanos, Ronaldo e Reginaldo, participantes do mesmo ataque a uma 'galera' rival. A história seguinte mostra a inserção do jovem no tráfico carioca e as implicações dela decorrentes.

Reginaldo vinha da praia com colegas do bairro, quando o grupo foi humilhado por uma 'galera' de outro bairro e seu relógio foi roubado. Foi agredido na cabeça, assim como todo o seu grupo, inclusive as meninas e uma senhora, conforme relata:

> Agarra a namorada dele, arrasta pro tumulto, começar a fazer muita coisa, de dar dedada, essas coisas (...) sabe, puxar o cabelo das meninas e a gente não podia nem fazer nada porque a gente era pouco eles eram muito. (...) Sei que a gente não fez nada, a gente desceu. A gente falou o seguinte, no próximo domingo a gente não vai pra praia não, a gente vai pegar eles.

Uma semana depois, o mesmo grupo se encontrou, com a presença de Ronaldo, já armados com cassetetes, espingarda, revólveres (calibre 12 e 36) emprestados, para esperar o ônibus que traria a mesma 'galera' de volta da praia. Reginaldo ficou na frente do ônibus para pará-lo. Iniciou-se, então, um tiroteio entre os grupos, resultando na morte de um inocente. Um integrante da 'galera' ficou ferido.

A participação de Ronaldo foi levar a espingarda para o "maior" do grupo. Relata não ter atirado, pois já havia desistido da briga e ido embora.

Ambos os jovens eram primários no Sistema, mas tinham as próprias armas de fogo escondidas fora de casa – já que as famílias não aceitavam guardá-las. Faziam parte da mesma 'galera' do bairro.

A vida de Reginaldo foi mais estabilizada, até a morte recente do pai. Já Ronaldo relata ter sua entrada na 'galera' por revolta desde que a mãe morreu de câncer, quando tinha 9 anos de idade. Seu pai bebe muito. Costumava pegar o revólver do pai e ir, com a 'galera', a bailes para "tirar a maior onda". Aos 13 anos roubou, pela primeira vez, uma arma (calibre 38) de um policial em um assalto a ônibus. Conta que já tinha se envolvido em tiroteios nas brigas de galeras, mas nunca matado, apenas tendo ocasionado ferimentos.

Dener atua no tráfico de drogas no Rio de Janeiro. É a primeira vez que ingressa na Vara da Infância e Juventude como infrator, embora relate inúmeras atividades ilegais no decorrer da vida. Tem 18 anos e está internado por ter, com parceiros do tráfico, matado um policial. Este havia aceito dinheiro para soltar um colega do tráfico e, depois que recebeu o pagamento, recusou-se a fazê-lo. Comenta já ter cometido muitos homicídios, afinal "quem é do tráfico mata mesmo". Embora prefira atuar no tráfico por ser mais agitado, pratica também assalto à mão armada. A entrada na vida infracional, aos 10 anos, foi "porque eu quis, desde pequeno eu via o movimento e dizia que quando eu crescesse eu ia ser da vida do crime". Comenta, com orgulho: "eu sou cria do tráfico, eu cresci no tráfico, tudo que eu sei eu aprendi lá". Seu pai era traficante e morreu em troca de tiros com a polícia.

Analisando o perfil dos jovens que praticaram homicídio em decorrência de conflito com grupo rivais, observamos algumas características específicas.

Os adolescentes evidenciaram comportamento diferenciado no que se refere a assumirem a responsabilidade pelos atos cometidos. Três deles, sendo dois empregados no tráfico, assumiram que não se sentiam responsáveis: "eu matei por causa que ele errou. Se eu errasse também, eles iam me matar" (Denilson); "eu mataria de novo, elas vacilaram, se eu vacilar, eu também mereço morrer" (Dener).

Os demais se disseram arrependidos, seja pelo sofrimento que causaram à própria família, explicando que a vítima poderia ter sido a própria irmã, caso estivesse dentro do ônibus, ou então por sentimentos religiosos: "só quem pode tirar a vida de alguém é Deus". Um adolescente tentou se esquivar do sentimento de arrependimento, de responsabilidade e culpa, comentando "às vezes não, eu fico, digo, mas não foi eu que matei. Não foi o tiro do meu revólver que matou, sabe".

Apenas um deles relatou o sentimento de nervosismo e mal-estar ao cometer a infração. Os demais oscilaram entre sentirem-se calmos, tranqüilos, "me sentia normal" (Ronaldo), ou excitados com a situação, como bem o demonstram Reginaldo: "o máximo, com o revólver na mão" e Denilson: "ah, é uma aventura".

Quando perguntamos sobre o sentimento que vivenciam após a infração, três responderam que se sentiam mal, pelo transtorno que causavam às suas famílias. Denilson, entretanto, fala: "ah, eu esqueço".

Djalma foi o único a declarar que sua intenção era apenas "assustar" a gangue do outro bairro que sempre o perseguia. Quatro jovens premeditaram os crimes com vítimas. Raimundo e os companheiros

esperaram que sua namorada se afastasse para matar os rapazes que a estavam bolinando; Romário e seu companheiro assassinaram o rapaz que o havia agredido três dias após o conflito; Dener e Denilson, ambos do tráfico, mataram policiais com os quais tiveram conflito anterior. Reginaldo, ao atirar no ônibus, pretendia ferir algum integrante da gangue rival.

Todos os jovens já possuíam arma de fogo desde os 10 a 13 anos de idade. Antes desta época já utilizavam as dos amigos, do pai (escondido) ou dos traficantes. Apenas um adolescente a obteve pouco tempo antes da infração. A posse da arma está relacionada à necessidade de se proteger "da polícia e dos matador". A corrupção policial surge em relatos dos entrevistados, na forma de 'aliciamento' e conivência.

O motivo alegado para os homicídios foi vingança pessoal. Dois jovens relataram a morte da mãe e doença grave do pai como os fatores que os levaram para o caminho infracional, e um terceiro associou a morte de um colega seu, torturado até a morte, como o fator que o revoltou e o fez se decidir por participar mais ativamente de galeras.

As vítimas eram todas conhecidas dos infratores, com quem tiveram algum conflito anterior, mesmo no caso dos policiais mortos. A única exceção é a da pessoa morta dentro do ônibus, pois o alvo dos tiros era a gangue rival.

Apenas dois infratores não usavam drogas. Todos os demais afirmam cometer o ato infracional tanto sob seu efeito como de "cara limpa".

Um único jovem (Dener), cuja família era bastante comprometida com o tráfico de drogas, viu sua entrada na vida infracional de forma fatalista: "Eu entrei porque eu quis, desde pequeno dizia que, quando crescesse, eu ia ser da vida do crime".

Romário e Djalma dizem ter aprendido com o ato infracional cometido e que não pretendem repetir o que fizeram, basicamente pelo fato de que "ser preso é fácil, para sair é difícil". A experiência institucional é usada como o fator que os impediria de recorrem à infração.

Os jovens inseridos no tráfico têm um perfil mais agravado. Relatam ter entrada na vida infracional por volta dos 9 anos de idade, muito antes dos demais analisados neste item, cujas idades estavam em torno de 12 anos. Relacionam-se entre si e com a comunidade como se vivessem em um campo de batalha, como comenta Denilson: "eu fui para guerra". Referindo-se à tomada de uma favela por seu grupo do tráfico diz "a maioria das favelas de é nossa." Este jovem afirma ter realizado 28 homicídios, sendo três de policial e os demais de 'X9', que explica serem "pessoas que ficam meio escutando para depois dedurar a polícia".

Quatro irmãos entrevistados explicaram as infrações cometidas pelos seus familiares de distintas formas. O argumento mais forte foi o de que o irmão "é um cara de mente fraca", deixando-se levar pelos colegas. Edilson e Eli, irmãos dos jovens que atiraram no ônibus, minimizam a ação dos irmãos porque "todo mundo atirou", como se este fato eximisse os adolescentes da participação no ato infracional. Um argumento de fundo moral foi descrito por Elói, que afirma que seu irmão estava jurado por ter "apanhado de *gay*". Este seria o motivo a ação do irmão, já que "algo poderia acontecer a qualquer momento, você pode até com sua mãe e chegar uma pessoa e fazer com você".

Apenas um jovem teve uma vida familiar estável, com relação boa com ambos os pais. Outro perdeu a mãe ainda criança e foi criado pelo pai que bebia e com o qual teve uma relação muito complicada. Os demais viveram profundas instabilidades em suas famílias, todos foram criados distantes do pai, por motivo de separação, e alguns inclusive afastados de suas mães. Três deixaram claro a presença de abuso físico do pai, acompanhado de excesso de bebida. Outro adolescente, que se recusou a falar sobre sua família, comentou que não tinha mais contato com eles, salientando que seu pai era traficante e havia morrido em troca de tiros com a polícia.

Apenas um dos infratores parou de estudar na 1ª série. Os dois rapazes atuando no tráfico interromperam na 3ª série e os demais entre a 5ª e 7ª. Todos estavam fora da escola há alguns anos. No caso específico de Reginaldo e Ronaldo, houve um hiato de cerca de um ano entre o episódio do ônibus e a apreensão dos rapazes; neste ínterim ambos voltaram para a escola e para o trabalho, até o momento da internação.

As medidas socioeducativas recebidas pelos adolescentes desse grupo estão evidenciadas no Quadro 5. Vale a pena ressaltar os casos de Reginaldo e Ronaldo, que permaneceram quase dois anos junto com suas famílias até que fossem internos no CERAD. Já estavam, inclusive, trabalhando e estudando normalmente, desde a internação provisória no CERIN, dois anos antes.

Quadro 5 – Dados institucionais dos infratores que cometeram homicídios em brigas com grupos rivais

Nome/ Local	Artigo (*)	Reincidência	MSE na entrevista	Tempo cumprimento MSE na entrevista	Trajetória institucional resgatada
Denilson (RM)	Arts157 e 121	Sim	Internação	-	EJLA. Relata ter tido 12 entradas anteriores na EJLA e 16 no IPS. Os dados oficiais encontrados foram incompletos, com uma entrada em outubro/96 por destruição de patrimônio (art. 163) e outra em setembro/97 pelo art. 16.
Djalma ** (I)	Art.157 e 121 par.1.	Sim	Internação	-	Ficou dois meses e meio em delegacia, vindo diretamente para a EJLA. Teve entrada anterior por porte de arma.
Dener *(RM)	Art. 121 e 12	Não	Internação	Onze meses no total	IPS e EJLA.
Romário Recife	Art.121, p. 2., II e IV Art. 129	Não	Internação	Um ano e quatro meses	CENIP e CERAD.
Raimundo Recife	Art. 121 – p.2, inciso II c/c art.29	Não	Internação	Seis meses	CENIP e CERAD.
Reginaldo Recife	Art. 121 caput Art. 129 caput	Não	Internação	Cerca de quatro meses no total	Em setembro/95 foi apreendido no CENIP, onde ficou 45 dias e foi liberado, não ficando claro se por indefinição de MSE ou se por LA. Em outubro/97 foi solicitado mandado de busca e apreensão, sendo encaminhado ao CERAD, onde foi entrevistado. Foi solicitado pela equipe técnica a progressão de MSE para SL em dezembro de 97.
Ronaldo Recife	Art.121 caput129	Não	Internação	Cerca de quatro meses no total	CERAD. Percurso igual ao de Reginaldo, mencionado acima.

(*) - A definição dos artigos, segundo os parágrafos e incisos, se encontra no Anexo 3.

* (RM) - Adolescentes encaminhados por Varas da região metropolitana do Rio de Janeiro.

** (I) - Adolescentes encaminhados por Varas do Interior do Rio de Janeiro.

Roubos (artigo 157 CP)

Foram entrevistados 21 adolescentes que cometeram assalto à mão armada. Estas infrações se constituíram em roubos a estabelecimentos financeiros e comerciais, incluindo assaltos a bancos (3), supermercado, posto de gasolina e loja de roupas (1); ônibus (3); veículos (4); pedestres (4); taxista (1); bicicleta, com troca de tiros com policial (1). Em dois casos, os jovens haviam sido presos inúmeras vezes e não tinham claro por que tipo de infrações estavam respondendo na instituição no momento da entrevista.

Onze eram reincidentes e dez encontravam-se detidos pela primeira vez. Quatro adolescentes tinham várias entradas no sistema penal; um deles havia sido detido nove vezes.

Os roubos foram cometidos na companhia de um companheiro ou de grupos de mais de duas pessoas. Apenas dois adolescentes não referiram parceiros: um deles cometeu assalto com estupro e outro roubo com uma arma de brinquedo. Dos 21 adolescentes, 13 foram presos em flagrante.

Quatro jovens pernambucanos participavam de 'galeras' – dois assaltaram bancos com seus companheiros. No Rio, quatro afirmaram já terem participado do tráfico de drogas. Entre esses, dois informaram que se retiraram do tráfico por não aceitarem o sistema hierárquico de autoridade e por visualizarem a possibilidade de ganhar mais dinheiro atuando só com um companheiro nos assaltos. Djair comenta que era do Comando Vermelho e "agora a minha, o meu comando é CD [comando do dinheiro]".

Três casos são descritos a seguir: o de Cleisson mostra como um adolescente comete o primeiro ato infracional; o de Rafael, que participou de um assalto a banco; e o de Cláudio, com nove entradas no Sistema.

Cleisson tem 13 anos. Conta que estava em um *shopping* passeando quando encontrou dois conhecidos, maiores de idade. Voltavam para casa de táxi, quando os colegas resolveram assaltar o taxista. Um deles passou a faca no pescoço do motorista, que se assustou e bateu com o carro. Ficaram todos desacordados até que a polícia chegou e os prendeu. Cleisson diz que assumiu a culpa porque o seu companheiro, maior de idade, pediu, a fim de livrar-se da cadeia.

Seus pais se separaram quando o jovem era ainda pequeno, mas mantém relação afetiva com ambos, já tendo ele morado na casa do pai e da mãe. Nunca sofreu violência doméstica. Segundo a mãe e o primo entrevistado, o infrator ultimamente andava com "más companhias", e por isso, assumiu o que não fez. Sobre a infração, Cleisson diz:

> Ah, muito difícil, muito chato, porque me botou aqui dentro (...). A vida do crime não leva nada a ninguém. Só leva à morte ou então à prisão... essa daqui foi a minha primeira vez, é a primeira e a última.

Rafael está com 17 anos e relaciona sua entrada na vida infracional com uma depressão que teve por ter sofrido demais com a morte da mãe aos 14 anos (seu pai morreu quando ele tinha 10 anos de idade). Diz que se sentia muito só, a despeito de ser o caçula de seis irmãos, filhos dos mesmos pais e sempre vivendo juntos. Passou a ficar na rua e a participar de galeras desde os 15 anos, abandonando a escola na mesma época. Ficava "na vida errada, armado, drogado. Saía com os amigos pra fazer as coisas. Só bebia, cheirava pó a noite toda até amanhecer".

É a sua segunda apreensão; na primeira, por furto, foi liberado imediatamente. Começou com roubo de ônibus e atualmente prefere supermercados e bancos. Nunca roubou pai de família e pedestre, porque poderia acontecer o mesmo com seus familiares. Diz que um assalto normal lhe rende cerca de R$ 2 mil. Comprou sua primeira arma aos 15 anos com o

dinheiro do seu trabalho e desde então sempre praticava infração armado com pistola. Na sua família, o irmão PM e o pai tinham arma.

Inicialmente tinha um colega com o qual assaltava, até que foi convidado a roubar com uma gangue, por ter se tornado "respeitado" no bairro. Foi preso na sua comunidade após o assalto, porque o piloto do grupo foi pego por policiais e entregou os demais participantes. Durante o último roubo a banco, seus companheiros renderam o guarda e ele ficou na porta, dando cobertura. "Foi tudo tranqüilo, ninguém se machucou", argumenta Rafael.

Diz, a respeito de sua vida infracional: "eu pensava que era muito, muito inteligente, muito importante (...) eu me sentia imortal, dava um tiro, dava tapa. (...) Eu pensei que ia ser muito perigoso, essas coisas".

Afirma que, nas vezes em que atirou em alguém, sentiu-se muito perverso, mas que atirava porque "o inimigo queria o meu mal, aí eu tinha que fazer alguma coisa pra ele não fazer comigo."

Cláudio tem apenas 15 anos e já teve nove entradas no sistema de detenção: seis por furto, duas por roubo e uma por tráfico. Evadiu quatro vezes do CRIAM. Seus pais vivem juntos. Tiveram 16 filhos e doaram cinco para adoção. Há vários episódios de violência entre os membros da família, tendo inclusive uma ocasião em que Cláudio sofreu fratura decorrente de briga. O irmão ameaçou matá-lo, caso confidenciasse a alguém sobre um homicídio que cometeram juntos. Comenta, a esse respeito: "pô, uma pessoa do próprio sangue dizer que vai matar... aí desde esse dia eu não falo mais com ele." O cunhado é 'dono da boca' e tem filho com duas irmãs suas. Sua entrada no tráfico teve de ser sancionada por este cunhado, que, inicialmente, bateu em Cláudio, mas depois aceitou porque "aconteceram umas mortes lá, aí ele viu que eu tinha disposição e que eu servia pra essa vida".

Já viveu na rua e efetuou assaltos a grupos de pessoas, lojas, bancos e bares. Considera que, quando passou de furto para roubo, ficou mais violento.

> Aí eu me enturmei com os maiores que foram me explicando que não adianta nada ficar atirando à toa. Tem vítima que reage ao assalto, aí eu não vou falar que não dou uma coronhadinha que eu vou estar mentindo. Dou tiro pro chão, só pra assustar...

Já feriu gravemente a esposa, que o traiu com o próprio parceiro. Cláudio deu um tiro na rótula de cada um e os expulsou do grupo.

O dinheiro dos assaltos usa para fazer compras e pagar o hotel, por um período, "às vezes dava para ficar duas semanas sem assaltar". Diz que só rouba quem tem dinheiro, porque:

> os nossos pais também são sofredores, a pessoa trabalha um mês pra ganhar 120 real e se sujar pra ganhar 120 real não vale a pena. O mínimo que a gente pega pra cada um é 500 reais. Por isso eu fico com raiva, os patrões cheio do dinheiro e os sofredores ganhando 120 real.

Entrou para o tráfico porque queria dinheiro para comprar roupa e o pai não podia lhe dar: "aí eu parei para refletir direito e resolvi sair de casa e trabalhar no tráfico." Relata agir com

> empolgação... Uma alegria, a gente que tá nessa vida fala alegria... Depois que a gente faz, a gente fuma maconha, conversa, dá tiro pro alto e esquece o que aconteceu. Só fuma depois, pra comemorar.

Nunca matou as vítimas de assalto. "Trabalhador eu não mato. Quem anda certo eu não mato." Admite que já matou sete pessoas no tráfico, não sentindo emoção. Eram 'X9',[26] 'volteiros'[27] e estupradores. Foram policiais que mataram seu irmão – que era trabalhador. É considerado um 'assaltante cabeça' por ter impedido um traficante de matar uma criança. Narra uma cena que considera muito cruel em que cortou a orelha de um rapaz com um facão e deu para o dono do morro. Diz que não sentiu nada no ato porque "o facão estava amolado, passou direto". Perguntado se havia se arrependido desta morte, responde: "nem um pouco, se precisasse faria de novo".

Prefere a 'pista'[28] ao trabalho no tráfico porque no "tráfico de drogas tem que ter muita sabedoria, as pessoas pode se embolar e pagar com a vida por isso."

O episódio pelo qual foi pego na internação atual foi um assalto a militar. Admite que anda armado desde os 10 anos, que gosta mais da 45. Diz que se sentia atraído pelas armas. "Eu cresci vendo aquilo ali. Tiro pegava lá em casa, aí meu irmão foi e entrou na vida, e eu tinha vontade de pegar e atirar." Aos 12 anos deu seu primeiro tiro com uma LAMI, arma suíça.

Analisando o conjunto desses jovens internados por roubo, podemos observar algumas características.

Em relação à responsabilidade que sentem pelos atos cometidos, as respostas aparecem relacionadas à punição aplicada pela justiça. Deste modo,

---

[26] Pessoas que informam os policiais sobre o do tráfico de drogas.

[27] Pessoas que 'deram a volta na boca': gastaram o dinheiro da venda consigo.

[28] Ação do jovem fora do morro e da favela. Freqüentemente relacionada à venda de drogas e roubos fora da comunidade, nas ruas da cidade.

surge a culpa nas formas de: "vou ter que ser punido", "se fez tem que pagar", "estou pagando meus pecados" e "quem merece morrer não tem perdão". A institucionalização também foi vista, por alguns, como medida de proteção. Assim, o fato de estar interno é um fator protetor contra a possível ameaça de morte caso estivesse fora dela. Alguns adolescentes associaram a responsabilidade pelos seus atos a um certo sentimento de alívio pelo fato de terem menos de 18 anos. Apresentaram preocupação com o futuro e com a possibilidade de irem para uma prisão de adultos. Esta é vista como sendo muito pior do que as escolas nas quais se encontram. Apenas dois deles assumiram uma postura de defesa pessoal. Nestes casos dão a entender que se encontravam em uma situação de escolha entre sua vida e a da vítima – "é matar ou morrer". Um deles encarou a agressão da pessoa por ele ameaçada como uma casualidade: "vai fazer o quê? Acontece...". Tais posições contrastam com outra em que o adolescente refere não ter intenção de ferir ninguém, apenas assaltar, deixando clara a noção de que associa sua responsabilidade à existência de vítimas. Poucas vezes foram relatados sentimentos de arrependimento ou de responsabilidade pelo erro, como também foram pouco freqüentes os depoimentos indicando intenção de mudança. Apenas um rapaz declara que gostaria de trabalhar e se ocupar "para não ficar pensando besteira".

Indagados sobre o que sentiam no momento em que executavam a infração, os jovens explicitaram uma ampla gama de sentimentos. Medo, arrependimento e culpa foram as expressões mais relatadas. Apreensão, ficar assustado, atento, preocupado com vingança, sentir a adrenalina e o sangue morno, além de rezar pedindo sorte foram outros dos relatos mais freqüentes. O recurso ao uso de droga para não sentir nada, não lembrar depois ou fazer parecer uma brincadeira (como uma ação, filmagem, aventura, mesmo que perigosa) também apareceu nos depoimentos. Sentimentos de heroísmo, importância, de desafio ao perigo e poder pelo porte de arma, surgiram com a mesma freqüência com que foi citado um certo respeito às vítimas (evitando atirar, não se mostrar diante nem "esculachar" com a mesma, procurando agir calmamente a fim de evitar reações e pensamentos em relação às mães dos agredidos).

Aparecem com menos freqüência as sensações de não sentir nada ou se sentir normal, assim como o mal-estar por atirar em alguém e o "ficar com o coração apertado". Embora pouco relatados também apareceram sentimentos de raiva de policial e de raiva pelo fato de algo poder acontecer com alguém do grupo.

As lembranças que guardam das cenas dos crimes cometidos estão, na maioria das vezes, ligadas ao sofrimento das vítimas (de seus rostos

assustados, das lesões que lhes causaram, de seus choros e dos pedidos de que não fizessem nada com elas) e à violência por que passam, como por exemplo, apanhar de policial no rosto (ofensa considerada grave pelas classes populares), as provocações proferidas pelos mesmos, a perseguição no flagrante e o ato mesmo de ser preso. Menos intensas são as lembranças de ajudas dadas ou recebidas. Assim, um adolescente lembra de um amigo que o livrou de ser pego por trás, outro lembra de ter salvo uma criança que o amigo queria matar, e outro de haver impedido um estupro. O pressentimento de que as coisas não iam dar certo foi também uma lembrança relacionada ao momento do crime. Finalmente, alguns relatam que não têm nenhuma lembrança ou que apenas as tinham no começo de sua vida infracional, mas depois se acostumaram.

Doze adolescentes relataram que os delitos que cometeram foram premeditados. Oito admitiram tê-los planejado dias ou semanas antes. Os demais disseram ter agido por impulso, tendo decidido participar do crime momentos antes.

Portar arma de fogo no momento do delito foi comum a 14 infratores, sendo hábito de alguns andar armado, mesmo quando não tencionam cometer infração. Um dos adolescentes detidos portava arma de brinquedo.

Os motivos alegados para cometerem crimes ou se iniciarem na vida da criminalidade foram muitos, segundo os adolescentes infratores e seus familiares (irmãos e primos). A influência de amigos ligados à criminalidade é o fator mais comentado, seguido pelo sentimento de revolta (por ter sido roubado, acusado injustamente de roubo, por ter apanhado de um garoto maior, porque o pai espancava a mãe). Contudo, surgiram relatos de outros sentimentos por parte dos autores das infrações. A solidão, a perda de parentes, a depressão e o sentimento de se sentir desafiado por um irmão, além do ócio, das necessidades de aventura e de possuir uma arma apareceram como motivos alegados para a entrada na criminalidade. Uma freqüência significativa de adolescentes informou que a vontade de ter dinheiro e possibilidade de livre escolha foram os motivos que os levaram a cometerem infrações. Um dos jovens, perguntado sobre os motivos pelos quais saiu para roubar carros, respondeu: "pô, eu fui, não tinha nada pra fazer" (Caio). Isto demonstra a banalidade com que lidam com os atos cometidos, a ociosidade e a falta de perspectivas de ações positivas para desenvolverem em seu tempo livre.

Nos assaltos aqui analisados, foram narrados ferimentos em pelo menos quatro pessoas: duas vítimas e dois assaltantes. A atuação dos adolescentes nesses roubos raramente ocorre de forma isolada.

A maioria deles não utilizava drogas no momento do assalto. A alegação para não fazê-lo é a de que precisam estar atentos nestes momen-

tos e os efeitos da droga alteram sua capacidade de atenção, levando-os a se sentirem ora demasiadamente sorridentes sem motivo (no caso da maconha) ora desconfiados de serem vítimas de ciladas (no caso da cocaína). Informam que a droga é consumida, em geral, após o ato infracional por motivos que variam de um consumo para comemorar o sucesso do assalto ou para esquecer as cenas e acontecimentos vividos.

A trajetória infracional dos que cometeram assalto tem início em idades que variaram de 6 a 16 anos. De modo geral, pode-se dizer que começam pelo uso de drogas ilícitas e com pequenas ações delinqüentes (roubos de objetos como relógios e bicicletas) acompanhados de algum conhecido ou amigo. Depois passam a roubar pedestres e em ônibus. Daí ascendem à prática de assaltos que, em alguns casos, envolvem assassinatos.

Em relação às famílias desses jovens, apenas cinco deles tiveram ambos os pais convivendo juntos durante os anos de sua criação. Em duas dessas famílias, ocorriam episódios de violência doméstica severa entre os pais e destes com os filhos. A figura do pai esteve ausente em outros sete casos (três assassinados, um atropelado e os demais falecidos por doenças), muitos deles desde que os filhos eram bem pequenos.

A baixa escolaridade foi novamente constatada: sete internos tinham interrompido o estudo entre a 1ª e 4ª séries do 1º grau e os demais entre a 5ª e 6ª séries. Todos apresentavam quadro de abandono escolar.

Entre os familiares observa-se uma tendência a responsabilizar a influência externa de colegas e amigos com os quais o adolescente acaba se envolvendo como o principal fator desencadeante da infração. Em seguida, aparecem como motivos alegados o sentimento de revolta e a rebeldia do adolescente. A má influência de outras pessoas infratoras na família e a perda e/ou afastamento de pais e mães também são considerados pelos familiares como fatores que podem predispor o adolescente ao ato infracional.

É possível, analisando-se o Quadro 6, tomar conhecimento das medidas socioeducativas recebidas por esses adolescentes. Observamos novamente que os internos de Recife estavam há mais tempo na instituição no momento da entrevista, indicando a maior rotatividade dos internos do Rio, onde ficam evidentes as evasões e as brigas institucionais. A elevada freqüência de reincidentes, demonstrada tanto pelos atos infracionais anteriores à entrevista como nas posteriores (nos casos de Cláudio e Benedito), mostra o grau de comprometimento com a infração de alguns desses jovens que praticam roubos.

Quadro 6 – Dados institucionais dos infratores que cometeram roubos

Nome/ Local	Artigo (*)	Reincidência	MSE na entrevista	Tempo cumprimento MSE na entrevista	Trajetória institucional resgatada
Celso (RM)	Art.157, p.2	Sim	Internação provisória	-	Entrevistado no IPS, em sua terceira entrada, sendo duas por descumprimento de medida (evasão do CRIAM).
Cleisson Rio	Art.157, P.3	Não	Internação	Cinco meses e meio no total	IPS e EJLA, onde foi entrevistado. Após a entrevista, sua medida progrediu para LA no CRIAM, totalizando sete meses de internação.
Cassiano (RM)	Art.157	Não	Internação provisória	Cerca de cinco semanas no total	Cinco dias na DPCA, cerca de duas semanas no CRIAM, sendo encaminhado ao IPS duas semanas antes da entrevista por motivo de briga no CRIAM.
Danilo (RM)	Art.157 e 29, II c/c 14, II do CP	Sim	Internação	Dois meses na EJLA	EJLA, já tendo várias passagens pelo sistema desde 92, quando ficou 1 ano e oito meses na EJLA; em 94 ficou no IPS; em 95 em instituição de outro município (art.155), de onde evadiu; em 96 foi pego através de mandado de busca e apreensão, fugindo do CRIAM
Bruno Rio	Art.157	Sim	Semi-liberdade	Quatro meses no CRIAM	Detido por ter mandado de busca e apreensão, encaminhado ao CRIAM, onde foi entrevistado. Evadiu após realizada a entrevista. Já teve 3 passagens anteriores. A primeira vez no IPS pelo artigo 12, de onde evadiu em agosto/96. A segunda vez por 157, foi para o IPS e EJLA, tendo sido queimado em rebelião, sendo hospitalizado e recebido MSE de SL. A terceira por mandado de busca e apreensão, ficando 45 dias no IPS em 97, sendo encaminhado para o CRIAM em MSE de SL, de onde evadiu após um mês.
Djair ** I	Art.157	Não	Internação	Dois meses no IPS	IPS, tendo chegado há quatro dias na EJLA ao ser entrevistado. Fugiu no dia da audiência, sendo pego por mandado de busca e apreensão.
Benício *(RM)	Art.157	Não	Liberdade assistida	-	CRIAM, tendo passado anteriormente um mês em SL, tendo progredido de MSE devido ao bom comportamento.
Caetano Rio	Art 157	Não	Semi-liberdade	Cerca de dois meses no total	Vinte e dois dias no IPS, indo para o CRIAM, de onde evadiu logo após a chegada. Foi detido novamente um mês após, voltando para o CRIAM, onde foi entrevistado.
Cláudio Rio	Art.157, p.2, II	Sim	Internação provisória	-	IPS, onde teve nove entradas anteriores. Seu histórico mostra que em 95 foi pego pela primeira vez pelo art. 12, recebendo medida de LA, que não cumpriu; a segunda pelo art.155, indo para o IPS e CRIAM, de onde evadiu duas semanas após ter chegado; e a terceira pelo art. 155, ficando 49 dias na EJLA e indo para o CRIAM em MSE de SL – de onde evadiu seis dias depois. Em 96 foi pego por roubo simples, em 97 por roubo qualificado. Em maio/98, após a entrevista, por lesão corporal e atentado violento ao pudor. Evadiu quatro vezes do CRIAM.
Ciro Rio	Art.157	Não	Semi-liberdade	Quatro meses e oito dias no total	IPS, sendo encaminhado ao CRIAM, onde foi entrevistado.
Caio *(RM)	Art.157	Não	Internação	Sete meses no total	Entrevistado na EJLA, proveniente do CRIAM (devido a uma briga), onde estava cumprindo SL.
Benedito Rio	Art.157 p.2, I e II	Não	Internação provisória	Um mês no IPS	Entrevistado no IPS, seguindo para a EJLA. Em 1998 foi novamente autuado, voltando para a EJLA, pelo art.157 p.2, I e II
Bento **(I)	Art.157	Sim	Internação	Três meses e meio no total	IPS e EJLA, onde foi entrevistado. Teve sete entradas em CRIAM do interior, evadindo sempre. Afirma já ter cometido os art. 12 e 155
Décio Rio	Art.157	Sim	Internação provisória	Dezesseis dias no total	Deu entrada em janeiro/97 por 155, p.4; recebendo MSE no CRIAM. Teve entrada anterior em agosto/95 por 155, indo para o IPS (processo arquivado). Em novembro/95 foi autuado pelo art.19, indo para o IPS.
Renato Recife	Art.157; p. 2; I e II	Sim	Internação	Três meses no total	CERAD. Teve uma entrada anterior um ano antes, sendo internado por três meses e depois recebendo MSE de LA.
Raí Recife	Art.157, p.2; I e art.213	Não	Internação	Um ano e quatro meses no total	CENIP e CERAD. Passou duas vezes antes por delegacia, sendo liberado.
Rafael Recife	Art.157 p.2; I e II e art.288	Sim	Internação	Um ano e quatro meses no total	CERAD. Teve uma entrada anterior por furto, sendo liberado no mesmo dia. Após a entrevista, foi requerida a progressão de medida para tratamento antidrogas.

Quadro 6 – Dados institucionais dos infratores que cometeram roubos (cont.)

Ricardo Recife	Art.157 e art. 19 (porte de arma)	Sim	Internação	Sete meses no total	Ficou três meses no CERIN e quatro no CERAD, até o momento da entrevista. Teve quatro entradas anteriores: janeiro/96 por tentativa de furto; duas semanas depois por tentativa de roubo; março e setembro do mesmo ano por porte ilegal de arma.
Rogério Recife	Art.157	Sim	Internação	Sete meses no total	Pego na delegacia por infringir o artigo 157, mas já tinha um mandado de busca e apreensão por ter fugido anteriormente de instituição em outro município. Foi pego pela primeira vez em 94. Afirma ter se envolvido em 121 e 157.
Ramon Recife	Art.157 p.2: I e II	Sim	Internação	Um ano e seis meses no total	Foi pego por nova infração 11 dias após ter saído da entrada anterior. Passou pela Central de Triagem, CENIP, vindo para o CERAD, onde foi entrevistado. Na entrada anterior ficou 45 dias na Central de Triagem por ter cometido assalto, saindo com MSE de LA.
Raul Recife	Art. 157 p.2: I e II c/c art. 69	Não	Internação	Um ano e três meses no total	CERAD.

(*) - A definição dos artigos, segundo os parágrafos e incisos se encontra no Anexo 3.
RM - Adolescentes encaminhados por Varas da região metropolitana do Rio de Janeiro

Tráfico de Drogas (artigo 12 CP)

As pessoas têm mania de achar que a gente não gosta dessa vida.
(Dener)

Quatorze jovens internados por participação no tráfico de drogas foram entrevistados no decorrer da pesquisa, no Rio de Janeiro. Dez eram reincidentes e quatro entravam pela primeira vez no Sistema no momento das entrevistas. Uma constatação geral é que têm um certo orgulho pela inserção no tráfico, pois apenas um deles negou sua participação (Bartolomeu).

É interessante comentar que, na maior parte das entrevistas realizadas, estes jovens privilegiam falar sobre os homicídios cometidos, em detrimento da participação no tráfico como preparação e venda da droga, mostrando como o comércio e a violência estão entremeados. Apenas os quatro primários nunca se envolveram em mortes ou troca de tiros. Um deles argumenta que foi pego apenas por estar em local onde havia drogas, e que foi torturado pelos policiais para admitir que participava do tráfico. Os outros três estavam no processo de 'endolação'[29] e transporte da droga. Todos os quatro negam o consumo próprio.

A vida no tráfico reserva papéis distintos para os envolvidos, de acordo com a capacidade de envolvimento na organização: desempenham suas tarefas ora como vapor, segurança, subgerente, gerente. Nenhum dos

---

[29] Processo de separação e embalagem da droga.

entrevistados conseguiu chegar a 'dono da boca', embora seja o sonho almejado por vários jovens. Esses postos são bastante instáveis. Passam rapidamente de 'vapor' a gerente, mas por causa de qualquer 'vacilo' voltam para posições inferiores. Foi também comumente citada a ocupação de "matador", sempre com tom de respeito pela coragem demonstrada pela pessoa que a exerce. Esta pessoa responsabiliza-se pela função de matar qualquer um que tenha dado um "derrame"[30], que seja policial ou que tenha sido identificado como 'X9'.

Notamos que rotulam com muita facilidade uma pessoa como 'X9', sem que esta tenha nenhuma condição de negar ou de se defender. Muitas vezes, uma conversa ouvida de terceiros é suficiente para incriminar uma pessoa da comunidade, envolvida ou não com o tráfico.

Constatamos que vários jovens procuram trabalhar em 'bocas' fora da própria área em que suas famílias residem, para, assim, protegê-las e proteger-se de sua desaprovação. Pelos mesmos motivos, passam a ir pouco em suas casas, dormindo e vivendo em hotéis ou mesmo na própria 'boca'. Esta realidade se modifica naquelas famílias também envolvidas com o tráfico e das que dependem do dinheiro ganho pelos jovens para a sobrevivência.

Toda a droga consumida pelos jovens tem de ser paga – em dinheiro vivo ou descontada do rendimento no tráfico. Desta forma, aqueles que a consomem desregradamente logo têm problemas e perdem o posto ou são punidos pelos companheiros. Com essa despesa, associada à de hospedagem e alimentação, gastam o dinheiro tão rapidamente quanto ganham.

A sensação de poder que a participação no tráfico oferece a esses jovens ficou muito evidente nos relatos. A mistura de respeito e medo que passam a impor aos colegas e à comunidade cresce à medida que são capazes de matar e trocar tiros sem demonstrar insegurança. Inversamente caminha o sentimento de valorização à vida do outro. Os atos de crueldade são muito freqüentes e legitimados, já que matar é algo banal. É necessário praticar torturas antes que a vítima morra, para que cresça a lenda pessoal do matador. Cassio comenta que, após atirar e queimar uma vítima, "mandaram matar ele aos poucos, pra ele sofrer".

Três relatos serão apresentados, visando a ilustrar a trajetória percorrida pelos jovens no tráfico.

Bernardo tem 17 anos, é primário no Sistema e afirma estar no tráfico há apenas um mês e meio. Por este motivo, segundo ele, "não tive tempo para fazer maldade, eu fiquei muito pouco tempo, depois eu fui

---

[30] Ficado com o dinheiro da droga para si próprio.

preso". Era 'vapor', vendendo droga na própria boca e consumia maconha e cocaína. Foi pego pela polícia por estar com maconha: "tinha pouca (...), era sobra da tarde". Afirma já ter pego em armas de fogo mas nunca ter usado ou atirado.

Fala sobre suas atividades na boca da seguinte forma: "não deixa de ser um trabalho, todo mundo trabalha na boca (...) ali tem de ter responsabilidade". Considera que o bom no tráfico é "dinheiro, mulher, você curte a sua vida naquele momento ali." Mostra-se pessimista quanto ao futuro: "quem entra nessa vida não passa dos 18, 20", ou então, "a única coisa que tem quando sair da cadeia é a morte". Entretanto, questionado sobre o que há de ruim no tráfico, afirma: "de ruim tem só a morte".

Aparenta um certo fatalismo sobre sua vida atual:

> Se você entra pro tráfico você fica mais agressivo, o sistema você tem que seguir (...) Se eu não tivesse vindo para cá, eu acho que ainda estaria lá.

Diz ter vontade de chegar a gerente do tráfico e portar armas, pois se sentiria mais seguro frente aos policiais, mostrando ter consciência dos riscos de suas atividades e das conseqüências.

Sempre viveu com a avó paterna, tendo um relacionamento instável com os pais. Decidiu entrar para o tráfico depois que a tia, que ajudou a criá-lo, morreu. A avó suspeitava da participação do adolescente, mas, segundo o primo entrevistado, sempre o protegeu. Afirma que não daria dinheiro do tráfico para a avó:

> Eu acho que ela não ia aceitar. Nem minha avó, nem minha mãe [porque] é um dinheiro sujo, porque ali você está traficando, aquilo ali é ilegal o que você está fazendo.

O primo entrevistado afirma que Bernardo já estava há mais tempo no tráfico do que havia informado ao entrevistador.

Cleiton tem 17 anos, é usuário de cocaína e já ocupou posição de vapor, segurança e gerente. Deixou recentemente de ser gerente e voltou a ser vapor porque "o moleque que estava trabalhando para mim deu derrame". Continua: "agora, eu saindo daqui, eu vou para gerente". Já teve três internações, tendo fugido em uma delas.

Desde os 13 anos se inseriu no tráfico. Considera que seu ato mais grave foi um homicídio que cometeu na pedreira. Junto com um colega pegou um 'X9', torturou-o até a morte, satisfazendo-se ao contar os deta-

lhes do crime. Após a morte, comenta: "fora que eu explodi a cabeça dele todinho com pedra, acabei com a cabeça dele".

Cleiton deixa clara a necessidade de requinte nas execuções que comete, ao falar que:

> o outro homicídio foi mais bobo, o moleque estava vendendo maizena em vez de cocaína. Aí apanhamos ele, eu e o outro amigo. Foi só descarregamos mesmo a pistola nele. Só uns tiros mesmo.

A aventura foi maior em uma troca de tiro com o 'encharcador',[31]

> Foi um monte de tira, nós trocamos tiro, bem dizer eles tinham mais de cem cabeças, a gente tinha dez só. (...) Neste dia foi uma vitória pra gente que a gente nem entendemos.

Essa vitória foi comemorada com festa para as crianças e baile na favela.

Considera-se bastante respeitado no tráfico "devido o que, eu não tenho nenhuma vacilação, a vacilação que tem, eu cobro. Aí tem aquele respeito".

Sobre o tráfico, diz: "se o cara errar no tráfico, aí fica ruim para ele" e "todo dia é uma aventura diferente. Às vezes mais perigosa, às vezes mais calma".

Perguntado sobre se tinha algum temor, revela:

> Eu não temo a morte. Não temo a morte, pelo contrário, a gente que está no crime aguarda ela... Se eu tiver de morrer eu vou morrer mesmo e acabou.

Demonstra, assim, que dá à própria vida o mesmo valor – baixo – dado à vida dos outros.

Brian, com 16 anos, já comemora sua quinta passagem pelo Sistema, quatro por tráfico e uma por assalto à mão armada. Diz gostar mais do tráfico. Ganha R$ 30 por carga de droga que consegue passar. Trabalha nessa atividade desde os 14 anos. Começou como 'vapor' e chegou a segurança; já trocou tiros com 'encharcador' e 'assaltante de boca'. Começou, nesta época, a fumar maconha e depois a inalar cocaína.

Relata ter cometido quatro homicídios, mas afirma nunca ter sido preso por nenhum. Comenta que o primeiro foi de um primo que "tinha dado a volta" nele e em outro primo. Disse que todos estavam "muito

---

[31] Ex-policiais que se infiltram no local, competindo com os traficantes pela droga ou pelo ponto.

pancada, muito na onda do pó". Ambos mataram o primo – que queria matá-los com a metralhadora da 'boca'.

O episódio do assalto – em que foi preso – é assim narrado por ele:

> Eu e mais dois de maior roubamos um carro num dia, no outro dia saímos fazendo arrastão na rua. Nisso, os polícias viram o carro, o carro era do ano, muito bonito. As nossas caras já são conhecidas. Paramos no botequim, lá os policiais renderam a gente, eu estava com um oitão na cintura, o outro estava com uma pistola, aí rendeu a gente e levou a gente.

O irmão de Brian está internado na mesma instituição porque também participa do tráfico. Afirma que é mais respeitado do que seu irmão "por causa deste meu homicídio, e também por causa que quando a polícia vem eu trocava tiro (...). Ele não, ele, no tráfico, só sabe vender pó mesmo". Esse adolescente tem um tio traficante e seu pai fez uso de drogas. Brian comenta: "tinha um envolvimento fraquinho, muitos da geração dele, todo mundo da geração dele já se foi".

Considera-se um bom atirador "pelo menos, o tanto que eu atirei eu nunca errei não". Conta que a pior coisa que fez foi quando ateou fogo em um 'X9'.

> Um amigo meu, que está até aqui [na instituição] inclusive, ele foi e viu o moleque na rua, o moleque tinha cagüetado na favela (...) deu uns tiro no moleque, só na perna dele aí levou ele para favela, aí botou ele lá no morro amarrado, aí eu acabei de acordar, aí outro amigo falou, pô, tem um amarrado. Eu já tinha uma pinimba com este moleque mesmo. Eu fui lá, já subi pro morro, no morro já dando pedrada na cabeça dele, o corpo dele cheio de sangue, aí subimos mais com ele, chegou lá em cima cada um deu um tiro na cabeça dele, aí trouxemos um galão de gasolina, tacamos a gasolina nele, umas câmaras de ar tacamos em cima dele, tacamos fogo nele, ele ficou todo despedaçado, aí de noite demos um toque no chefe do tráfico que era para enterrar ele. Aí subimos de novo. Os outros fizeram um buraco. Eu e esse amigo que está aqui fomos e colocamos ele dentro de um tanque – ele já estava desfigurado. Matamos ele de manhã, que a gente foi enterrar já saiu um pedaço dele, a cabeça dele já não tinha mais: era tudo branco, aí colocamos ele dentro de um pano, amarramos e levamos.

Afirma ainda que "estava com tanto ódio dele que eu achei que ele não podia morrer bonito. Ele tinha que morrer bastante feio mesmo". Segundo Brian, a vítima "cagüetava" para a polícia em que casa os traficantes ficavam.

Fala da inserção no tráfico como uma missão: "esse amigo que está aqui também tem disposição para a causa, tem os moleque com mais disposição e mais suicida de tudo... Eu sou um deles". Questionado sobre como se sentia, responde: "teve uma vez que eu troquei tiro com um grupo sozinho, eu fui sozinho. A gente dando tiro neles, aí nisso morreu mais um (...) não faço mais que a obrigação".

Brian já levou dois tiros e ainda tem uma bala no corpo. Diz que aprendeu com filmes e com os mais velhos a "se esconder das balas, como trocar tiro". Sobre as leis do morro, diz:

> não posso fazer lá é dar tiro em polícia (...) Se matar um polícia, a favela vai lombrar, e é capaz do tráfico acabar. Por causa disso deixei de matar o encapuzado, não pode dar tiro em polícia. Essa vez que eu tomei esses tiros dava para mim matar os polícias, não matei por causa que eu pensei na minha vida, o que adianta eu matar ele depois morrer nas mãos dos amigos? Eu achei que era melhor morrer na mão deles do que morrer na mão dos amigos.

Ambiciona uma vida de ascensão no tráfico: "se eu continuar no tráfico sei que vou ser porque eu tenho disposição. Só é grande só quem tem disposição".

Reflete sobre o envolvimento de crianças no tráfico:

> Onde eu moro a maioria é tudo de menor, a gente é tudo menor (...) só que são perdido mesmo, que já usa droga (...). Agora, criança assim de família que chega e fala: 'quero entrar no tráfico' não pode. Tem idade? Não tem idade não. Depende do envolvimento da família. Se já vem da família que os caras era tudo bandido já tem envolvimento, aí já tem um conceito na 'boca', já vai ficar no crime. Agora se a família do cara nunca se envolveu com nada e o menor quer entrar na boca, aí não é permitido não.

O primo entrevistado e Brian tinham o hábito de brincar de 'boca' desde criança. A comunidade em que viviam era

> guerra todo dia, os traficantes, eu achava aquilo o máximo pra mim, eu era pequenininho. Já fui crescendo já com a idéia vou ser que nem aqueles caras. Aí hoje em dia eu sou.

Já tentou sair do tráfico após ser baleado:

> fiquei até uns tempos fora mas depois voltei de novo por causa que eu tenho um colega que sempre chama, não consegui sair... Tudo que eu gosto eu tenho no tráfico. Tudo que eu faço na vida eu gosto.

Usa cocaína e maconha desde os 14 anos. Quando cheira, fica "com uma sensação muito estranha, só querendo fazer ruindade pros outros... matar qualquer um que entrar no meu caminho". Afirma que, no tráfico, pode-se consumir "na medida do nosso trabalho que a gente consegue". Costuma agir drogado.

Não sabe se continua no tráfico ("continuar até o posto mais alto, dono da favela ou gerente geral") ou se vai para o quartel: "os caras ficam muito mais sinistro, ele dá tiro à pampa, a gente só dá tiro sem, sem errar, tiro certo".

Sobre a relação do traficante com os moradores, comenta:

> Eles respeitam a gente que a gente respeita eles. Mas se a gente não respeita eles, eles não respeita a gente não. Eles não têm medo da gente. Eles viram a gente desde pequeno, lá eu não tenho coragem de fazer nada contra ninguém que cresceu comigo nem com alguma senhora que me viu pequenininho. A não ser que seja 'X9'... pode ser meu irmão, se for 'X9'...

A análise dos 14 jovens permitiu que fizéssemos a síntese a seguir.

Quando questionados sobre se em algum momento teriam se sentido responsáveis pelos atos cometidos a maioria dos entrevistados afirma que sim. Entretanto, mostram arrependimento pelo fato de estarem presos e não pelas vítimas que fizeram. Dois deles mostraram-se completamente fatalistas quanto a seus destinos, como se pode verificar nos seguintes relatos:

> quero mudar mas sendo que agora não consigo, não tenho força para mudar... Se ele tivesse vivo eu matava ele de novo" (...) aí eu paro para pensar, eu falo para caramba como é que eu pude fazer isso? Aí eu fico pensando. Aí depois eu falo: ah, já fiz mesmo está feito, não adianta mais mesmo, não vou trazer a vida dela de volta. Aí deixo para lá. Até esqueço. (Brian)

> nem tudo que a gente não gosta não quer dizer que nós não tem que fazer. (Crístian)

Entre os que não assumem a responsabilidade pelos atos que cometeram, o argumento mais utilizado foi "se eu não cobrar deles amanhã ou depois eu que vou ser cobrado. Para não chorar a minha mãe, vai chorar a deles".

A responsabilidade, em última análise, é do 'dono da boca', que os obriga a cumprir as ordens estabelecidas. Por outro lado, a culpabilidade de um 'encharcador', 'X9' ou policial já está tão internamente introjetada

pelo grupo, que não há qualquer remorso em eliminá-los. O relato de Cássio, contudo, evidencia que a crueldade demonstrada em matar os preocupa, pois pode se voltar contra eles próprios. Esse adolescente comenta sobre a morte de um ex-colega, dizendo-se arrependido, porque a mesma situação poderia ter acontecido com ele.

Os sentimentos relatados pelos jovens ao cometer a infração oscilaram entre a sensação de aventura e total indiferença. Bernardo comenta sobre a excitação que sente, "a gente sente que aquela vida ali é tipo de cinema (...). A aventura é quando os polícias, a gente corre deles". Cássio, perguntado sobre como tinha sido a primeira morte que efetuara, respondeu: "pô, eu gostei". Dois outros jovens afirmaram que no começo se preocuparam com as mortes que cometiam, e depois se acostumaram, não sentindo mais nada. O expressão de indiferença associada ao desejo de matar foi constatada em vários adolescentes, como pode ser ilustrada pela fala de Brian:

> Eu não sinto nada... faz parte do meu trabalho (...). Senti nada, na hora senti alívio que eu não gostava dele mesmo, eu quase perdi a minha vida já por causa dele. Eu achei o máximo, eu gostei de matar ele, se ele estivesse vivo eu matava ele de novo (...), faria pior: aí eu ia matar ele vivo.

Comentam atos de crueldade com de maneira extremamente natural. Crístian já matou uma mulher por haver pego maconha para vender e com o dinheiro resultante da venda havia comprado e consumido cocaína. Descreve sua morte:

> O menino de 13 anos mesmo deu uma paulada na cara dela. Ela sentou na mesa de mármore, aí mandou o X, que era do tráfico dele lá, também era marido dela, aí ele foi botou o dedo dela na mesa de mármore e bateu com o martelo. Ela nem gritou, não falou nada. Nós falava para ela, tia, a senhora vai morrer... Aí batemos nela, aí cheiraram cocaína, botamos ela para cheirar sal, sal que bota em comida, aí depois batemos, a mulher estava grávida, o marido da mulher também estava no homicídio. Ela falou: 'Eu estou grávida. Você vai fazer isso comigo?' Ele foi, pisou na barriga. Daí em diante nós jogamos álcool nas pernas dela, no cabelo e botamos fogo, botamos ela no carro, viva ainda, para matar... Nós ia jogar o corpo em um local... Aí elas pularam do carro na praça, uma entrou dentro do supermercado. O supermercado era cheio de segurança, tudo de 38. Nós entramos tudo de metralhadora dentro do supermercado, os segurança fugiram, aí pegamos ela dentro do supermercado, a outra tia desceu o morro correndo. O colega foi atrás dela e pegou ela e

botou no morro de novo, no meio da praça. Na frente de todo mundo, demos um tiro na cabeça de cada um e botamos no carro e levamos.

Continua o relato:

> onde eu fui jogar o corpo morava um polícia, aí eu joguei o corpo perto da casa do polícia, o polícia veio com uma pistola na mão, aí falou não vai jogar isso aqui não, não vai jogar isso aqui não, joga isso mais para a frente. Aí fui, botei e fui botar no carro de novo e joguei lá na frente (...) Ele viu mas não falou nada, ele estava sozinho com a pistola na mão; era eu mais dois de metralhadora e fuzil na mão, ele só pediu para tirar o corpo de perto da casa dele, jogar o corpo mais pra frente, eu fiz o que ele pediu.

Justifica a crueldade das mortes dizendo: "o cara é dono do tráfico, a ordem dele é fazer, ué, nós não somos superior a ele nós tem que fazer porque senão quem morre é a gente".

É um grupo que revela bastante intimidade com a corrupção policial. Crístian conta um episódio em que teve de pagar R$ 30 mil a policiais para ser solto, junto com os colegas. Sobre um espancamento que sofreu dos policiais comenta: "mas também quando eu ia solto, quando subia no morro, eu descontava tudo neles". Questionado pela entrevistadora sobre se sua vingança era dirigida aos mesmos policiais que o tinham agredido, responde:

> Para mim, é tudo a mesma coisa. Eles são mais safado que a gente que é traficante. Eles pegam o nosso dinheiro. Eles são pior do que ladrão, eles são os piores ladrão, tia. Eles roubam a gente direto. Nós vamos preso eles pedem revólver, não sei quantas armas pra soltar a gente, quanto dinheiro. Se a gente não dá, eles mata a gente, eles não leva nem preso, eles fala que vai matar.

A posse de arma de fogo faz parte do cotidiano da maioria dos jovens. Confere poder e atrai as mulheres, conforme ressaltado por Cássio, "as mulher sempre se joga mais quando a gente tinha uma arma (...), por causa do dinheiro". A gente tem que ter disposição. Muda um montão de coisa". A maioria dos jovens afirma usar arma todo o tempo em que estão na boca e apenas alguns a usam quando saem da sua própria área. Utilizam a expressão "portar o ferro", citando as de sua preferência: fuzil, AR15, Magnum, calibres 9, 12, 38 e 45 mm. Para Cleiton, "o que chama a atenção é o que é potente, é o poder dela, quanto mais poderosa é melhor". Já Brian afirma: "o que me choca no crime é as armas. Gosto muito de estar armado. Me sinto mais forte".

Segundo esses jovens, os motivos básicos que justificam sua entrada no tráfico são: dinheiro, mulher e respeito. As perdas familiares também surgiram como explicações, tais como morte de parentes e expulsão de casa. As falas mais freqüentes foram a da entrada para o tráfico como opção, porque estavam sem dinheiro para comprar roupas, pelas armas ou por ser o seu destino,

> porque eu via, um dia eu também vou entrar pro crime, e entrei. (Davi)

> Desde pequeno também eu já sabia que eu ia me envolver no tráfico, que ia ser do tráfico, eu já tinha um negócio (...) sei lá, não sei se é o meu envolvimento dos parentes que eu tinha. (Brian)

Para os familiares, as justificativas para o ato infracional dos adolescentes detidos foi praticamente a mesma: a influência dos amigos. A isso acrescentam outros fatores, como o fato de já haver familiares envolvidos no tráfico, baile *funk*, falta de oportunidade de emprego e a crença do jovem infrator de que vai sempre "se dar bem".

No que se refere ao uso de drogas, a maioria refere maconha, cocaína e haxixe. A freqüência de consumo varia: alguns a utilizam fora do serviço, mas se mantêm abstêmios no serviço porque necessitam estar vigilantes; outros argumentam que a droga os ajuda a "cometer maldades", sendo por isso utilizada nestes momentos. Brian expõe suas dificuldades:

> A cocaína que arrasou minha vida toda, tia, que agora eu estou tipo dependente dela. Eu quero largar mas é uma coisa que não dá nem pra explicar (...). Eu fico com uma sensação estranha, só querendo fazer ruindade pros outros (...). Quanto mais preso às drogas, mais preso ao tráfico. Muitos bandidos estão envolvidos por causa das drogas... Quanto mais usa, quanto mais tu quer usar. Chega um tempo, um determinado tempo, que o seu dinheiro já não consegue mais sustentar o seu vício, aí tu vai pro tráfico para querer usar mais. Aí vai a ligação dele de usuário que já vira traficante.

Três jovens afirmam não usar drogas, embora já tenham experimentado. O motivo mais alegado foi o mal estar físico sentido ao utilizá-las.

Perguntados sobre se teriam aprendido alguma coisa com suas experiências infracionais, todos os jovens responderam não haver aprendido coisa alguma. Complementaram esta idéia dizendo que apenas aprenderam a mexer em arma, a ter dinheiro fácil, a apanhar dos policiais, a levar tiro, a matar. Dario finaliza: "não, não aprendi nada de bom, nada que vai servir para minha nova vida".

Sobre a possibilidade de sair do tráfico a fala predominante é a de que podem sair, desde que estejam "limpos", isto é, não estejam devendo nada e não tenham comprometido o sigilo do negócio. Cleiton fala a respeito: "pode sair quando quiser também, desde que não tem nenhuma vacilação. Se tiver vacilação não tem como sair". Sobre o sigilo, comenta:

> O tráfico é aqui, tu está na boca pode saber onde está tudo, mas se de repente ir preso tu não sabe nem (...) [, nem] onde tu nasceu. Entendeu? Não pode abrir a boca pra nada, que se abrir a boca, vai preso. Se não for preso, se não morrer, quando voltar, morre.

A vida familiar desses jovens parece ser mais conturbada do que a dos outros grupos, pelo fato de ser comum terem familiares também envolvidos em roubo e tráfico (em seis casos), reforçando a noção de destino mais fácil a ser seguido. Agravando esta situação, tem-se que: dos cinco internos cujos pais eram separados, apenas dois mantinham algum contato com ele; quatro adolescentes não conheceram o pai; três relatam odiar o pai e o padrasto; três famílias vivenciavam violência doméstica severa e uma outra convivia com problema de alcoolismo; as mães de dois deles morreram (uma se suicidou), duas abandonaram os filhos e outra é viciada em cocaína.

Quanto à escolaridade destes jovens, um é analfabeto e sete pararam de estudar entre a 1ª e 3ª séries, comprovando a precária inserção dos jovens traficantes na escola. Os seis mais bem-sucedidos conseguiram alcançar apenas a 4ª e 6ª séries do primeiro grau. A idade em que começaram a trabalhar no tráfico foi por volta dos 13 a 15 anos, sendo que alguns relatam que se interessavam desde a infância.

As medidas socioeducativas determinadas para esses adolescentes do tráfico estão disponíveis para consulta no Quadro 7. O quadro apresentado se assemelha ao dos jovens que cometem roubos, com evasões, trocas de instituições e novas infrações. Davi, Cleiton e Brian já voltaram a cometer atos infracionais após serem entrevistados e saírem da instituição.

Quadro 7 – Dados institucionais dos infratores que participam do tráfico de drogas

Nome/ Local	Artigo (*)	Reincidência	MSE na entrevista	Tempo cumprimento MSE na entrevista	Trajetória institucional resgatada
Bernardo Rio	Art.12	Não	Internação provisória	Cerca de 20 dias no IPS	IPS, porém já tendo passado pelo CRIAM em LA. Após a entrevista voltou para o CRIAM, em SL.
Cássio Rio	Art.12	Não	Internação provisória	Cerca de um mês no IPS	IPS, sendo encaminhado para o CRIAM, em SL, logo após a entrevista. Voltou ao IPS, três meses depois da decisão de SL.
Cristóvão * (RM)	Art.12 c/c 14	Não	Internação	Três meses no total	Dois meses no IPS e um mês na EJLA.
Benjamim * (RM)	Art.12 e 14	Não	Internação	Cinco meses no total	Ficou dois meses no IPS, indo para EJLA, onde foi entrevistado, passando a SL no CRIAM.
Davi * (RM)	Art.12	Sim	Internação	Um mês na EJLA	EJLA, cumprindo medida por busca e apreensão de fuga anterior. É sua quarta passagem pelo sistema. A primeira, em janeiro/97, foi pelo art. 12, obtendo internação provisória e entrega ao responsável. A segunda, um mês após, pelos artigos 12 e 14, recebendo internação provisória e SL no CRIAM, de onde evadiu. A terceira entrada foi em julho/97, pelo art. 12, na EJLA de onde fugiu em rebelião. Até a entrevista havia sido interno 3 vezes no IPS, 3 vezes na EJLA e uma vez no CRIAM. Relata três fugas. Em março de 98, após a entrevista, foi interno novamente pelos artigos 12, 10 e 14, voltando ao IPS e EJLA.
Douglas * (RM)	Art.12	Sim	Internação	6 meses na EJLA	EJLA.
Dorival * (RM)	Art.12 e 14	Sim	Internação	Três meses e meio na EJLA	EJLA, tendo sido pego por mandado de busca e apreensão por evasão anterior do CRIAM.
Cristian * (RM)	Art.12	Sim	Internação	Três meses na EJLA	IPS, EJLA (onde foi entrevistado) e depois passa para LA, no CRIAM.
Bartolomeu Rio	Art.12	Sim	Internação provisória	Oito dias no IPS	IPS. Na internação anterior passou pelo IPS e recebeu LA no CRIAM.
Célio Rio	Art.12 e 19	Sim	Internação	Cerca de quatro meses no total	IPS, EJLA (onde foi entrevistado). A primeira entrada foi no IPS (agosto/96), em que foi emitido um mandato de busca e apreensão. A segunda entrada foi em novembro/96, obtendo LA no CRIAM, sendo emitido outro mandado de busca e apreensão.
Cosme Rio	Art.12	Sim	Internação	Quatro meses no total	EJLA. Sua primeira entrada foi em março/96 indo para o IPS e depois Criam, com LA, de onde evadiu. Em janeiro/97 foi novamente pego, recebendo SL no CRIAM. Foi transferido para o IPS e EJLA (onde foi entrevistado) devido a briga no CRIAM. Após a entrevista recebeu SL no CRIAM, de onde evadiu logo que chegou.
Brian Rio	Art.12	Sim	Internação provisória	Dois meses e 23 dias no IPS	IPS (onde foi entrevistado), depois EJLA, e SL no CRIAM, na sua quarta entrada no sistema. A primeira entrada foi em 95, no IPS pelo artigo 12, recebendo depois LA no CRIAM. Sua segunda entrada foi em abril/96, pelo artigo 12, indo para o IPS (julgado improcedente). A terceira entrada (dezembro/96) foi pelo art.157 p.2, I e II, voltando ao IPS, sendo logo encaminhado ao Criam, de onde evadiu. Após a entrevista, em setembro/97, foi pego pelo art.16.
Cleiton Rio	Art.12	Sim	Internação provisória	28 dias no IPS	IPS (onde foi entrevistado) e depois EJLA, sendo sua terceira entrada. Sua primeira apreensão foi em 96, indo para o IPS e depois LA no CRIAM, que não cumpriu. A segunda entrada foi no IPS e depois SL no CRIAM, de onde evadiu. Após a entrevista retornou à EJLA em dezembro/97.
Dario Rio	Art.12	Sim	Semi-liberdade	Quase dois meses no CRIAM	CRIAM, já tendo passado pelo IPS e EJLA. Esta é sua segunda apreensão pelo artigo 12. Estava em cumprimento de LA no CRIAM, quando foi pego vendendo droga. Na primeira entrada passou 15 dias no IPS, progredindo para o CRIAM.

(*) - A definição dos artigos, segundo os parágrafos e incisos, se encontra no Anexo 3.
*(RM) - Adolescentes encaminhados por Varas da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Estupro e Atentado Violento ao Pudor (artigos 213 e 214 CP)

Três adolescentes foram entrevistados pelos delitos mencionados, sendo dois deles por estupro. Os três negaram ter cometido essas agressões sexuais, embora possam admitir terem cometido outros atos infracionais. Todos eles eram primários e do Rio de Janeiro.

Devido ao número restrito de adolescentes entrevistados por esse tipo de ato infracional, descreve-se a seguir um pequeno relato de dois deles.

O contato com Daniel, 16 anos, mostrou-se difícil desde o início. Reticente, informando precariamente sobre sua vida, relatou que não gosta do pai – que nunca morou com sua mãe.

A mãe viveu alguns anos com um padrasto, do qual Daniel não gostava – entre outros motivos, porque tinha o hábito de beber. Teve com ele dois filhos que morreram pequenos. Afastou-se dele e foi morar em outra cidade, onde recentemente conheceu o novo companheiro, com o qual tem um filho recém-nascido. Em certo momento da entrevista, Daniel chama esse último de pai, e logo a seguir corrige-se, dizendo "padrasto". O adolescente relata nunca ter experimentado drogas e não gostar de bebida alcóolica. Parou de estudar na 3ª série para trabalhar como ajudante de obras. Depois que a mãe se mudou, ficou sem trabalho e sem estudo. O adolescente afirma ter apenas uma amiga, uma namorada recente, e já ter tido relação sexual com uma garota da escola (da qual afirma não gostar).

Na segunda entrevista com o adolescente, perguntou-se o motivo (até então desconhecido pela pesquisadora) pelo qual encontrava-se na instituição. Daniel disse "por que eu vim parar (na escola)? Não gosto de falar disso não". Mais tarde, no decorrer da mesma entrevista, afirmou ter sido acusado por algo que não havia praticado, o estupro de uma garota de 8 anos de idade. A mãe da menina o denunciou à polícia, embora, segundo Daniel, ninguém tivesse visto nada: "eu nem ficava perto da garota, eu nem fico perto de criança não, ué". Mostra-se constrangido por ser chamado de "estuprador".

O estudo do prontuário do adolescente mostrou a participação do padrasto no intuito de libertá-lo, argumentando que ele sempre fora quieto, nunca agressivo. Por outro lado, insinua a culpa da vítima (a criança de 8 anos), já que sempre ficava em companhia de meninos na rua. Do acompanhamento técnico efetuado na instituição, consta uma versão diferente. De acordo com os dados disponíveis, o adolescente estava brincando com um amigo e com a vítima e esta quis ir brincar em lugar deserto com o interno. Ambos começaram a se beijar e acabaram mantendo relações sexuais.

Outro caso é o de Dagmar, 17 anos, acusado de ter "estuprado" um outro rapaz. No prontuário, seu caso consta como atentado violento ao pudor, já que a vítima era do sexo masculino. Em momento algum, o adolescente nega a abordagem sexual. Pelo contrário, fala a seu respeito de forma aberta. Recusa, entretanto, ter havido violência, embora na avaliação de seu prontuário exista a informação de que a vítima o acusou de ter usado força física para manter relação, tendo sido arrastado a ponto de se ferir e sangrar nos braços e nas pernas.

Segundo o relato de Dagmar, alguns colegas o chamaram para ir à casa de um "moleque, não sei se ele era viado, o que ele era", quando foi pego pelo pai do rapaz e denunciado à polícia. Apenas ele foi preso.

O pai de Dagmar abandonou a família cedo. Batia na mulher e nunca se preocupou com o filho, mesmo vivendo próximo. O adolescente afirma: "meu pai passa perto de nós nunca ia fazer um agrado". A ausência do pai é referida em diversos momentos da entrevista: "eu estou aqui e ele está pouco se lixando. Ele falou para minha avó que nem quer saber se eu estou bem ou se estou mal". A relação com o padrasto é, de certa forma, melhor: "ele é meu pai. Ele posso chamar de meu pai, ele me criou desde pequeno". Contudo, por vários momentos, relatou ter problemas com ele: "ele corrói tudo".

A mãe parece dividir-se entre os 12 filhos de vários parceiros. O adolescente manifesta claro sentimento de rejeição pelo fato de a mãe cuidar mais dos outros irmãos e de tê-lo mandado embora de casa, "jogando as coisas na minha cara. Ficava brigando comigo; me botava triste". Relata que, após a infração, está sendo mais bem tratado, tanto pela mãe quanto pelo padrasto. Mostrou-se muito assustado com a vida na instituição, afirmando: "eu não volto mais. Agora, pra mim aprontar uma, eu vou pensar mil vezes antes de aprontar".

Dagmar não sabe ler nem escrever, embora sua mãe o tenha matriculado na escola por várias vezes. Trabalhou como servente de pedreiro para se sustentar. Afirma ter uma namorada com a qual deseja se casar. Disse, também, ter ficado 15 dias em casa vigiando-a, pois afirmaram que ela o traía.

Os relatos dos três entrevistados por atos de ordem sexual mostraram-se contraditórios com as falas dos técnicos e familiares. Nenhum assumiu a responsabilidade, negando, de alguma forma, a agressão sexual da qual foram acusados – completamente, como fez Daniel, que afirma nem ter contato com crianças; recusando ter havido uso de violência como no caso de Dagmar; ou mesmo reconhecendo o assalto, mas negando o estupro, como Clodoaldo. Acreditamos que a negação que obtivemos nestas

entrevistas se deve ao fato de que esse tipo de abuso está carregado de tabus, levando a uma dificuldade muito maior para ser verbalizado, tanto por aqueles que o praticam como para as vítimas. Também podem ser razões: a) o preconceito em relação aos estupradores, especialmente entre jovens e agentes das instituições investigadas. Dois dos três adolescentes entrevistados relataram ter sofrido agressão física; b) a própria dificuldade por parte das entrevistadoras em abordar a questão da agressão sexual na pesquisa, especialmente quando o menino se mostrava reticente e cauteloso. Deve-se ressaltar que violências sexuais originalmente não faziam parte do estudo e, portanto, a equipe não fora treinada especificamente para esse tema. Estupros e atentados violentos ao pudor foram inseridos no estudo à medida que a dinâmica do trabalho de campo se cristalizou, pela indicação incorreta dos técnicos da instituição, tal qual descrito no capítulo 1.

Excluindo Clodoaldo, os adolescentes não utilizavam armas de fogo. Nenhum deles usava droga, embora Clodoaldo tenha experimentado cocaína uma vez, afirmando ter "ficado maluco e apavorado", decidindo nunca mais utilizá-la. Nenhum deles relatou envolvimento anterior com infrações.

As medidas socioeducativas proferidas pelo juiz para esses três jovens estão dispostas no quadro 8. Pode-se constatar o curto período de cumprimento, provavelmente devido às precárias condições de segurança oferecidas a quem comete esse tipo de delito.

Quadro 8 – Dados institucionais dos infratores que praticaram estupro e atentado violento ao pudor

Nome/ Local	Artigo (*)	Reincidência	MSE na entrevista	Tempo cumprimento MSE na entrevista	Trajetória institucional resgatada
Daniel *(I)	Art. 213 c/c 224	Não	Internação	Dois meses na EJLA	EJLA, tendo sua medida convertida para LA após dois meses, cumprindo em sua cidade.
Dagmar *(I)	Art.214	Não	Internação	Um mês na EJLA	EJLA, sendo liberado com um mês de internação.
Clodoaldo *(I)	Art.213	Não	Internação	Quase seis meses na EJLA	EJLA. Está programado para ser entregue ao responsável logo após a entrevista.

(*) - A definição dos artigos, segundo os parágrafos e incisos, se encontra no Anexo 3.
*(I) - Adolescentes encaminhados por Varas do interior do Rio de Janeiro.

Lesão Corporal (artigo 129 CP)

Três jovens foram entrevistados por terem cometido lesão corporal: Rodrigo e Roberto, em Recife, e Dalton, no Rio de Janeiro. As suas histórias estão resumidamente apresentadas a seguir.

Dalton é um rapaz de 16 anos, internado por ter tentado assassinar a pauladas, junto com colegas, um rapaz que tentava estuprar uma conhe-

cida deficiente, conforme consta no seu prontuário. Entretanto, nos dois contatos com a pesquisadora, Dalton não se referiu em nenhum momento a esse ato, dando ênfase a outro ato infracional que cometeu, o assassinato de um homem ao tentar roubar o carro dele. Sua vida infracional iniciou-se por volta dos 8 anos de idade. Segundo seu relato, ficava sempre na rua, lavava carro e aproveitava para roubar toca-fitas. Por volta dos 10 anos, conseguiu a própria arma, optando por roubar carros e participar do tráfico de drogas. Comenta sobre sua preferência por roubo qualificado:

> Não tinha paciência. Falei que era melhor roubar mesmo, eu tinha o meu toda hora. O que eles tiravam na 'boca' – eles tiravam R$ 1.000 por dia – eu tirava R$ 2.000, R$ 3.000 roubando.

Comenta vários episódios de troca de tiros e de morte: "já fiz vários homicídios, tia, só que não falei pro juiz não". Ameaçado de morte por policiais, não pode retornar a seu domicílio. Tem clareza de que só está vivo por estar internado na instituição: "(porque) todos que entram nesta vida entra sabendo que vai morrer. É muito difícil passar dos 18 anos a não ser que está preso".

Coloca como motivo para sua inserção no crime ter visto muitos colegas morrendo: "os polícia chegou a matar. Fui, fiquei revoltado e entrei para essa vida".

Rodrigo tem 17 anos. Fugia de casa desde garoto. Está preso por ter participado de um roubo à casa de um homossexual. Sua entrada no local foi facilitada porque conhecia pessoas que se relacionavam com a vítima – que, em conseqüência da agressão sofrida durante o assalto, hoje se locomove em cadeira de rodas. Relata:

> [o carro que ele tinha] eu cresci o olho no carro dele e disse: quero ter um carro desse. Aí botei na cabeça que tinha que ter um carro daquele aí peguei o carro dele. Peguei o carro, peguei relógio de ouro, pulseira de ouro, fui no *shopping*, comprei um bocado de roupa. E fiquei andando com o carro como se fosse meu.

Crê já ter matado "umas oito pessoas... umas quatro pra roubar".

Várias vezes foi preso, mas conta que sempre "dava uma grana" e os policiais "liberavam".

> Quando a gente roubava assim uma casa de arma, a gente vendia as armas e pegava assim uns 30 mil e dividia entre cinco. E ficava a base do piloto, né. O piloto era eu, eu tirava o pessoal, dava pra polícia, né, fazia uma boca com eles, livrava eles, eles me agradecia assim

> pagando mais, me davam uma parte maior. Eu demorava para roubar, mas quando roubava, roubava uma coisa assim que valesse muito.

Afirma que só "matava quando o pessoal reagia". Conta episódios de assalto seguido morte. Diz já ter assaltado banco com uma quadrilha, "mas toda vez que eu era pego eu conseguia me sair pagando... quinze mil reais, cinco mil".

Em seus crimes, utilizava "foice e faca".

> Eu aprontava com o pessoal lá da favela, na favela e corria para lá pro meu bairro para, para eles não me pegarem. Aí eles não podia me pegar porque tinha outra galera lá no meu bairro. (...) Quando eles chegava lá no bairro trocava bala, pau, pau.

Conta um episódio em que estava andando de bicicleta quando enfrentou "o pessoal veio para cima da gente com um pau, né com pau na mão, tijolo. Aí eu puxei a faca, puxei a foice e saí gritando (...) teve um só que morreu".

Teve diversas armas, em sua última apreensão estava com uma "bolsa de arma".

Tem uma atitude de intolerância e revide a jovens de outros bairros: "mas do outro eu, eu, a gente, passava a gente metia bala, metia o cacete também... A maioria é tudo inimigo".

Segundo seu prontuário, apresenta comprometimento neurológico e precário controle da agressividade. Causou vários problemas na instituição, facilitando fugas, perturbando a ordem e tentando atos "libidinosos" com colega. Foi recolhido ao setor de segurança por várias vezes.

Roberto, de 17 anos, diz estar interno injustamente, negando qualquer participação na infração atual ou anterior. Está detido por ter matado a filha da namorada, embora, na entrevista, tenha afirmado que seu vizinho havia matado alguém e o responsabilizado. Seu pai está preso há sete anos por ter cometido homicídio; três de seus irmãos foram assassinados. O contato com dois irmãos do adolescente fez as pesquisadoras perceberem a miséria extrema desta família, muito mais carente do que todas as outras contatadas em Recife. No prontuário consta que sua "família, devido à pobreza, prioriza a sobrevivência básica dos componentes (barriga cheia e um lugar para dormir), não percebendo as necessidades emocionais" de Roberto, notadamente introvertido e arredio.

Como se pode perceber, é difícil compor um perfil destes jovens que cometeram lesão corporal pelo fato de serem poucos os casos e ainda pela nega-

ção do ato infracional realizada por dois deles. Entretanto, nos dois primeiros relatos podemos notar as semelhanças com os daqueles que cometeram roubos. Também se verifica a associação do delito atual a outros muito mais graves.

As medidas socioeducativas proferidas pelo juiz encontram-se no Quadro 9. Constata-se que Dalton teve sua MSE prolongada pelo juiz do interior do Rio, demostrando que cumprirá tempo mais prolongado de internação, semelhante aos determinados em Recife.

Quadro 9 – Dados institucionais dos infratores que praticaram lesão corporal

Nome	Artigo (*)	Reincidência	MSE na entrevista	Tempo cumprimento MSE na entrevista	Trajetória institucional resgatada
Dalton *(I)	Art. 129, caput	Não	Internação	10 meses e 13 dias no total	IPS e EJLA, onde foi entrevistado. No momento da entrevista havia recebido mais seis meses de continuação de medida.
Roberto Recife	Art.129, p.3	Sim	Internação	11 meses no total	CENIP, CERAD. A entrada anterior, dois meses antes, foi por arrombamento, sendo entregue à família.
Rodrigo Recife	Art 129 p.1 I, II c/c art.155	Não	Internação	quase quatro meses no total	CENIP, CERAD, sendo proposto pelos técnicos a medida de LA

(*) - A definição dos artigos, segundo os parágrafos e incisos, se encontra no Anexo 3.
*(I) - Adolescentes encaminhados por Varas do interior do Rio de Janeiro.

Furto (artigo 155 CP)

Darci e Denis estão cumprindo medida de internamento por furto. Um pouco de suas histórias está relatado a seguir.

Darci está com 17 anos e já foi interno várias vezes por tráfico e furto, além de ter recebido vários mandados de apreensão, não especificando o motivo da institucionalização atual. Separado da família aos 7 anos, foi para um internato. Viveu parte do tempo com sua avó e nos últimos anos na rua. "meus irmãos, minha mãe, ninguém gostou de mim". Não gosta de arma, só roubando "com a mão". Disse que roubou porque estava "arrumando um dinheiro para comprar umas peças para mim". Cheirou cola e atualmente consome maconha e cocaína, mas não para roubar: "roubava de careta mesmo".

Ele não se dá com os irmãos e seus pais são dependentes de álcool. Sonha em voltar para casa e para os pais, pelos quais mantém um afeto idealizado – já que, por seu relato, percebe-se que estes não assumiram maiores cuidados pelo menino quando viviam juntos e nunca o visitaram nas instituições, quando de suas repetidas internações (segundo dados que constam em seu prontuário).

Uma vez foi pego em casa por "uns caras" que o tiraram de dentro de casa, bateram nele e lhe deram um tiro. O motivo foi um roubo que havia cometido. Consta no seu prontuário que o adolescente ha-

via "posto fogo em um mendigo", junto com colegas, argumentando que este o incomodava.

Denis está com 16 anos. Seu primeiro ato infracional foi o roubo de um carro para uma pessoa de sua comunidade que compra veículos roubados. Como sua mãe não tinha dinheiro para lhe dar, ficou uns dois dias pensando em roubar um carro, até que se decidiu por fazê-lo. Tem um revólver calibre 38 – presente de um companheiro do irmão no tráfico de drogas. Fala sobre sua proximidade com os amigos do irmão: "aí eu comecei, mas sem querer, comecei a pegar intimidade com o pessoal lá de cima, dono de ponto, traficante".

As medidas socioeducativas dadas a esses dois jovens que praticaram atos infracionais mais leves estão apresentadas no Quadro 10.

Quadro 10 – Dados institucionais dos infratores que praticaram furto

Nome	Artigo (*)	Reincidência	MSE na entrevista	Tempo cumprimento MSE na entrevista	Trajetória institucional resgatada
Darci *(RM)	Art.155	Sim	Semi-liberdade	Três meses na EJLA	EJLA e CRIAM, onde foi entrevistado. História anterior de ter ficado um ano na FUNABEM, passagens pelo IPS, EJLA e CRIAM.
Denis Rio	Art.155	Não	Internação provisória	67 dias no IPS	IPS.

(*) - A definição dos artigos, segundo os parágrafos e incisos, se encontra no Anexo 3.
*(RM) - Adolescentes encaminhados por Varas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Ser Contra o Outro

En el sentido estricto del término, no existiría una psicogénesis de la violencia de masas. Cualquier pretensión de forzar aquí el análisis, significa diluir la sociogénesis en la psicogénesis. Esta última, como sabemos, es un asunto intrínseco de la estructura única de cada individuo; de cómo cada individuo se enfrenta a la familia, a la comunidad, a la cultura, a la sociedad global y en general, al mundo. La idiosincracia del proceso psicogenético tiene su origen en las vicisitudes propias de la relación interpersonal durante la situación de crianza. Tiene que ver com el éxito em el: "ser con el otro". Cualquier crisis en este "ser con el otro" trae inmediatamente la plasmación o el inicio del "ser contra el otro."
(Vethencourt, 1990)

A impressão que nos ficou dos relatos dos jovens sobre os atos infracionais que cometeram foi: muitos deles estruturaram sua personalidade de forma a não sentirem empatia ou identificação com outro ser humano, exceto os parentes mais chegados. A negação do valor da vida do outro, e por vezes da própria vida, dá a dimensão da gravidade de sua situação existencial. Essa realidade ficou mais evidente nos jovens ligados

ao tráfico de drogas. O envolvimento com o crime organizado fez com que incorporassem uma visão de valorização da delinqüência como condição de ascensão na hierarquia de papéis sociais, obtidos por meio da força e crueldade. A disputa pelos pontos de tráfico, colocando em guerra quadrilhas de bairros diferentes, o sadismo praticado na morte daqueles mais odiados, como o "encharcador" e o 'X9', nos fazem perceber claramente a importância na construção da criminalidade das estruturas e organizações do narcotráfico influenciando e direcionando estes jovens para um caminho curto, violento e sem volta.

A ausência de sentimento de culpa por alguns desses jovens poderia ser explicada pelo que Winnicott (1987) descreve como: a) uma criança exigida além de suas capacidade (desmoronando as defesas do ego); b) reorganização de um novo modelo de defesa do ego (de qualidade inferior); c) novas esperanças da criança, organizando atos anti-sociais na esperança de compelir a sociedade a fazê-la retroceder para a posição anterior, e a reconhecer este fato; d) se isso for feito, então a criança pode retornar ao período que antecedeu o momento de privação e redescobrir o objeto bom e o bom ambiente humano controlador que, por existir originalmente, tornou-a capaz de experimentar impulsos, até mesmo os destrutivos. Quando mais adulto estiver um indivíduo com tendência anti-social, mais difícil sua 'volta' aos princípios socialmente esperados.

Atitudes semelhantes foram verificadas nos adolescentes cujo objetivo era apenas roubar, que responsabilizavam a própria vítima por ter reagido ao roubo ou acusavam o companheiro de assalto de ter causado a morte ou ferimento da vítima. Bloch (1986:112), descrevendo estudiosos que investigam o comportamento criminoso, salienta a alienação do indivíduo no momento de matar ou ferir alguém. Esta alienação está presente no preparo do soldado para ir à guerra ou naqueles que apoiaram o holocausto dos judeus, crendo na construção de uma raça mais nobre. Cita um caso em que o assassino não sentia nenhum remorso na hora de matar "aos que têm", já que ele era um dos "que não têm". Ainda sobre esse comportamento afirma que o assassino "não crê fazer nada de mau, já que a mesma sociedade o fez assim. Nunca teve nada, de modo que cabe à sociedade cuidar dele, e se esta não lhe dá nada, ele mesmo tomará. Portanto, roubar é algo natural nele. Assassinar é acidental".

Essa banalização da vida, também presente em jovens que cometeram outros tipos de atos infracionais, pode ser entendida, segundo Vethencourt (1990), como uma violência egocêntrica, implicando uma recorrência grotesca à lei das selvas. Este autor mostra uma confluência entre o descaso das elites, a falta de oportunidade social de uma ascensão pelo trabalho, para os jovens, e uma cultura de violência que acaba por provocar uma regressão dos ideais po-

líticos e morais de grupos, levando-os à delinqüência. Ele afirma que esses grupos não são compostos por psicopatas e nunca teriam optado pelo crime em outras circunstâncias.

Por trás dos atos delituosos, pudemos observar o diminuto nível de tolerância às diferenças, o acirramento da luta pelos territórios devido às dificuldades de sobrevivência, a facilidade de obtenção de armas de fogo potencializando disputas fatais e a crise social provocada pelo tráfico de drogas – em que há grande circulação de dinheiro.

Desejamos, ainda, destacar duas questões: o comprometimento diferenciado com a vida delituosa de adolescentes que cometeram os crimes familiares e a diferença entre a insegurança das histórias dos iniciantes (nem sempre os primários no Sistema Judiciário são iniciantes) e a frieza dos que têm experiência infracional. Essa especificidade dos comportamentos segundo a história infracional foi percebido já no com o entrevistado e confirmado depois, quando da leitura das entrevistas. As diversas posturas e sentimentos evidenciados pelos jovens deveriam demandar atenção e encaminhamentos diferenciados.

Atenção especializada para os diferentes tipos de infratores deve ser, portanto meta prioritária para qualquer sistema de acompanhamento desses jovens. Como exemplo, citamos o estudo de Farias (Moreira, 1997), que realizou uma pesquisa com 100 presos adultos do Rio de Janeiro, distinguindo os homicidas segundo três categorias: o homicida ocasional, com potencial homicida, mas sem vontade de exercê-lo sempre; o homicida circunstancial, que mata movido por um forte sentimento; o homicida estrutural, que sente prazer naquilo que faz e precisa repetir seus crimes.

Ressaltamos que o desenrolar da vida desses jovens, até aqui demonstrado como difícil e doloroso, os faz deparar com outro momento crucial em suas vidas: a internação. As duras condições existentes nessas instituições ficarão claras no próximo capítulo, em que vai se mostrar, mais uma vez, a impessoal e distanciada face do Estado e da sociedade civil, responsável (?) pela tarefa de cuidar desses jovens e ressocializá-los.

5

PARECE ATÉ O INFERNO
A Institucionalização

Mostramos, aqui, fragmentos do percurso institucional dos jovens, desde o momento da sua apreensão: a entrada na instituição, o cotidiano ali vivenciado e as condições em que são liberados. Uma síntese do que foi dito por alguns jovens sobre o período de institucionalização fica evidente na fala de Cristiano que intitulou este capítulo: "parece que a gente aqui fomos com ele. Parece até o inferno".

Pretendemos relatar como são cumpridas as medidas socioeducativas apresentadas no capítulo anterior, descrevendo as condições existentes nos locais concebidos para a ressocialização do adolescente infrator.

O Percurso Institucional: da prisão à Instituição de Internamento

eu assim, sentado na rua, algemado, cheio de gente em volta de mim. Os policiais me bateram à beça. (Caio)

Constatamos diversas situações contraditórias aos preceitos estabelecidos no ECA[32] sobre a apreensão do adolescente até seu encaminha-

[32] A apreensão do adolescente somente pode ocorrer em razão de flagrante de ato infracional, ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente. Deve ser imediatamente comunicada à autoridade judiciária competente, à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada em 24 horas. O adolescente tem direito à identificação dos responsáveis por sua apreensão, devendo ser informado acerca de seus direitos. Comparecendo qualquer dos pais ou responsáveis, se o ato infracional foi de natureza leve, o adolescente deve ser liberado pela autoridade policial, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do Ministério Público (MP). Neste caso, o adolescente deve se apresentar ao representante do MP no mesmo dia, que procederá imediatamente a sua oitiva e, se possível, de seus responsáveis. Para a apreciação imediata da liberação do adolescente, o delegado deve levar em conta: a natureza da infração, se grave ou leve, os indícios suficientes de autoria e materialidade, a presença ou não dos pais ou responsáveis. Dependendo destes fatores, o delegado poderá determinar a não-liberação do adolescente. Nesse caso, a autoridade policial deverá, no prazo máximo de 24 horas, encaminhá-lo ao representante do MP. Não sendo possível, a autoridade policial deverá, no mesmo prazo, encaminhar o adolescente a uma entidade de atendimento, que fará sua apresentação. Não havendo esta entidade, o adolescente deve aguardar a apresentação em dependência separada dos maiores.

mento à DPCA e/ou à Vara da Infância e Juventude. A primeira é sobre o grau de violência – manifesta nos freqüentes comentários sobre socos, colocação de sacos na cabeça, tapas na cara, ameaças e humilhações, tanto no momento da apreensão policial como nas próprias delegacias.

Bartolomeu fala sobre o policial que o prendeu: "começou a me surrar, apanhei muito. Até desmaiei." Comentando sobre sua apreensão anterior, que havia sido pior:

> eles quase me mataram com um saco, assim, na minha cara, pra eu falar, fazendo eu falar coisa que eu não sei. Eu não falei nada, eu não sabia de nada.

Em alguns casos, o ódio que sentem gera um desejo de vingança – ainda acalentada por Crístian, mesmo após passada toda a etapa de internação.

Outro jovem, Cristiano, revelou que no momento da apreensão, além de ter sido espancado pela polícia, teve sua família ameaçada. Afirma que os policiais, ao chegarem em sua casa com mandado de busca, disseram: "tu que roubou, tu que matou o policial, filho da puta." Levaram-no para um beco ao lado de sua casa e, na frente de sua mãe, bateram e o ameaçaram dizendo que iam "encabeçá-la" na lista dos 'X9' do morro, coagindo-o, assim, a revelar o nome dos outros envolvidos.

Logo depois, foram à casa dos demais. Um tinha melhores condições de vida, motivo pelo qual o policial falou: "pô, olha só a casa dele, o maior casarão, três andares, filho da puta, com garagem e o caramba, esse filho da puta ainda quer sair pra roubar. Não, vamos ter que arrumar um dinheirinho dele." Esta apreensão e tentativa de extorsão mal sucedida nos mostra o conluio e a interseção dos papéis de 'bandido' e policial.

Raimundo teve sua sobrinha de um ano e meio ameaçada, junto com outros familiares. Justifica, assim, o fato de ter se entregado, assumindo dois homicídios, apesar de afirmar ter praticado apenas um. O medo que a família tem da polícia foi um motivo citado por vários jovens para que se apresentassem, seguindo o conselho da mãe ou da avó.

A desconfiança em relação à atuação policial também ficou manifesta na fala de alguns jovens, como Celso. Ele deixa clara sua dúvida sobre se seria preso ou morto, mesmo após estar rendido:

> [Os meninos] que polícia pega hoje em dia está sendo muito difícil pra trazer pra cá [IPS]. Eles estão logo botando dentro da caçapa e metendo tiro em cima e jogando por aí.

A violência policial não foi sempre uma resposta a uma situação de vida ou morte, como bem o demonstra Cleisson – que participava do roubo de um táxi e apanhou enquanto ainda estava desacordado devido ao impacto da batida do carro. Esse fato, associado a alguns relatos que mostram o infrator como um troféu que o policial exibe à população (Célio, por exemplo, após apanhar, foi levado, dentro de uma 'caçapa',[33] para um 'passeio' pelo morro), denota como o profissionalismo fica encoberto pela brutalidade.

Percebemos, ainda, nos comentários dos jovens, uma rejeição à postura autoritária dos policiais ao lidarem com a população pobre e o sentimento de humilhação dela decorrente. Edilson, estudante e trabalhador, cujos pais sempre se esforçaram para manter a família em melhores condições de vida, comenta sobre a prisão de seu irmão:

> só me senti [humilhado] no dia que meu irmão foi pego. Os vizinhos tudinho na rua comentando, aí eu entrei de cabeça baixa com uma vergonha, cheguei assim em casa, quando fui ver, os policiais revistaram tudo em casa, fizeram a maior bagunça. Eu arrumei, lavei tudinho. Quando a minha mãe chegou, eu dei água com açúcar a ela.

Entre aqueles que comentaram sobre o momento da apreensão policial, um mostrou-se exceção à regra: Damião. Adolescente de família de classe média, foi o único que mostrou ter uma visão protetora em relação à polícia. Quando os policiais chegaram à sua casa, a seu chamado, não o maltrataram, pelo fato de ter se entregue voluntariamente. Complementa sua idéia: "mesmo se eu não me entregasse também eles entenderiam a situação". Acreditamos que o comentário de Damião está relacionado ao viés de classe no tratamento diferenciado que a polícia oferece à sociedade.

No processo de reclusão, alguns entrevistados foram, primeiramente, encaminhados à delegacia de adultos e ali permaneceram – algumas vezes por longo tempo. Nestas delegacias, os infratores sofreram violência física e emocional por parte de policiais.

Benício comenta em detalhes sua permanência em uma delegacia, fato que vai de encontro às normas constitucionais vigentes.

> levou a gente pra delegacia. Ficamos na delegacia, dormimos no chão, no frio. Nisso jogaram um balde de água fria em cima da gente. De manhã cedo, não tinha delegado, levaram a gente pra outra delegacia. Chegou na outra delegacia, começou a bater lá, assinamos lá, aí voltamos pra primeira delegacia. Aí chegamos na primeira delegacia. Um

---

[33] Viatura policial.

dos PM lá falou: 'tem um de menor'. Aí o outro falou: 'você tem quantos anos?', eu falei: 'tenho 17'. Ele: 'qual a data?'; eu: '79'. Ele fez a conta maluca dele lá e falou 'ah, então você não tem 17, você tem 19 ou 20 anos'. Eu falei: 'não, tio, eu tenho 17 anos'. Ele fez uma conta lá e falou, 'a minha conta aqui deu 19, 18 anos'. Eu: 'não, 17', e ele: 'quem sabe sou eu. É 18-19 anos. Bota ele pra lá'. Ele me botou lá, uns presos estavam ali. Ele me botou sozinho. Quando deu umas cinco e meia, seis horas, o carcereiro estava levando as quentinhas pro pessoal jantar, aí ele chegou assim e falou 'ah, bota esse malandro aí pra dentro que esse malandro é de maior', aí me botou pra dentro, junto com os presos...

Os adolescentes relataram, muitas vezes, a dificuldade de provar que são menores de 18 anos – fato compreensível, já que muitos apresentam estrutura física compatível com a da maioridade. Nesses casos, até que um familiar apareça e traga os documentos, o adolescente continua sujeito às mesmas condições de um adulto – permanecendo em cela com mais de 20 presos, com apenas um banheiro para todos, tendo de dormir de lado por falta de espaço, sobre cobertores por não haver colchões.

Reinaldo exemplifica essas dificuldades: ficou quatro dias na delegacia. Nesse período, os policiais mentiam à família dizendo que ele não se encontrava no local. Fala que nesses dias, "toda vez que trocava de plantão, era todo dia pau, saco na cabeça pra dizer, pra ver quem matou o cara, pra ver onde que estava o resto das armas". Disse que, quando foi encaminhado para a instituição de internamento, estava todo roxo e magro devido à violência sofrida.

Celso também relata ter sido torturado com saco na cabeça e passado duas noites na delegacia de adultos. Outros, como Reginaldo, Ronaldo e Rafael, confirmam as agressões. Os policiais na delegacia colocaram saco na cabeça deles e bateram até que delatassem as outras pessoas envolvidas nos atos infracionais. Reginaldo diz ter apanhado no estômago e nas costas. Darci conta ter sido machucado, dizendo que seus dentes chegaram a cair. Esses relatos, entre outros, ilustram como torturas com saco na cabeça causando asfixia, choque elétrico, socos e tapas também são freqüentes em dependências policiais.

Além da agressão física, a humilhação por parte dos policiais também foi relatada com freqüência. Cléber comenta como se sentiu quando seus pais e a namorada o viram algemado na delegacia, "sem camisa, com a mão para trás, todo torto no chão". O choro de seu pai parece ter sido o máximo de humilhação e tristeza já vivenciado pelo adolescente. Cristóvão relata outra humilhação:

Os polícia falou um monte de besteira. Eu e o meu amigo... Lá na delegacia, o delegado ficou cheio de... falando uns negócio pra gente. A gente fomos tentar sentar. Ele falou: 'senta'. A gente fomos sentar

no banco; ele: 'no banco não, no chão'. Falou: 'Vocês têm que sentar no chão'. Por que isso? Tirando sarro da cara da gente, a gente fomos lá sentar no chão e descalço – não deixaram eu nem pegar o meu chinelo... Começaram a bater (...). Acho que isso não é certo, não. Humilhando as pessoas que não entende nada.

Décio também comenta sobre sua situação na delegacia:

eu fui humilhado, me bateram, né (...). Sempre tem um que chega e fala: mata ele, não sei o que, traz ele pra cá pra gente quebrar ele, joga ele pra cá. Aí, fica triste, humilhado, assim, mas superei. Deu pra superar.

Há jovens, porém, que afirmam preferir ficar presos nas delegacias, já que lá não eram agredidos como nas instituições para infratores. Djalma, por exemplo, relata ter ficado dois meses e meio na delegacia de adulto, apesar de sua mãe ter comparecido no dia de sua apreensão, mostrando os documentos em que sua idade estava comprovada.

Após chegarem à Vara da Infância e Juventude, provenientes da DPCA ou das delegacias do interior, os jovens infratores entrevistados descrevem seu percurso por uma ou mais instituições até chegarem àquela onde se encontravam na época da entrevista. O roteiro variou em função da natureza da infração praticada; do contexto em que ocorreu; do cuidado dispensado ao adolescente pelo(s) pai(s); da ocorrência de fuga ou cumprimento da medida pelo jovem; da freqüência de fugas; e do fato de o adolescente ser reincidente ou primário. Estes fatores influenciaram nos quadros apresentados no capítulo anterior, em que se mostraram os diferentes caminhos institucionais percorridos pelos internos, bem como os distintos tempos de cumprimento das medidas socioeducativas. Estas variações também se deveram às diversas interpretações pessoais dos juízes responsáveis.

A vivência nessas instituições, os padrões e condutas nelas estabelecidos (teoricamente voltadas para a ressocialização) e as direções por elas tomadas é o que mostraremos a seguir.

A Vida na Instituição

Eu não sou passarinho pra estar preso.
(Raul)

As três instituições responsáveis pela medida de internação (provisória e definitiva) no Rio de Janeiro e Recife – IPS, EJLA e presídio de

Paratibe – enquadram-se no conceito de "instituição total" definido por Goffman (1974), caracterizada por ser um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos em situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. As entidades estudadas referem-se ao terceiro tipo de instituição total definida pelo autor como uma "instituição organizada para proteger a comunidade contra perigos intencionais; e o bem-estar das pessoas, assim isoladas, não constitui o problema imediato". Têm por finalidade 'reformar' os indivíduos segundo algum 'padrão ideal'.

Outros autores, como Berger & Luckmann (1976) afirmam que as instituições, também, pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana, estabelecendo padrões previamente definidos, que a canalizam em uma direção por oposição aos muitos outros caminhos que seriam, teoricamente, possíveis. O controle/descontrole da conduta dos jovens entrevistados nas várias entidades visitadas pode ser visualizado a seguir.

A estrutura física das instituições determina, em parte, o tipo de atendimento prestado. O presídio de Paratibe é construído com celas para, no máximo, duas pessoas e com 'cafua',[34] denotando claramente a semelhança entre o tratamento dispensado a adolescentes e adultos detidos. Os internos, por sua vez, em uma atitude de assimilação desse ambiente que não diferencia adolescentes de adultos (seja no aspecto estrutural ou no funcional), chamam tal local de cadeia, como se pode constatar durante o trabalho de campo e na fala de Raul:

> Aqui os outros diz que é FEBEM. Agora, pra uma pessoa que nunca foi presa na vida (...), passou essa temporada que eu estou passando... Pra mim, é uma cadeia, isso aqui.

Enquanto em Recife denominam a instituição de presídio, no Rio de Janeiro chamam-na escola. Entretanto, alguns internos no Rio utilizam a palavra cadeia, como o adolescente Douglas, "cadeia é muito ruim, tia". Bartolomeu denomina o IPS de presídio quando questionado como ele acha que deveria ser a instituição:

> Que nem um CRIAM. Porque aqui, bem dizer, é um presídio. Eles batem na gente. Vai dormir, eles batem na gente. E também a cama é de pedra. Agora é que tem colchão (...). Eles deixavam a gente preso na grade.

[34] Celas individuais e isoladas, onde são colocados temporariamente os internos, quando estes infringem as normas da instituição, cometendo ato considerado grave (usar drogas, discutir com funcionários, brigar com outros internos). É um local com grades, com espaço muito estreito entre elas, não permitindo passar "nem um dedo, nem uma pluma", como relata o interno Reginaldo.

No Rio, o lugar onde dormem dezenas de jovens é denominado alojamento. Isso ocorre pelo fato de o espaço físico do IPS e da EJLA ter sido, originalmente, o de residências com amplo espaço verde ao redor, posteriormente transformadas em instituição de internamento.

Apesar da variação de nomes, o tratamento dado aos adolescentes nas instituições do Rio parece não ser diferente do de Recife, a não ser pelo fato de, no Rio, não ter sido mencionada a prática de isolamento como castigo em cela de segurança. Entretanto, há outras formas de castigo. Um adolescente relata que os internos do IPS ficam trancados na escola como em celas. Outro afirma, falando sobre a EJLA: "isso aqui é delegacia."

O espaço físico dos CRIAM é muito distinto do das instituições de internamento citadas. Foram criados para atender até 32 adolescentes internos, mantendo-se no limite ou um pouco acima dele nas unidades visitadas. São iguais, com aproximadamente 1.500 m² de área construída, divididos em módulos – um residencial, outro de administração e serviços – além de banheiro, cozinha, depósito, lavanderia. Há espaços e equipamentos próprios ao lazer e recreação como televisão, rádio, quadra de esportes, jogos de salão, oficina e horta. Existem, ainda, uma área fechada, reservada às atividades laborativas e um espaço aberto, que pode ser aproveitado para atividades como jardinagem.

Os portões de ferro são internos e as grades externas não muito elevadas. Os jovens permanecem muitas vezes nas áreas externas, facilitando ou aumentando as possibilidades de fuga. Os internos circulam livremente por toda a área, encontram-se com aqueles que vêm à instituição durante o cumprimento de medida de liberdade assistida e participam livremente das visitas.

A entrada do infrator na instituição é um momento traumático, especialmente para os primários. Suas impressões baseiam-se nas fantasias que fazem – em geral negativas – e nas informações anteriormente recebidas de outros infratores reincidentes e de alguns agentes que os amedrontam. Douglas, ao ser perguntado sobre a primeira impressão do presídio, relata:

> Poxa, sei lá, [pensei] que ia morrer, que iam judiar de mim, a pior coisa foi à noite. (...) eu fiquei aperreado a noite toda só pensando... Um frio danado, sem colchão e sem nada, só pensando, foi ruim demais aquela noite.

Cléber conta seus temores e as primeiras impressões do IPS e DPCA:

> Assim que eu entrei aqui na DPCA, eu pensei que ia ficar com um monte de bandido na cela, que alguém [ia querer] me matar, me ba-

ter. E aqui, na hora que eu entrei... O pessoal todo me olhando, eu... Só que não aconteceu nada disso. Comecei a pegar amizade com os outros, aí ficou tranqüilo agora....

O mesmo adolescente diz que tem medo de ir à EJLA: "lá só tem bandido". Segundo ele afirma ter ouvido, as pessoas jogam as outras pela janela, não deixam entrar no quarto.

Dalton conta que, enquanto estava na instituição de internamento provisório, foi informado por outros jovens mais experientes sobre as normas da instituição de internação permanente. Assim, quando sua medida de internação permanente foi dada pelo juiz, sentiu-se mais tranqüilo, pois já havia passado pelos ritos institucionais e sabia como seria sua rotina.

Alguns adolescentes disseram ter sido ameaçados pelos agentes já na chegada à instituição. Cristiano afirma: "o primeiro dia que eu cheguei já falaram que ia me espancar. Nem conhecia eles. Eles nem me conheciam". Já Benedito relatou que, no momento em que foi colocar seu nome para fazer sua ficha, chorou porque os agentes lhe deram tapas no rosto.

Especialmente no Rio de Janeiro, observamos que o adolescente é identificado por um número, que passa a ser sua nova identidade, fazendo com que, pouco a pouco, perca a individualidade. O próprio adolescente se expressa, muitas vezes, utilizando apenas números: o de internação, o dos artigos pelos quais foi enquadrado e o do alojamento – sempre lotado – onde vive (esses espaços, por sua vez, são totalmente destituídos de objetos pessoais). Assim, os jovens passam a ser tratados e se tratam como uma 'massa', como se pode perceber na resposta de Dalton sobre como poderia ser localizado para a entrevista seguinte.

Sou do alojamento 1.
No alojamento 1 tem quantas pessoas? (pesquisadora)
Tem quase 40 cabeças.

Esta massificação do indivíduo também foi observada por Campos (1984), investigando crianças e adolescentes não-infratoras internas em uma instituição da antiga Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor (FUNABEM) na década de 80. Esta autora relata que o adolescente, ao ser internado, perde alguns integrantes essenciais de sua identidade anterior, como nome, aparência física, família, ambiente social, grupo e objetos pessoais.

Questionados sobre a situação dentro do alojamento, vários afirmaram que todos são tratados da mesma maneira, exemplificado na fala de Ramon: "que ele quer ser mais do que os outros. Aqui dentro é tudo igual. Ele quer botar mais banca assim, ele quer ser mais do que a gente, a gente tem que brigar mesmo".

Outra rotina da internação é a uniformização. Freqüentemente os adolescentes acabam vestindo calções e blusas já muito usados e algumas vezes sujos, refletindo problemas temporários de falta de material de limpeza, sabonete, toalhas e roupas limpas.

Célio relata que os internos não tomam banho todos os dias. Esta realidade apresenta-se mais grave no Rio de Janeiro do que em Recife. No CERAD, os adolescentes são chamados por seus nomes e cuidam melhor do vestuário e do corpo, o que certamente contribui para que mantenham uma visão mais positiva de si próprios.

Alguns internos dizem que vêem "assombrações" nas instituições, aumentando ainda mais o medo de estarem ali. Crístian e Célio afirmam que vêem vultos, à noite, no alojamento. Este último comenta: "ainda mais aqui dentro, que é mal-assombrado, sempre eu vejo. Quando eu vou ao banheiro, vejo vulto, sombra. Aí eu já durmo e já acordo só de manhã". Clodoaldo é outro jovem que diz ouvir risadas à noite no seu alojamento.

O cotidiano da vida na instituição é definido de forma pejorativa por 41% dos adolescentes. Eles qualificam a instituição como muito ruim, muito difícil, má, péssima, horrível, inferno. A principal queixa está ligada ao caráter de confinamento – sem sol nem exercícios – à violência física dos agentes e dos internos entre si, à ausência de divertimento, que gera ócio, ao fato de o lanche ser muito próximo ao jantar e muito distante do horário do almoço.

Poucos adolescentes retrataram a vida na instituição de forma positiva – como Breno, que a considera "normal, como se fosse uma colônia de férias" – e aqueles que constatam terem na instituição maior segurança do que na rua, onde temem revanche de policiais ou traficantes. Clodoaldo, por exemplo, afirma que foi uma "sorte terrível" ter ficado interno. Essa percepção positiva em uma situação tão desfavorável parece ser uma forma de 'imunização' à realidade (Goffman, 1974).

Outros jovens se contradizem em seus discursos sobre a instituição, retratando-a, inicialmente, de maneira positiva, e depois, pouco a pouco, revelando suas críticas em desabafo. Tal processo decorre, em parte, da falta de confiança do adolescente na pesquisadora – sobretudo do receio de que as queixas possam lhe trazer sanções posteriores. Esta situação se amenizou com algumas entrevistas, na medida em que se estabeleceu uma rela-

ção de mais proximidade, deixando o interno mais à vontade. Danilo ilustra este comentário, pois, ao ser questionado sobre sua vida na escola, responde: "pra falar a verdade pra senhora, a minha infância toda legal mesmo foi aqui dentro, tia". Mais adiante, perguntado sobre como deveria ser uma escola para adolescentes infratores, afirma: "pra falar pra senhora, aqui tem esculacho".

Os dias de visitas são, ao mesmo tempo, esperados com ansiedade e alvo de muitas queixas por parte dos internos. Nas instituições fechadas do Rio, há somente um dia na semana reservado para esses contatos (sábados, no IPS, e domingos, na EJLA). Os adolescentes, uniformizados, ficam em um espaço fechado e somente saem para o pátio quando chega algum familiar – apenas os cadastrados podem entrar, mas antes, devem ser revistados. Constataram-se frustração e sofrimento de muitos meninos ao não receberem visitas, seja porque as famílias os abandonaram, seja porque moram no interior e não podem vir com a freqüência desejada por eles.

Em Recife, as queixas foram generalizadas, apesar de poderem receber visitas dois dias na semana. As normas são mais flexíveis, variando de acordo com o grau de parentesco e intimidade. Há, inclusive, relatos de internos que namoram parentes de outros colegas. Arrumam-se com as próprias roupas, anéis e bonés, buscando compor um visual cuidadoso e têm um comportamento mais feliz. Reclamam, principalmente, da falta de espaço para as visitas – que ficam em pé ou sentadas no chão do pátio – e do pouco tempo de que dispõem para recebê-las.

Os horários das atividades variam segundo a instituição. Na EJLA, os internos acordam e dormem na hora em que desejam, passando a maior parte da manhã na cama. No IPS, os adolescentes acordavam às 6 horas e tinham horário para dormir. No presídio de Paratibe, as celas são fechadas e abertas em horários fixos e há controle sobre os horários dos internos. Poucos adolescentes reclamaram da alimentação ao serem indagados sobre sua rotina. A comida dos CRIAM foi considerada de melhor qualidade, talvez por ser preparada para um número menor de pessoas. As críticas se relacionaram à pouca quantidade e ao sabor, mas não há queixa de fome. Dois internos afirmaram alimentarem-se bem fora da instituição (um declarou que só comia em restaurante). Um dos entrevistados, que trabalhava na cozinha, disse ter visto os cozinheiros colocarem farinha de trigo na comida para render, tornando-a esquisita e pesada. Outro, ainda, afirma pedir à mãe para trazer maço de cigarro durante a visita, para trocar com outros internos por comida.

Percebeu-se, também, pela fala de alguns internos, que eventualmente há entrada de drogas – especialmente maconha – nas instituições das duas

cidades. Os adolescentes não comentam sobre quem as traria, insinuando que as visitas poderiam ser uma fonte deste material, bem como as trocas que efetuam com os monitores. Ciro relata sobre alguns agentes que consumiam cocaína na instituição: "eles ficavam doidão e batiam na gente". Rogério afirma ter aprendido a usar droga no próprio internato. Outro adolescente comentou que obtém fitas de sexo pelas mesmas fontes.

Existem gírias ou um código institucional através dos quais o adolescente descreve os acontecimentos de sua vida como interno. Nos relatos, utilizam palavras como, 'esculacho',[35] 'xuxada',[36] 'cafua', 'chapa quente'[37] para descrever o tratamento que recebiam, lugares e ações institucionais. Estas expressões constam do vocabulário de internos e funcionários e foram, por este motivo, incorporadas pela equipe de pesquisa para relatar o relacionamento institucional.

Alguns jovens caracterizaram-se pela má conduta dentro da instituição, de forma semelhante à denominada por Goffman (1974) "táticas da intransigência" – usada por internos que desafiam a ordem ao se negarem a cooperar com a equipe dirigente. Estes jovens adquirem uma moral elevada entre seus colegas, ostentando um papel de virilidade e liderança. São os casos de Ramon, que valoriza brigar com outros internos, e de Celso, que comenta, orgulhosamente: "eu ficava preso ali no 5 e ali só ficava os – não é para se gabar não – ficava só os mais, sabe, que tentava fuga, que era mais perigoso aí eles trancava a gente no 5". Também é um comportamento evidenciado por Rodrigo, que no início, quando se encontrava em internação provisória no CENIP, perdia o controle com os agentes, quebrava tudo e ia para a 'cafua'. Como se pode perceber, o estigma de *bad boy*[38] dá reconhecimento e sobrevaloriza o jovem entre seus pares, nessa vida de códigos reversos e sinais trocados, comparativamente à sociedade 'bem'.

Cleisson relata que os colegas de alojamento ficam "zoando, tacando fogo, pulando a janela, queimando o colchão dos moleques, fica fazendo uma porção de coisa lá, rebelde". Rogério fala sobre sua posição na instituição, mostrando em que nível suas atitudes interferem na dinâmica do presídio de Paratibe:

---

[35] Agressão física ou verbal presente nas instituições entre internos e dos agentes contra os últimos. Este termo só foi utilizado pelos internos do Rio de Janeiro.

[36] Agredir com arma construída pelos infratores de Recife, chamada por eles de 'xuxo'. É feita com pedaço de pau e, na ponta, é colocado qualquer objeto que corte ou fure (ferro, vidro), recolhido geralmente em entulho de obra. Comumente utilizada nas brigas entre os internos, nos momentos de rebelião são voltadas contra os Agentes de Desenvolvimento Social (ADS), responsáveis pela segurança do presídio.

[37] Situação perigosa.

[38] Símbolo utilizado nas roupas de vários internos em Recife.

> Principalmente o diretor do presídio – porque a gente participou de rebeliões aqui – tem certa marcação com a gente. (...) a gente aprontou muito aqui, sabe, aí ele marca a gente. Tudo que acontece aqui, ele pergunta logo se a gente tá no meio, se a gente tiver...

Alguns jovens percebem que têm problemas no controle da agressividade e procuram se isolar para não revidar e terem sua medida socioeducativa aumentada ou então serem mandados para o presídio de adultos, caso estejam com mais de 18 anos. Um exemplo radical desta estratégia é apresentado por Reginaldo e Rafael, que pedem para serem trancados em suas celas quando um interno começa a provocá-los.

A possibilidade de isolamento é muito pequena no Rio de Janeiro, pelo fato de haver dezenas de adolescentes no mesmo alojamento. Percebemos, ainda, em alguns laudos técnicos dos jovens entrevistados, a preocupação a esse respeito. No entanto, pouco ou nada é feito para auxiliá-los na conquista de um convívio social diferente.

Outra questão que influencia o comportamento do adolescente na instituição é a qualidade dos relacionamentos que estabelecem com os demais internos. Geralmente são superficiais. As interações de amizade são raras; eles se reconhecem como colegas. Outros fatores que afetam o comportamento dos internos são as freqüentes transferências de instituição; o tempo de cumprimento da medida (normalmente meses no Rio de Janeiro); e as freqüentes fugas que ocorrem – principalmente nas instituições do Rio. Segundo Campos (1984), os problemas que o adolescente enfrenta dentro da instituição e o relacionamento sem afetividade com dirigentes e colegas dificultam o surgimento de um sentimento de confiança básica ou de amizade, assim como não contribuem para estabelecer as tendências de solidariedade e confraternização.

As atividades desenvolvidas no dia-a-dia se restringem às oficinas profissionalizantes e à escola. Entre as oficinas em funcionamento que constam nos relatos e prontuários dos entrevistados no Rio de Janeiro, estão as de mecânica, lanternagem, computação, serigrafia, eletricista, além de atividades na horta. Em Recife, foram relatadas as de marcenaria, empalhagem, bombeiro hidráulico, serigrafia, artesanato, construção e atividades na horta. No Rio de Janeiro, observamos que o número de vagas para as oficinas era menor do que o de internos, em virtude da escassez de instrutores. Constata-se uma demanda por parte dos internos para fazerem a oficina de computação – que só pode ser realizada pelos que cursam a 5ª série, empecilho para boa parte dos internos.

Cada adolescente pode decidir sobre sua participação nas atividades. No entanto, a participação depende do número de vagas. Em Recife, percebeu-se maior vinculação, interesse e participação dos jovens nas oficinas do que no Rio de Janeiro.

Não há incentivo para a aprendizagem formal, reproduzindo-se o desinteresse que a escola formal cultivou na maioria das experiências desses jovens. Esse fato é agravado pela falta de professores para o ensino público e mestres para as oficinas. Em decorrência de rebeliões, as atividades são paralisadas por determinados períodos e os internos ficam soltos no pátio, sem atividades.

Poucos adolescentes comentaram sobre sua assiduidade ao ensino formal nas instituições. As atividades na sala de aula são mais freqüentes no turno da manhã e as oficinas, à tarde. Constatamos a baixa motivação dos internos para fazer oficinas e participar de sala de aula, como se verifica no relato de Dalton:

> – Eles chamam quem quiser ir pra oficina.
> – Você está indo para alguma oficina? (pesquisadora)
> – Não.
> – Não? E para a escola? (pesquisadora)
> – Nem pra escola. Estou trabalhando na horta de manhã.
> – É? Você que escolheu ou eles que pediram? (pesquisadora)
> – Eu que escolhi.

A presença dos jovens às aulas se dá de forma muito inconstante. Quando perguntávamos sobre o assunto, a resposta usual era a de que estavam começando, mesmo estando já há meses na instituição. Algumas vezes, voltávamos ao assunto na segunda entrevista e, para surpresa nossa, o jovem já tinha desistido. As oficinas eram descritas como um pouco mais interessantes, apesar da ambigüidade com que se referiam a elas.

As atividades esportivas não foram muito citadas, exceto quando comentaram sobre alguns jogos de futebol de campo. Alguns funcionários, durante seus plantões, permitem que os adolescentes tomem sol e joguem bola – porém, o clima é de tensão, já que as atividades podem facilitar fugas. Os internos se queixam de que a piscina da EJLA está sempre interditada. Em Recife, um interno lamentou muito a perda de atividades antes feitas com a equipe, como a ida à praia e a jogos de futebol.

Alguns adolescentes participam freqüentemente de cultos religiosos no IPS e na EJLA. Essa atividade, segundo os poucos internos que a valorizam, estimula a reflexão sobre sua vida, além de proporcionar um sentimento de bem-estar: "o corpo fica mais leve. A mente fica mais despreo-

cupada". Cássio e Célio relatam lerem a Bíblia na instituição. Cássio conta que um funcionário lhe deu uma Bíblia. Apesar de poucos participarem dos cultos, a maioria dos internos afirma pedir a proteção de Deus. Nota-se que a religião lhes traz esperança e reflexão. Mesmo jovens que não demonstraram senso de responsabilidade pelos seus atos consideraram que Deus iria lhes dar forças para saírem da situação infracional, o que freqüentemente entra em contradição com discursos de sua própria escolha de estilo de vida.

No presídio de Paratibe, foram relatadas atividades culturais, como aulas de teatro, música e atividades lúdicas, muito importantes para estimular a expressão dos sentimentos dos adolescentes. Existe, inclusive, um grupo de teatro formado no presídio, em que os próprios jovens trabalham o texto e organizam todo o espetáculo, sob a supervisão dos técnicos. Duas peças foram apresentadas durante o trabalho de campo – *Os Meninos da Rua* e *O Sol Brilha para Todos* – sobre a vivência nas ruas e as dificuldades existentes em suas vidas, em família, comunidade e relações com polícia e pares.

Uma festa acompanhada pelas pesquisadoras deixou evidente a motivação de um grupo de jovens que ia se apresentar tocando um pagode. Entretanto, um dos rapazes criticou o evento, considerando-o desmotivado e sem-graça. Apesar das diferentes posturas, percebemos que o envolvimento e a criatividade dos internos contribuem para facilitar a convivência institucional de toda a comunidade.

As atividades laborativas nas instituições estão restritas a alguns internos, em geral de bom comportamento, para os quais é concedido livre acesso às dependências para realizarem trabalhos na cozinha, em obras e faxina. Dois adolescentes relataram terem conseguido um trabalho administrativo, por terem qualificação e treinamento anterior à internação. A realização de tais atividades consta no relatório dos adolescentes e é valorizada nos momentos de avaliação.

Outra situação em que o trabalho aparece nos relatos é como forma de punição para alguns atos de rebeldia. Cristiano conta que foi obrigado a limpar o refeitório porque havia brigado com uma agente. Não se percebeu, durante todo o trabalho de campo, estímulo para que os jovens trabalhassem, nem apoio para seu crescimento profissional, o que seria de esperar, já que a orientação contida no ECA é de que sejam aplicadas medidas socioeducativas. Roberto, um dos jovens infratores de Recife, comenta que ganha R$ 30 por mês pelo trabalho que desenvolve no presídio (R$ 10 ficam para seus gastos pessoas e R$ 20 são depositados em conta bancária).

Campos (1984:22), retratando a realidade da FUNABEM, mostrou as dificuldades do trabalho na instituição de internamento:

O incentivo dado ao trabalho não tem a mesma significação do incentivo dado no mundo exterior; os motivos para o trabalho e as diferentes atitudes em relação a ele são diferentes. Verifica-se, nas instituições totais, a necessidade de exigir dos internados algum trabalho. Por outro lado, às vezes, é exigido muito pouco, ficando os internados ociosos, o que lhes causa tédio. O trabalho é realizado em ritmo lento e muitas vezes pode estar associado a castigos. Esta situação, nas instituições de menores, cria uma atitude negativa em relação ao trabalho e conseqüentemente sua reintegração na sociedade.

Observou-se, de maneira recorrente, que não há programação das atividades, considerando-se, também, que a ida dos internos às oficinas e aulas é inconstante e a possibilidade de trabalho é quase inexistente. As maiores distrações são a televisão, o rádio e o cigarro.

Em Recife, apenas alguns têm televisão em suas celas, geralmente trazida pelos familiares que tenham condição para tal. O ócio e a apatia são notórios em vários adolescentes, como Brian, que relata dormir o dia todo para o tempo passar mais rápido, e Cristiano, que informa "eu só penso em fazer merda aqui dentro, eu só penso nisso o dia inteiro (...) um dia parece que é um mês, demora pra caramba pra passar". Bruno também deixa clara sua insatisfação:

> Nós fica aqui à toa, não faz nem um trabalho pra gente. Em vez de botar a gente pro tratamento antidroga, não bota (...). Só promete, promete, nunca bota. Melhor ficar na rua usando droga, fumando, cheirando e matando, bem melhor do que ficar aqui dentro.

O adolescente passa boa parte de seu tempo pensando na sua vida na rua, o que aumenta a angústia e contribui para o desejo de fuga, este último chamado por Goffman (1974) de "fantasia de libertação". O autor afirma ser freqüente o sentimento de que o tempo passado no estabelecimento é perdido, destruído ou tirado da vida da pessoa e considerado como algo que precisa ser 'cumprido', 'preenchido', arrastado de alguma maneira. Esse sentimento é agravado pela perda de contato social e pela impossibilidade de, nas instituições, fazerem conquistas que possam ser transferidas para a vida externa, como dinheiro e certificado por estudos realizados.

Por último, observa-se uma idealização sobre o conteúdo das oficinas, na crença de que elas ofereçam mais possibilidades do que as reais. Dionísio exemplifica: "é uma coisa boa, pô, quem quer mudar legal e sair dessa vida, sair daqui com um diploma, uma profissão, é um bom começo, né. (...) dá pra começar a arrumar um serviço". Essa visão sonhadora se contrapõe à realidade que enfrentam ao deixar a instituição, pois saem tão despreparados quanto entraram. Campos (1984:65) comenta a situação:

alguns alunos, inclusive, ainda consideram que estão se preparando profissionalmente de maneira adequada, para que possam levar uma vida 'normal' na comunidade; julgam que têm 'todas' as condições para disputar e entrar no mercado de trabalho, visão esta que se desfaz totalmente aos primeiros contatos com a realidade, quando começam a 'sentir' a saída da escola.

Relação Interpessoal na Instituição

A relação estabelecida entre os funcionários (agentes educacionais, técnicos e direção) e os adolescentes, bem como destes entre si é o assunto tratado a seguir. Metade dos jovens relataram violência física decorrente das relações interpessoais nas instituições nas quais se encontravam na época da entrevista. É interessante ressaltar que essa questão surgiu, em muitas entrevistas, de forma 'espontânea', ao falarem de temas não relacionados à violência.

O relacionamento entre infratores caracteriza-se pelas brincadeiras violentas como soco, tapa na cara, bater com pedaço de pau, jogar o outro no chão, como relata Roberto, "fico brincando de agarra, agarra. Às vezes até de pau". Ronaldo, outro jovem, comenta sobre o tipo e a gravidade das brincadeiras entre os internos: "É que meu irmão, brincando com outro lá, meteu a cabeça no chão aqui, foi isso (...). Estou invocado (...) ele desmaiou, eu tive que levar ele pro hospital no braço, nas costas".

Rafael também fala sobre um momento em que quase matou um colega, por ser de um comando (do tráfico) diferente do seu "ele tentou tirar onda comigo (...) eu tentei enforcar ele com o *nylon* do *short*".

As formas de violência física mais comuns entre esses jovens incluem: bater na mão, soco na cara, chute e, em Recife, 'xuxada'[39].

Durante o trabalho de campo, foram constatadas situações de agressão entre internos. Dois adolescentes que estavam participando da pesquisa, detidos por estupro, sofreram violência física e sexual dos colegas. Um foi transferido de alojamento, outro, de instituição. Um jovem apareceu todo machucado para dar entrevista e outro teve a mão quebrada, pois haviam brigado e apanhado de colegas.

Observou-se, nos relatos, uma visão fatalista sobre as formas de relações violentas entre eles – consideradas como único meio de defesa e de afirmação. Dionísio exemplifica essa opinião: "se não brigar, passa como boneca". Cleisson afirma que, na instituição, é a "lei do cão", significando que, se os internos o chamarem para brigar, terá de ir, se não "apanha de todo mundo", ou seja, se não brigar, "apanha do mesmo jeito".

---

[39] Ver nota 34.

Apesar de significativa, a violência entre os internos foi menos valorizada, se comparada à causada pelos agentes de segurança. Existe uma naturalização do relacionamento agressivo entre jovens, comportamento tipicamente esperado para confirmação da virilidade e do desempenho masculino.

Apesar de a agressão física ser comum, alguns internos afirmam não darem intimidade aos colegas, para evitar briga e o conseqüente risco de agravar a medida socioeducativa. Existe, ainda que menos comum, uma relação de companheirismo entre os jovens. Rodrigo narra ter tido um atrito com um interno. Esse se desculpou porque precisava de Rodrigo para conseguir "coisas". "De vez em quando ele me pedia uma coisa. Eu conseguia (...), aí ele me pedia desculpa".

A relação dos internos com os agentes responsáveis pela segurança é pautada pela distância, desconfiança e agressividade mútuas. Em Recife, os funcionários são denominados agentes de desenvolvimento social, no Rio de Janeiro, agentes educacionais. Comumente são chamados apenas de agentes ou monitores. Embora os termos sejam diferentes nos dois estados, suas atividades são as mesmas. Mantêm contato direto com os internos, levando-os e trazendo-os para conversas com os técnicos e a direção. Transitam entre os dormitórios, refeitórios e espaços administrativos. São, por estes motivos, as principais vítimas das rebeliões.

Durante o trabalho de campo, pudemos constatar a fragilidade e tensão na relação agente-interno. Em determinada ocasião, as pesquisadoras assistiram a uma punição perpetrada pelos agentes, no dia seguinte a uma das rebeliões ocorridas durante a pesquisa. Vários internos permaneceram de pé, enfileirados na extensão da parede com os braços para cima, virados nessa direção, por todo o período da manhã. A punição vinha associada a muitas agressões verbais, demonstrando-se o ódio existente entre os agentes, em função da 'guerra' que haviam vivenciado no dia anterior.

Em conversa com as pesquisadoras, um agente mostrou a angústia que ele e seus colegas sentem no trabalho. Afirmou ser melhor castigar os jovens do que bater neles. Encontrava-se com a mão enfaixada por ter sido ferido na rebelião do dia anterior. Tentou nos avisar que não nos enganássemos com os internos, porque eles eram realmente "maus" e não havia esperança de mudanças. Contou que, durante uma rebelião, eles se transformam em "bichos" e machucam todo mundo, não se importando com as pessoas que os tratam bem.

Disse que todos eles merecem realmente apanhar, porque não são anjos, mas infratores. Confessou que normalmente não agride os internos, mas em função da rebelião, julgava necessário castigá-los. Sua atitude bastante negativa e de descrença em relação aos infratores foi evidente em toda a conversa que tivemos.

Tal postura nos faz lembrar os trabalhos sobre crianças e adolescentes institucionalizados (Altoé, 1990; Silva, 1997), em que tradicionalmente se mostram o despreparo e a herança cultural que esses profissionais trazem da institucionalização no País.

Outro agente afirmou que ninguém cuida de profissionais como eles; que eles sim, são abandonados, entregues à própria sorte, enquanto todo mundo protege os "bandidos". Esse agente educacional mostrou um comportamento hostil, igualando-se aos adolescentes – levando-se em conta a expressão da agressividade.

Os relatos mostram como os internos carregam o estigma de delinqüentes mesmo dentro da instituição que supostamente teria o papel de socializá-los. A pior conclusão que se tira disto é que, além de serem considerados por certos funcionários como "delinqüentes, infratores, bandidos, marginais", se nomeiam desta forma, incorporando os rótulos socialmente atribuídos e assumindo ainda mais uma posição fatalista quanto a seu destino, como explicitam os seguintes jovens:

> Ela [funcionária] me chamou de bandido, safado, ladrão. Isso que ela falou. Eu falei: 'se se está dizendo isso é com a senhora mesmo, mas seus dois filhos também é safado e bandidos igual a eu'. (Cassiano)
>
> (...) que eu não tenho palavra, bandido não tem palavra. (Dalton)
>
> Quando eu era pequeninho, ele [Zé Pilintra] falava, oh, tu vai ser bandido. Ele falava para minha mãe assim: tá vendo, vai ser bandido este daqui! É o jeito dele; tu vai ser bandido (...) está no sangue. (Brian)

Conforme relata Altoé (1990), a incorporação do estigma é mais um fator que contribui para que o adolescente se trate como "massa" e fuja de qualquer possibilidade de assumir ou desempenhar outros papéis.

Observamos em campo, no entanto, que alguns agentes tinham uma relação razoavelmente boa com os internos, parecendo, por alguns momentos, esquecerem-se das trincheiras opostas em que se encontram. Entretanto, mesmo estes, se questionados a respeito, relatam o temor e a desconfiança inerentes ao convívio. Sabem que, no momento em que as forças se igualarem, o que ocorre nas rebeliões, toda a relação estabelecida se dissolve e vale a lei da sobrevivência. Os funcionários que conseguem melhor trânsito com os internos utilizam-se de um sistema de trocas como base para a relação. Ricardo afirma 'se dar bem' com um funcionário que obtém as coisas para ele (um dia conseguiu extensão para o adolescente ligar a televisão e o ventilador). A contrapartida oferecida por Ricardo foi ajudar, acalmando os outros internos, e trancar as ce-

las. Outros relatos incluem a troca de favores para consecução de objetos como cigarro e fitas de vídeo.

As difíceis relações existentes nestas instituições estão permeadas pelas situações de agressão verbal e humilhações. Caetano relata que alguns agentes não permitem que os internos se manifestem (pedindo para ir no banheiro, pedindo cigarro) enquanto estão falando. Deixam-nos, por vezes, imobilizados e silenciosos, sentados no chão por duas horas seguidas.

Os meios utilizados pelos funcionários para bater nos adolescentes são os mesmos nas instituições pesquisadas: tapas na mão ou nas costas, socos no peito ou no nariz, chutes, pauladas ou agressões com cassetete, conforme relatado por Dionísio. O jovem conta como os agentes destroncaram sua mão por ter reclamado (meteu o pé na porta) quando outros internos estavam jogando cascas de banana e laranja em cima dele. Dois outros adolescentes contam situações semelhantes:

> Qualquer coisinha, já ia logo espancar o cara. E é fora da lei espancar o menor,[40] (...). Tem um menino aqui mesmo que era doidinho. Quando era pequeno não podia com o monitor e chamava o monitor (...). O monitor ia lá e dava nele. Quase todo dia ele apanhava. O menino era doido, doente da cabeça. (Raí)

> Ele trata a pessoa muito mal, (...) ele manda a pessoa entrar pra cela e a pessoa não quer entrar, ele quer empurrar, quer dar. (Raul)

Celso comenta que, na instituição, tem de andar de mão para trás e cabeça baixa. Afirma que os agentes o ameaçam com pá de bico para que se sente, tendo, algumas vezes, de fazer movimentos como 'canguru', obedecendo-lhes cegamente. Outro jovem, Caio, comenta sobre sua vida na instituição: "não tem problema não, (...) só tomei umas pauladas na mão na segunda-feira". Questionado sobre o motivo para tais agressões, informa que todos, no alojamento, apanharam porque um pedaço de fio foi achado no local. Cristiano foi acusado de mexer com uma funcionária. Por causa disso, o agente lhe mandou limpar o refeitório. Ele negou-se a obedecer, por considerar o castigo injusto. O agente, sem ouvir a versão do adolescente, bateu nele.

Outro interno, Reginaldo, passou a noite na 'cafua'. Depois o soltaram ao descobrirem que ele não era culpado. Tais relatos mostram como a

[40] Deve-se ressaltar, na fala de Raí, como este conhece os direitos do 'menor'. Este adolescente de 17 anos, a despeito de viver há oito anos sob as normas previstas no ECA, utiliza-se deste estigma que persegue as crianças e adolescentes pobres e infratoras desde o início do século, fazendo parte do então Código de Menores.

relação está permeada pela violência, nos levando a concordar com Altoé (1990). Segundo a autora, o interno aprende que nunca tem razão e que sua versão dos fatos jamais é considerada. Portanto, assume sempre a responsabilidade por algo errado sem discutir.

Cleisson descreve sua própria concepção de uma escola para infratores:

> Desse jeito aqui mesmo, só que tinha que ter uns agentes educacionais mais, (...) tinha que ser melhor do que eles, porque eles não sabem fazer nada, tinha que, pô, explicar algumas coisas para gente.

Comenta, ainda: "falar sobre a vida, não para mim, mas pros outros, tratar as pessoas direito. Aí sei que não ia ter essas rebeliões que tem aqui".

Por todas essas razões, podemos constatar como o sentimento de oposição se expressa na raiz da relação dos infratores com os agentes. A desconfiança chega a um ponto tal que adolescentes de Recife, acusaram os funcionários de arrumar "cruzeta"[41] contra eles. Reinaldo sintetiza os sentimentos que os internos nutrem em relação aos agentes: "tudo é legal. Eu não vou confiar em ninguém (...) não confio em ninguém não. Não confio nem a roupa que eu visto".

Segundo alguns relatos, em momentos como os de rebelião, se alguns adolescentes infringem as regras da instituição e ninguém os delata aos funcionários, todos apanham. A lógica do comportamento do coletivo, portanto, é expressa por um dos internos – que diz sempre ajudar os outros, pois sabe que vai apanhar mesmo se não participar. Nota-se, aqui, também uma visão fatalista em relação ao sofrimento de agressão física nas rebeliões, assumido como conseqüência natural de um evento pelo qual todos pagam. Essa lógica reafirma o que Campos (1984) chama da visão fatalista do 'menor' institucionalizado, que acaba por reproduzir o ciclo da cultura da violência.

O IPS e a EJLA foram considerados muito ruins por alguns adolescentes. Damião, por exemplo, afirma que o IPS é a pior de todas as escolas para jovens infratores. A instituição em que menos se relatou a ocorrência de violência física e emocional por parte dos agentes foi o CRIAM. Um dos poucos depoimentos a respeito é o de Cassiano, que discutiu com uma funcionária, que extravasou sua ira, chamando-o de "bandido, safado e ladrão". O adolescente revidou no mesmo tom, dizendo que os filhos dela eram 'bandidos' iguais a ele (havia boatos de que os filhos da funcionária seriam infratores). Nesse caso venceu o argumento de autoridade. Cassiano

---

[41] Armação de uma cilada. Por exemplo: colocar droga nas celas e em seguida delatar os internos.

foi mandado de volta do regime de semiliberdade (no CRIAM) para o de internação (na EJLA).

Os adolescentes consideram os CRIAM melhores do que o IPS e a EJLA, porque lá os funcionários não batem, porque são locais abertos, ou, como fala Dario, porque os funcionários e internos do CRIAM "são bons, são ótimos, são uns anjos", pelo fato de os respeitarem. Caetano comenta que o CRIAM é "bom à beça", e os funcionários são "legais pra caramba". Pode-se constatar que a experiência no IPS e na EJLA é muito negativa para os jovens e que a visão deles em relação aos CRIAM fica, portanto, mais valorizada.

Alguns entrevistados narraram ter um bom relacionamento na instituição, o que parece significar, sobretudo, a ausência de violência física. Há casos em que isto não exclui a violência, como se evidencia no depoimento de Romário – que diz ter uma boa relação com agentes e funcionários e, apesar disto, relata ter sofrido violência por parte deles. A 'boa relação' tampouco exclui o sentimento de desconfiança e insegurança dos internos no que concerne aos agentes, pois um deles afirmava que tinha boa convivência na instituição, mas que não gostava dos funcionários. O comportamento dos adolescentes, para que vivam bem, parece ser o daquele que se retrai e que abdica da capacidade de crítica e de interação, como informam Renato – "eu fico na minha, eu não brigo não" – e Ronaldo – "não dou muita intimidade não, porque vivo mais no meu canto sozinho pra não arrumar confusão".

No que se refere à relação entre internos e técnicos, muito pouco foi relatado pelos jovens. Presenciamos uma cena em que um adolescente chorava e o diretor, aos berros, lhe dizia que era um marginal e não tinha o direito de exigir nada, que deveria dar graças a Deus de estar vivo, e que seria melhor para todo mundo que tivesse morrido. Logo a seguir, exigiu que o adolescente se ajoelhasse e pedisse desculpas.

Outro rapaz conta que o diretor ameaçou a ele e a seus colegas, dizendo que, se o encontrassem na rua, era melhor colocarem as mãos na cabeça ou atirarem logo, caso contrário, ele atiraria. O adolescente que narrou tal fato acredita que o intuito era apenas assustá-los. Mas, nós poderíamos, externos a esse cruel cotidiano, refletir sobre a estranha pedagogia que se dissemina a partir de um líder, um diretor que recalca na consciência dos adolescentes a repulsa social que, certamente, constitui um dos traços da sua personalidade.

Outro fato preocupante foi narrado por Cláudio. Esse jovem relatou à pesquisadora que sua professora o mandou escrever 50 vezes a frase "eu sou ladrão". O adolescente mostrou-se emocionado e profundamente enver-

gonhado ao comentar o episódio. Esse fato nos remete a Goffman (1974), quando discorre sobre como as indignidades físicas e emocionais cooperam com a desfiguração pessoal do jovem – que é obrigado a participar de ações cujas conseqüências simbólicas são incompatíveis com sua concepção do 'eu'. Certamente se contrapõem a qualquer idéia de ressocialização.

Existe um distanciamento entre os internos e os técnicos, inconcebível de existir em qualquer proposta da ressocialização. É interessante notar que, quando verificados os prontuários, há notificações regulares de encontros com os internos e suas famílias e registro de pareceres que denotam um conhecimento mais íntimo do infrator. No entanto, isto não lhes confere proximidade e confiança, a não ser em casos muito específicos que configuraram exceção.

Pelos depoimentos, observa-se que os jovens tendem a ocultar detalhes de suas vidas, ou porque temem ser prejudicados ou porque consideram que não lhes trará benefício. Rodrigo conta que os técnicos perguntam sobre sua vida, mas ele não diz nada. Denilson comenta gostar dos técnicos, mas conclui: "essas técnicas aí não resolvem nada". Brian, em um discurso contraditório, diz confiar em sua assistente social, mas não lhe contar tudo que fez. Dener afirma: "já chega essas técnicas que enchem o meu saco perguntando isso".

Em Recife, esse distanciamento apresenta-se menos acentuado. O contato entre o técnico e o jovem parece mais freqüente, e o tratamento, mais personalizado. Essa melhor interação talvez se deva, entre outros fatores, a um maior número de técnicos por interno e pelas condições de maior proximidade existente no presídio. Na EJLA, devido à falta de espaço físico, quatro técnicos atendem ao mesmo tempo, comprometendo o sigilo dos relatos.

Além dos problemas de estrutura física, o fator que mais dificulta a atuação dos técnicos é a sobrecarga de preenchimento de papéis para encaminhar ao juiz e o número elevado de jovens sob sua responsabilidade, impossibilitando uma aproximação maior. Por outro lado, como o jovem sabe que as informações transmitidas aos técnicos podem constar de seu prontuário e influir na avaliação, omite as que poderiam prejudicá-lo, dificultando, também, a relação interpessoal.

Apesar de todos os problemas, a presença do técnico foi reconhecida pelos jovens como salvaguarda para o interno, pois costuma dissuadir os agentes de agredi-los fisicamente. Esse fato ficou explicitado em comentários como o de que, à noite, a agressão física é maior.

Bastos & Assis (1998) afirmam que as atividades dos técnicos nas duas instituições de internamento do Rio de Janeiro são realizadas, muitas vezes,

sem o cuidado pedagógico necessário devido a diversos fatores: equipes técnicas normalmente pequenas, restringindo o contato com o adolescente à tarefa de organizar estudo do caso exigido pelos juízes; são pressionados pelos prazos de entrega dos documentos, muitas vezes realizando avaliação fria e sem conteúdo sobre o adolescente, reproduzindo essa mesma situação com a família do jovem. Há uma oscilação no objeto de atenção dos técnicos: ora é o relatório a ser entregue ao juiz em prazo determinado e exíguo; ora a tarefa de evitar conflitos e evasões; ora a promoção de um projeto educacional. De fato, os prazos de entrega dos relatórios, a escassez de técnicos, a ausência de um projeto de cunho educativo para a atuação dos diferentes setores tornam a tarefa destes técnicos árdua e exaustiva.

Esses depoimentos sobre os relacionamentos estabelecidos nas instituições de internamento expressam como as mínimas atividades de uma pessoa podem estar sujeitas a regulamentos e julgamentos da instituição. Por outro lado, evidenciam que castigos e punição são métodos disciplinares valorizados, a despeito de um pensamento voltado à qualidade do atendimento do infrator em uma perspectiva de socioeducação – que é a ressaltada pelo ECA.

Alguns adolescentes demonstraram respeito pelo juiz. É o caso de Cristiano, que se queixou ao magistrado sobre uma agressão que havia sofrido na instituição e comenta a reação dele: "não, por causa que eu falei com o juiz. Aí o doutor foi e falou que, se alguém aqui me encostasse a mão, ele ia ser demitido". A proteção do juiz também se evidenciou em alguns casos em que o jovem diz que o juiz o está segurando na instituição por problemas na comunidade de origem que o impedem de voltar para casa. A expressão "primeiro lugar é Deus, segundo o juiz, só eles que sabe" (Bento) foi comumente usada, apontando para uma autoridade acima dos conflitos cotidianos. Dois relatos, porém, tiveram caráter desafiador à posição do magistrado. Dalton ameaçou fugir devido à quebra da palavra do juiz, que, segundo ele, lhe havia sentenciado seis meses na instituição e na audiência de avaliação exigiu-lhe mais seis; Dener afirmando: "todo mundo fala que vai sair daqui e trabalhar, largar essa vida, eu falo mesmo que vou pra rua e vou continuar nessa vida, eles falam isso só pro juiz, eu não, eu mando a vera."

As relações de violência nas instituições investigadas são norteadas pela existência de normas rígidas ou 'código de atitudes'. Tal código se expressa principalmente na relação entre os internos e leva em conta fatores como idade, determinados comportamentos, tempo de internação na instituição e tipo de infração. As principais vítimas de punição dos próprios internos são os que praticaram estupro, o que se assemelha muito ao código estabelecido em presídios de adultos.

Clóvis, um jovem de 15 anos, com sérios problemas de comportamento, revela:

> Começaram a saber que eu matei a minha esposa, então começaram a me linchar aqui dentro, me machucava, pulava na minha garganta, minha cara, chute e pontapé, me machucava direto.

Restringe a violência que sofre cotidianamente aos colegas: "os agentes não me toca a mão, não me bate, quem me bate é os garotos daqui dentro mesmo, porque sente revolta por causa disso".

Outro adolescente revela o estigma que carrega: "eu sou conhecido por estuprador". Este menino deixou de freqüentar a escola, porque "o moleque pegou e me tacou uma cadeirada nas costa" (Dagmar).

As 'leis' dos internos têm também como vítimas os internos mais novos e/ou recentemente chegados a instituição. Daniel, um rapaz do interior internado por estupro, explica as marcas de violência que expunha na entrevista: "eles batem porque não gosta de nós, nós somos novato".

Além da violência física, as vítimas são submetidas à violência sexual por parte dos mais fortes ou mais antigos na instituição. Este assunto não foi mencionado abertamente por nenhum adolescente que tenha sofrido violência sexual, mas foi relatado nos prontuários. Entretanto, os jovens trouxeram a questão como problema de outros colegas e a condicionaram ao fato de não ser permitida relação conjugal nas instituições.

A vítima ideal é aquela que conjuga a baixa idade e o corpo franzino em um adolescente recém-chegado. Rogério, um rapaz muito forte e com aspecto de líder, falou sobre o assunto:

> Aí dentro já tem um bocado (...) de boiola, porque (...) os caras não têm como ter contato com uma mulher. Começa aí a ir pegar os meninos, aí na tora. Termina os meninos viram boiola deles. Tem um bocado aí dentro.

Outro jovem que fala sobre o tema é Rodrigo:

> Tem meninos que chega aqui com medo do pessoal, primeiro os menino bota pressão, aí já vai, já vai virar homossexual, vai virar bicha aqui dentro, com medo dos meninos dar 'xuxada'.

Essas vítimas de violência sexual sofrem um processo de mortificação (Goffman, 1974) ao se verem obrigadas a executar práticas sexuais,

aceitando um papel com o qual não se identificam, contribuindo para as dificuldades de construção da identidade.

Há, também, duas normas trazidas do tráfico: a rixa entre os que integram o Comando Vermelho com os do Terceiro Comando. Os entrevistados afirmaram que a maioria deles é do Comando Vermelho. Assim como ocorre no tráfico, os internos odeiam 'X9'. Consta no prontuário de Crístian que ele tem medo de ficar no alojamento por ter fama de 'X9' na instituição.

Estas 'normas' de conduta estabelecidas na instituição, concebidas por Goffman (1974) como 'ajustamentos secundários', são práticas que não desafiam diretamente a equipe dirigente, mas permitem a conquista de satisfações proibidas ou que obtenham, por meios proibidos, as satisfações permitidas. Tais ajustamentos propiciam ao interno prova de que é ainda uma pessoa autônoma, no sentido de possuir certo controle de seu ambiente. A partir desses 'ajustamentos', os jovens criam um tipo de código e alguns meios de controle social.

A única norma deste 'código' relacionada aos agentes foi a de que os internos que mataram policiais são mais perseguidos dentro da instituição, conduta verificada com maior clareza em Recife. O depoimento de Damião ilustra essa afirmação:

> Muitas cenas que eu vi aí – que o menino, quando chegou agora há pouco, o menino não fez nada. Só porque matou um policial, saíram de um pavilhão pro outro e foram pra dar no menino e ainda botaram na cela de segurança.

Tal situação provavelmente decorre da semelhança identificada entre a função dos funcionários e a do policial (controle, segurança, repressão), até porque alguns agentes e diretores já foram ou são policiais.

Revoltas e Rebeliões

O sentimento de revolta e vingança apresenta-se fortemente relacionado à institucionalização, a ponto de Bruno manifestar o desejo de jogar uma granada na instituição, matando todos que ali estivessem. Caetano afirma que o adolescente sai mais revoltado do IPS, dizendo ser esse o objetivo real da conduta dos funcionários. Dario relata ter ficado revoltado no IPS em função de brigas com outros internos. No Rio de Janeiro, foi mais comentado o desejo de vingança dos infratores em relação aos agentes, após o desligamento dos primeiros da instituição. O fato de a vingança ser pensada pelos infratores após seu desligamento demonstra

que se sentem mais poderosos em regime de liberdade, como comenta Dener: "aqui dentro a gente não é ninguém, mas lá fora...". Esta fala mostra ainda que ele incorporou, como resultado de sua estadia na instituição, a visão de que sua vida não representa nada naquele estabelecimento, negando, assim, a própria identidade.

Denilson narrou comportamento de vingança dentro da instituição dizendo que, em conjunto com outros internos, espancaram os monitores em uma rebelião.

Os momentos de revolta acabam culminando em freqüentes rebeliões. Tais fenômenos foram interpretados por Goffman (1974) como forma de negação dos adolescentes às regras impostas pela equipe dirigente. Caracterizados pela extrema violência, costumam resultar em agressão a internos, agentes e policiais e também em morte dos internos. Rogério nos falou que, durante um motim, colocaram o revólver na cabeça do diretor e puxaram o gatilho. Só não houve morte, segundo ele, porque a arma travou.

Episódio vivenciado por uma pesquisadora no dia posterior a uma rebelião ilustra a situação: móveis quebrados, computadores danificados e alguns internos feridos. Seis infratores haviam fugido. Havia sangue nas paredes, papéis rasgados na secretaria técnica (a primeira sala para onde os jovens se dirigem é esta, para destruir as próprias fichas). A entrevistadora encontrou as técnicas de plantão tentando recuperar os papéis rasgados, alguns internos lavando a parte térrea da escola – bastante suja – e o diretor muito agitado, assim como todo o pessoal técnico e os agentes educacionais.

No Rio de Janeiro, as rebeliões passaram a ocorrer com freqüência, desde outubro de 1994, no IPS e na EJLA. Tais eventos foram gerados pelo fato de o governo federal ter transferido a responsabilidade sobre estas instituições para os estados. A mudança de orientação e a insegurança reinantes geraram ansiedade para os internos. Conseguiu-se, assim, acelerar a descentralização do atendimento: saíram os funcionários federais, substituídos pelos estaduais. Os reflexos da mudança estão presentes até hoje. A situação de revolta nas instituições continua se agravando. Apenas no primeiro semestre de 97, época em que a pesquisa se iniciava, ocorreram sete rebeliões com fuga em massa na EJLA e no IPS, deixando um saldo de seis mortos por queimaduras e um interno encontrado morto na piscina vazia. Em novembro de 1997, no final da pesquisa, nova rebelião culminou com a morte de um jovem e com a fuga de 245 dos 312 internos da EJLA. A escola estava com mais internos do que comportava sua capacidade física. O total de 1997 foi de 273 fugas e 10 mortes do IPS e EJLA. Um completo acompanhamento das notícias veiculadas na imprensa no perío-

do de 1997 até julho de 1998 pode ser verificado no Anexo 2, que mostra, passo a passo, o descaso das instituições e a violência existente nessas rebeliões.

Em Recife, ocorreu um motim precedendo o trabalho de campo e outro após sua conclusão. As notícias veiculadas na mídia no período encontram-se também no Anexo 2.

Nos CRIAM, não é comum haver rebeliões, e sim alguns tumultos causados por brigas entre os internos. Entretanto, as evasões ocorrem freqüentemente, por esses serem espaços mais abertos e porque o adolescente pode, mediante autorização judicial, visitar a família, o que facilita muito a ocorrência de evasão. O interno Cosme relata que vai para o CRIAM e que lá é "molinho de fugir (...), eu vou ficar, a maior saudade da rua".

Os fugitivos retornam às instituições por terem sido encontrados pela polícia, ou por reincidência no cometimento de ato infracional. Vários adolescentes relatam fugas das instituições fechadas. Denilson diz ter fugido todas as doze vezes em que entrou na EJLA, e Bento comenta ter evadido todas as sete ou oito vezes em que deu entrada no CRIAM.

A Institucionalização e a Relação Familiar Pós-Infração

A institucionalização também afeta a vida familiar dos jovens, fato comentado tanto pelos infratores entrevistados como por seus irmãos e primos.

Para os adolescentes, o efeito imediato da internação é a saudade da mãe, do filho, do pai, do irmão e da namorada. Nota-se que os adolescentes falam da mãe com maior freqüência do que dos outros membros da família e a maneira como expressam evidencia um carinho especial à figura materna. Comentam que as mães são quem mais sofre por eles. Percebe-se até um sentimento de humilhação em relação a elas, por estarem acautelados. Cláudio diz pedir a ela para não visitá-lo, pois "é muita mágoa pra mãe ver filho preso". Diz que vê as mães dos colegas com "os olhos cheios d'água," pois "isso aqui não é cadeia de maior não, tia. Pra ser revistado, tirar a roupa, isso é uma humilhação que a mãe passa, ela não tem nada a ver com isso."

A presença da mãe nas visitas é desejada pelos internos, como forma de diminuir a solidão em que se encontram e reiterar o cuidado da família para com eles. No Rio de Janeiro, as visitas se restringem quase exclusivamente à figura da mãe, ao contrário de Recife. Douglas manifestou vergonha de que o pai o visse preso.

As opiniões entre os adolescentes se dividiram quanto à qualidade da relação familiar após seu reconhecimento como infrator. Entre os que dizem não ter havido mudança nas relações anteriores, temos Carlos, que mostra a emoção de sua família ao vê-lo após ter cometido o ato infracional:

> Não mudou nada. (...) Tava todo mundo lá, minhas sobrinhas, algumas de minhas irmãs, a outra, eu liguei pra ela de lá mesmo. Aí ele [tio] veio me ver. Eu abracei ele assim, ele me abraçou e começou a chorar. Eu chorei também. Não queria me largar não, me abraçou.

Vários outros adolescentes disseram ter havido piora no relacionamento com os familiares, e outros argumentaram que a relação com a família mudou para melhor, pois passaram a receber mais atenção, mostrando o quanto se sentiam desprotegidos e distantes anteriormente: "agora eles me dão mais assistência, né. Quer dizer, eles me davam assistência, mas agora eles estão me dando mais ainda." (Rodrigo)

Os irmãos e primos dos infratores, quando indagados, dizem que a instituição proporcionou mudança para o infrator, no sentido de uma recuperação do comportamento direcionado aos atos delinqüentes. Ronaldo acha que a instituição fará com que seu irmão saia mais "evoluído e calmo". Os que vêem a institucionalização dessa forma valorizam a disciplina (ordem, a limitação da liberdade de escolha), o trabalho e o castigo como fatores propiciadores da recuperação. A seguir, encontram-se dois exemplos desse posicionamento:

> Foi, melhorou um bocado. Pelo menos é mesmo que ser um castigo, eu garanto que ele nunca mais faz. Aquilo lá, ele não tem a mesma regalia que tem em casa, não come a hora que quer, não come o que quer, não dorme a hora que quer. (Eli)

> Se ele for continuar a querer fazer as mesmas coisas que faz pra fora, lá dentro, ele vai se prejudicar. Porque lá ninguém vai lidar, vai dar castigo. (...) Tem que trabalhar para sobreviver. (Erick)

A percepção da vida institucional evidenciada pelos irmãos e primos, vista de forma muito positiva, contradiz os relatos dos infratores – que vivem na instituição. Essa idealização pode se dar pelo distanciamento da realidade institucional por parte dos irmãos/primos, pelo fato de não os visitarem freqüentemente e não vivenciarem o dia-a-dia institucional. Desta forma, a idéia de melhoria passa a existir pelos relatos de parentes: "eu não tenho ido lá. Mas o meu tio e a minha prima disse que notou que ele mudou bastante".

Desta forma, os parentes incorporam um discurso sobre como deveriam ser as instituições onde seus irmãos/primos se encontram, contrário à realidade, tal qual apontado por Erick: "acredito que tenha, que ele veja que lá não é uma prisão pra ele, lá é um colégio pra ele aprender. Ali ele está aprendendo e, quando ele sair dali, espero que ele saia um homem perfeito."

Por outro lado, na visão de Elton, os internos nem parecem que estão presos, pois estariam vivendo melhor do que ele, falando das roupas boas que usam nos dias de visita em Recife, "olha praí, esses meninos não tão presos não, esses menino tão num mar de rosa respirando (...). Esses meninos não tão preso não, tão passando uma temporada aqui". Posteriormente, relativiza a afirmação: "uns dizem que é um inferno, outros dizem que não".

Outro grupo de irmãos e primos concebe a vida institucional como experiência negativa para os infratores, pois aprendem a violência e têm de seguir ordens de terceiros. Vêem a instituição como uma etapa de aprendizado no crime.

Gostaríamos de ressaltar nossa indignação quanto ao processo de 'ressocialização' que o Estado desencadeia para esses adolescentes, oito anos após promulgado o ECA. Durante esse período, as instituições não se transformaram em unidades de reabilitação e ressocialização. Tampouco se criaram as instâncias que dariam retaguarda comunitária aos jovens, que saem desses internatos sem qualquer apoio ou supervisão eficiente do Setor Judiciário e da sociedade civil; sem maior escolaridade ou ofício profissional; sem apoio à obtenção de empregos; sem supervisão para os estudos; mais habituados à violência interpessoal e por vezes sexual; mais conhecidos e conhecedores do ambiente infracional e ainda mais estigmatizados do que quando entraram.

Pela elevada freqüência de reinternações, observadas nos quadros do capítulo anterior, principalmente no Rio, temos a prova da ineficiência do sistema de ressocialização instaurado nessas instituições.

A incompetência institucional está calcada na sua própria lógica burocrática e impessoal. O infrator precisa exatamente do oposto: um tratamento pessoal e individualizado, efetuado por profissionais mais sensíveis e bem formados, regido por uma lógica institucional dinâmica e personalizada.

6

TRAÇANDO CAMINHOS NÃO-VIOLENTOS

A Visão dos Irmãos e Primos

Adriano é o terceiro filho homem entre os quatro que sua mãe e seu pai tiveram. Viveu em um lar em que a violência doméstica reinava. O pai bebe em demasia e sempre bateu na mulher e nos filhos. Conta um episódio em que os três filhos homens foram acordados no meio da noite para apanhar. O pai pisou no pescoço de um dos filhos e jogou o segundo para o outro lado do muro. Raspava a cabeça dos filhos para bater e deu uma tesourada no nariz de Adriano, deixando-lhe uma cicatriz. A mãe também foi vítima freqüente, a ponto de a avó e o tio de Adriano tirarem todos da casa por algum tempo. Estudou até a 5ª série, parando para trabalhar aos 13 anos. Atualmente com 16, vive em uma comunidade onde o tráfico de drogas é intenso e violento. Conta que, recentemente, um garoto foi jogado de uma pedreira porque devia aos traficantes. Seus dois irmãos mais velhos são usuários de drogas e estão presos por terem assassinado um homem em um assalto a domicílio.

A história de Adriano, caso fosse interrompida neste ponto do relato, se encaixaria perfeitamente no perfil comum de criminosos relatado na literatura, com violência doméstica e comunitária, envolvimento familiar com drogas e no crime e baixa escolaridade. Entretanto, Adriano é exemplo de um jovem que se destaca e se diferencia do seu meio pela sua própria capacidade e força interna.

O rapaz sempre teve dificuldades de relacionamento com o pai e irmãos: da irmã caçula, queixa-se do "sangue ruim", tratando a mãe da mesma forma que o pai faz; dos irmãos questiona o uso de drogas e a inserção infracional. Do pai parece manter distância. Mostra-se afetivamente ligado à mãe e, especialmente, à avó materna, que representa um esteio para sua vida.

Diz nunca ter usado drogas, "graças a Deus", trabalha em um supermercado e sonha "um futuro melhor, mudar de serviço, subir na vida. O meu sonho era servir à Marinha, mas tem que ter muito estudo".

Encara os problemas de sua vida de uma forma reflexiva. Conta que uma vez, ao ver o pai bater na mãe quis acertá-lo com um ancinho, "mas pensei bem que não vale a pena". Nestas ocasiões, toma "um copo de água com açúcar para ficar calmo, fica em casa para não pensar besteira". Continua: "só penso quando dá raiva de alguma coisa, vai pegar, vai subir pro morro e vai começar a fumar droga. Se eu tivesse a cabeça fraca já estava fazendo isso".

Seu sofrido conflito evidenciado nessas falas não se expressa em ações negativas, pois ele próprio se distingue dos irmãos que se revoltaram e reagiram com violência ao comportamento paterno violento. Afirma: "não passava na minha cabeça isso. Quando eu apanhava, eu no outro dia já estava diferente, estava rindo, nunca esquentei a cabeça".

No entanto, suas angústias e preocupações eram presentes: "às vezes ia na igreja com a mãe do meu colega, só orava, só pedia a Deus para não acontecer o que acontece em casa". Conta que uma vez suas preces foram atendidas: "no dia que eu orei, o meu pai não chegou em casa bêbado, não bateu na gente".

As opções de vida feitas por Adriano o levaram a caminhos totalmente diferentes dos de seus irmãos. Que fatores intervieram para que ele definisse sua vida tal como fez? Que fatores protetores atuaram de forma a não deixá-lo sucumbir aos destinos 'escolhidos' pelos irmãos e colegas da comunidade? Tentaremos comentar essas questões a seguir, refletindo esquematicamente sobre três níveis: o familiar, o comunitário/societário e o individual.

A Influência Familiar

Verificamos que o objetivo de igualar o contexto familiar dos entrevistados para poder pesquisar melhor as diferenças nos âmbitos individual e comunitário foi uma meta inalcançável. Embora todos os irmãos/primos tenham mantido vínculo próximo durante o crescimento do infrator, observamos que: em dez famílias, os primos viviam em núcleos familiares distintos; um irmão vivia com a avó e outro com o pai. Alguns infratores passavam períodos longos fora da casa, totalmente envolvidos no universo infracional e, portanto, afastando-se progressivamente do núcleo familiar; alguns irmãos/primos mais velhos haviam constituído família. Por último, mas certamente o ponto mais importante a ser destacado no que se refere às famílias, são as diferentes percepções familiares existentes entre os irmãos. A diferença foi

tão acentuada, que, em alguns casos, parecia que estávamos ouvindo narrativas sobre famílias distintas.

O caso de Adriano é um exemplo típico. A entrevista de Clemer, seu irmão, mostrou que este se via como o que sentia mais afeto pelo pai e também como sendo o mais amado por ele. A relação entre Clemer e o pai é ambígua. Diz que este bateu uma vez na mãe e menciona que batia nele e nos irmãos – quando eram "pequenininhos, porque faziam muita coisa errada". Coloca estes fatos no passado, porque agora que está grande "ele não encosta nem a mão". Minimiza a importância da violência paterna, não entrando em detalhes sobre nenhum desses episódios e demonstrando ter dificuldade em elaborar esses momentos. Comparado com Adriano, Clemer mostra relação mais distanciada com a mãe, e, em momento algum, mostra-se revoltado com a violência do pai (motivo encontrado por Adriano para explicar o comportamento infrator do irmão). Pelo contrário, parece incorporar este comportamento como uma fatalidade de sua vida.

O mesmo tipo de argumento foi construído por outros entrevistados. No caso dos irmãos Romário e Elói, o primeiro, infrator, minimizou os conflitos familiares durante as duas entrevistas. No relato de Elói, ao contrário, se mostraram relevantes, deixando claro, por exemplo, o abandono do pai, não mencionado por Romário. Na fala de Cassiano – infrator –, o pai morreu em serviço e a relação familiar era boa. Seu irmão Anderson conta que ele "foi morto pelo cafetão de sua amante", que era "brigão" e não se relacionava bem com a mãe.

Bloch (1986), terapeuta infantil, analisando casos de crianças com predisposição a matar, comenta que elas aboliam a capacidade de fantasiar em função da qualidade de violência e do carinho a que foram submetidas precocemente em suas vidas. A autora continua afirmando a dificuldade dessas crianças em se verem como vítimas de violência e de uma relação com o pai onde há ausência de afeto, fenômeno semelhante ao observado nos infratores deste estudo.

As visões diferenciadas da vida familiar nos levam a perceber que alguns infratores tendem a manter imagens mais idealizadas sobre suas famílias do que os irmãos e primos entrevistados – indício da maior necessidade de mecanismos subjetivos de defesa contra a realidade cotidiana e as figuras parentais pouco propícias à identificação. Por outro lado, o mecanismo identificatório acaba se realizando. Tornam-se tão violentos quanto foram seus pais e a idealização funciona como uma necessidade de negação de suas próprias escolhas. Os irmãos e primos, à medida que explicitam mais as críticas, buscam identificação com figuras ou aspectos mais positivos de seus familiares.

Outra diferença observada entre os dois grupos (internos e irmãos/primos não-infratores) foi relacionada às perdas familiares e à baixa capacidade de manter um vínculo afetivo forte. Alguns depoimentos ilustram essa afirmação.

Alencar é um adolescente de apenas 15 anos, cujos pais morreram cedo. Fala sobre a motivação de Bernardo, seu primo, para entrar no tráfico:

> Eu acho que foi também por causa dos pais. Que depois que o pai dele morreu, a mãe dele foi se afastando muito dele. Veio pra Rocinha aí foi ficando com outro cara... Eu acho que também foi isso de se sentir sozinho. A família é importante, a minha é...

Ambos moram com a avó paterna, responsável pela criação dos dois, já que os pais de Bernardo não assumiram responsabilidade por ele – que, por sua vez, parece não se ligar profundamente a ninguém. A avó não é uma referência positiva para Alencar, por sempre preferir e proteger Bernardo, além de acusar Alencar de ser igual ao pai, criticando-o por ter matado a mãe ao tê-la contaminado com o o vírus da AIDS. Por estas razões, Alencar sente-se um estranho na casa de sua avó. A despeito dessa dificuldade, ele elaborou a perda da mãe e do pai de forma muito positiva, cristalizando, na fala de sua mãe, antes de morrer, a motivação para lutar pela vida:

> Vocês nunca desistem da vida, vocês sempre caminhem, sempre caminhem no caminho certo, nunca desiste, nunca pare de estudar (...) sempre vai para o objetivo que vocês querem.

Elton e Ricardo também são primos e não têm relações muito consolidadas com os pais. Entretanto, Elton encontrou apoio afetivo, imposição de limites e preocupação com sua conduta nos avós que o criaram. Ricardo acredita que, se a presença do pai tivesse sido maior, talvez não tivesse praticado atos infracionais.

Eli foi abandonado pelo pai ainda pequeno. Sua mãe logo se juntou com outro homem, o pai de Ronaldo. Eli ficou vivendo com a avó e a tia que o criaram. Entretanto, sempre morou perto da mãe e dos novos filhos que ela teve. A mãe morreu quando os dois estavam para entrar na adolescência, o que, segundo o infrator, o motivou a participar de 'galeras'. Eli sofreu muito mais com a morte da avó, que o criou. Apesar das perdas tão fortes para ambos os rapazes, o vínculo de Eli com avó e a tia é de tal forma vigoroso, que esta última veio com ele à entrevista e conversou muito com a pesquisadora, buscando proteger o sobrinho. O vínculo de Ronaldo com o pai é muito frágil, pois ele bebe e nunca impôs disciplina ao filho maior.

Não poderíamos deixar de destacar a fala de dois jovens, Alberto e Arnaldo, que relacionaram a entrada na vida infracional de seus parentes com o fato de terem presenciado a morte trágica de um dos pais.

Alberto conta que seu irmão Cássio assistiu quando:

> ela mesmo tacou álcool em cima dela e tacou fogo. (...) meu pai tentou apagar com o cobertor e queimou o peito dele e tudo. Aí ela queria matar o meu pai e o Cássio, que era o mais novo.

Já Arnaldo conta que seu primo Bruno presenciou o assassinato do pai. Esse se relaciona mal com o padrasto, já o tendo agredido. Arnaldo também vivenciou a morte do pai, porém tem um padrasto que considera como tal.

Esses exemplos mostram jovens não-infratores que, a despeito de muitos problemas intra-familiares, encontraram alguém que lhes proveu afeto, cuidado e segurança. Outro ponto a ser destacado é que alguns irmãos e primos, por serem mais velhos do que seus parentes infratores, vivenciaram as perdas familiares com mais idade e, portanto, tiveram um tempo maior de convívio com os pais, o que lhes garantiu o estabelecimento de um vínculo afetivo mais duradouro em fases mais precoces de suas vidas.

Embora as mortes familiares tenham sido contadas com ênfase pelos irmãos e primos, os infratores não as destacaram nas suas falas e, às vezes, minimizaram sua importância, reafirmando, assim, as dificuldades em elaborar as vivências mais sofridas de suas vidas.

O último tópico que diferencia os dois grupos é, sem dúvida, o mais percebido pelos irmãos e primos: a falta de controle familiar sobre o infrator. Erick, que tem forte vínculo com o pai, reflete sobre a responsabilidade do primo:

> Eu sei que ele começou a andar com menino errado... e também eu acho que o culpado nem é ele, eu acho culpado o pai dele que a gente dizia: tio, prende o Raí, segura mais ele... ele dizia que ele não teve infância e que o filho dele ia ter, aí soltou mesmo, chamava pra beber e tudo em vez de dar educação.

Um dos motivos para explicar o menor grau de controle familiar sobre os infratores foi o fato de serem, na maioria das famílias (60%) os caçulas, ao passo que os irmãos/primos eram primogênitos ou filhos intermediários (82%). Elias e Adilson são exemplos de famílias em que este fato ocorre: Adilson fala sobre seu irmão "ele nunca apanhou em casa. Quer dizer, nunca cobraram tanto deles, dele como cobraram de mim e do outro irmão. Ele era o queridinho, era como se diz... o caçula".

Além de receber as regalias que se dão ao mais novo, outra razão apresentada para explicar a entrada na vida infracional é que os infratores seriam os preferidos da família. Anderson deixou clara a preferência da mãe por Cassiano, e que esta, apesar de todos os atos cometidos pelo irmão, ainda "acredita mais no Cassiano do que em mim. O que o Cassiano falar ela acredita. (...) Isso mesmo que aconteceu agora, ela não acredita."

Alencar conta, a respeito do primo:

> Ela [avó] sempre foi de falar que o Bernardo não tem pai nem mãe. Ele tem até hoje, só que eles não dão atenção (...). Minha mãe batia na gente porque a gente era levado. Minha avó sempre criou o Bernardo com chamego... sempre comprava as coisas para ele e a gente sentia muito (...). Eu sempre fui criado vendo o que é certo e o que é errado. Eu sempre gostei de trabalhar, de estudar (...). Sempre a minha avó criou o Bernardo com mais carinho do que eu e a minha irmã. Ela está sempre só pensando no Bernardo (...). Parece que a mão da minha avó está por cima dele, está guardando ele. Diferença eu sempre senti, ele sempre foi o mais ligado, ligado não, o mais querido da família, da minha avó... Minha avó nunca castigou o Bernardo, acho que a única pessoa que ele apanhava era do pai, mas era pouco, o pai trabalhava fora.

A Influência dos Amigos, da Comunidade e da Sociedade

A diferença mais flagrante entre os dois grupos refere-se à escolha das amizades. A quase totalidade dos irmãos e primos preferem amigos que não estejam ligados ao mundo infracional, comportamento inverso ao dos infratores. Alguns jovens, como Alan, dizem evitar o contato com os colegas do irmão e com os de infância, porque, durante uma batida policial, pode ser visto junto com eles e ser confundido com os traficantes. Procuram se afastar e se distinguir dos jovens de sua comunidade, assim como selecionar os amigos entre não-infratores.

Edilson fala sobre sua capacidade de escolher boas amizades:

> Tem pessoa que é nascida ali comigo e se dá com o pessoal do mal. Eu não, hoje em dia se eu fosse pela cabeça de amigo... Eu sei escolher amigo... Tem uns que não, procura logo ter amizade de malandro. Foi o que aconteceu com ele [o irmão].

Elias comenta: "a gente tem que saber escolher as amizades, eu olho, assim, esses caras são tudo trabalhador, não vão se envolver com essas coisas não".

Eduardo responde à pergunta, feita pela entrevistadora, sobre se os amigos do irmão eram os mesmos seus:

> Não era não. Às vezes eu via um, dois assim, passava e falava. Mas eu acho que os colegas do meu irmão era igual a ele, sabe, igual a ele. Eu ainda tentava botar ele pra fazer amizade com os colegas meus, ainda tentei, mas ele não conseguia ficar ali com a gente... Eles eram assim fujão.

Os relatos se seguem. Amauri conta que brigava com o irmão por causa das companhias com que andava; Elton não permitia que os colegas de seu primo fossem em sua casa: "não tinha nada que ver comigo não, era lá dele, gente que ele andava... eu não me misturava não". Edson conta que seu irmão "não aceitava conselhos, tipo a gente aconselhava ele ficava uma semana parado, aí vinha os amigos e ele ia atrás, sabia onde ele estava e levava ele de novo". Alencar chama o primo de "maria vai com as outras".

Fica muito claro que os irmãos e primos evitam as amizades do mundo infracional, embora conheçam e convivam com estas pessoas na comunidade em que vivem.

A interrupção do estudo ou trabalho é subseqüente à entrada no mundo infracional. Novamente, as "más companhias" são vistas pelos irmãos e primos como estímulos para este abandono.

Alberto comenta:

> O Cássio [irmão], no caso, foi na escola... Ele pegou uma amizade lá com a rapaziada da escola que era mais ou menos barra-pesada, começou aquele ritmo. Aí o diretor da escola mandou chamar a família, que o Cássio estava consumindo drogas... Isso tudo começou dentro da escola, aí depois ele não quis saber mais da escola, foi começando outras amizades, morando na casa de outros amigos.

Éder comenta que ele e o primo estavam na mesma turma:

> Aí ele começou a se juntar com outros amigos, começava a gazear a aula, me chamava para jogar bola e não ia para a classe (...) Os amigos dele só queria ficar na vida errada, andando armado... Os meus amigos não.

Outro comentário é o de Eli:

> Onde eu moro, a maioria das pessoas são viciadas... Tem muita má influência... Começou no colégio. Ele ia muito na cabeça dos outros. Eles

> chamavam pra fazer besteira e ele ia, o pai sempre dando em cima, mas ele não escutava ninguém, só fazia o que vinha na cabeça... Aí foi se envolvendo com esse lance de galera.

As amizades do baile *funk* também foram citadas pelos irmãos e primos, que acabaram desistindo deste lazer, por considerá-lo violento. Edmundo comenta sobre esse envolvimento de seu irmão:

> Ele era uma pessoa assim que não mexia em nada de ninguém, aí foi se envolvendo com esse negócio de baile *funk*... Começou a se envolver com aquelas amizades de lá, os amigos chamavam para fazer isso ele ia... foi se envolvendo com essas coisas.

Diz que o irmão não o convidava para ir com ele e argumenta: "ele sabe que eu não era desses negócios... Eu dava muito conselho pro bem dele e ele não ia chamar o irmão dele pra coisa errada".

Também foram observadas diferenças nas opções de lazer. Enquanto os irmãos e primos escolhiam atividades esportivas, passeios e bailes, os infratores citaram, quase que exclusivamente, o baile *funk* como diversão preferida.

As oportunidades de trabalho e a determinação em aproveitar chances também foram diferentemente percebidas, na maioria dos casos. Alberto justifica a sua não entrada no mundo da criminalidade graças ao fato de trabalhar desde cedo e estudar à noite: "não tive tempo de me envolver". Amauri comenta, no que se refere ao trabalho:

> Quando ele [o irmão infrator] falou em trabalhar, eu já trabalhava. Ele começou a trabalhar aqui, mas nunca deu tempo pra mim ficar em casa assim muito, entendeu. Acordava cedo, ia pro serviço, chegava, nos domingos quase nunca saía também (...). Sempre foi assim.

As condições socioeconomicas da família foram analisadas pelos primos e irmãos do infratores como um diferenciador importante de comportamento. O fato de ter de enfrentar condições adversas os tornou mais responsáveis, enquanto os infratores viveram uma situação econômica familiar mais confortável. Em relação aos irmãos com maior diferença de idade, o discurso mais comum é que tinham vivenciado maior penúria familiar, tendo, por este motivo, de interromper os estudos e auxiliar os pais na manutenção dos filhos mais novos. Essa responsabilidade os teria feito amadurecer mais cedo. Almir tem 21 anos e é irmão de Carlos, com 17. A diferença foi fundamental para lhes distinguir as condições de sobrevivência. Almir fala a respeito:

> A vida dele acho que foi melhor que a minha, assim financeiramente. Que eu já passei aperto, com a minha mãe, com meu pai, entendeu. Já passei aperto e ele sempre teve tudo e não aproveitou. Eu agora estou bem, mais ou menos bem. Agora ele, na época, teve tudo e não tinha necessidade. É mais fácil eu cair nessa vida do que ele. Porque ele tinha mais. (...) Se eu tivesse que me envolver [com drogas], eu já tinha.

Alessandro tem 34 anos e comenta sobre o irmão, com quem vive até hoje:

> O que eu mais falo hoje em dia é que o Celso pegou a época da vaca gorda, a época boa. Antigamente um pãozinho tinha que repartir com os outros, hoje em dia eles têm, têm tudo, uma mesa farta, mas não dá aquele valor.

Cássio e Alberto são outros exemplos dessa realidade. A situação econômica que Alberto vivenciou, tendo hoje 29 anos de idade, foi muito mais difícil, o que o levou a abandonar os estudos para ingressar no mercado de trabalho. Na sua opinião, isso foi positivo, pois deu-lhe maior senso de responsabilidade. Já Cássio, de 17 anos, foi o único a não precisar de trabalhar para ajudar na manutenção da casa, tendo, inclusive, uma pensão deixada pela mãe, já falecida.

Da mesma forma, Alencar e Aloísio observam que seus primos infratores dispunham de melhor condição econômica familiar e, mesmo assim, não aproveitaram a oportunidade.

As condições existentes na comunidade foram relatadas por vários jovens como propiciadoras da entrada no mundo infracional. Alan justifica a opção de seu irmão infrator:

> Ele não teve uma oportunidade de emprego, porque acho que, quando você tem uma oportunidade, você procura agarrar aquilo, como eu fiz... Antes dele ser preso agora, ele pediu para arrumar um emprego para ele, eu falei: 'Célio, agora eu não posso, porque onde eu trabalho só trabalha maior'... ele estava por conta do exército.

Por outro lado, a proximidade com o tráfico estimula os adolescentes pela rentabilidade financeira propiciada, quase impossível de ser recusada quando há poucas ou nenhuma opção no mercado de trabalho. Alexandre e Amauri deixam claro essa dificuldade:

Lá, mesmo que a pessoa não queira, uma hora pega no tráfico... é porque a pessoa fica perturbada quando vê o tráfico assim na sua frente, entendeu, porque vê muito dinheiro, aí pensa em levar vantagem... É onde você vicia.

As Diferenças Individuais

Cada filho é diferente do que veio antes e do que veio depois, no sentido de que aquilo que é herdado é pessoal. Até mesmo os gêmeos idênticos não são idênticos quanto às tendências herdadas, embora talvez semelhantes.
(Winnicott, 1987)

Os distintos atributos de personalidade foram relatados pelos próprios irmãos e primos, ao refletirem sobre a não inserção no crime.

Os irmãos e primos, em geral, se identificaram como pessoas mais calmas e tranqüilas, em oposição aos infratores, mais arrojados e valentes.

> Eu sou uma pessoa mais quieta, mais tímida, ele não. É uma pessoa jogada, se tiver de fazer faz logo. Não é uma pessoa de estar assim sentada num lugar lendo negócio não. É aquela solta... Eu sento, passo uma hora ali sentado, ele não... tem que estar mexendo o corpo. (Eduardo)

> Eu sou calmo, eu choro à toa, sou maior manteiga derretida... Queria ser do jeito do Cleiton, nada esquenta ele. (...) Toda brincadeira ele estava na frente, como lá no tráfico, desde que eu via ele nessa vida ele está na frente... Eu nunca vi ele atrás. (Amauri)

> Ele sempre me chamou mas eu nunca gostei muito de baile *funk* não. Eu gosto de um negócio mais devagar, mais lento, eu gosto de música romântica, música clássica. Eu sempre fui muito diferente dele... Porque eu gosto mais de um negócio mais refinado, ele sempre gostou desse negócio assim. (...) Se eu quisesse ter os mesmos hábitos que ele eu tinha: se eu quisesse fumar eu fumava... Mas só que eu nunca gostei disso, sempre gostei de um negócio mais calmo, é de mim mesmo. (Eli)

Elói comenta sobre essas diferenças, "as amizades eram as mesmas mas eu nunca fui de estar saindo sempre não. Sempre fui mais caseiro, não gostava de ficar muito na rua igual a ele não, mas a gente se divertia junto." Podemos citar, ainda, o caráter mais prudente e paciente de Elias, se comparado ao temperamento imediatista e nervoso de Rafael.

Outra característica comumente percebida nos infratores foi a rebeldia em relação às dificuldades da vida. Os irmãos e primos tinham, se comparados aos infratores, uma visão mais conformista da realidade social.

Elias fala que seu irmão "sempre foi uma pessoa rebelde". Adriano, comentando sobre pessoas que roubam porque não têm dinheiro para comer, afirma: "sempre existe uma saída. Por que tirar a vida dos outros?" Enquanto isso, seu irmão Clemer argumenta que o governo deveria soltar todos os infratores presos, porque:

> Esse governo é todo errado também, todo errado. (...) Olha a mixaria de salário que ele paga pros outros. Isso daí é o maior esculacho, é uma mixaria. Uma porção de gente aí passando fome no mundo – aí o cara lá cheio de dinheiro e não dá um serviço pra ninguém. Por isso que vagabundo rouba, vagabundo fica com um troço aí e rouba. Não tem comida pra comer dentro de casa com a família e começa a roubar. Se fosse por mim, eu soltava todo mundo.

Estimulado pela pesquisadora, Clemer continua:

> Numa parte, eles [o governo] estão errado, numa parte os caras que estão preso também está errado. Numa parte ele também está errado (...) de não procurar serviço e querer fazer as coisas assim rápido, pô, roubar, traficar, isso daí eles estão errados também. Mas roubar, roubar pra eles comer não está, acho que não é errado mesmo não. Procura serviço não arruma, se você quer trabalhar ninguém não dá emprego, quer fazer um negócio ninguém dá. Tem que roubar mesmo.

Adriano, comentando sobre os irmãos infratores, fala: "se revolta com o pai, sai de casa, vai para rua, começa a cheirar *crack*, fumar". Perguntado sobre como se sentia nesses momentos de revolta, responde "na minha cabeça nunca passava isso, sempre estudava, me divertia com outras pessoas, saía com os professores, ia pro colégio".

Esse sentimento de rebeldia dos infratores está, muitas vezes, associado à dificuldade em controlar a agressividade, questão considerada mais fácil para seus irmãos e primos.

Adriano afirma, "quando eu estou nervoso eu me seguro. Nem tudo a gente deve falar". Alan, cuja mãe teve cinco filhos com pais diferentes e já conviveu com três padrastos em sua casa, mostra, nesta frase, como lida com as dificuldades: "agora, depois de grande, eu tive um problema com o meu padrasto, mas a gente resolvemos também sentamos e conversamos, mas aí ficou tudo numa boa".

Amauri critica seu irmão infrator, porque sempre "acaba entrando na pilha" do pai e brigando com ele. Sobre sua postura nestes momentos, diz: "eu sou mais de separar".

Esses atributos fazem do infrator um jovem mais valente e aventureiro aos olhos de alguns irmãos e primos, que chegam a se definir como pessoas sem coragem. Desta forma, valorizam inicialmente a figura do irmão ou primo, mas logo a seguir relativizam essa postura, temendo as conseqüências decorrentes de tais posturas.

Ângelo, questionado sobre o porquê do seu não envolvimento com o tráfico, já que o seu cunhado era dono da boca de fumo e sua casa muitas vezes servia como depósito de drogas e armamentos, comenta:

> Eu acho que me faltou coragem, eu sou muito medroso, eu não sei nem mentir, parece que as pessoas vão descobrir (...) eu não sei fazer nada que é proibido, na escola eu não conseguia nem colar com medo do professor descobrir.

Afonso comenta sobre seus pensamentos:

> Olha só, eu vou falar a verdade, muitas vezes, quando eu estava parado com os colegas, vinha na minha cabeça: 'vou roubar para conseguir uma grana'; mas aí vinha a minha mãe na cabeça que sofre pra caramba pra ajudar a gente... Eu vou é trabalhar pra arrumar a minha vida... Eu não sou disso, de fazer isso que o meu irmão fez... também acho que não tenho coragem de assaltar: pô, assaltar e de repente ir preso ou morrer.

Anderson é outro entrevistado que deixa entrever seu receio da vida infracional:

> tem uma pergunta que eu fico às vezes pensando, por que eu não estou pra esse tipo? Acho que foi o meu jeito... Eu vejo que eu não dou pra esse tipo de coisa, pra ladrão, ficar passando, tipo assim, negócio, ficar roubando, eu não dou pra esse tipo de coisa não.

Portanto, o medo das conseqüências é um fator que coíbe a inserção de alguns irmãos e primos na vida infracional.

Outro fator coibidor positivo das experiências infracionais, apresentado pelos primos e irmãos dos internos, é a força de vontade, característica ostentada por muitos com orgulho. Aloísio comenta sobre o primo infrator:

> acho que foi influência externa, pouca força de vontade dele também. Se uma pessoa vem me oferecer droga, eu por exemplo, muita gente já veio me oferecer, já me chamou pra não sei o que... Por que eu não fui? Eu sabia que aquilo era errado, que não ia dar em nada... Por isso eu acho que foi amizade, e ele não teve força de vontade para não ir.

Augusto tem o mesmo argumento sobre seu irmão, Cristiano:

> pouca força de vontade dele mesmo. Muita gente já me ofereceu drogas, já me chamou para não sei o quê. Por que que eu não fui? Eu sabia que aquilo era errado que não ia dar em nada. Que ia estar bom em uma certa hora mas, quando estivesse ruim, ia estar ruim e muito ruim, entendeu?

Cristiano, um dos infratores, diversamente, mostra uma posição fatalista em relação ao seu destino:

> Meu irmão me dá bastante conselho pra mim sair desta vida. Mas eu penso de um jeito, se eu trabalhar um dia vou morrer. Se eu for para vida do crime, um dia também eu vou morrer. Não sei como, mas sei que um dia vou morrer. Aí eu prefiro fazer o que eu gosto.

Essa visão imediatista apresentada por Cristiano se opõe a uma característica fortemente apresentada pelos irmãos e primos: a capacidade de refletir sobre a vida e de efetuar planos futuros. Poucos infratores comentavam sobre a existência de momentos como os descritos por Alan: "toda vez que eu estou parado assim eu fico pensando em tudo que eu fiz a tarde toda, pensando no trabalho, quando eu trabalhei, fico pensando na vida". Alencar é outro exemplo:

> Eu sempre penso no futuro, eu sempre penso em vencer na vida, em ter minhas coisas... Às vezes eu sento de noite e penso: 'amanhã eu vou fazer isso, amanhã eu vou fazer aquilo', só para não ficar parado o dia inteiro. (...) Eu sou o tipo da pessoa que não pensa em ficar a vida inteira com a minha avó, eu vou ter a minha casa, eu vou uma coisa que eu fale assim: 'aquilo é meu, é minha propriedade'. (...) Acho que eu não entrei para essa vida – não vou te dizer que não me chamaram (...). Eu sempre fui acostumado a ter pouca coisa, sempre fui acostumado a ser humilde, a não ter nada de bom, sabe? O Bernardo sempre foi acostumado com tudo do bom e do melhor... Eu sempre pensei em vencer na vida, mas nunca pensei em coisas maiores. Sempre pensei em ganhar com o meu esforço, eu acho que vale pela mente da pessoa, o que vale é o pensamento dele.

Anderson também planeja sua vida:

> Eu me acho diferente dos meus irmãos... eles são meio cabeça-dura... Assim de sentido da vida deles, de trabalhar, de crescer, eles não têm muito isso. Não têm o pulso de correr atrás de um negócio melhor... Acho que eu mereço um trabalho melhor em farmácia, *office boy*... Esse negócio de faxineiro eu não gosto não.

Augusto pensa de forma semelhante:

> Meus irmãos são um pouco cabeça-dura (...) [No] sentido assim de estudo, de objetivo na vida, de querer crescer, crescer pra melhorar... Não têm um pulso de correr atrás de um negócio melhor...

Outro aspecto também verificado foi a maior introjeção de limites sobre o que é certo e errado pelos irmãos e primos. Edson diz:

> Eu sempre tive a consciência de, de... nunca gostei de fazer nada errado, nunca gostei de roubar, sempre gostei de trabalhar, desde os 11 anos eu trabalho (...) Sempre tive as minhas coisas assim trabalhando, né... (...) eu tinha os colegas meus, mas tinha meu próprio limite, se ele for fazer uma coisa que eu não queria fazer, aí eu ia pra casa, não gostava de fazer.

Elói é outro jovem que nos mostra com orgulho os parâmetros com que dirige sua vida: "aprendi que, se nós baixarmos a cabeça, nós não valemos nada nesse mundo. Nós temos que lutar pra ser algo na vida e nunca pensar em fazer maldade com ninguém".

A capacidade de sentir empatia pelo outro também foi mais destacada pelos não-infratores. Afonso reflete: "já pensou já, vou assaltar ou vou pro morro ou vou preso, aí como é que vai ficar minha família, os meus amigos". Eli fala, ainda: "eu sou um cara sério, não gosto de negócio errado não (...) eu não gosto de arranhar a moral da minha família, porque a pior coisa que tem é você não ter moral sobre si."

Aloísio, comentando sobre a forma como seu irmão ganha dinheiro, através de roubo, comenta: "mas por que ele não pensa nas outras pessoas que sofrem?"

Essa preocupação com o outro está associada com o valor dado à vida, que também foi distinta por parte de alguns irmãos e primos dos infratores. Alan e Almir falam a mesma frase, sintetizando a diferente visão de muitos jovens deste grupo: "até a vida dos animais tem valor pra mim".

Outra diferenciação observada entre os dois grupos diz respeito à auto-imagem dos irmãos/primos. A história pregressa de Bruno mostra que ele já sofreu muitas humilhações em delegacia e outros lugares e que possui uma baixa auto-estima, se comparado a Arnaldo, com uma visão mais positiva, relatando nunca ter se sentido rejeitado, isolado ou humilhado.

Já Cléber apresenta-se como um indivíduo pessimista, calmo, acreditando ser uma pessoa boa. Alexandre diz ser otimista, alegre, expansivo, brincalhão. Além disso, tem uma identidade mais determinada e segura em relação a suas escolhas.

O Enfoque Quantitativo

Na Figura 2 (ao final deste capítulo), apresentam-se as variáveis que se mostraram relacionadas à infração. Para melhor compreensão, recomendamos a leitura do Anexo 2, em que detalhamos os passos trilhados para chegarmos a este resultado. Esta figura não representa um modelo a ser extrapolado para outras realidades. É, apenas uma outra forma de visualizar os dados originados na pesquisa.

Podemos verificar que, entre os principais fatores de risco associados ao infrator (representados pelas linhas mais largas), estão: consumo de drogas, círculo de amigos, tipos de lazer, auto-estima, posição entre irmãos, princípios éticos (reconhecimento de limites entre o certo e o errado), presença de vínculo afetivo em relação à escola (ou aos professores) e sofrer violência dos pais. Se relembrarmos o modelo inicial (Figura 1), vemos que o tipo de amigos é fator primordial na gênese da delinqüência, além de uma variável intrinsecamente relacionada ao uso de drogas e ao tipo de lazer. Por outro lado, a presença de violência doméstica severa também tem sido considerada como um fator desencadeador da delinqüência.

Outra conclusão a que podemos chegar a partir da observação desta figura é a de que existe uma rede de interligações antecedentes (representadas pelas linhas entre as variáveis). Tomando-se por exemplo a relação familiar, constatamos que esta facilita o envolvimento do adolescente com o uso de drogas, que, por sua vez, estimula a entrada para o mundo infracional. Poderíamos, ainda, comentar a associação entre a violência na comunidade, as condições econômicas da família, ter parentes presos por envolvimento na criminalidade e a utilização de drogas, para mostrar como à medida que nos aproximamos do nosso objeto de estudo, este se mostra complexo e multidiferenciado.

Podemos ver claramente que a abordagem quantitativa não permite a compreensão da subjetividade dos entrevistados, apresentada durante o correr deste texto. Entretanto, é uma forma de perceber mais claramente a rede de relações entre variáveis que, interligadas e dinamicamente, facilitam a delinqüência juvenil. Acreditamos que esta abordagem deva ser estimulada em estudos futuros sobre infração juvenil.

Jovens Resilientes?

Finalmente, gostaríamos de ressaltar três pontos.

Em primeiro lugar, apontamos a necessidade de investigar melhor os fatores de risco que levam o jovem à infração e os protetores, que dificultam a inserção infracional. Os fatores salientados neste capítulo podem servir de base para novos diagnósticos diferenciais. O aprofundamento deste conhecimento é um auxiliar importante para se pensar a prevenção da delinqüência juvenil.

Outra constatação é a de que os dois grupos estudados não são completamente uniformes entre si. Percebemos claramente, pelo menos em um caso, que um irmão, embora nunca tivesse cometido ato infracional, vivia em uma condição limite, deixando entreaberto para as pesquisadoras se, num futuro próximo, não acabaria por praticar algum ato infracional, dadas sua fragilidade interior e pressões externas.

As condições em que vivem estes irmãos/primos mostram-se muito delicadas. Sua adaptação social se faz no mesmo meio e sob as mesmas condições do que a do infrator; vivenciam 'tentações' a todo momento, recusam convites de ascensão rápida e têm sonhos que lhes mostram claramente que o 'possível social' que lhes cabe é restrito.

Assim, jovens sensíveis e trabalhadores sabem que o máximo que podem alcançar é serem caminhoneiros, caseiros ou *office boy*, restringindo em muito o padrão de acesso aos bens de consumo que poderão oferecer às suas futuras famílias.

Por fim, ressaltamos que é importante questionar o critério de 'sucesso' com que estes jovens não-infratores são vistos. Embora tenham buscado caminhos não violentos e diversos daqueles dos trilhados por seus parentes infratores (sendo, portanto, considerados indivíduos resilientes), isto não significa que não tenham sido marcados profundamente pelos difíceis momentos que passaram na vida.

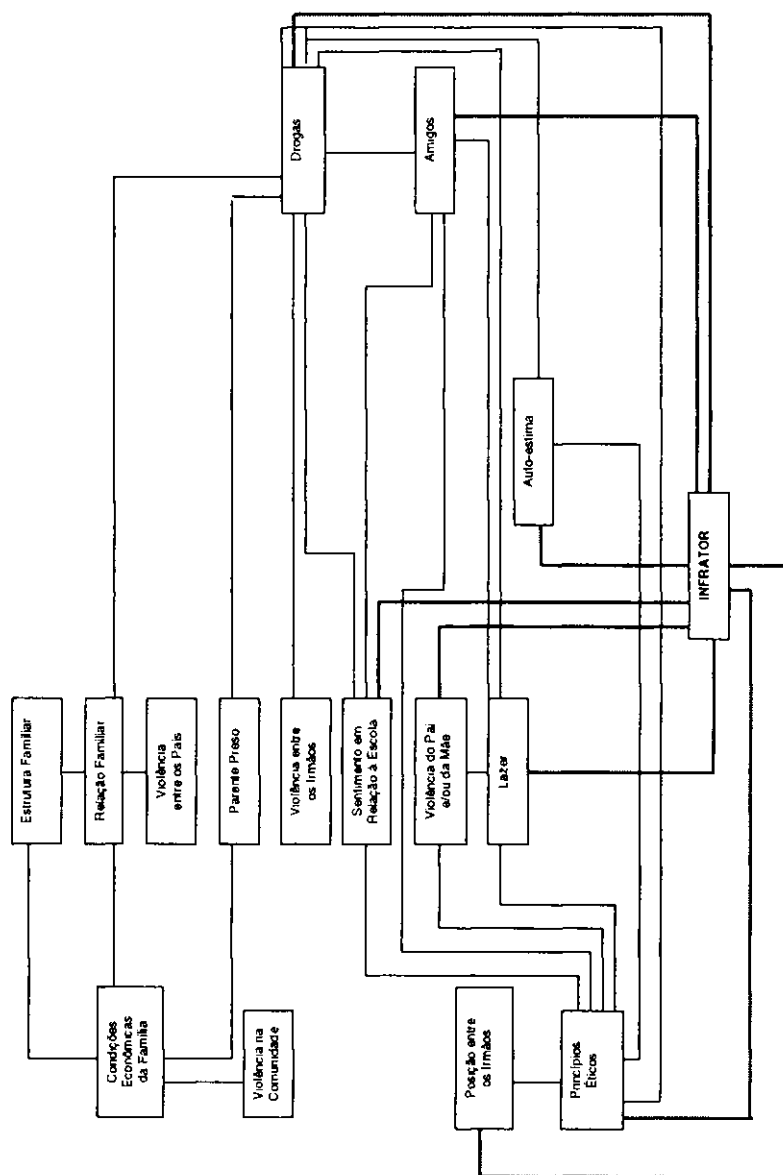
Alencar é um destes jovens, que expõe sua fragilidade emocional, ao falar do filho que poderia vir a ter no futuro: "eu ia acabar machucando a pessoa". Neste breve comentário podemos perceber o quanto foi marcado na sua

capacidade relacional, embora esteja a caminho de se tornar um rapaz com profissão definida e, portanto, bem-sucedido no meio social em que está inserido.

No livro *Tiro no Coração: a história de um assassino*, Mikal Gilmore (1993) conta o que sobrou de sua família, envolvida em severa violência doméstica (física e psicológica) e criminalidade. Ele foi o mais novo de quatro irmãos, um deles vítima de pena de morte por fuzilamento nos Estados Unidos e outro morto em decorrência de seqüelas de violência sofrida, por ter se envolvido com roubos. Mais de duas décadas após a morte dos pais e dos dois irmãos, Mikal se dispõe a contar um pouco da sua vida bem-sucedida como escritor, mas completamente destruída no nível das relações afetivas. Sobre a família que tentou por diversas vezes construir e do filho que não conseguiu ter, comenta: "nunca fiz as escolhas certas".

O que podemos constatar é que a história de Mikal, um jovem que poderia ser chamado de resiliente ou bem-sucedido pelos padrões sociais, assim como a de nossos entrevistados, ficou profundamente marcada pelas experiências que vivenciou. Só eles podem se ajudar, já que a sociedade não é capaz de socorrer nem ao menos àqueles que visivelmente necessitam de assistência, como é o caso dos seus irmãos ou primos infratores. "Comecei a entender que, na realidade, nunca conseguira escapar das garras de minha família e que carregava sua desgraça no fundo de mim, talvez desde o começo" (Gilmore, 1996:393).

Figura 2 – Variáveis que mostraram associação no estudo quantitativo

Estrutura Familiar
Relação Familiar
Condições Econômicas da Família
Violência entre os Pais
Parente Preso
Violência na Comunidade
Violência entre os Irmãos
Sentimento em Relação à Escola
Violência do Pai e/ou da Mãe
Lazer
Posição entre os Irmãos
Princípios Éticos
Drogas
Amigos
Auto-estima
INFRATOR

E O FUTURO É O QUE VIRÁ...

À Guisa de Conclusão

No momento em que escrevemos, o que relatamos já se transformou no passado desses jovens, já que os vimos pela última vez há pelo menos dez meses. Ficamos a nos perguntar o que terá acontecido com eles. Já terão saído da instituição? Estarão vivos? Voltaram a cometer infrações? Foram pegos novamente? Para alguns, como visto nos quadros apresentados no capítulo 4, o retorno ao seu 'destino' já ficou selado. É o caso de Cláudio, que compôs a seguinte letra para um *rap*, dando pistas sobre o que o futuro lhe reserva:

> Eu não sei o dia/ eu não sei a hora/ só sinto que um dia/ eu irei embora/ mas peço/ por favor, doutor meritíssimo/ que me dê mais uma oportunidade/ pra mim poder sair daqui/ seguir o meu destino/ mostrar para o senhor / que eu sou menor carente/ já vi foi muita lágrima de mãe descer/ por isso não posso fazer minha mãe sofrer/ sofrer por ter um filho que hoje é ladrão/ amanhã pode estar dentro da prisão/ prisão que um dia eu serei esquecido/ esquecido por nunca ter escutado/ os conselhos da minha mãe/ me perdoa, doutor/ minha palavra eu vou te dar/ prometo nunca mais voltar/ pro Instituto Padre Severino/ e se eu retornar aqui/ me internará na Ejla/ se for possível terminar aqui/ a vida de nós dois/ me desculpe, doutor / prometo não voltar/ a solidão vai me matar/ não sei se eu vou suportar/ tanto desprezo assim na vida/ e agora eu vou terminar/ e uma frase eu vou deixar...

(Melodia de *La Solitudine*, de P. Cremonesi,
A. Valsiglio e F. Cavalli)

Esse rapaz mostrou conhecer o que o futuro lhe reservava. Fez sua mãe derramar novas lágrimas, voltou rapidamente à instituição, diretamente à Ejla, certo de que morrerá cedo, de desprezo ou solidão. Ele não está só nesta trajetória. De certa forma, a maioria dos jovens entrevistados tem uma perspectiva limitada. O limite existente entre ser ou não infrator pode

ser ultrapassado a qualquer instante por qualquer jovem, mesmo pelos não-infratores que têm, a todo instante, de provar sua força de vontade e determinação, em um ambiente comunitário que favorece a opção por meios ilegais e violentos para se obter algo na vida.

Este contexto comunitário se torna ainda mais perigoso quando o infrator volta para casa após a internação. Essa volta significa retornar para o ambiente cultural que possibilitou a sua entrada no mundo da criminalidade e para os mesmos amigos – que talvez já estejam presos ou mortos. Vivenciamos a angústia de algumas avós e mães que, pressionadas pelo juiz, pelos técnicos da instituição e também pelas suas próprias preocupações, planejavam mudar de bairro, deixando para trás todo o passado da família, para afastar o adolescente daquele meio, no qual se encontravam jurados de morte. Nada é feito para se acompanhar o infrator após a internação, denotando uma ausência do papel da Justiça, que não tem conseguido dar continuidade aos procedimentos de proteção. Esta lacuna tem de ser sanada, se houver realmente a determinação de se implantar a meta de ressocialização desses jovens.

A situação dos internos da EJLA foi-se deteriorando de 1997 até agosto de 1998, mostrando o quanto tais instituições têm falhado em sua ação básica e fundamental de ressocializar. Como pode ser visto no Anexo 1, após a rebelião de dezembro na EJLA, os adolescentes foram transferidos para o presídio Moniz Sodré, onde predominam condições reconhecidamente desumanas de habitação, higiene e superlotação, sendo comparado, nas manchetes de jornais, a campos de concentração. Os jovens com distintos graus de envolvimento infracional continuam misturados e pouco ou nada se faz quanto ao processo educativo e ressocializador. Os programas educativos e profissionalizantes desenvolvidos são insuficientes, inadequados e ineficientes. A maioria não tem curso formal que desperte interesse dos jovens. Os profissionalizantes são vistos como inúteis para suas vidas, ou requerem um nível de escolaridade não alcançado pela maioria, atendendo apenas a uma pequena minoria. Certas iniciativas criativas tentadas por técnicos/diretores esbarram nas dificuldades burocrático-institucionais e acabam por fracassar ou a sequer saírem do plano das idéias.

A ausência de um processo pedagógico e os encaminhamentos de orientação e acompanhamento técnico no interior destas instituições seguem lógica despersonalizante e padronizada, não dando conta das especificidades do infrator (a personalidade, o tipo de infração cometida, trajetória na criminalidade). Durante todo o período dessa investigação, não se observou mudança significativa na orientação pedagógica dessas unidades. Pelo contrário, as transformações que vêm ocorrendo parecem reforçar aspectos punitivos, em vez dos educativos.

Acompanhamos a ida dos jovens para um presídio no Rio de Janeiro, a transformação dos alojamentos da EJLA em celas, o apoio cada vez mais pre-

sente da polícia para garantir a segurança dos estabelecimentos, mesmo no espaço interno e, recentemente, a tentativa de igualar os adolescentes aos presidiários adultos, através do parlatório, espaço em que os internos manteriam relações sexuais com suas companheiras, caso tivessem bom comportamento na instituição.[42]

Mendes (1993:246) define dois princípios básicos para o atendimento nesses estabelecimentos. O primeiro é o que torna a instituição o mais dependente possível dos serviços normais do mundo exterior (educação, saúde, lazer etc.) como forma de antecipação concreta da finalidade declarada de plena reintegração social; o segundo é o que quebra a cultura da "solidariedade negativa" que invariavelmente ali se estabelece. O autor afirma que "trata-se de proporcionar bases estruturais para impedir a tendência à cumplicidade antipedagógica entre educadores e educandos". Esses, dentre outros princípios, precisam ser amadurecidos e concretamente implementados nas instituições estudadas, para que estes jovens deixem de ser apenas punidos e sejam tratados com vistas a uma eficaz reinserção na sociedade.[43]

Outro fator que dificulta alguma ação positiva é o reduzido período que muitos jovens passam nas instituições, especialmente no Rio de Janeiro, impossibilitando atuações eficazes, tanto em relação a algum aprendizado profissionalizante quanto no âmbito da introjeção de limites. Não estamos dizendo que a solução seria aumentar o tempo de reclusão dos adolescentes, mas sim criar novas propostas de trabalho institucional, buscando subjetivar as relações que ali se estabelecem, calcando-as, sobretudo, na noção de direitos e deveres mútuos. Neste ambiente, há que se pensar em um tempo mínimo adequado para se conseguir transmitir algum conhecimento técnico que os prepare para o mundo exterior e a percepção dos limites necessários à vida em comunidade.

Percebemos que, com a elevada rotatividade – entradas, saídas, evasões, rebeliões e fugas – observada no Rio, estes jovens acabam por provar que conseguem ludibriar e desobedecer até mesmo a Justiça, não sobrando limite ou instituição que realmente respeitem, reproduzindo, mais uma vez, a falta de controle social em suas vidas.

Não observamos um cuidado diferenciado para com aqueles infratores que entraram pela primeira vez na instituição. Isto resulta em falha grave, já que muitos ainda sofrem com o impacto da internação e se dizem arrependidos,

---

[42] Não se trata, aqui, de assumir nenhuma posição moral sobre o assunto, mas de apontar novamente a ausência de um projeto pedagógico. O jovem continua sem receber suporte educativo na instituição, mas melhoraria seu comportamento para satisfazer suas necessidades sexuais. Essa medida não se preocupa com as reais necessidades do interno e sim com a melhoria da convivência institucional.

[43] Volpi (1997) apresenta um documento com propostas a serem implementadas para os adolescentes infratores. Elas refletem a discussão do Fórum Nacional Permanente de Organizações Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – Fórum DCA.

desejando retornarem à vida de legalidade. Alguns, se recebessem atenção específica, teriam, sem dúvida, condições de não voltar à vida infracional.

Enfoque diferente deveria ser dado aos reincidentes, alguns dos quais já não conseguem mais criticar suas ações, mostrando um endurecimento afetivo diante das humilhações e sofrimentos vividos na criminalidade e na institucionalização. Este grupo, extremamente comprometido, representa a minoria dos casos e necessita de um profundo trabalho muito mais específico, de cunho psicológico e social.

Para os 'novatos', é preciso uma estratégia de atenção, visando a evitar sua reincidência. Para os 'veteranos', esse cuidado significa um grande investimento e crença na capacidade de transformação, além da busca de meios concretos para acompanhar os desdobramentos da vida dos jovens, pós-internação.

Também observamos que o ciclo de infrações cometidas por um só jovem faz com que seja difícil para o juiz determinar a medida socioeducativa adequada. Acompanhamos, muitas vezes, a repetição de medidas inócuas – como o encaminhamento ao CRIAM, após várias evasões. Não questionamos a medida e nem o CRIAM (por ter uma função importantíssima), mas uma série de problemas que impedem a implementação das medidas nas instituições, criando-se, assim, uma contradição entre o escrito e o vivido. Por outro lado, as diferentes visões dos juízes quanto à gravidade dos atos (muitas vezes dependentes da superlotação institucional) explica os mais longos períodos de internação observados em Recife[44] e daqueles determinados aos jovens do Rio, provenientes de algumas comarcas do interior.

O limitado horizonte que a maioria desses jovens têm em suas vidas pode ser percebido pelas carências – as necessidades mais básicas: moradia, escolaridade, emprego e lazer. Seus direitos, como cidadãos, são desrespeitados desde o nascimento. No momento da prisão e da confissão na delegacia, são claramente negados, refletindo, dentre outros fatores, a inserção de classe social. Nestas situações traumáticas e humilhantes, percebem-se como cidadãos de última classe. Para se pensar em uma atuação que proteja os direitos do adolescente e minimize a violência destes momentos, há que se investir pesadamente em treinamento dos policiais e mudança de mentalidade da sociedade civil, que apóia e reforça a noção de que violência se combate com violência.

Quanto à atuação das instituições básicas, responsáveis pela socialização, como a família, a escola e a instituição religiosa, comprovamos sérias crises no exercício de suas funções sociais.

---

[44] O estudo de Volpi (1997) comprova o maior tempo dos internos de Pernambuco (95% ficam de dois a três anos nas instituições), se comparado aos do Rio de Janeiro (93% ficam menos de um ano).

Mesmo com toda a responsabilidade socialmente atribuída, a família conduz a educação dos filhos em contradição com a sua falta de controle sobre o jovem, a ponto de não ser capaz de lhe apontar os limites necessários à convivência em sociedade, com os arranjos que tem de fazer para sobreviver (mudança freqüente de parceiros, tentativa de fuga de relações violentas). Não pode ser considerada como a única nem a principal responsável pelo envolvimento dos jovens no mundo da infração. Caso represente uma influência negativa, a família contribui potencializando a ação de uma conjuntura social em que a miséria, o narcotráfico, a lógica da cultura do consumismo a qualquer preço, a influência da comunidade onde é comum o uso de drogas, de armas, de assassinatos, enfim, onde experiências de violência extrema passam a ser vistas e percebidas como algo rotineiro e banal. Certamente, na maioria dos casos, os conflitos e os desentendimentos familiares se restringiriam ao âmbito doméstico caso não existissem tais condições potencializadoras.

A escola pode ser percebida como um local com poucos atrativos para muitos adolescentes e que, algumas vezes, lhes possibilita encontrar amigos com os quais acabam se envolvendo no uso de drogas ou no cometimento de outras infrações. Dentro dela ou no seu entorno são freqüentes as narrativas de violências vividas ou cometidas por eles. Fica clara, no presente estudo, a precária vinculação que esta instituição consegue estabelecer entre o adolescente e os educadores. Seu papel de formadora dos princípios éticos e morais fracassou para a maioria dos entrevistados.

As instituições religiosas também se mostraram distanciadas do dia-a-dia destes jovens. Embora tenham assimilado os princípios básicos sobre o bem e o mal, sobre o 'pecado' e a 'sanção a ser paga por ele', detêm uma noção de religiosidade coercitiva típica na qual apenas a figura de Deus tem algum significado libertador. Seus atos infracionais, condenados pela Igreja, são o marco final de ruptura da relação do jovem com as diferentes igrejas. Entre infratores e não-infratores, as proibições impostas pela instituição se chocam com as aspirações típicas dos adolescentes, tais como as privações de lazer, as restrições à forma de se vestir, à prática sexual e às preferências musicais.

Outras instituições sociais, como creches e locais para atividades de lazer orientadas, praticamente não existem, inviabilizando a condição das famílias de manterem os filhos sob controle, preenchendo o tempo livre, quando os responsáveis necessitam se ausentar para o trabalho.

Todas estas instituições necessitam repensar o papel que desempenham na prevenção da infração juvenil. A melhoria da atuação e a integração da ação destas instituições precisam ser alvo de políticas públicas concretas e urgentes. Há que se criar meios de diminuir o elevado índice de evasão das escolas, melhorar o processo pedagógico nelas existentes, implementar creches, criar cur-

sos profissionalizantes e outros suportes institucionais, em nível comunitário. É também necessário exercer controle e sanção no que se refere à violência doméstica, estabelecendo medidas concretas para apoiar as famílias. Estas iniciativas são possíveis de serem tomadas pela sociedade, quando se considera a infração juvenil um problema coletivo e não apenas familiar.

As diferenças observadas nas duas cidades estudadas estão relacionadas a algumas características familiares, relatadas pelos adolescentes de Recife, que apontaram para a existência de maior interação e vínculos de afeto entre seus membros, o que pode estar associado ao menor tamanho da cidade; aos padrões de comportamento mais conservadores; e à incipiente presença do narcotráfico naquela cidade, ainda menos organizado e estruturado do que no Rio de Janeiro. Esta última diferença é fundamental na distinção observada em alguns crimes. No Rio de Janeiro, notamos a extrema crueldade de alguns homicídios associados à participação no narcotráfico, ao passo que em Recife nenhum dos entrevistados relatou ter praticado torturas anteriores aos homicídios.

Outra diferença está relacionada à instituição que alberga os adolescentes. Embora em Recife a escola tenha uma clara característica de presídio, as relações entre técnicos e infratores, e destes últimos com os cursos e atividades ali desenvolvidos pareceram mais positivas e apropriadas para a tarefa de ressocialização – não sendo ainda, nem de longe, um exemplo do que seria desejável. Por exemplo: nessa cidade, bem como no Rio de Janeiro, não existe um sistema de acompanhamento dos jovens que se desligam da instituição.

Como última questão, manifestamos a nossa perplexidade com o grau de violência cometida por adolescentes nas duas cidades. O desprezo pela vida alheia foi constatado em jovens que cometeram os mais variados crimes, sendo um sintoma gravíssimo do grau de deterioração e embotamento afetivo. A introjeção dos valores da sociedade de consumo se mostrou muito mais eficaz do que os padrões morais de direitos e respeito aos outros, justificando qualquer ação violenta, desde que resulte em ganhos financeiros ou no prestígio social para o infrator:

A negação dos direitos do outro ficou visível na obediência hierárquica dos 'soldados' do tráfico, no ódio vingativo nas brigas de 'galeras' ou no frio distanciamento dos assaltantes que justificavam as mortes pela reação da vítima.

Esta negação à vida, observada em pessoas tão jovens, nos coloca o desafio de reconstruir com eles um novo caminho, um novo 'possível social'; por outro lado, nos alerta para intervir preventivamente naquelas populações mais carentes, vivendo uma cultura de violência estrutural e familiar e expostas ao tráfico de drogas, de forma a prevenir a entrada de novas crianças no caminho infracional. Só nos resta esperar que esta iniciativa alcance e se torne prioridade

para as políticas sociais nos níveis federal, estadual e municipal, bem como para a sociedade civil preocupada com a construção da cidadania.

Finalizando, deixamos para o leitor a riqueza das histórias de vida de jovens aqui apresentadas: sofrimentos, sonhos, alegrias e tristezas. Esperamos, que à medida que aumente a compreensão sobre a origens e dimensões da infração juvenil na sociedade brasileira, se eleve o compromisso social para com esses adolescentes. Lembramos, também, uma célebre frase, que define a essência desses jovens.

Eu sou aquilo que consegui fazer com o que fizeram de mim.
(Sartre, 1987)

Referências Bibliográficas

Aberastury, A. & Knobel, M. *Adolescência Normal.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

Alkimin, Z. *Zé Pilintra: dono da noite, rei da magia.* Rio de Janeiro: Pallas, 1992.

Altoé, S. *Infâncias perdidas: o cotidiano dos internatos-prisão.* Rio de Janeiro: Xenon, 1990.

Augras, M. *Zé Pilintra, patrono da malandragem.* Rio de Janeiro: FGV. Trabalho apresentado no VII Ciclo de estudos sobre o imaginário, em Recife/PE, 1989. (Cópia reprográfica)

Bastos, M. As implicações psíquicas presentes no ato infracional de repetição: Escola João Luiz Alves. Rio de Janeiro: Relatório parcial de pesquisa, 1994a. (Cópia reprográfica)

Bastos, M. As implicações psíquicas presentes no ato infracional de repetição. Divisão Educacional Padre Severino. Rio de Janeiro: Relatório parcial de pesquisa, 1994b. (Cópia reprográfica)

Bastos, M. & Assis, S. G. Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os "ressocializam": a perpetuação do descaso. Rio de Janeiro, 1998. (Cópia reprográfica)

Baudrillard, J. *A Sociedade de Consumo.* Lisboa: Edições 70, 1991.

Belém, R.; Faria, S.; Rizzini, I. & Chalhub, T. Adolescentes em conflito com a lei: o caso do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula/Juizado da Infância e Juventude, 1998. Relatório final de pesquisa

Berger, P. L. & Luckman, T. *A Construção Social da Realidade.* Petrópolis: Vozes, 1976.

Bloch, D. *Para Que la Bruja No Me Coma: fantasía y miedo de los niños al infanticidio.* Espanha: Siglo Veintiuno Editores, 1986.

Bloom, M. Primary prevention and resilience: changing paradigms and changing lives. In: Hampton, R. L.; Jenkins, P. & Gullota, T. P. *Preventing Violence in America: issues in children's and familie's lives.* (v. 4). USA: Sage, 1996.

Brasil. *Código Penal.* São Paulo: Saraiva, 1983.

Brasil. *Estatuto da Criança e do Adolescente.* Brasília: Ministério da Saúde, 1991.

Campos, A. V. D. S. *O Menor Institucionalizado: um desafio para a sociedade.* Petrópolis: Vozes, 1984.

Cechetto, F. As galeras *funk* cariocas: entre o lúdico e o violento. In: Vianna, H. (Org.) *Galeras Cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

Chamberlain, D. B. What babies are teaching us about violence. *Pre and Perinatal Psychology Journal,* 10 (2): 57-71, 1995.

Chesnais, J. C. *La montée de la violence criminelle au Brésil (1970-1995): diagnostic et recommandations politiques.* France: Fernand Braudel Institute of World Economics, 1996. (Cópia reprográfica)

Clark, R. D.& Shields, G. Family communication and delinquency. *Adolescence,* 32 (125): 81-91, 1997.

Cohler, B. The life story and the study of resilience and response to adversity. *Journal of Narrative and Life History,* 1, 169-200, 1991.

DAMATTA, R. Esporte e sociedade. In: *Universo do Futebol.* Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

DENZIN, N. K. *The Research Act.* Chicago: Aldine Publishing Co, 1970.

FEIJÓ, M. C. C. *Mãe e Bebê: uma relação pré-natal.* Rio de Janeiro: Editora Grupo Palestra, 1997.

FERGUSSON, D. M. & LYNSKEY, M. T. Adolescence resiliency to family adversity. *J. Child Psychol. Psychiat.*, 37(3): 281-292, 1996.

FISCHER, R. M. G. A mídia como espaço formativo do sujeito adolescente. *Veritas*, 42 (2): 333-348, 1997.

FONACRIAD; SARAIVA, J. B.; KOERNER JUNIOR, R. & VOLPI, M. *Adolescentes Privados de Liberdade: a normativa nacional e internacional & reflexões sobre a responsabilidade penal dos adolescentes.* São Paulo: Cortez, 1997.

GABINETE DE ASSESSORIA JURÍDICA ÀS ORGANIZAÇÕES POPULARES (GAJOP). Política pública de atendimento ao adolescente infrator no Estado de Pernambuco. Recife: Gajop, 1998.

GARBARINO, J. *Raising Children in a Socially Toxic Environment.* San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1995.

GARBARINO, J.; GUTTMAN E. & SEELEY, J. *The Psychological Battered Child.* San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1986.

GARBARINO, J. & BEDARD, C. Kids who kill and kids who don't. Ithaca: Family Life Development Center/Cornell University, 1996. (Cópia reprográfica)

GARDINER, M. *The Deadly Innocents: portraits of children who kill.* New Haven and London: Yale University Press, 1985.

GILLIGAN, J. *Violence: on deadly epidemic and its causes.* USA: Grosset/Putnam Books, 1996.

GILMORE, M. *Tiro no Coração: a trajetória de um assassino.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOFFMAN, E. *Manicômios, Prisões e Conventos.* São Paulo: Perspectiva, 1974.

GUIMARÃES, P. *Ritos do Reino de Deus: pentecostalismo e invenção ritual,* 1997. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

HAWKINS, J. D. *Delinquency and Crime: current theories.* USA: Cambridge University Press, 1996.

HIRSCHI, T. *Causes of Delinquency.* Berkeley: University of California Press, 1969.

HOGE, R. D. & ANDREWS, D. A. An investigation of risk and protective factors in a sample of youth offenders. *Journal of Child Psychology Psychiatry*, 37 (4): 419-424, 1996.

KLEIN, K.; FOREHAND, R.; ARMISTEAD, L. & LONG, P. Delinquency during the transition to early adulthood: family and parenting predictors from early adolescence. *Adolescence*, 32 (124): 61-79, 1997.

LECA, M. H. Carences cognitives et délinquance juvénile. *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique,* 49 (3): 288-299, 1996.

LEMERT, E. M. *Social Pathology.* New York: McGraw Hill, 1951.

MACEDO, C. *Imagem do Eterno: religiões no Brasil.* São Paulo: Ed. Moderna, 1989.

MALDONADO, M. T. *Os Construtores da Paz: caminhos da prevenção da violência.* São Paulo: Moderna, 1997.

MARIZ, C. L. O demônio e os pentecostais no Brasil. In: BIRMAN, P.; NOVAES, R. & CRESPO, S. (Org.) *O Mal à Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Uerj, 1997.

MATZA, D. *Delinquency and Drift*. NewYork: Wiley, 1964.

McGOLDRICK, M. & GERSON, R. *Genogram in Family Assessment*. New York: W. W. Norton & Company, 1985.

MENDEZ, E. G. Adolescentes infratores graves: sistema de justiça e política de atendimento. In: RIZZINI, I. (Org.) *A Criança no Brasil Hoje: desafio para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Santa Úrsula, 1993.

MERTON, R. K. *Social Theory and Social Structure*. London: Free Press of Glencoe, 1957.

MIELNIK, I. *Mãe, Pai e Filhos: encontros e desencontros*. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MINAYO, M. C. S. *O Desafio do Conhecimento*. Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1992.

MINAYO, M. C. S. & SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, IV (3): 513-531, 1997.

MISHLER, E. Models of narrative analysis: a tipology. *Jounal of Narrative and Life History*, 5: 87-124, 1995.

MONES, P. *When a Child Kills: abused children who kill their parents*. New York: Pocket Books,1991.

MOREIRA, M. Psicanalista entrevista 100 presos no Rio e constata que os atos criminosos não são motivados pela pobreza, mas pelo desejo. *Jornal do Brasil*. Domingo, 7 de setembro de 1997.

MUZA, G. *Alcoolismo e drogadicção na adolescência: histórias de vida*, 1996. Tese de Doutorado: Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

PERRY, B. D. *Incubated in terror: neurodevelopmental factors in the 'cycle of violence'*. Houston: Department of psychiatry and behavioral sciences, 1995. (Cópia reprográfica)

RAINE, A. *The Psychopathology of Crime: criminal behavior as a clinical disorder*. San Diego, USA: Academic Press, 1993.

RAINE, A.; BRENNAN, P. & MADNICK, S. A. Birth complications combined with early maternal rejection at age one year predispose to violent crime at age 18 years. São Francisco: Annual Meeting of the American Association for the Advancement of Science. 18-23 fev. 1994. (Cópia reprográfica)

RECKLESS, W. C. A new theory of delinquency and crime. *Federal Probation*, 25: 42-46, 1961.

ROLIM, F. C. *Pentecostalismo: Brasil e América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1994.

RUTTER, M. Pathways from childhood to adult life. *Journal of Child Psychology Psychiatry*, 30 (1):23-51, 1989.

SARTRE, J. P. *Sartre*. (Coleção Os pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SCHOEMAKER, D. J. *Theories of Delinquency: an examination of explanations of delinquent behavior*. New York: Oxford University Press, 1996.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE PERMANBUCO. Relatório das Atividades de Recife: Secretaria de Segurança Pública, 1997.

SEGUNDA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO RIO DE JANEIRO. Estatísticas. Rio de Janeiro: Segunda Vara da Infância e Juventude, 1998.

SHAW, C.R.& McKAY, H. D. *Juvenile Delinquency and Urban Areas*. Chicago: University of Chicago Press, 1969. (Revised edition)

SILVA, R. *Os Filhos do Governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas.* São Paulo: Editora Ática, 1997.

SOKOL-KATZ, J.; DUNHAM, R. & ZIMMERMAN, R. Family structure *versus* parental attachment in controlling adolescent deviant behavior: a social control model. *Adolescence*, 32 (125): 199-215, 1997.

STOUTHAMER-LOEBER, M. et al. The double edge of protective and risk factors for delinquency: interrelations and developmental patterns. *Development and Psychopathology*, 5: 683-701, 1993.

TRINDADE, L. Exu: reinterpretação individualizada de um mito. *Religião e Sociedade*, 8: 30-32, 1982.

VERNY, T. Working with pre and perinatal material in psychotherapy. *International Journal of Prenatal and Perinatal Psychology and Medicine*, 7 (3): 271-284, 1995.

VETHANCOURT, J. L. Psicología de la violencia. *Gaceta Apucv/ipp*, 11 (62): 5-10, 1990.

VIANNA, H. *O Mundo Funk Carioca.* Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

VILARREAL, I. Prólogo. In: CARVAJAL, G. *Tornar-se Adolescente: a aventura de uma metamorfose – uma visão psicanalítica da adolescência.* São Paulo: Cortez, 1998.

VOLPI, M. (Org.) *O Adolescente e o Ato Infracional.* São Paulo: Cortez, 1997.

WERNER, D.; BLOCK, E. M. & COUTINHO, M. R. Antecedentes familiares e crime. Relatório para CNPq. Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, 1993. (Cópia reprográfica)

WINNICOTT, D. W. *Privação e Delinqüência.* São Paulo: Martins Fontes, 1987.

YOUNG, T. J. Parricide rates and criminal street violence in the United States: is there a correlation? *Adolescence*, 28 (109): 171-172, 1993.

ZALUAR, A. *A Máquina e a Revolta.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

ZALUAR, A. *Condomínio do Diabo.* Rio de Janeiro: Editora Revan: UFRJ, 1994.

ZALUAR, A. Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: VIANNA, H. (Org.) *Galeras Cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

ZIMMERMMANN, W. et al. Mandato familiar: dificuldades no manejo de situações de violência e de parricídio. Rio de Janeiro: I Simpósio Internacional de Terapia Familiar Sistêmica – III Simpósio de Terapia Sistêmica do RJ, 1995. (Cópia reprográfica)

Anexos

1

Cronologia das Rebeliões de Infratores Juvenis
1997 – Julho de 1998

Rio de Janeiro

Fontes: *Jornal do Brasil, O Globo, O Dia*

1997

1 de janeiro – O ano começou com uma rebelião no Instituto Padre Severino (IPS), no dia 31 de dezembro. Os internos queriam sair para o *réveillon*. Meninos incendeiam dois pavilhões. Vinte e três fogem e quarenta ficam queimados. Sete morreram.

8 de janeiro – O ministro da Justiça, Nelson Jobim, assina decreto limitando em 40 o número de adolescentes lotados nos centros de internação. Comissão do Ministério vistoria o IPS, que abriga em torno de 300 meninos, quando a capacidade é de 140.

9 de janeiro – Deputados estaduais visitam o IPS. A Deputada Lúcia Souto (PPS) compara o local ao campo de concentração de Auschwitz.

13 de janeiro – O governador Marcelo Alencar anuncia a transferência dos internos considerados mais perigosos para 16 Criam. A juíza da 2ª Vara da Infância e Juventude do Rio de Janeiro considera a medida impraticável.

7 de fevereiro – Nova rebelião, com fuga de quatro internos do IPS.

9 de fevereiro – Um adolescente é encontrado morto na piscina desativada do IPS.

26 de fevereiro – Vigilância Sanitária faz inspeção e encontra um adolescente com tuberculose, outro com pneumonia e mais nove doentes no IPS.

27 de fevereiro – O secretário estadual de Justiça, Jorge Loretti, determina inspeção no Instituto Penal Moniz Sodré (MS), em Bangu, para verificar se é possível transferir adolescentes para o presídio.

7 de março – Fuga de quatro internos do IPS.

16 de março – Fuga de 12 internos do IPS.

26 de março – Estado anuncia a transferência de 180 internos do IPS para o presídio Moniz Sodré.

27 de março – Presídio não passa pela vistoria. O Estado anuncia a transferência de 220 meninos para o Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho, em Bangu.

28 de março – Comissão reprova o presídio durante vistoria.

5 de abril – Tentativa de fuga de meninos do Educandário Santos Dumont (SD), para onde foram transferidos 162 internos do IPS. Denúncias de maus-tratos, por parte dos agentes do DEGASE, a jornalistas e parlamentares.

14 de abril – Outra rebelião. Internos destruíram o IPS e tentaram fugir. Cinco adolescentes são feridos e levados para o Hospital Paulino Werneck. Dos 223 internos, cerca de 20 ocuparam a área externa do Instituto, pedindo liberdade e ameaçando queimar colchões. Denúncias de falta de água e maus-tratos na noite anterior, quando outros jovens teriam sido espancados, segundo um interno de 16 anos, o que agravou a revolta.

30 de maio – Nova rebelião. Quarenta internos fogem da Escola João Luiz Alves (EJLA). Denúncias de maus-tratos.

7 de julho – Rebelião e fuga na EJLA, na noite do dia 5. Diretor do DEGASE, Aílton Leite, denuncia a superlotação da Escola – que tem capacidade para abrigar 160 meninos, mas estava com 220.

20 de setembro – Rebelião e fuga de 15 jovens da EJLA.

13 de novembro – Rebelião e morte de um menino na EJLA na madrugada do dia 12. Superlotação nos alojamentos, calor, falta de água para beber e tomar banho, maus-tratos dos policiais militares e morte de um interno agravaram a rebelião. O adolescente de 15 anos, apelidado de 'Tim Maia', levou um tiro na cabeça e morreu. Fugiram 214 meninos. Em 30 de maio, na rebelião em que fugiram 40 internos, estavam abrigados 191 infratores na Escola. Em cinco meses, este número aumentou para 312.

18 de novembro – Rebelião em que 34 internos arrobaram as celas e fugiram da EJLA, dos 60 meninos que cumpriam medidas de privação de liberdade, no anexo da Escola Santos Dumont.

3 de dezembro – Rebelião na noite do dia 1º. Fuga de 42 adolescentes, ferimentos em 25, quatro alojamentos depredados e destruição dos equipamentos e instalações da EJLA. Denúncias de espancamentos.

8 de dezembro – Cento e cinqüenta infratores são transferidos para o presídio Moniz Sodré. A transferência fere o Estatuto da Criança e do Adolescente. O secretário de Justiça do Estado e o juiz Guaraci Vianna estimam em dois meses o tempo de permanência no presídio, para a reconstrução da EJLA.

19 de dezembro – Jornal *O Dia* denuncia o aumento de encaminhamentos de adolescentes para o presídio Moniz Sodré. Até meninos com problemas psiquiátricos são levados para lá.

31 de dezembro – Rebelião e fuga na EJLA, totalizando 14 rebeliões, 273 fugas e 10 mortes de adolescentes infratores em 1997.

1998

1 de abril – Jornal *O Dia* anuncia a iminência de uma rebelião no presídio Moniz Sodré, onde já estão presos, há mais de dois meses, 372 adolescentes.

15 de abril – Primeira rebelião no Moniz Sodré, no dia 13. Internos ateiam fogo aos alojamentos, apedrejam a cozinha, oficinas e salas de aula. Depois da rebelião, os internos passam a dormir no chão do ginásio.

5 de maio – Nova rebelião, em que 360 internos incendeiam alojamentos do Moniz Sodré na noite do dia 4.

10 de maio – Rebelião no domingo, Dia das Mães; 350 internos destruíram praticamente todas as instalações das unidades.

A rotina de maus-tratos, violências, superlotação, falta de higiene e falta de critérios nas internações de adolescentes infratores foram denunciadas ao longo do último ano de 1997 e primeiro semestre de 1998 por parlamentares, jornalistas, promotores públicos, mães e pelos próprios internos, envolvidos e autores de sucessivas rebeliões nesse período. Comparados a campos de concentração, essas instituições têm mostrado como retroceder no atendimento a esse grupo específico e descumprir as medidas preconizadas no Estatuto da Criança e do Adolescente. O exemplo perfeito é ato de transferir os infratores para o presídio Moniz Sodré, considerado inadequado para receber esses jovens, por ser um presídio para adultos e por não apresentar condições adequadas. O tratamento dado a esses jovens é pior do que o que se dá a um animal, comparam os internos e demais pessoas que defendem os direitos desses adolescentes.

Após a rebelião de 31 de dezembro de 1996, uma equipe da fiscalização sanitária do município do Rio de Janeiro, a pedido da então juíza da 2ª Vara da Infância e Juventude do Rio de Janeiro, Patricia Acioly, encontrou, em fevereiro de 1997, um quadro caótico no IPS: caixas d'água sem tratamento há mais de dois anos, um adolescente tuberculoso, outro com pneumonia e mais nove doentes. Assinado por onze fiscais, entre médicos e assistentes sociais, o relatório declarou que: "a enfermaria não apresenta as condições mínimas para internações. O mobiliário é inadequado e não existem prontuários dos pacientes. No ambulatório, as instalações físicas não são adequadas, não existe instrumental médico-cirúrgico, não há esterilização, nem vacinas contra tétano e os medicamentos estão com acondicionamento inadequado" (*Jornal do Brasil*, 28/02/97).

Rebeliões e fugas se tornaram constantes desde o *réveillon* de 1997, quando sete meninos morreram por conseqüências de queimaduras. Em abril do mesmo ano, após outra rebelião, o interno G., de 13 anos, denunciou maus-tratos sofridos: "me puseram num quartinho, pegaram o cassetete e bateram em mim" (*O Globo*, 14/4/97). Foram constatados hematomas nas costas do adolescente e seu braço direito estava enfaixado e imobilizado. Outras denúncias de torturas e espancamentos foram feitas por outros internos que se somaram às denúncias de superlotação e falta de água.

A morte de um interno em uma rebelião em novembro, na EJLA, revelou, mais uma vez, a violência nos institutos. Um tiro na cabeça matou o adolescente e agravou a revolta na escola que tem capacidade para 128 pessoas, mas estava com 314, conforme confirmou o próprio diretor. Um dos internos denunciou aos jornalistas: "são 70 meninos dormindo num alojamento. Com este calor, não dá para agüentar" (*Jornal do Brasil*, 13/11/97).

A secretária do Departamento da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça, Alaíde Santana, criticou algumas autoridades estaduais: "Há grupos que tentam transformar estes jovens em criminosos comuns. Por isso, misturam num mesmo ambiente um batedor de carteira com um assassino. Porém, muitos deste infratores esperam apenas uma chance para se tornar cidadãos" (*Jornal do Brasil*, 13/11/97).

Uma segunda rebelião na EJLA descortinou, mais uma vez, a péssima condição dessas instituições. Para um interno, abrigado no Educandário Santos Dumont, anexo à escola, "o anexo é o maior esculacho (sic): todo dia tem pancada, falta água, a comida é uma lavagem e são seis celas, sem banheiro, para 60 menores. Enquanto não houver mudanças as fugas vão continuar" (*Jornal do Brasil*, 18/11/97).

A transferência para o presídio Moniz Sodré, em dezembro de 1997, anunciou uma provável tragédia. A primeira rebelião no presídio onde estavam internados 372 adolescentes, quando a capacidade era de 160, confirmou esse prognóstico. Segundo a deputada Lúcia Souto, o Moniz Sodré "parece campo de concentração, não tem maquiagem que dê jeito" (*O Dia*, 1°/4/98).

Por discordar do encaminhamento dado pelo Juiz da 2ª Vara da Infância e Juventude, Guaraci Vianna, o diretor do DEGASE, Judá Jessé de Bragança Soares, entrou com um pedido de *habeas-corpus* no Conselho de Magistratura do Tribunal de Justiça, solicitando que os adolescentes transferidos para o Moniz Sodré fossem postos em liberdade. Para Judá Jessé, o Juiz da 2ª VIJRJ transformou a escola de internação em "um cruel campo de concentração" (*O Dia*, 2/4/98). Ele considerou inviáveis as condições de abrigo do presídio e declarou: "seja de quem for a responsabilidade, o certo é que seres humanos estão sendo tratados de forma pior do que qualquer animal, por absoluta impossibilidade de manter tão elevado número em condições mínimas de dignidade" (*O Dia*, 2/4/98).

Em 14 de abril de 1998, a primeira rebelião do presídio Moniz Sodré mostrou essa situação desumana em que estavam vivendo os infratores juvenis. Para a mãe de um interno, que procurava notícias do filho, "um animal aqui fora vive em melhores condições que ele (seu filho) dentro desse presídio. Tenho certeza de que quando sair, ele estará pior do que quando entrou." (*O Dia*, 15/4/98). Outras mães denunciaram espancamentos no presídio. Após essa rebelião, os internos passaram a dormir no ginásio do presídio. Para o promotor da 2ª Vara, Márcio Mothé Fernandes, a permanência dos infratores no presídio: "é uma tragédia anunciada. A superlotação é reflexo da política de atendimento ao infrator, que não oferece vagas nem estrutura de apoio. Se fosse cumprido o Estatuto, não precisaríamos de soluções alternativas porque teríamos unidades descentralizadas, onde os meninos seriam separados por idade, tipo de delito e compleição física" (*O Globo*, 15/4/98).

No Dia das Mães de 1998, mais uma rebelião destruiu os alojamentos, a administração, a cantina e a enfermaria e um incêndio provocou explosões. Os internos pediam a transferência para a EJLA que está em reformas desde dezembro de 1997, após ser destruída em uma rebelião no mesmo ano. As mães dos internos foram impedidas de visitá-los no presídio. Para o coordenador da Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ, Lauro Schuch, era necessário transferir, imediatamente, os adolescentes para outra unidade de internação: "o local é insalubre e nossos representantes disserem que os menores apontados como líderes da rebelião estão isolados e machucados" (*O Globo*, 14/5/98).

James Cavallaro, representante da Human Rights Watch/Américas, após receber relatório sobre a situação dos adolescentes infratores, comentou: "essas unidades são depósitos de crianças, sem um trabalho de ressocialização. Eles apenas amontoam os adolescentes, numa situação que viola todas as normas internacionais e o Estatuto da Criança e do Adolescente" (*O Globo*, 14/5/98).

Alguns internos que cometeram infração menos grave já foram transferidos para a EJLA, mas a situação continua tensa no presídio Moniz Sodré, para onde continuam sendo enviados mais adolescentes.

RECIFE(*)

FONTES: *JORNAL DO COMMERCIO* E *DIÁRIO DE PERNAMBUCO*

1997

28 de dezembro – A Secretaria de Trabalho e Ação Social só registrou duas rebeliões no Complexo de Paratibe na Região Metropolitana de Recife.

1998

16 de fevereiro – Aproximadamente 40 dos 120 internos do Complexo de Paratibe se rebelaram no dia anterior. A diretora da Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC), Ana Lira, declarou que os rebelados reinvidicavam melhorias nas salas de visitas para que pudessem ficar a sós com as namoradas, além de participarem do curso de informática em funcionamento no Complexo. O Complexo abriga 300 adolescentes – 120 já sentenciados e 180 aguardando julgamento. A punição dada aos rebelados foi recuperar, limpar e pintar tudo o que foi danificado. Durante a rebelião, foram queimados colchões, instalações elétricas e hidráulicas e dois agente foram dominados. Para a diretora da FUNDAC, a rebelião "foi um fato isolado, sem liderança e com reivindicações impossíveis de serem atendidas".

17 de junho – Um adolescente interno do Complexo de Paratibe estrangula e mata um colega de cela. O Complexo sofre com a superlotação.

(*) Os dados para Recife não incluem todo o período.

Rebeliões e superlotação são alguns dos problemas do Complexo. Para o diretor operacional da FUNDAC, em determinadas épocas do ano fica mais difícil conter os adolescentes. "É sempre assim nos períodos de festas, Ano Novo, Natal, Carnaval... Os meninos ficam muito agitados por estarem trancados, enquanto os outros estão se divertindo", observou Eutácio Borges (*Jornal do Commercio*, 17/02/98).

Em junho do mesmo ano, um interno mata outro por estrangulamento, causando outra crise na instituição. A promotora Arabela Porto pede providências e comenta: "Um interno morreu no Presídio de Paratibe e isto é uma coisa muita séria. O Estado tem obrigação de zelar pela integridade física e intelectual dos recolhidos. Existem problemas estruturais mas, por lei, a falta de recursos não atenua responsabilidades." O adolescente morto estava cumprindo pena de três anos de internamento, acusado de envolvimento no assalto, seqüestro, estupro e morte de duas mulheres em Recife. A causa da briga que causou a morte de um adolescente foi apontada por funcionários como sendo a disputa pelo poder (*Diário de Pernambuco*, 17/06/98).

Hierarquia do Tráfico

Olheiro – pessoa que fica, geralmente, na subida do morro ou entrada da favela para avisar da chegada da polícia.

Fogueteiro – responsável por soltar fogos comunicando a chegada de inimigos.

Avião – leva a droga até o "cliente".

Vapor – responsável pela venda de uma parcela da droga.

Endolador – separa e embala a droga.

Segurança – responsável pela segurança da boca de fumo, são os homens que ficam na linha de frente nas guerras de morro.

Gerente – gerencia a venda da droga. Em alguns lugares, existe um gerente responsável pela maconha e outro pela cocaína. Nesses lugares, existe, ainda, o gerente geral.

Dono – chefe geral do tráfico.

2

Explicando os Materiais e Métodos Adotados no Estudo Quantitativo

A abordagem traçada a seguir faz parte de um estudo exploratório. Trata-se de uma primeira tentativa de encampar o estudo da delinqüência pela ótica da epidemiologia. Como não era nossa proposta implementar um trabalho desta ordem, buscamos, dentro do possível em uma análise qualitativa, efetuar um pequeno recorte quantitativo com finalidade de subsidiar um estudo posterior, já a partir de um conhecimento prévio e de boa qualidade.

Para tanto, definimos investigar os diferentes fatores de risco para delinqüência existentes entre os infratores e os não-infratores, o que restringiu esta análise a 31 infratores e 31 não-infratores (irmãos/primos), já que não conseguimos localizar irmãos/primos dos demais infratores. Como toda a seleção dos entrevistados foi baseada em critérios qualitativos, a análise efetuada a partir destes 62 casos jamais poderia ser extrapolada para nenhum outro universo, e seus resultados não podem ser generalizados.

Por outro lado, o pequeno número amostral nos dificulta encontrar significâncias estatísticas entre associações. Isto significa que, se tivéssemos uma amostra quantitativamente planejada, poderíamos encontrar associações diferentes das aqui apresentadas. Portanto, os dados a seguir devem ser observados com cautela e considerados como uma primeira aproximação ao tema.

Inicialmente foram selecionadas muitas variáveis independentes como fatores de risco para a infração (variável dependente), algumas das quais foram descartadas no decorrer do estudo pela baixa concordância que apresentaram (dados apresentados mais à diante). Apresentamos, a seguir, a definição das variáveis finais que permaneceram em nosso modelo, discriminadas segundo os três níveis teóricos apresentados na introdução ao trabalho.

Definição das Variáveis Utilizadas

Nível Estrutural	
Condições econômicas familiares Refere-se ao nível de recursos financeiros que a unidade familiar possui	1) família pobre com dificuldades de conseguir emprego ou com ocupações de baixa remuneração; precárias ou razoáveis condições de moradia; acesso precário ou restrito a bens de consumo (exceto pelo seu rendimento de roubo/tráfico do adolescente); 0) família provida de condições materiais básicas, em que há trabalho regular e/ou emprego com melhor remuneração; boas condições de moradia; acesso facilitado aos bens de consumo (exceto pelo seu rendimento de roubo/tráfico do adolescente).
Percepção de violência na comunidade Mede o grau de violência sentida pelo adolescente na sua comunidade imediata	2) comunidade extremamente violenta: constantes tiroteios, homicídios, gangues, batidas policiais, roubos; 1) comunidade moderadamente violenta: esporádicos tiroteios, homicídios, gangues, batidas policiais, roubos; 0) comunidade não violenta
Nível Sócio-psicológico	
Estrutura familiar Se o entrevistado apresentou, nos últimos anos, uma boa estrutura familiar, capaz de suprir as suas necessidades afetivo-emocionais e proporcionar cuidados básicos	1) não vive com a família ou com apenas um dos pais; 0) vive com ambos os pais biológicos.
Relação familiar Averigua a estabilidade e qualidade dos cuidados que o entrevistado recebeu do(s) provedor(es)	2) qualidade precária ou ausência de relação afetiva com pelo menos um dos provedores e de caráter instável; 1) possui uma das duas características negativas: a má qualidade da relação afetiva com pelo menos um dos provedores ou o caráter de instabilidade; 0) boa qualidade: relação estável com pelo menos um provedor marcada pelo afeto, interesse e consideração.
Experiência de violência física entre os pais	1) vivenciou violência entre os pais; 0) não vivenciou violência entre os pais.
Experiência de violência física entre os irmãos	1) entrevistado exposto à violência dos irmãos; 0) entrevistado não exposto à violência dos irmãos.
Experiência de violência física dos pais	1) entrevistado exposto à violência dos pais; 0) entrevistado não exposto à violência dos pais.
Parentes presos Mede o envolvimento familiar na delinqüência	1) presença de parentes presos na família; 0) ausência de parentes presos na família.
Opções de lazer para o entrevistado Visa a averiguar se o entrevistado possui opções de lazer apropriadas para sua idade	1) não tem opções de lazer ou estas se restringem a ambientes onde a violência é citada (gangues, bailes funk violentos etc.); 0) opções de lazer incluem também esportes, amigos, ambientes não citados como violentos.
Círculo atual de amigos	1) relata não possuir amigos ou tem pelo menos um amigo, ligado ao meio infracional; 0) tem pelo menos um amigo ligado a atividades de esporte, trabalho, vizinhança, não ligados ao meio infracional.
Auto-estima Refere ao fato de possuir uma opinião positiva sobre si mesmo	1) não gosta de nada em si mesmo; 0) aprecia sua forma de ser.

Definição das Variáveis Utilizadas (cont.)

Sentimentos em relação à escola	1) se o entrevistado não demonstrou apego ao tempo passado na escola, nem aos técnicos/professores, podendo demonstrar afeto pelos colegas; 0) relata o tempo na escola de forma afetiva, seja pela escola em si mesma ou por algum técnico/professor.
Nível Individual	
Posição entre irmãos Verifica a inserção do entrevistado na família:	1) caçula; 2) intermediário; 3) primogênito; 4) filho único.
Drogas	1) usuário de drogas; 0) não é usuário de drogas.
Princípios éticos frente às transgressões	1) demonstra dificuldade em distinguir o certo do errado, não se sente responsável por seus atos, ou então, se reconhece os limites, estes não o impedem de cometer transgressões; 0) limites claros entre o certo e o errado e sente-se responsável por seus atos.

Estudo de Concordância

O procedimento adotado para este estudo de concordância foi o seguinte: o grupo de pesquisadores definiu as variáveis a serem utilizadas e as categorizou com critérios objetivos, conforme já foi descrito. A partir daí, três pesquisadoras do grupo leram as 62 entrevistas, sem qualquer pista que as identificasse e posteriormente discutiram caso a caso, visando a dirimir as diferenças e a chegar a um consenso. Paralelamente, uma profissional externa ao grupo de pesquisa, psicóloga como larga experiência em avaliação de jovens infratores na Vara da Infância e Juventude, lia as mesmas entrevistas, não identificadas, dando seu parecer mediante os mesmos critérios.

Posteriormente, criamos um banco de dados em microcomputador com os critérios do grupo de pesquisa e os da consultora externa. Para medir a concordância entre estas duas fontes utilizamos o Índice de Kappa. Este índice mede a concordância entre duas medidas, retirando-se uma parcela de concordância que se daria pelo acaso. Se o k=0 indica que a concordância obtida é igual a esperada pelo acaso; se k=1 a concordância é perfeita. Gutterman (1987),[1] analisando estudos de confiabilidade em psiquiatria infantil reconhece kappa menor do que 0,4 como baixa concordância; kappa entre 0,4 e 0,59 como moderado; e kappa acima de 0,6 como boa concordância.

[1] Gutterman, E. M.; O'Brien, J. D.& Young, J. G. Structure diagnostic interviews for children and adolescentes: current status and future directions. *J.Am.Acad.Child Adol. Psychiatry* 25, 5: 621-630, 1987.

As variáveis apresentadas foram as que apresentaram kappa entre 0,49393 e 0,74197, portanto demonstrando moderada a boa concordância. Apenas a variável *círculo atual de amigos* não se enquadra nestes limites, tendo sido encontrado k=0,29046, mostrando baixa concordância entre os avaliadores. Resolvemos deixá-la em nosso modelo pela relevância que possui na teoria causal da delinqüência, para ser testada no próxima etapa, no estudo de associação, que será descrito mais adiante.

Estudo de Associação

Para verificar a associação entre as variáveis, foi utilizado o Coeficiente de Contingência de Pearson, que mede a relação entre dois conjuntos de atributos. Para comprovarmos a significância desta medida de associação foi utilizado o teste do χ^2 com $(k-1)*(r-1)$ graus de liberdade, onde k representa o número de linhas e r o número de colunas da tabela de contingência. Foi considerada uma significância de 5%, assim para $p \leq 0,05$ concluímos que a associação observada em nossa amostra não é resultado do acaso, indicando, ao contrário, a existência de uma relação genuína na população. Coeficiente=1 é concordância máxima. Este teste tem como limitação a incapacidade de se poder verificar o sentido da associação, e sim apenas a sua presença ou ausência. É a primeira etapa da análise dos dados aqui apresentados.

No Quadro 11, podemos observar o Coeficiente de Contingência para as variáveis em estudo.

Observamos que 31 coeficientes foram estatisticamente significativos no nível de 5%. Podemos notar que a variável *drogas* foi a que mais se mostrou associada às variáveis estudadas (maior número de coeficientes significativos), associando-se, mais fracamente, ao tipo de lazer do adolescente (0,34948), e mais intensamente a presença de parentes envolvidos com a criminalidade (0,70827) mensurada pela variável *parente preso.* Associa-se também claramente ao fato à questão da infração. A variável *infração* apresentou 8 coeficientes significativos, assim como a variável *princípios éticos.* Elas duas se mostram associadas com um coeficiente de contingência de 0,60471. As variáveis *violência na comunidade*, *violência entre os irmãos* e *violência entre os pais* foram aquelas que apresentam um menor número de coeficientes significativos, somente um para cada uma delas. *Violência na comunidade* se associou a *condições econômicas da família* (0,31515); *violência entre os irmãos* se associou com *drogas* (0,41176) e *violência entre os pais* com *relação familiar* (0,49456).

Quadro 11 – Estudo de associação entre as variáveis componentes do modelo

	Posição entre os irmãos	Drogas	Parente preso	Estrutura familiar	Relação familiar	Violência entre os pais	Violência entre os irmãos	Agressão física do pai e/ou mãe	Condições econômicas da família	Violência na comunidade	Lazer	Amigos	Escola	Auto-estima	Princípios éticos
Infrator	0,43306[a]	0,54091[a]	0,05547	0,00000	0,15659	0,14020	0,17961	0,32898[a]	0,00857	0,09979	0,29361[a]	0,42008[a]	0,33767[a]	0,29964[a]	0,60471[a]
Posição entre os irmãos	-	0,39397	0,42851	0,10296	0,20355	0,16189	0,35978	0,16092	0,29670	0,32213	0,16076	0,29740	0,25254	0,10497	0,38678[a]
Drogas	-	-	0,70827[a]	0,15265	0,38436[a]	0,19157	0,41176[a]	0,12622	0,18490	0,21458	0,34948[a]	0,47278[a]	0,34988[a]	0,36591[a]	0,56516[a]
Parente preso	-	-	-	0,16835	0,29893	0,21686	0,35355	0,15309	0,40080[a]	0,25437	0,21370	0,12742	0,25482	0,08323	0,10135
Estrutura familiar	-	-	-	-	0,43547[a]	0,03643	0,01807	0,18660	0,27426[a]	0,11506	0,05206	0,18925	0,00223	0,02094	0,05149
Relação familiar	-	-	-	-	-	0,49456[a]	0,15005	0,21078	0,31525[a]	0,27823	0,10920	0,11996	0,10493	0,22703	0,12503
Violência entre os pais	-	-	-	-	-	-	0,34263	0,03718	0,28331	0,25693	0,02318	0,05725	0,05717	0,04758	0,05972
Violência entre os irmãos	-	-	-	-	-	-	-	0,17880	0,17114	0,06892	0,16798	0,26056	0,25938	0,22214	0,19824
Agressão física do pai e/ou mãe	-	-	-	-	-	-	-	-	0,02785	0,05505	0,29652[a]	0,14028	0,04331	0,23116	0,34155[a]
Condições econômicas da família	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,31515[a]	0,15298	0,22780	0,10183	0,14056	0,02885
Violência na comunidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,20591	0,21640	0,15125	0,25562	0,17443
Lazer	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,33234[a]	0,26612	0,22962	0,31243[a]
Amigos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,42580[a]	0,06647	0,47256[a]
Sentimento – escola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,28735	0,33191[a]
Auto-estima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,18086[a]

a= $p<0,05$

As variáveis que apresentaram correlação foram inseridas na Figura 2, apresentada no capítulo 6.

Considerações Finais

Os dados aqui apresentados representam uma primeira etapa de análise. Seria cansativo mostrar e discutir todas as associações presentes nesta tabela de contingência. A análise de coeficientes de contingência serve para orientar uma outra análise, que pretenderá perceber a direcionalidade das associações e buscar um modelo causal, tarefa ainda a ser executada. Lembramos que os modelos decorrentes dos dados desta pesquisa não podem ser extrapolados para outra população de infratores, pelas questões metodológicas já apontadas. Servem para auxiliar na compreensão dos dados coletados e para orientar futuros trabalhos dos pesquisadores da área, até o momento sem parâmetros conhecidos.

3

Leis e Artigos Citados

Código Penal - parte geral (Brasil, 1983)

Artigo 29 – a pena de reclusão e a de detenção devem ser cumpridas em penitenciária, ou, à falta, em seção especial de prisão comum.

Código Penal - parte especial

Título I - Dos crimes contra a pessoa

Artigo 121 – (homicídio simples) – matar alguém.

Parágrafo 1º – se o agente cometer o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

Parágrafo 2º – se o homicídio é cometido (homicídio qualificado): I – mediante paga ou promessa de recompensa, ou por motivo torpe; II – por motivo fútil; III – com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum; IV – à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; V – para assegurar a execução, a impunidade ou vantagem de outro crime.

Parágrafo 3º – homicídio culposo.

Parágrafo 4º – no homicídio culposo, a pena é aumentada em um terço, se o crime resulta na inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as conseqüências de seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante.

Parágrafo 5º – na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as conseqüências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.

Artigo 129 (lesão corporal) – ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem.

Parágrafo 1º – (lesão corporal de natureza grave) se resulta em: I – incapacidade para as ações habituais por mais de trinta dias; II – perigo de vida; III – debilidade permanente de membro, sentido ou função; IV – aceleração de parto.

Parágrafo 2º – (lesão corporal de natureza grave) se resulta: I – incapacidade permanente para o trabalho; II – enfermidade incurável; III – perda ou inutilização de membro, sentido ou função; IV – deformidade permanente; V – aborto.

Parágrafo 3º – (lesão corporal seguida de morte) se resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo.

Título II – Dos crimes contra o patrimônio

Artigo 155 (furto) – subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel.

Artigo 157 (roubo) – subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.

Parágrafo 1º – na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.

Parágrafo 2º – a pena aumenta-se de um terço até metade: I – se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma; II – se há o concurso de duas ou mais pessoas; III – se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância.

Parágrafo 3º – se da violência resulta lesão corporal de natureza grave, a pena é de reclusão, de cinco a quinze anos, além de multa; se resulta morte, a reclusão é de quinze a trinta anos, sem prejuízo de multa.

Título VI – Dos crimes contra os costumes

Artigo 213 – constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça.

Artigo 214 – constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal.

Artigo 224 – presume-se a violência, se a vítima: a) não é maior de catorze anos; b) é alienada ou débil mental, e o agente conhecia esta circunstância; c) não pode, por qualquer outra causa, oferecer resistência.

Título IX - Dos crimes contra a paz pública

Artigo 288 (quadrilha ou bando) – associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crime.

Lei 9.437 sobre o porte de armas

Lei publicada em 20/02/97, entrando em vigor em 20/08/97, portanto no transcorrer da pesquisa. Essa lei considera crime o porte de arma, substituindo a lei de anterior que o considerava uma contravenção penal.

Artigo 10 – possuir, deter, portar, fabricar, adquirir, vender, alugar, expor à venda ou fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda e ocultar arma de fogo, de uso permitido, sem a autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Parágrafo 1º: I – nas mesmas penas incorre quem: omitir as cautelas necessárias para impedir que menor de dezoito anos ou deficiente mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade, exceto para a prática do desporto quando o menor estiver acompanhado do responsável ou instrutor; II – utilizar arma de brinquedo, simulacro de arma capaz de atemorizar outrem, para o fim de cometer crimes; III – disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, desde que o fato não constitua crime mais grave.

Artigo 18 – É vedado ao menor de vinte e um anos adquirir arma de fogo.

No quadro foi referido como artigo 19 (porte de arma) da antiga lei, por ser a que ainda estava em vigor no momento. Esta determinava que era contravenção trazer consigo arma fora de casa ou de dependência desta sem licença da autoridade.

Lei de entorpecentes (lei 6.368, de 21 de outubro de 1976)

Artigo 12 – importar ou exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, vender, expor à venda ou oferecer, fornecer, ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a consumo, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Artigo 16 – adquirir, guardar ou trazer consigo, para uso próprio, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.